CORRESPONDÊNCIAS DIVERSAS/REFERENTE AOS MESES DE NOVEMBRO/DEZEMBRO DE 2000.

A Direção, os Professores e os Alunos da EMEB (R) "Novo Florescer", em Holambra, sentir-se-ão honrados com a presença de Vossa Senhoria e família às solenidades de sua conclusão da 4ª série.

Holambra, dezembro de 2000

Local: EMEB (R) "Novo Florescer"
dia: 15/12/2000
hora: 14:00 horas

A Direção, os Professores e os Alunos da EMEB (R) "Recanto das Palmeiras", em Holambra, sentir-se-ão honrados com a presença de Vossa Senhoria e família às solenidades de sua conclusão da 4ª série.

Holambra, dezembro de 2000

Viajando Melhor

Informativo Renovias • novembro de 2000 • nº 03 • Ano I

Renovias cultiva ipês e Pau-Brasil na SP-340

Sinal de Educação

"Não jogue lixo na estrada, a natureza agradece."

Com este slogan a Renovias lança em novembro a Campanha do Lixo, que terá duração de três meses.
O principal objetivo da campanha é reduzir a quantidade de lixo jogado nas rodovias, onde são recolhidos mensalmente mais de dez toneladas de sujeira. Para manter as estradas limpas, funcionários da Renovias fazem, regularmente, a coleta do lixo ao longo d[illegible]91 quilômetros da malha.
A campanha prevê a distribuição de panfletos informativos em todas as praças de pedágio Renovias, além da entrega de sacolinhas de lixo próprias para o carro, com as quais o usuário poderá deixar de jogar o lixo pela janela.

Toda a ação de panfletos, sacolinhas e placas no canteiro central na extensão da Renovias tem o objetivo de educar o usuário, fixando a mensagem e a identidade visual da campanha: "Sinal de Educação. Não jogue lixo na estrada. A natureza agradece".
Com menos lixo nas estradas, diminuem também a poluição nos rios e nascentes, o entupimento nos sistemas de drenagem e a poluição visual.

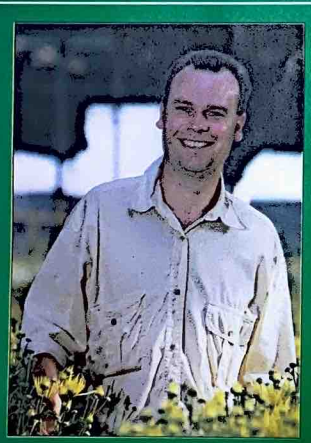
Para que a Campanha do Lixo seja um sucesso, você também precisa colaborar!

Você Sabia?

- **Cada um de nós gera uma média de 600 gr de lixo por dia**
- **50 kg de papel reciclado poupam a vida de uma árvore**

Pegue a sua sacolinha e entre nesta campanha.

Flores no Campo



O holandês Ralph Dekker esteve pela primeira vez no Brasil há cinco anos para fazer um estágio de seis meses em marketing, na Holambra. Gostou tanto do País ("do clima, do povo e de uma brasileira em especial") que resolveu mudar-se definitivamente, após receber uma proposta de emprego da Fazenda Terra Viva, onde exerce hoje a função de Coordenador de Marketing. A fazenda produz 20 espécies diferentes de flores, entre crisântemos, tulipas, violetas, lírios e palmas. É também a única a abrir suas plantações e estufas a grupos de visitantes, via agência de turismo. A Holambra é responsável por 35% da produção nacional de flores, todas transportadas pela malha viária Renovias.

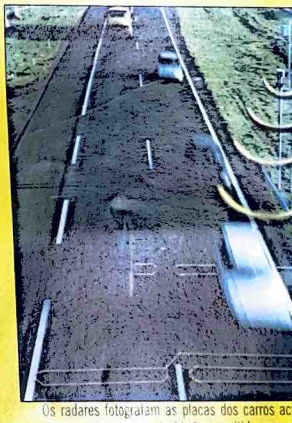
Plano de Redução de Acidentes

Com base nas estatísticas de acidentes, registradas mensalmente pela concessionária, a Renovias elabora todos os anos o Plano de Redução de Acidentes na sua malha viária, que constantemente é aprimorado. Uma vez identificados os pontos críticos, estuda-se um projeto para diminuir as ocorrências de acidentes. "Às vezes a solução apontada não é obra, mas um reforço de sinalização de advertência, por exemplo", explica o engenheiro de tráfego Luiz Fernando Brand[illegible]
Alguns pontos de [illegible] são locais de risco identificados pelo Plano de Redução de Acidentes de[illegible] ano, encaminhado à Comissão de Concessão no [illegible] de outubro. Para solucionar o problema, a Renovias já realiza obras de melhoramento nestes locais: trevo de acesso a São José do Rio Pardo (mapa) também um ponto crítico que passa por obras com objetivo de reduzir acidentes.

Separando o fluxo urbano do trânsito das estradas e eliminando o cruzamento de acesso com a construção de um viaduto, as obras Renovias já diminuíram a incidência de acidentes

Radares na malha

Até o final do ano, a Renovias vai instalar 20 pontos de radares em toda sua malha viária de 291 quilômetros. Todos serão operados e controlados pela Polícia Militar Rodoviária, único órgão competente para efetuar multas. Por enquanto, a concessionária está realizando testes, com os quais tem sido possível detectar o alto índice de veículos acima dos limites de velocidade permitida (110km/h para carros passeio e 90km/h para caminhões).
Os dois radares para teste foram instalados no km 140 (sentido Mogi Mirim) e no km 193 (sentido Campinas). Ambos possuem sistema de leitura infravermelho, que permite a visualização e registro também durante a noite.



Os radares fotografam as placas dos carros ac[illegible] velocidade permitida nas r[illegible]

Campanha de Segurança

Informe-se e pratique

Com a chegada das férias, a presença da família nas estradas torna-se mais freqüente. Com o verão, chegam também as chuvas. A Renovias intensifica o alerta para que o usuário aumente sua segurança. Nos próximos meses a concessionária fará uma Campanha de Segurança com [illegible] ção de material informativo.

A chuva aumenta os riscos de aci[illegible]
Diminua a velocidade e evite freadas

Ação pela natureza

Dentro do Plano de Paisagismo da Renovias, foram plantadas 284 mudas de ipês roxos e amarelos no km 206 da SP-340 e mais 28 mudas de Pau-Brasil no km 204 da mesma rodovia, ambas dentro do trecho de 10 quilômetros duplicados pela concessionária.

Estas duas alças dos dois trevos ganham a beleza dos ipês, que em 2001 já devem florescer, além da nobreza da madeira de lei Pau-Brasil, atualmente em processo de extinção.

Responsável pela manutenção de todas as mudas que planta, a Renovias realiza adubação, poda de limpeza e condução, remoção de vegetação, combate a formigas, aplicação de fungicida biode-gradável e irrigação.

O mesmo plano de manutenção é praticado na SP-344, nos 600 ipês brancos ali plantados.

Além do respeito à natureza, o plantio representa uma ação pelo bem estar do usuário.

Passivo ambiental

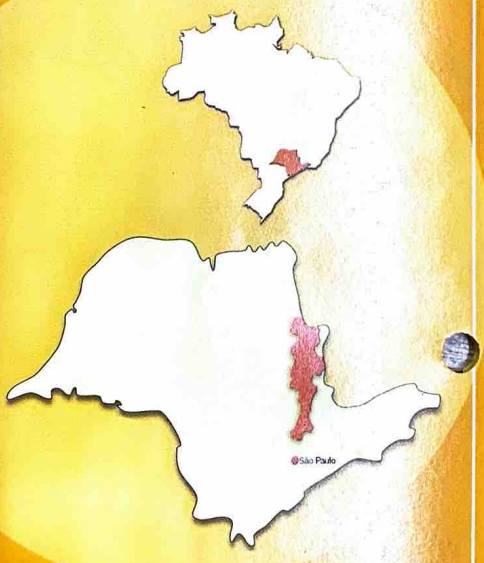
A Renovias também faz um trabalho intensivo e permanente de preservação do meio ambiente em toda sua malha viária através de correções que solucionam a degradação proveniente de obras antigas. São ações como implantação e recuperação de drenagem e de vegetação, plantio de grama, limpeza, recuperação de canaletas para evitar erosão, sacos de contenção de erosão nos taludes, entre outras.

Os ipês plantados nos trevos da duplicação na SP-340 são adubados, podados e irrigados regularmente pela Renovias: na próxima Primavera estarão florescendo

De Km em Km

Distribuída ao longo de 291 quilômetros entre Campinas, Sul de Minas e Circuito das Águas, a malha viária Renovias cruza 15 cidades e dá acesso a dezenas de outros municípios da região. No início do trecho, margeiam a rodovia grandes empresas da área tecnológica, nacionais e multinacionais. As estradas passam ainda por plantações das mais diversas culturas. Em toda a região, a Renovias faz a comunicação entre as riquezas naturais, o potencial turístico e a qualidade de vida urbana que se desenvolvem junto com as comunidades.

Desde abril de 1998 e nos próximos 18 anos - de acordo com o Plano de Concessão das Estradas do Estado de São Paulo - a Renovias administrará e realizará obras e melhorias nas cinco rodovias da região pelas quais é responsável: SP-340, SP-342, SP-344, SP-350, SP-215. Nesta relação, a satisfação do usuário é o maior objetivo.



Dicas

LUZ BAIXA

Trafegue com luz baixa inclusive durante o dia; assim o pedestre e o motorista do outro veículo poderão vê-lo melhor.

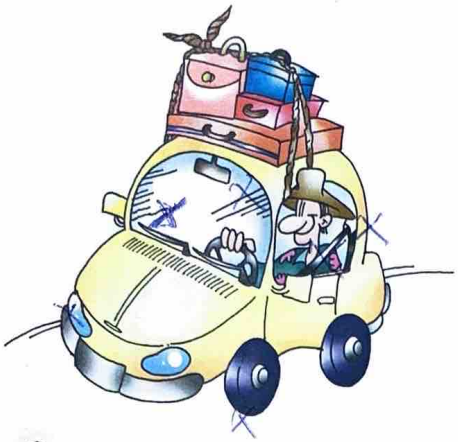
ACOSTAMENTO

Não dirija nem ultrapasse pelo acostamento; área reservada para emergência.

Diversão

Jogo dos Sete Erros

Os dois carros abaixo parecem idênticos, mas eles escondem diferenças que fazem um deles estar fora das normas corretas de segurança nas estradas. Encontre-as:



Ligue as Figuras

Faça um risco entre as pessoas e seus veículos de uso: o da família, do médico e do policial:

resposta: menino no banco da frente, mão para fora com bebida, sem o espelho retrovisor, sem o limpa-brisa, com o pneu careca, sem o cinto de segurança, com o farol quebrado

Viajando Melhor

Informativo Renovias
novembro de 2000
nº 03 • Ano I
Distribuição Gratuita

Jornalista Responsável:
Adriana Menezes - MTB 20.337

Edição e Texto:
Adriana Menezes

Fotografia:
Estúdio Valério

Coordenação:
Lilian Kimura

Projeto Gráfico:
Communitas Comunicação e Marketing

Sede Operacional
Rod. SP 340, Km 161, Pista Sul - CEP 13800-000 Mogi Mirim, SP
Tel. (19) 3862.5005 - Fax (19) 3862.5105
www.renovias.com.br
e-mail:renovias@renovias.com.br

Viajando Melhor é uma publicação dirigida aos usuários da Renovias

Tiragem:
100.000 exemplares

Fale com a gente, dê a sua sugestão, tire dúvidas ou faça sua reclamação por meio do:
0800-559696 (ligação gratuita)

Informativo do TCE

Internet: www.tce.sp.gov.br - E-mail: gp@tce.sp.gov.

IMPRESSO FECHADO
PODE SER ABERTO PELA
E.C.T.

Excelentíssimo Senhor
Valter Costella,
Digníssimo Presidente da Câmara Municipal de Holambra
Av. Rota dos Imigrantes, 425 – Centro
13825-000 - HOLAMBRA – SP

TCE convida prefeitos e vereadores eleitos para seminário sobre a Lei Fiscal

Depois de realizar 11 Encontros por todas as regiões do Estado, explicando os principais pontos da Lei de Responsabilidade Fiscal e criando condições para a sua aplicação, o TCE volta-se agora para os dirigentes municipais que comandarão as finanças públicas a partir de 01/01/2001. Está convidando os prefeitos e vereadores eleitos para os seminários que promoverá especialmente para eles dia 23 de novembro na Capital e dia 7 de dezembro em Marília.

IRRESPONSABILIDADE FISCAL AGORA É CRIME

Tribunal inaugura sua 9ª sede própria regional, em Araras

LRF: Senado cria novas exigências nas certidões dos TCs para aprovar empréstimos

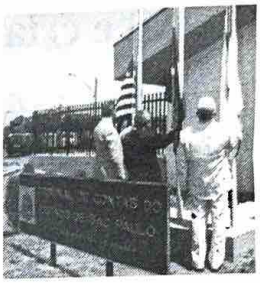
Tribunal agora tem sede própria também em Araras

Ela foi inaugurada dia 19 e centraliza a prestação de contas de 259 órgãos, este ano.

O padre, o prefeito e o presidente do TCE inauguram oficialmente o novo prédio

O TCE inaugurou no dia 19 deste mês a sua nona sede própria do Interior, em Araras, região da Mogiana, confirmando mais uma vez o sucesso do processo de descentralização iniciado há 12 anos, com a criação da UR1-Araçatuba. O presidente Robson Marinho cortou a fita simbólica, juntamente com o prefeito da cidade, Warley Colombini, e padre Jorge Valente, que abençoou o novo prédio. Antes, a banda da Polícia Militar de Campinas executou o Hino Nacional, enquanto as autoridades hasteavam as bandeiras do Brasil, do Estado de São Paulo e da Cidade de Araras.

Em seu discurso, o prefeito afirmou que aquele prédio podia servir como comprovação do acerto da decisão dos conselheiros de levar o Tribunal às diversas regiões do Estado:



O prefeito, o presidente do TCE e o juiz de Direito da Cidade hasteiam as bandeiras enquanto a banda da PM de Campinas toca o Hino Nacional.

Tribunal de Contas do Estado de São Paulo

Conselheiro Presidente
Robson Marinho

Conselheiro Vice-Presidente
Cláudio Ferraz de Alvarenga

Conselheiro Corregedor
Fulvio Julião Biazzi

Conselheiros
Antônio Roque Citadini
Eduardo Bittencourt Carvalho
Edgard Camargo Rodrigues
Renato Martins Costa

Chefe do Gabinete da Presidência
Nivaldo Campos Camargo

Secretário Diretor Geral
Sérgio Ciquera Rossi

Diretor do Deptº Geral de Administração
Carlos Magno de Oliveira

Gabinete Técnico da Presidência
Marcelo Pereira

Assessoria Técnico-Jurídica
Ernani de Oliveira Cruz Júnior

Informativo do TCE

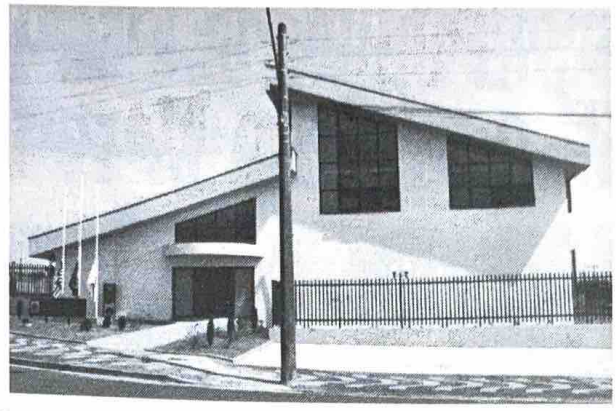
Editor
João Prado Pacheco (MTb-SP 10.378)

Equipe Editorial
José Roberto Leão
Prazeres A. Pereira de Souza
Sólon Campos de Oliveira

Reportagem
Célia Casimiro

Fotos
Marco Antônio Pinto e URs

"O universo de atribuições dos Tribunais de Contas tem aumentado bastante, desde a Constituição de 1988. Agora, com a Lei de Responsabilidade Fiscal, mais ainda. As sedes do Interior, como esta de Araras, podem ser vistas



como uma presença cada vez maior do nosso Tribunal no cenário da administração pública estadual. Todos estamos de parabéns. O Tribunal por sua eficiência, Araras, por ser sede regional definitiva de um órgão tão importante."

Austeridade, funcionalidade e eficiência

Custo do metro quadrado da construção impressionou: R$ 509,93

O presidente Robson Marinho, após saudar as autoridades presentes e defender o processo de interiorização do Tribunal, fez questão de citar o custo da nova sede-própria, R$ 509,93 por m2, como exemplo de austeridade e eficiência no trato da coisa pública:

"Trata-se, como todos estamos vendo, de um prédio, simples, prático, funcional e que não faz feio entre os que o rodeiam aqui no bairro. É mais uma ação do Tribunal que vem ao encontro da Lei de Responsabilidade Fiscal."

Os 29 funcionários da UR de Araras e o secretário diretor geral Sérgio Rossi comemoraram a inauguração também com uma foto histórica.

A Comissão de Obras, com o dr Robson.

A nova sede tem área construída de 1.093 metros quadrados e custou R$ 557.349,84. Situa-se num terreno de 2.299,45 m2, doado à Fazenda Estadual pelo município de Araras. Ela centraliza a prestação de contas, neste ano, de 58 órgãos estaduais e 201municipais, entre estes 44 prefeituras e 44 câmaras municipais.

Colaborando com Justiça Eleitoral

A eficiência do TCE também pôde ser sentida neste final de ano na Justiça Eleitoral. Auditores têm sido requisitados para auxiliar os funcionários eleitoriais nos exames das contas dos agentes e dos partidos políticos. São prestações de contas que obedecem a regras que geralmente são atentadas apenas por peritos. Em alguns casos os processos estão sendo enviados ao TCE e devolvidos após a avaliação.

"Lei de Responsabilidade Fiscal já pegou!", diz, no TCE, o ministro Martus Tavares...

Fernando Vivacqua, presidente do BNDES; Roque Citadini, presidente do Instituto Rui Barbosa; Martus Tavares, ministro do Planejamento; Robson Marinho, presidente do TCE; e Yoshiaki Nakano, secretário estadual da Fazenda..

A cartilha "Gestão Fiscal Responsável, Simples Municipal", cópia autorizada do Manual Básico do TCE-SP sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal assinada pelo BNDES, foi lançada em nível nacional dias 28/09 em São Paulo e 10/10 no Rio, em seminários promovidos pelo Instituto Rui Barbosa, em parceria com o Tribunal paulista e o Banco federal de fomento. O ministro Martus Tavares, do Planejamento Orçamento e Gestão, esteve presente nos dois eventos, dizendo basicamente que a lei veio para ficar, por ser uma imposição da sociedade.

"Hoje já não se pergunta mais se a Lei de Responsabilidade Fiscal vai pegar. Ela já pegou! Temos agora de criar condições para que ela dê o retorno esperado o mais rapidamente possível, obrigando a administração pública em seus três níveis a reduzir dívidas, aplicar com prudência, atender às prioridades da população, enfim, a adotar uma gestão fiscal séria e responsável. A página dos desmandos administrativos está virada."

O comandante do ministério onde a nova lei fiscal foi esboçada afiançou que ela é simples, fácil de ser compreendida e até arriscou um número para falar de sua importância à nação: será uma das principais alavancas de um crescimento sustentado do País de 4 a 5% por ano.

"Está nascendo uma nova cultura política no Brasil. Trata-se de um compromisso nosso para com as gerações futuras. Temos de cumpri-lo."

Conselheiros de quase todos os estados fizeram parte da platéia do seminário do TCE...

... que sai de São Paulo impressionado com as iniciativas paulistas.

O ministro do Planejamento saiu otimista do seminário paulista, impressionado até. Ouviu do presidente Robson Marinho que o TCE, ciente das suas atribuições, está tomando iniciativas para o efetivo funcionamento da Lei de Responsabilidade Fiscal desde que ela ainda era projeto de lei – citando como exemplo o Manual de Orientações que ali estava sendo lançado pelo BNDES com nova roupagem:

"A exatos cinco dias após a sanção pelo Presidente da República da lei que Vossa Excelência teve grande atuação na sua elaboração, o Plenário do Tribunal de Contas de São Paulo baixou Resolução aprovando o Manual de Orientações que já estava sendo estudado e articulado há meses. Um mês depois, dia 8

... assim como os paulistas Eduardo Bittencourt, Fulvio Biazzi, Renato Martins Costa...

de junho, ele foi lançado em seminário que lotou este e o outro auditório da Casa, além de ter sido enviado a todos os órgãos fiscalizados, sem exceção. Durante os primeiros cinco meses de vigência da lei, o Tribunal realizou onze seminários iguais aquele em

... Cláudio Alvarenga e Edgard Camargo Rodrigues.

todas as regiões do Estado, levando informações, explicações e esclarecimentos sobre a nova lei. O Tribunal de São Paulo senhor ministro, como Vossa Excelência constata, está cumprindo sua missão de agilizar a aplicação da nova lei, além de fiscalizá-la, é lógico. Sempre focado na vontade de esclarecer, debater, orientar, antes de punir."

O dr. Robson reforçou sua admiração ao TCE dizendo que exerceu várias funções públicas (prefeito, deputado estadual e federal, secretário de Estado) antes de se tornar conselheiro, há três anos, e que somente nesta última função teve a oportunidade de sentir a importância e a eficácia da instituição que preside neste ano:

"Hoje eu sei quanto o Tribunal é importante para a eficácia da lei do Ensino em São Paulo, ou da lei que limita os Gastos com Pessoal, ou da que regula os institutos de Previdência municipais. Posso lhe afirmar, senhor ministro, que o Tribunal paulista está realizando o mesmo trabalho em relação à Lei de Responsabilidade Fiscal."

O seminário do Rio também contou com a presença de conselheiros e técnicos de praticamente todos os Estados brasileiros, à exceção de Sergipe, Minas, Paraná e do TCM carioca. O TCE paulista esteve representado pelo presidente do Instituto Rui Barbosa, conselheiro Antônio Roque Citadini e pelo secretário diretor geral Sérgio Rossi, assessorado pelos funcionários Flávio Toledo, Maurício de Castro e Marcelo Cascione. Vários outros especialistas em finanças públicas, especialmente do governo federal, participaram do debate sobre a nova lei. O ponto de destaque das explanações foi a necessidade da padronização dos modelos de relatórios de prestação de contas pelas normas da LRF. Em primeiro plano, decidiu-se pela adoção dos modelos dos tribunais paulista, gaúcho e catarinense.

Instituto Rui Barbosa promove Congresso Técnico em São Paulo

A disposição do Instituto Rui Barbosa, órgão que congrega todos os tribunais de contas do País, de colaborar na implantação da Lei de Responsabilidade Fiscal não se fez sentir apenas nos seminários realizados em São Paulo e Rio de Janeiro no final de setembro e início de outubro. Observando que há divergências de interpretação a respeito de alguns dispositivos da lei, o Instituto presidido pelo conselheiro paulista Antônio Roque Citadini decidiu promover um Congresso Técnico visando a padronização de procedimentos – evento já marcado para os dias 31/10 e 01/11 em São Paulo, na sede do TCE.

Os modelos de relatórios de prestação de contas à luz da nova lei fiscal se constituem num dos pontos divergentes. Segundo o secretário diretor geral do TCE, Sérgio Rossi, a assessora do Ministério do Planejamento Selene Nunes, o ex-secretário de Finanças paulistano Amir Khair e técnicos de alguns tribunais estaduais defendem tipos de modelos diferentes, todos em nome da prática e da clareza.

A importância do Congresso deste final de mês, para o presidente do Instituto Rui Barbosa, tem a ver com a importância da LRF para o País.

"Trata-se de uma lei que ultrapassa órgãos, que ultrapassa poderes. É modernizadora, é moralizadora, vira a fiscalização de cabeça para baixo. Os procedimentos para agilizar a sua aplicação e, mais ainda, para fiscalizá-la, precisam ser iguais em todo o País, daí o esforço do Instituto Rui Barbosa em realizar seminários com a presença dos tribunais de todos os Estados."

Auditores do TCE recebem orientação

Preocupado em dar suporte a seu pessoal técnico diante de dúvidas sucitadas pela nova lei fiscal (ver acima), o Tribunal realizou no dia 17/10 uma apresentação dos modelos de planilhas e relatórios que deverão ser adotados na Instrução dos Acessórios nº 3 - acompanhamento da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Após a abertura, feita pelo secretário diretor geral, Sérgio Rossi, o funcionário Maurício de Castro, acompanhado dos companheiros Paulo César Neves e Paulo Sugiura, procedeu a exposição dirigida a diretores, chefes e auditores, todos representantes das unidades regionais e diretorias de fiscalização da Capital.

Na ocasião, foram distribuidos, a cada DF e UR, uma apostila e um disquete contendo todo o material que deverá ser utilizado na confecção do próximo relatório.

Trata-se de um programa informatizado, elaborado pelos expositores, com o auxílio de outros colegas, que visa, mediante a introdução de alguns dados colhidos dos relatórios enviados pelos órgãos, facilitar o trabalho de análise da auditoria, especialmente no que tange à questão da gestão fiscal, mais especificamente dos gastos com pessoal.

As dúvidas existentes puderam ser esclarecidas ao final da apresentação, quando espaço para esse fim foi aberto pelos expositores.

Segundo o secretário diretor geral, "medidas desta natureza almejam dar ao funcionário o suporte necessário ao seu bom desenvolvimento profissional, afastando-o de eventuais dúvidas levantadas externamente."

Lei nº 10028, de 19/10/00: os crimes fiscais agora têm punição.

A Lei de Crimes Fiscais foi sancionada pelo Presidente da República, no dia 20 deste mês, pouco mais de uma semana depois de sua aprovação pelo Senado (dia 11) e cinco meses, pela Câmara (17/05).

Agora, independentemente do julgamento administrativo, os agentes políticos que descumprirem a Lei de Responsabilidade Fiscal poderão ser processados na Justiça. Isto vale para atos praticados a partir de maio, quando aquela lei foi sancionada.

A Lei de Crimes Fiscais nada tem a ver com corrupção, mas com atos irresponsáveis, alguns dos quais nem eram considerados ilegais antes da LRF. Ordenar despesas sem previsão orçamentária, por exemplo. Ela estabelece punição para mais de 100 tipos de transgressões à LRF. Para 15 deles, a pena é detenção ou reclusão de até quatro anos. Outras punições são a inabilitação para função pública por cinco anos, multas diretas ao bolso do administrador e cassação do mandato após julgamento pela Câmara Municipal.

O Senado aprovou também a Resolução nº 62/2000 segundo a qual estados e municípios só poderão obter empréstimos se apresentarem uma certidão dos seus tribunais de contas comprovando que estão cumprindo a LRF. Essa certidão será enviada ao Senado junto com o pedido para operação de crédito, interna ou externa.

Segundo especialistas, a Lei de Crimes Fiscais era o que faltava para a completa eficácia da Lei de Responsabilidade Fiscal.
O ex-secretário de Finanças de São Paulo, Amir Khair, deu essa opinião durante o seminário promovido pelo Instituto Rui Barbosa, no BNDES, Rio, em meados deste mês. Já o governador de Santa Catarina, Espiridião Amim, afirmou: "Só se adquire responsabilidade se houver punição para a irresponsabilidade". Para o senador Jéferson Peres (PDT-AM), sem a fixação das penas aos crimes de irresponsabilidade fiscal, somente a população poderia ser punida, com a interrupção das transferências voluntárias da União a estados e destes a municípios que transgredissem a lei.

Governo estuda alterações nos Tribunais de Contas

O conselheiro Renato Martins Costa foi o representante do TCE paulista na reunião de conselheiros de tribunais de contas realizada no Rio de Janeiro, dia 19 deste mês, para debater e levar sugestões ao governo federal para o projeto de emenda e de lei que pretende alterar a estruturação dos tribunais de contas. O Ministério do Planejamento agora vai convidar o Instituto Rui Barbosa para discutir o assunto.

É certo que nenhum dispositivo modificará "status quo", mesmo porque a lei não retroage. Mas se a emenda for aprovada, como quer governo, os futuros ministros do TCU e conselheiros dos TCEs serão escolhidos e regidos por regras diferentes das atuais. O Executivo está propondo, entre outras alterações, o fim da vitaliciedade, com mandato único de seis anos, e a escolha de parte dos conselheiros ou ministros entre auditores, analistas de controle e membros do Ministério Público.

Entenda o TCE

Veja aqui síntese de votos do Tribunal. O intuito desta seção é oferecer subsídios ao trabalho de auditoria e parâmetros para ações de secretários de Estado, dirigentes de autarquias, prefeitos e outros responsáveis pela coisa pública

A certificação ISO 9000 na fase de habilitação do certame é inibidora da participação de licitantes

TC 7527/026/98, Tribunal Pleno, sessão de 27/09/00

Exigência no edital de certificação ISO 9000 na fase de habilitação da licitação restringe a competitividade do certame. Recurso desprovido.

Gastos com Pessoal e Ensino: parâmetros são obrigatórios.

TC 1462//026/98, Tribunal Pleno, sessão de 27/09/00

Embora as despesas com Pessoal (76,35%) tenham sido menores do que no exercício anterior (86,30%) , o recorrente não demonstrou ocorrência de situação peculiar que justifique os gastos do setor bem acima do limite de 60% previsto para o exercício em julgamento. Só isto bastaria para não dar provimento ao recurso. Mais ainda: o próprio recorrente admite a impossibilidade de se provar que servidores por ele enumerados (telefonista, assessor jurídico, topógrafo, etc.) exerceram jornada de trabalho no setor educacional para, com estas despesas, chegar à aplicação minima obrigatório de 25% na Educação.

Prazo recursal tem de ser obedecido

TC 1336/026/98, Tribunal Pleno, sessão de 04/10/00

O Pedido de Reexame só pode ser formulado dentro do prazo de 30 dias, contados da publicação do parecer no Diário Oficial.

Orçamentos superestimado causa défcit injustificado

TC 1459/026/97, Tribunal Pleno, sessão de 04/10/00

Ficaram bem caracterizados o superdimensionamento da receita orçamentária (o deficit de arrecadação foi de 31,16%) e a abertura de créditos adicionais suplementares sem recursos disponíveis, fatores decisivos para o déficit orçamentário de 37,57%. Acresce-se a isso o histórico das contas dos anos anteriores (1993 a 1996). Sem entrar em outras questões, o recurso teve seu provimento negado.

Afronta à decisão de Exame Prévio não pode prosperar

TC 1015/003/98, Tribunal Pleno, sessão de 04/10/00

Prefeitura afrontou, em nova concorrência, diretrizes precedentemente traçadas pelo Plenário quando da análise do edital em Exame Prévio, no que tange aos índices de liquidez corrente e liquidez geral e ao grau de endividamento dos interessados. Evidentemente teve negado provimento ao seu Pedido de Reconsideração

Aplicação de recursos no Ensino: depósito em conta vinculada só no caso de excesso de arrecadação no últimio trimestre do ano

TC 1457/026/98, Tribunal Pleno, sessão de 04/10/00

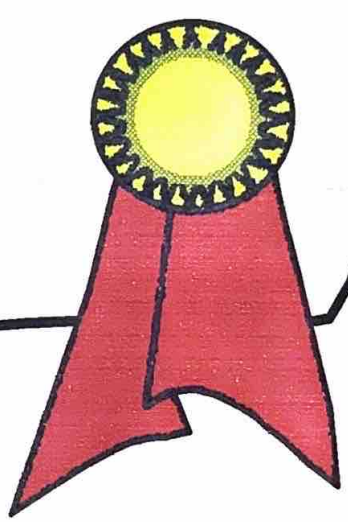
Para completar a aplicação de 25% na Educação, foi utilizado, na porcentagem de 1.68%, depósito feito no final do exercício anterior. A aceitação equivaleria a desconsiderar o mínimo constitucionalmente exigido para cada exercício. O recurso, assim, teve seu provimento negado.

Nós, Formandos da 8ª série da Emeb "Parque dos Ipês", temos a honra de convidá-lo para participar da solenidade de nossa formatura

Local: Ginásio Municipal de Esportes

Data: 16/12/2000

Hora: 19:30



08/XII/00

Ilmo. Sr.

Presidente da Câmara Municipal da Estância
Turística de Holambra e demais Edis

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

ESTADO DE SÃO PAULO

22 de novembro de 2.000

Excelentíssimo Senhor

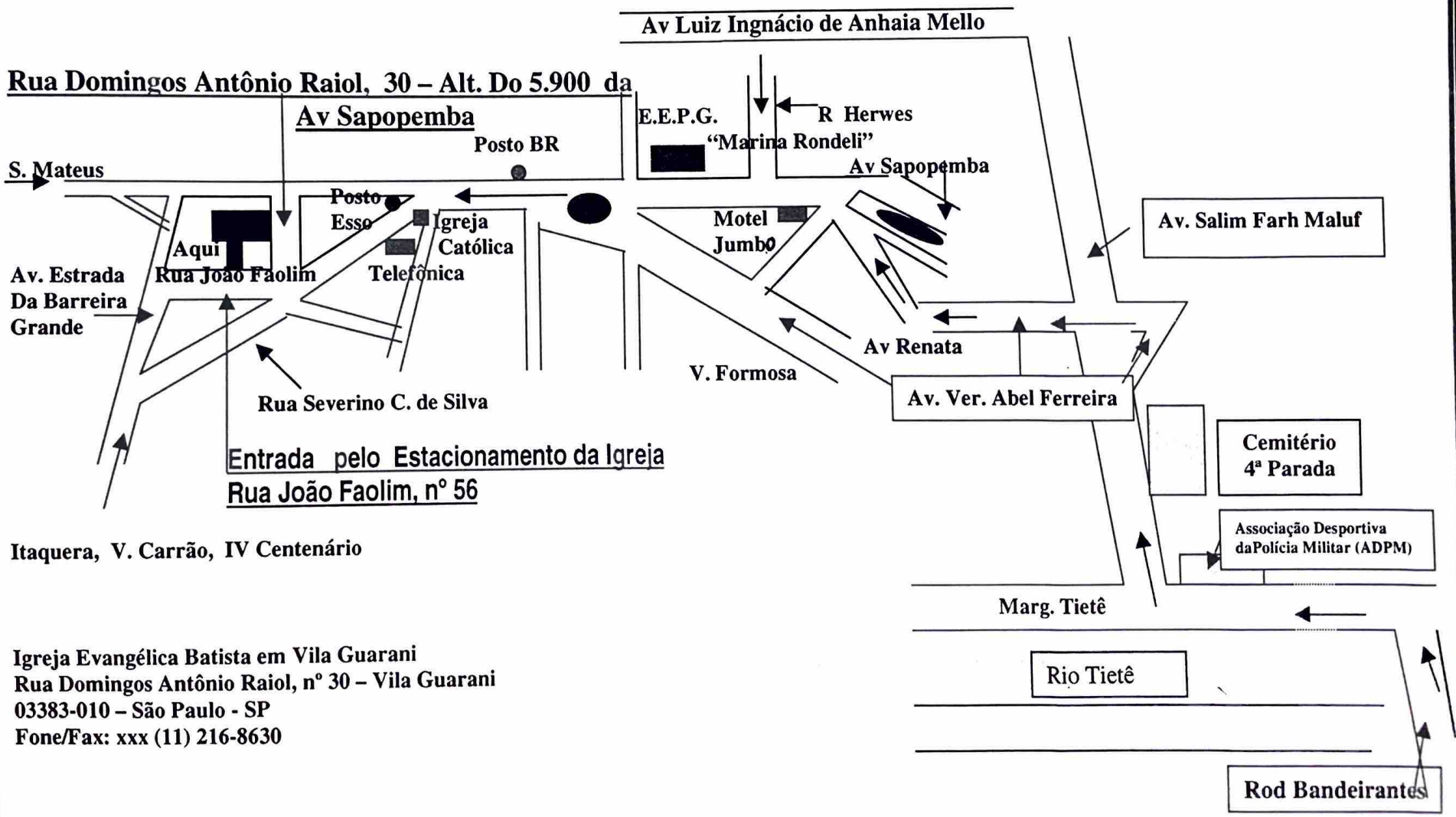
Temos a honra de convidar V.Exa. para a entrega de título de Cidadão Campineiro ao ***Deputado Federal Michel Temer****,* ***Presidente da Câmara Federal dos Deputados,*** *proposto pelos Vereadores Antonio Rafful e Paulo Oya, a se realizar no próximo* ***dia 25 de novembro, às 11h00****, no Salão Vermelho do Paço Municipal, na Av. Anchieta, 200, Centro.*

Certos de contar com sua honrosa presença, apresentamos a V.Exa. protestos de estima e consideração.

Tadeu Marcos Ferreira
Presidente

24 X1 00

MAPA INDICATIVO DE COMO CHEGAR NA IGREJA



Igreja Evangélica Batista em Vila Guarani
Rua Domingos Antônio Raiol, nº 30 – Vila Guarani
03383-010 – São Paulo - SP
Fone/Fax: xxx (11) 216-8630

Jaguariúna, 21 de Novembro de 2000.

Exmo. Sr. Valter Costella

A Micro Região do Circuito das Águas do Partido dos Trabalhadores, vem por meio desta, convidar V.S.a., para participar do **I Encontro Regional sobre Orçamento Participativo,** a realizar-se no dia 25 de novembro no Centro de Convenções de Serra Negra, a partir das 8:00 horas, que contará com a seguinte programação:

08:00 Recepção
08:30 Composição da mesa e apresentações
08:45 Apresentação dos temas:

- Orçamento Participativo: técnica/definição	Dr. Pedro Ramos
- Relação OP/Legislativo Municipal	Dep. Est. Vanderley Siraque
- Relação OP/Executivo Municipal	Pref. Osvaldo Dias
-Democracia/Cidadania, Participação	Dep.Est. Paulo Teixeira

10:30 Debate
11:30 Almoço
13:00 Início das Oficinas: Operacionalização do Orçamento Participativo.
17:00 Encerramento dos Trabalhos

Esperamos poder contar com a presença de V.S.a.s , dos atuais vereadores e dos vereadores eleitos, a fim de enriquecer o nosso debate, lembrando que a democracia se constrói com a participação de todos e a socialização das experiências de cada um.

Partido dos Trabalhadores
Micro Região Circuito das Águas
Diretório Municipal de Jaguariúna

RIO PIRACICABA

ALTERAÇÃO DE DATA

Devido ao envolvimento de grande parte dos prefeitos eleitos e reeleitos com o processo de diplomação, cuja data final é 15 de dezembro de 2000, a Diretoria do Consórcio Piracicaba e Capivari decidiu, em reunião realizada na Prefeitura de Valinhos, em 24 de novembro de 2000, alterar a data da 35ª Reunião Ordinária e 11ª Reunião Extraordinária para ***18 de dezembro de 2000 (segunda-feira)*** às 14:00 horas, no Clube Atlético Piracicabano.

Continuamos contando com sua preciosa presença.

Jussara Cordeiro Santos
Departamento Administrativo

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

ESTADO DE SÃO PAULO

27 de novembro de 2.000

Excelentíssimo Senhor

Temos a honra de convidar V.Exa. para a ***III Semana Municipal de Direitos Humanos****, por sugestão do vereador Carlos Signorelli, que acontecerá de 04 a 10 de dezembro próximo, cuja abertura será realizada no próximo* ***dia 04 de dezembro, às 20h00****, no plenário deste Legislativo, na Av. Anchieta, 200, Centro.*

Certos de contar com sua honrosa presença, apresentamos a V.Exa. protestos de estima e consideração.

Tadeu Marcos Ferreira
Presidente

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

ESTADO DE SÃO PAULO

27 de novembro de 2.000

Excelentíssimo Senhor

Temos a honra de convidar V.Exa. para a sessão solene de entrega de título de Cidadão Campineiro ao ***Dr. Nelson Pires Modesto****, médico oncologista, por sugestão da vereadora Ester Viana, a se realizar no próximo dia 05 de dezembro, às 20h00, no plenário deste Legislativo, na Av. Anchieta, 200, Centro.*

Certos de contar com sua honrosa presença, apresentamos a V.Exa. protestos de estima e consideração.

Tadeu Marcos Ferreira
Presidente

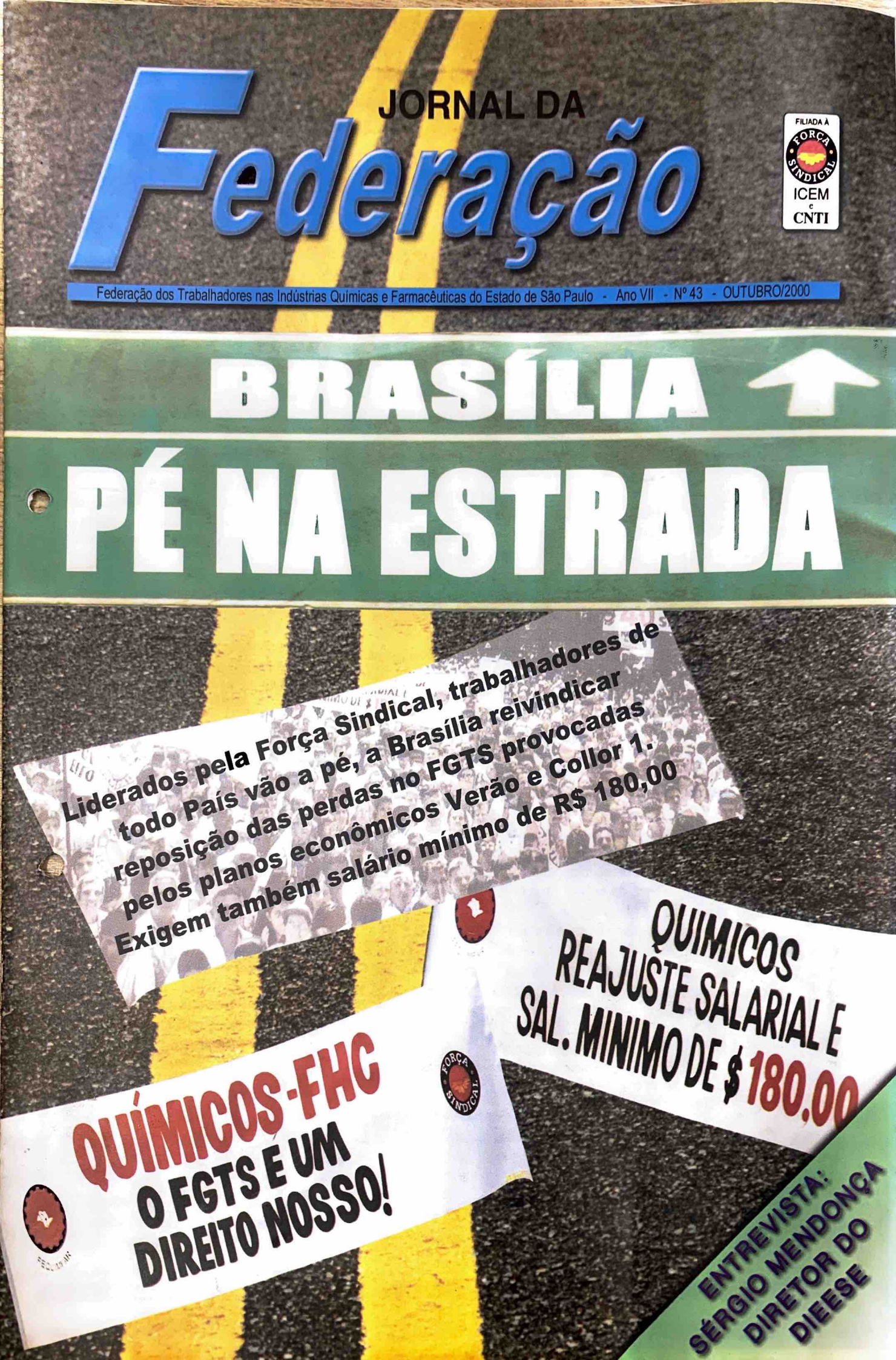
JORNAL DA
Federação

FILIADA À FORÇA SINDICAL
ICEM
e
CNTI

Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas e Farmacêuticas do Estado de São Paulo - Ano VII - Nº 43 - OUTUBRO/2000

BRASÍLIA

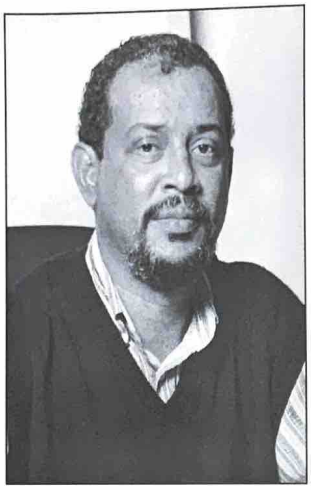
PÉ NA ESTRADA



ENTREVISTA:
SÉRGIO MENDONÇA
DIRETOR DO
DIEESE

EDITORIAL

SOMANDO ESFORÇOS



A Força Sindical e a CUT deixaram de lado as eventuais divergências e uniram esforços em torno da Campanha Salarial Unificada 2000/2001. É o sinal dos tempos. A Força Sindical, praticante do sindicalismo do entendimento e realização não hesitou em discutir intensamente com a CUT esta benéfica adesão e confiante na postura de João Felício, seu novo presidente, pensou nos milhares de trabalhadores e nos benefícios a serem gerados a eles e, com êxito, propôs o diálogo.

No mesmo sentido seguiram os entendimentos, além da CUT, com a CGT, nas polêmicas questões acerca das correções relativas aos planos econômicos Verão e Collor 1 e adoção do salário mínimo de R$ 180,00. No meu entender, nada mais coerente. Sejamos convergentes, como tem sido a Força Sindical, e vamos tentar superar nossas diferenças para sermos iguais na defesa intransigente dos trabalhadores, seja durante as campanhas salariais unificadas, na reposição dos expurgos do FGTS, no aumento do salário mínimo ou em quaisquer reivindicações.

A condenação gratuita, ainda mais por atitudes do passado, não leva a lugar algum. Condena-se até hoje o fato de a Força Sindical ter comungado com algumas idéias referentes aos trabalhadores propostas pelo governo federal. Esta condenação vem de determinadas centrais e confederações de trabalhadores que ao não considerarem que tais entendimentos foram conjunturais (e por assim serem) não devem mais rotular a Força como a central sindical chapa branca. Reclamar, como fazem certas entidades, que são alijadas das decisões cruciais (conforme as citadas acima) não adianta. Por sinal, fica a pergunta: o que elas fazem para mudar este quadro?

Trabalhador quer representatividade. Certamente cansou de ver suas entidades sindicais atirando pedras umas nas outras enquanto ele, nossa principal razão de ser, perde salário, perde direito, perde emprego. Superar divergências é palavra de ordem! Se é possível somar esforços, independente de ideologia, vamos somar.

Qualquer peso carregado sozinho é maior. Força Sindical, CUT e CGT exercem hoje um sindicalismo que naturalmente vai esbarrar pela frente nas inevitáveis divergências mas vão crescer juntas nas convergências, que graças à união sairão fortalecidas. É desta "força sindical" que os trabalhadores precisam: democrática e conciliadora.

Danilo Pereira da Silva
Presidente da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas e Farmacêuticas do Estado de São Paulo

CAMPANHA SALARIAL 2000/2001

FEQUIMFAR: LUTA POR MELHORES CONDIÇÕES PARA OS TRABALHADORES

O setor patronal, representado pelo grupo CEAG 10 da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), entregou no último dia 26 de outubro, um pacote com as cláusulas sociais referentes a Campanha Salarial 2000/2001. Este pacote foi avaliado em assembléia na Fequimfar e verificou-se que a maioria dos itens da campanha anterior foram mantidos. Os patrões propõem a modificação de certas cláusulas, com prejuízo para a classe trabalhadora, como por exemplo: redução do horário de refeição de uma hora para 30 minutos, em negociação direta com os próprios trabalhadores; redução de 360 para 180 dias o período que o trabalhador tem direito à complementação salarial quando afastado pela Previdência Social.

A Fequimfar e seus Sindicatos filiados, que representam mais de 100 mil trabalhadores em todo o Estado de São Paulo, não aceitaram a proposta e consideraram uma afronta aos trabalhadores. Segundo Danilo Pereira da Silva, presidente da Fequimfar; "A proposta é uma vergonha que não podemos admitir de maneira nenhuma".

Em nova reunião, no dia 31 de outubro, o setor patronal entregou outro pacote com as cláusulas econômicas, que foram avaliadas em assembléia. No mesmo dia, cerca de 250 pessoas ligadas à Fequimfar, entre dirigentes sindicais e trabalhadores do setor químico do interior do Estado, participaram de uma manifestação organizada pela Força Sindical, com apoio da CUT e da CGT, em frente a Fiesp, em prol da campanha.

"A Campanha Salarial Unificada promovida pela Força Sindical deve continuar a todo vapor. Estaremos avaliando a proposta patronal junto aos nossos Sindicatos e as demais categorias que participam do movimento", disse Danilo Pereira da Silva.

O empresariado não se manifestou sobre a redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais. ■

EXPEDIENTE

JORNAL DA FEDERAÇÃO é publicado pela Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas e Farmacêuticas do Estado de São Paulo

Rua Urano, 76 - Aclimação - CEP 01529-010 - São Paulo/SP
Telefax: (11) 3277-5000 - e-mail: fquimfar@zip.net. Diretor Responsável: Danilo Pereira da Silva.
Jornalista Responsável: Paulo de Tarso Gracia - MTb 24.714. Redação: Letícia Campello. Diagramação: Paulo Marques (11) 6422-5573.
Fotolito: Litho System Fotolito Digital (11) 3399-2324 - Impressão: Graftypos. Telefax: (11) 270-5361

DIRETO DA BASE

DEPARTAMENTOS REGIONAIS DA FEQUIMFAR: SEGUINDO EM FRENTE

As Regionais foram criadas pela Fequimfar com a finalidade de facilitar o atendimento aos Sindicatos, no trabalho junto às bases. A Federação recebe todos os meses resoluções provenientes das deliberações que são tomadas em reuniões, cursos, palestras e seminários promovidos por cada um dos Departamentos Regionais.

1ª Região Grande São Paulo – Coordenação: Antônio Cortêz, Maria Auxiliadora dos Santos, Geraldo Pereira Filho e Jurandir Pedro de Souza (em exercício)

STI Santos; STI Guarulhos; STI Suzano; STI Itapecerica da Serra; STI Abrasivos de São Paulo; STI Plásticos de Jundiaí; STI Químicos de Jundiaí; STI Vale do Ribeira; STI Sorocaba; STI Brinquedos

2ª Região Campinas – Coordenação: Valdemar Natalino Corrêa, Luiz Antônio de Lima e Antônio Gazano

STI Salto; STI Itatiba; STI Cosmópolis; STI Jaguariúna; STI Americana; STI São Carlos; STI Araras; STI Rio Claro; STI Santa Rosa do Viterbo; STI São João da Boa Vista

3ª Região Araçatuba – Coordenação: Edson Dias Bicalho, José Roberto da Cunha e Levi Gonçalves Ferreira

STI Araçatuba; STI Marília; STI São José do Rio Preto; STI Bauru; STI Ipaussú; STI Botucatu; STI Tatuí, STI Guaíra; STI Presidente Prudente; STI Ribeirão Preto

Nota: As Regionais de Campinas e Araçatuba estão se destacando pelos Cursos e Seminários que estão sendo realizados pelas mesmas. São Paulo começa a estabelecer as suas metas de trabalho e Jurandir Pedro de Souza assumiu a coordenação, levando-se em conta o trabalho de Antônio Cortêz junto ao Sindicato Nacional dos Aposentados e Pensionistas, e Geraldo Pereira Filho, esteve licenciado em razão da sua candidatura a vereador nas últimas eleições municipais.

Paulo de Tarso Gracia

Edson, José Roberto, Valdemar e Célio

Cursos já realizados pela Regional de Campinas:

- Departamentos de Saúde e Segurança / Ambiente de trabalho e social do trabalhador
- Homologação
- Ações Repressivas / Previdência Social
- Recursos Hídricos

Cursos já realizados pela regional de Araçatuba

- Saúde e Segurança no ambiente de Trabalho
- Administração Sindical
- Comunicação e Oratória

ELEIÇÃO 2000: NOSSOS VENCEDORES

Companheiros eleitos no pleito do dia 1° de outubro que tiveram o apoio de Sindicatos filiados à Fequimfar:

STI Americana

- **David Ramos**, ex-diretor do Sindicato, reeleito como o 4° vereador mais votado
- **Gilmar Vieira,** ex-diretor do Sindicato
- **Luís Renato**, professor, eleito com o apoio do Sindicato

OBS. Wilson Rocha, 1° suplente em Limeira

STI Araçatuba

- **Nilton Aparecido Rocha**, membro da diretoria do Sindicato, eleito no município de Nova Lusitânia

STI São José do Rio Preto

- **Almir Aparecido Fagundes**, presidente do Sindicato, reeleito no município de Monte Aprazível
- **Eurípedes Florêncio de Souza**, membro da diretoria do Sindicato, reeleito no município de Fronteira (MG)

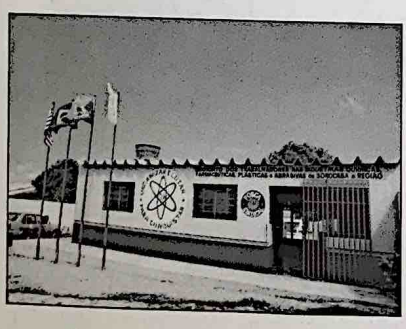
INAUGURADO O NOVO CLUBE DE CAMPO DO STI SOROCABA

Dia 21 de outubro, sábado de sol, muita festa, música, churrasco e confraternização na inauguração do novo Clube de Campo para os associados do STI Sorocaba. Carlos Alberto dos Santos, "Carlão", presidente do STI Sorocaba e membro da diretoria da Fequimfar, recepcionou todos os presentes e enalteceu o trabalho da sua diretoria, dos funcionários e associados do Sindicato, que se dedicaram com muita determinação na sua construção. O novo Clube de Campo é destinado a todos os trabalhadores do setor químico de Sorocaba e região, para usufruto de suas comunidades e famílias. "Nosso trabalho para a construção deste espaço se iniciou em junho de 1999. Além dos esforços dos companheiros, destacamos o trabalho do Cícero Gomes Neto, "Carequinha", que administrou, com muito empenho e força de vontade, o andamento de todas as obras do Campo. Tudo isso foi conseguido num tempo recorde para todos os trabalhadores", disse Carlão. Mais de mil pessoas estiveram presentes na solenidade de inauguração. Danilo Pereira da Silva, presidente da Fequimfar e secretário geral da Força Sindical Estadual, enalteceu em seu discurso, o trabalho e a união existente no STI Sorocaba, "Este Sindicato nos oferece um grande exemplo de cidadania a ser seguido pelo movimento sindical, perante a sociedade como um todo". Prestigiaram o evento diversos dirigentes sindicais, entre eles: Pedro Russinelli, presidente do STI Americana; Paulo Junior Almeida, presidente do STI Tatuí; e Levi Gonçalves Pereira, presidente do STI Marília e membro da diretoria da Fequimfar. Autoridades e representantes de toda a comunidade local também estiveram presentes.

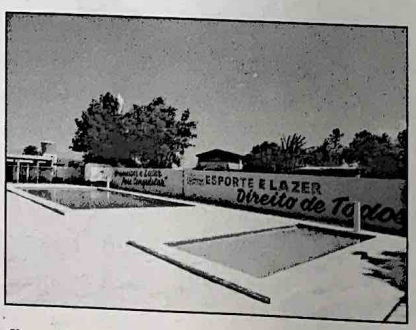
Paulo de Tarso Gracia

Dirigentes da Fequimfar presentes na solenidade de inauguração do Clube de Campo

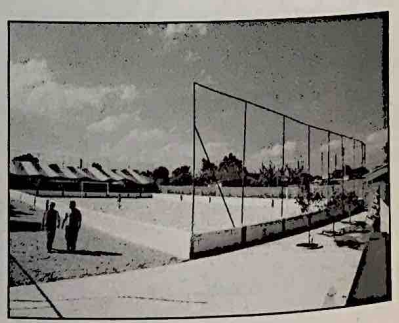
O Clube de Campo foi construído em terreno próprio e possui um complexo com quadra poli esportiva, campo de areia para futebol society, piscinas, churrasqueiras, vestiários, playground, área de lazer e descanso. A segunda fasedas obras compreende na construção da sede escola para os trabalhadores da categoria. A festa culminou com o descerramento da placa de inauguração por Carlão, Danilo e todos os presentes. Foi realizado também sorteios de prêmios, onde os trabalhadores deveriam responder perguntas relacionadas ao acordo coletivo da categoria dos químicos. ■



Paulo de Tarso Gracia



Paulo de Tarso Gracia



Instalações do Clube de Campo do STI Sorocaba

FESTA DO DIA DA CRIANÇA!!!

STI Brinquedos promove pelo terceiro ano consecutivo sua tradicional festa em comemoração ao Dia das Crianças

Seja Natal, aniversário, Dia das Crianças ou outra data comemorativa, o trabalhador que faz brinquedos no Brasil dificilmente consegue comprá-los. E foi pensando nisso que o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Brinquedos e Instrumentos Musicais do Estado de São Paulo promoveu em 1998, a sua primeira festa, dedicada aos filhos de todos os trabalhadores da indústria de brinquedos. Este evento proporcionou, além dos presentes, um pouco de diversão e descontração aos que trabalham o ano inteiro, e em poucas ocasiões, conseguem um momento de lazer com seus filhos. Em 1999 a festa foi repetida com sucesso e estiveram presentes mais de 2 mil pessoas. Este ano não foi diferente. Um grande número de trabalhadores estiveram presentes à festa do dia 12 de outubro. Em todos os eventos promovidos pelo STI Brinquedos, a participação e o trabalho voluntário dos diretores, funcionários e associados, é fundamental para o sucesso dos mesmos. Maria Auxiliadora dos Santos, presidente do STI Brinquedos, lembra e agradece a colaboração de grande parte do empresariado do setor, que sempre doa os brinquedos para a festa. Segundo Auxiliadora, "Neste ano o ponto alto da festa foram as brincadeiras e shows realizados e produzidos pelos trabalhadores. O operário se transformou em um palhaço, animando a criançada. As pequenas bailarinas e dançarinos foram os filhos destes mesmos trabalhadores". A Fequimfar esteve representada por seu vice presidente e diretor do Sindicato Nacional dos Aposentados e Pensionistas, Antônio Cortêz, que ressaltou todo o trabalho realizado por Maria Auxiliadora e sua diretoria em benefício do trabalhador do setor. Na festa deste ano o STI Brinquedos distribuiu gratuitamente mais de 2500 brinquedos. ■

Paulo de Tarso Gracia

Maria Auxiliadora, presidente do STI Brinquedos

Paulo de Tarso Gracia

Paulo de Tarso Gracia

COMEÇA A BATALHA PELO AUM

Presidente Fernando Henrique Cardoso, apóia mínimo de R$ 180,00, mas diz faltar fontes de
além dos recursos já embutidos na prop

O presidente Fernando Henrique Cardoso autorizou o líder do governo no Senado, José Roberto Arruda (PSDB/DF), a apresentar uma emenda ao Orçamento, que está sendo discutido pelo Congresso Nacional, propondo o aumento do salário mínimo em

Arquivo/Força Sindical

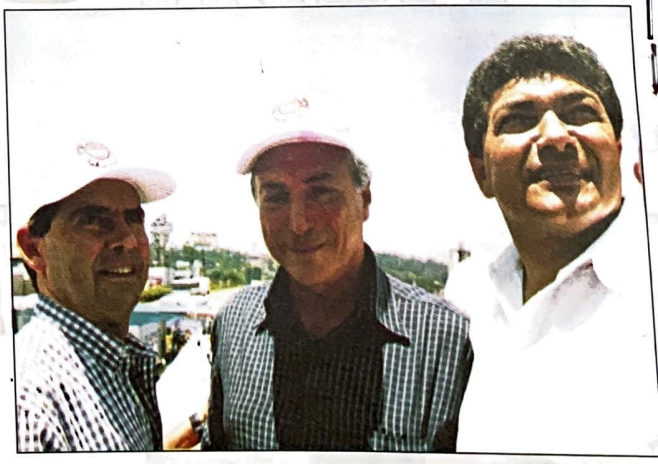
2001, provavelmente para R$ 180,00. O processo de alteração da proposta orçamentária para reajustar o salário num valor diferente terá de ser feito por meio de emenda de uma das comissões temáticas da Câmara ou do Senado. Isso por causa do elevado valor envolvido, já que o volume de recursos permitidos para emendas individuais dos parlamentares, de bancada regional e estadual seria insuficiente, na avaliação de Alberto Goldman (PSDB/SP), presidente da Comissão Mista de Orçamento.

Até agora a proposta do governo era aumentar o salário dos atuais R$ 151,00 para R$ 159,00 ano que vem, um reajuste de 5,57%. Cada R$ 1 a mais no salário representa uma despesa da folha de pagamento de R$ 173 milhões. O Palácio do Planalto estuda fontes alternativas de recursos para dar ao salário mínimo reajuste acima dos 5,57%. A defesa de reajuste acima da inflação, encabeçada pelo presidente do Senado, Antônio Carlos Magalhães (PFL/BA), e pela oposição, será o principal item da agenda do Congresso após o segundo turno das eleições municipais. ACM disse que o Congresso vai cortar despesas no Orçamento para financiar aumento real do salário mínimo, transferindo aos partidos a responsabilidade de apontar cortes que financiarão o reajuste.

As sugestões dos parlamentares como fontes possíveis de financiamento (cortes das verbas de emendas e taxação das aplicações dos fundos de pensão) correspondem a receita inferior a R$ 5,6 bilhões. O corte das emendas daria um total de R$ 900 milhões ao ano e a taxação das aplicações dos fundos de pensão, cerca de R$ 2 bilhões. Os parlamentares também sugerem a utilização da reserva de contingência, no valor de R$ 1,6 bilhão, prevista no Orçamento da União.

José Roberto Arruda, líder do governo no Senado, su-

geriu algumas fontes, entre elas a antecipação de R$ 1 bilhão dos 8 centésimos da CPMF que serão cobrados assim que for aprovado o Fundo de Pobreza. Com isso, estaria coberto o rombo de cerca de R$ 5,2 bilhões que o aumento no mínimo causará, segundo as contas do ministro da Fazenda, Pedro Malan. O problema é que tanto o dinheiro de parte das emendas dos parlamentares quando o da CPMF é provisório.



Paulinho, Michel Temer e Cícero na manifestação pelo mínimo de R$ 180,00

LO AUMENTO DO SALÁRIO MÍNIMO

as diz faltar fontes de receita para pagar o novo piso nacional. Serão necessários mais R$ 2,9 bilhões, já embutidos na proposta orçamentária de 2001

Arquivo/Força Sindical

, entre elas a
bilhão dos 8
que serão co-
r aprovado o
Com isso, es-
o de cerca de
aumento no
undo as con-
zenda, Pedro
que tanto o
emendas dos
o da CPMF

Arquivo/Força Sindical

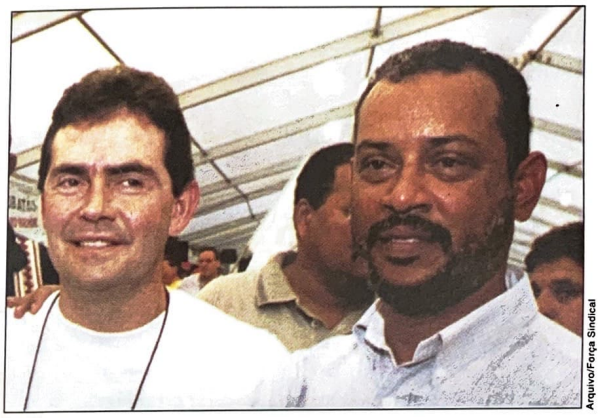
ro
180,00

As projeções sobre o aumento do mínimo incluem o acréscimo das despesas do governo federal com aposentadorias e pensões pagas pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), o seguro-desemprego, o abono salarial e os benefícios da Lei Orgânica da Assistência Social (Loas), todos vinculados ao valor do salário mínimo.

O presidente é a favor do aumento do mínimo e conta com a ajuda do Congresso para encontrar as fontes que permitam o reajuste. Para Paulo Pereira da Silva, presidente da Força Sindical Nacional: "Não importa quem defenda o aumento do mínimo, o que importa é o dinheiro no bolso do trabalhador".

Encontro com sindicalistas

Reunidos no dia 19 de outubro, com dirigentes das três maiores centrais sindicais (Força Sindical, CUT e CGT), Antônio Carlos Magalhães e Michel Temer (PMDB/SP), presidente da Câmara, aceitaram apoiar a criação de uma comissão informal com representantes de todos os partidos, para analisar a correção do salário mínimo. Danilo Pereira da Silva, presidente da Fequimfar e secretário-geral da Força Sindical Estadual, estava presente e afirmou: "O movimento sindical sempre esteve unido para reivindicar os direitos dos trabalhadores. Estamos lutando para que eles tenham um salário mais digno".


Arquivo/Força Sindical

Paulinho e Danilo

Marcha da Força

A marcha pelo aumento do salário e pelo pagamento dos saldos do FGTS, promovida pela Força Sindical saiu no dia 23 de outubro, às 9 horas, de São Paulo com destino a Brasília. Serão percorridos 1015 km a pé e cerca de 150 pessoas aderiram à manifestação. À saída da sede da Força Sindical, no centro da cidade, os manifestantes contaram com o apoio político de diferentes partidos.

Os manifestantes seguiram em direção ao km 14 da Anhangüera, onde acamparam. A primeira etapa do trajeto, escoltado pela polícia militar, passou pelas avenidas Tiradentes, Santos Dumont e Prestes Maia, sentido marginal Tietê na capital paulista. A marcha vai durar entre 35 e 40 dias, com os sindicalistas caminhando seis horas por dia. Em cada cidade que a comitiva parar haverá uma manifestação organizada pelos sindicatos locais, prefeituras e entidades da sociedade civil. Próximo a Brasília aproximadamente 1850 pessoas de outros Estados se juntarão à manifestação. ■

Arquivo/Força Sindical

Marcha da Força Sindical com destino a Brasília

CURTAS

SEMINÁRIO SOBRE NORMAS INTERNACIONAIS DO TRABALHO

Turin/Itália - Lisboa/Portugal

Arquivo

Márcio Pucu, advogado da Força Sindical; Sérgio Luiz Leite, secretário-geral da Fequimfar e Pedro Paulo Cardoso, advogado do Sindicato dos Metalúrgicos de Curitiba (PR). Presentes no Seminário sobre Normas Internacionais do Trabalho no Centro Internacional de Formação em Turin, Itália, pela OIT (Organização Internacional do Trabalho), realizado de 9 à 20 de outubro.

Arquivo

Sérgio Luiz Leite, secretário-geral da Fequimfar, recebe certificado de participação na UGT (União Geral dos Trabalhadores) em Lisboa, Portugal, onde ocorreu o término dos trabalhos iniciados na Itália. ■

SINDICALIZE-SE!

FORTALEÇA AINDA MAIS A NOSSA FORÇA!

Comunique-se com a Fequimfar também pela Internet. Nosso e-mail é:

fquimfar@zip.net

A LUTA CONTRA A AIDS

"A Aids está alterando a economia e o tecido social dos países mais atingidos", disse Peter Piot, diretor da Unaids, programa das Nações Unidas para controle da doença. Tendo em mãos os números divulgados no Relatório Anual da entidade, Piot afirma que o HIV vai matar mais de um terço dos adultos jovens nos países onde a doença está mais disseminada. O relatório mostra que a diminuição da força de trabalho e o aumento do percentual de pessoas idosas e crianças, que tendem a depender economicamente de adultos mais jovens, estão contribuindo para instabilidade social em todo o continente. A Aids está, ainda, afetando a agricultura e a educação e sobrecarregando os sistemas de saúde da África. Em cada dez professores que morrem na Costa do Marfim, por exemplo, sete são vítimas da doença. Nos hospitais das grandes cidades africanas, de 40% a 70% dos leitos estão ocupados por pessoas com Aids.

Remédios

No Brasil, seis laboratórios estatais fabricam sete dos 12 medicamentos anti-Aids oferecidos pelo Estado. O País economizou US$ 500 milhões por se utilizar de medicamentos genéricos. O Ministério da Saúde ofereceu a possibilidade de transferência da tecnologia brasileira de fabricação de remédios para outros países em desenvolvimento.

Fequimfar

João Donizete Scaboli, coordenador do Departamento de Saúde da Fequimfar, estará participando, entre os dias 6 e 11 de novembro no Centro de Convenções do Riocentro, no Rio de Janeiro, do Fórum 2000 – DST e AIDS na América Latina e Caribe. Serão discutidos e apresentados diversos estudos sobre o comportamento e metodologias utilizadas em vigilância epidemiológica das DST, infecção pelo HIV e Aids. Grupos de discussões serão criados, para aprofundar os temas abordados e estabelecer recomendações e estratégias para o desenvolvimento de ações nesta área.

OIT aponta malefícios da globalização à saúde

Doenças psíquicas são cada vez mais freqüentes entre os trabalhadores, provocadas pelas mudanças que a globalização da economia exige no mercado de trabalho. O custo do stress profissional aumenta fortemente e a depressão está se tornando uma doença banal em vários países. Essa é a conclusão de um estudo da Organização Internacional do Trabalho (OIT), sobre a saúde mental de empregados na Alemanha, Estados Unidos, Finlândia, Inglaterra e Polônia. Em muitos países são os problemas psíquicos que conduzem à aposentadoria antecipada e que se tornam a principal razão de pagamentos de pensões por invalidez.

O autor do estudo, Phyllis Gabriel, adverte para o círculo vicioso que afeta a todos: "Os assalariados estão deprimidos, cansados e estressados: eles perdem sua renda, muitos ficam desempregados e são vítimas do descrédito que provoca inevitavelmente a doença mental. Os empregadores são afetados com a baixa da produtividade e dos lucros e devem renovar mais freqüentemente seu pessoal com os custos de recrutamento e de formação. Para os governos, o custo é o de cuidados de saúde".

A forte degradação da saúde mental dos trabalhadores em cinco países com práticas e estruturas de renda e emprego bastante diferentes leva a OIT a alertar as sociedades para que cuidem seriamente do problema. ■

Paulo de Tarso Gracia

João Donizete Scaboli, coordenador do Departamento de Saúde da Fequimfar, na entrega de uma placa de agradecimento ao Ministério da Saúde pela participação no 5º ano do Projeto Verão sem Aids e Drogas. ■

ENTREVISTA

A HORA É AGORA!

Sérgio Mendonça, economista e diretor técnico do Dieese (Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio Econômicos) fala sobre desemprego, crescimento industrial e outros temas ligados ao movimento sindical. Ele considera hoje o melhor momento para os trabalhadores fazerem suas reivindicações

Jornal da Federação – O que é o Dieese?

Sérgio Mendonça - Ele foi criado pelos sindicatos em 1955 em São Paulo, basicamente para calcular o índice do custo de vida. Na época se desconfiava que o custo de vida pudesse ser manipulado e que não refletia a realidade. Então os trabalhadores, depois de uma grande greve em São Paulo em 1953, criaram o Dieese. Ele cresceu para se tornar um órgão nacional e hoje possui 15 escritórios regionais e o nacional que é aqui em São Paulo. São 500 sindicatos filiados e é um órgão que nasceu para fazer pesquisa sobre inflação, índice do custo de vida e faz assessoria sócio econômica para o movimento sindical. Também trabalhamos na área de educação (campanha salarial, negociação coletiva), fazendo seminários e cursos. Temas que estão na pauta do movimento sindical; empregos, inflação, trabalho infantil, redução da jornada.

JF – Como as entidades mantêm o Dieese?

Sérgio Mendonça - A filiação ao Dieese das entidades sindicais de trabalhadores é voluntária e nossas 500 entidades financiam a entidade no Brasil inteiro. O Dieese evolui para ter um padrão de financiamento que depende não só de recursos sindicais, mas também de recursos de projetos. Ele é uma entidade pública, apesar de ser uma entidade dos sindicatos de trabalhadores, que presta relevante serviço de utilidade pública.

Arquivo

JF - No Brasil do neoliberalismo, o movimento sindical ainda tem poder de luta? Quais são as ameaças que o neoliberalismo oferece aos trabalhadores e à economia nacional?

Mendonça - É evidente que este período que está ficando conhecido como neoliberalismo têm seus marcos centrais e enfraqueceu o movimento sindical, pois foi um período de ataques aos sindicatos, de revisão e redefinição do papel do Estado. Muitas organizações sindicais dos trabalhadores na área de serviço público foram afetadas e houve redução do nível de emprego. É um período difícil para a classe trabalhadora. O fato é que se há uma avaliação relativamente concensual sobre o neoliberalismo é que ele é um fracasso do ponto de vista do crescimento econômico e causou uma série de impactos sobre a geração de empregos e aumento do desemprego em nível mundial, em escala global. E o Brasil se inseriu neste processo de abertura econômica nos anos 90 também de uma maneira equivocada o que acabou agravando este problema de baixo crescimento e aumento do desemprego, eliminação de postos de trabalho, rompimento das cadeias produtivas. Isso significou eliminação de empregos. Então, é evidente que diante de um quadro de baixo crescimento, aumento de desemprego e precarização do trabalho enfraqueceram o movimento sindical. No campo das idéias, o neoliberalismo traz consigo a predominância do mercado, as idéias individualistas e no campo das ideologias é um obstáculo para organizações coletivas.

JF – Quais os índices mais recentes que tratam do desemprego no Brasil?

Mendonça – Segundo pesquisa feita pelo Dieese, o desemprego estava na casa dos 17% até o terceiro trimestre do ano 2000. O desemprego normalmente é maior no primeiro semestre, menor no segundo trimestre e tudo indica que nós teremos um desemprego terminando em torno de 17% na Grande São Paulo. Existem outras pesquisas no Brasil sobre o desemprego que apontam números menores, porque se calcula o desemprego aberto e nós calculamos o que chamamos de desemprego total, que é o desemprego aberto e o desemprego oculto, que é típico de economia como a nossa. Ou seja, não atingiram graus de desenvolvimento mais elevados como outros países mais desenvolvidos. Nós acreditamos que o desemprego esteja nesta faixa em São Paulo, 17% ao iniciar este último trimestre de 2000. O próprio governo, na sua pesquisa anual, reconhece que a taxa de desemprego em São Paulo passa de 10%. Acreditamos que o nosso seja mais adequado à realidade brasileira.

JF – E a inflação? A quantas anda?

Mendonça – Ela caiu muito depois do Plano Real e não há dúvida que resultou numa inflação baixa. Foi o principal resultado do plano na minha opinião, mas depois da desvalorização da moeda em janeiro de 99, a inflação voltou e nós devemos ter em dois anos, entre 99 e 2000, uma inflação acumulada próxima de 20%. A inflação não está apresentado nenhuma trajetória de explosão e tudo indica que no ano de 2001 exista até um espaço para queda e deve fechar o ano de 2000 em torno de 8% na nossa avaliação, talvez até um pouco menos. É um fator preocupante ter quase 20% de inflação em dois anos. Em 99 tivemos recessão e os trabalhadores, dificuldades em recuperar esta inflação nas negociações coletivas. Isto significa uma perda salarial, mas que está continuando um pouco neste ano. A situação melhorou um pouco porque há crescimento econômico em 2000. Eu diria que a inflação não está fora de controle, mas ela preocupa ainda num ambiente de crescimento da economia que é desejável. Pode ser que algumas empresas queiram recompor suas margens de lucro e isso possa significar algum impacto sobre a inflação. Outro problema é o petróleo, que também preocupa. O preço do produto está muito alto. O que preocupa também é o fato que o crescimento econômico acaba levando a um aumento de demanda e isto pode provocar algum tipo de inflação. Foi o que eu disse: as empresas tiveram que reter, comprimir seus preços nos últimos anos e agora num ambiente mais favorável podem querer recuperar uma parte disso. Apesar de tudo isso eu não acho que a inflação preocupe mais que o desemprego, por exemplo, que é um problema mais grave.

JF – Qual o perfil do trabalhador brasileiro hoje?

Mendonça – O trabalhador brasileiro, como todos sabem, é um trabalhador com baixo nível de escolaridade, em torno de 6 anos, o que é muito pouco comparado a outros países. Outro ponto importante é que o nosso trabalhador é muito mal remunerado, os salários são baixos. Isso está correlacionado com a escolaridade e com o grau de desenvolvimento da economia brasileira e da produtividade, o que faz com que não tenhamos salários altos. Também está ligado com a péssima distribuição de renda. Ou seja, você tem um nível de escolaridade baixa, baixo desenvolvimento econômico ou que não atingiu níveis altos, e uma distribuição de renda extremamente desigual. Considerando todos os níveis de rendimentos, todas as rendas, a massa de salários não representa, segundo o último dado, algo em torno de 37% do PIB (Produto Interno Bruto), que já foi de 45% no início da década de 90. Então você percebe que está caindo a massa de salários sobre o desemprego em função da abertura da economia, da reestruturação das empresas e da própria contenção de salários. O Brasil abriu seus mercados com a globalização e tem que comprimir seus salários para se tornar competitivo. São traços dramáticos do perfil dos trabalhadores brasileiros; possuem uma renda baixa e isto tem impacto no futuro em termos de Previdência Social, porque as pessoas se aposentam com salários baixos e isto significa a sua volta para o mercado de trabalho; renda baixa implica que as famílias tem de colocar mais gente para trabalhar, o que implica trazer crianças e cônjuges. Mas a média de escolaridade está subindo lentamente e isto pode, num futuro próximo, ter um impacto positivo na força de trabalho que é grande, numerosa e vai continuar crescendo

>>>

nos próximos anos. A mudança deste perfil vai levar algum tempo.

JF – Estamos em plena campanha salarial. O senhor acha possível os patrões aceitarem dar aumento real aos trabalhadores?

Mendonça – Se os patrões puderem, eles não vão dar este aumento. É evidente que isto vai depender da organização dos trabalhadores. O que tem de novo no ano 2000 é uma melhora da condição geral da economia, ou seja, depois de dois anos de recessão (98 e 99), nós estamos tendo um crescimento e os trabalhadores percebem isso e está caindo um pouco o desemprego. Isto diminui o medo e fortalece um pouco o papel do sindicato para as negociações coletivas. Eu acho que existe condições um pouco melhores para tentar aplicar aumentos reais. Não vai ser fácil, porque o desemprego apesar de estar baixando, ainda é alto e os sindicatos têm dificuldades em mobilizar os trabalhadores. Mas dos últimos três anos é o melhor momento, então é de se esperar que onde houver organização, e onde o setor econômico estiver bem do ponto de vista da produção, que haja condições de se conseguir aumento real.

JF – Como o senhor vê a "união" da Força Sindical e da CUT? O senhor acha que a união das centrais aumenta o poder de luta dos trabalhadores?

Mendonça – O Dieese é um órgão intersindical, nós trabalhamos com todas as centrais e sempre vemos com olhos positivos a união do movimento sindical. Em qualquer parte do mundo quanto mais unidos os sindicatos estiverem, mais força eles têm. Há muitas vezes, não só no Brasil, divisões entre os trabalhadores, mas nesse momento o que está prevalecendo é a estratégia de união, o que me parece fundamental para que você crie condições para melhorias. Sem a união a situação piora ainda mais, porque o desemprego já faz o seu papel de enfraquecer o movimento sindical. Se o movimento sindical já vai dividido para a negociação é pior para o trabalhador. Por isso, vejo com bons olhos a união das centrais neste momento de campanha salarial.

JF – A nossa estabilidade econômica pode ser considerada uma bomba de efeito retardado?

Mendonça – Existe um pequeno risco da volta da inflação. Nós temos uma série de problemas decorrentes da estratégia de estabilização que o Brasil adotou, que implicou em fragilizar a nossa situação internacional: nós valorizamos a nossa moeda no início do Plano Real e isto implicou numa explosão de importações, uma diminuição das exportações abrindo um desequilíbrio externo, mais a dívida externa acumulada que nós temos que pagar, mais os juros destas dívidas, mais a remessa de lucros (porque houve uma desnacionalização das empresas brasileiras). Então existe hoje uma pressão para enviar dólares para fora do Brasil muito grande e você precisa gerar estes dólares. Eu diria que o Plano Real não foi neutro neste aspecto, ele acabou aprofundando esta situação e nós estamos tendo que pagar este preço. Se em algum momento do futuro a gente não equacionar este problema, existe um risco sobre uma nova desvalorização do Real, como tivemos em 99, e esta desvalorização implicaria em pactos inflacionários e não sei se seremos bem sucedidos como fomos em 99/00, onde a inflação subiu mas ficou num patamar ainda baixo. Uma nova desvalorização, dependendo de como seja, pode alimentar esta fogueira da inflação. Existem riscos pela frente, as condições externas não são tranqüilas (vê-se o solavanco do petróleo, uma possível volta da guerra no Oriente Médio, a Argentina em crise), tudo isso são fatores externos que afetam muito o Brasil. Eu diria que não há riscos iminentes de volta da inflação ou desvalorização, mas nós temos que rapidamente nos livrarmos da dependência externa e não é uma tarefa de um ano ou dois É fundamental que a trajetória da economia brasileira vá em direção da redução de dependências de recursos, senão estaremos o tempo todo sujeitos à riscos externos.

JF – Qual a posição do Dieese sobre a redução da jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais?

Mendonça – A redução da jornada é uma das principais teses do movimento sindical e do mundo inteiro. É evidente que o Dieese apóia esta idéia, as novas tecnologias mostram condições de se produzir cada vez mais com menos horas de trabalho e é fundamental que a gente vá nesta direção. A experiência internacional mostra que é possível traba-

lhar menos, produzir bastante. Embora haja controvérsias, porque nos EUA se trabalha mais, mas na Europa se trabalha menos. Eu diria que a nossa jornada é muito alta e a possibilidade de reduzí-la neste momento, ganha muito apoio social na medida em que esta questão do desemprego cresceu de importância e esta redução poderia gerar mais empregos. Outro aspecto, no caso brasileiro, são as horas extras. Se você regular estas horas-extras buscando diminuí-las, eu acho que se cria também um outro incentivo, uma outra indução para que possamos criar empregos a partir da redução da jornada e do corte de horas-extras. É uma luta que vai permanecer no tempo para que o Brasil vá na direção, neste primeiro momento, talvez na redução das 44 horas e alguns sindicatos já estão conquistando apoio das empresas. Eu diria que, talvez hoje você tenha condições de apoio da coletividade, na sociedade, como foi na França. Por que se a sociedade identifica que o desemprego é o principal problema a ser enfrentado e se a redução da jornada pode ajudá-lo a diminuir, é de se esperar que não só os trabalhadores organizados apóiem e lutem pela redução da jornada. Mas também o conjunto da sociedade que enxergará a possibilidade da redução do desemprego que é um fator de inquietação social.

JF – Como está o crescimento industrial no Brasil?

Mendonça – Pela primeira vez em muito anos, depois de 94, a indústria voltou a crescer no Brasil e a gerar empregos. A indústria continua sendo o setor "carro chefe" da economia, então toda vez que a indústria cresce você cria empregos de boa qualidade e com salários mais altos do que outros setores. Desencadeia um processo de compra para outros setores liderados pela indústria, por exemplo, uma parcela da indústria que é exportadora, ou seja, você cria condições de crescimento autônomo da economia de uma maneira importante e com poucos efeitos ou não tão graves sobre a balança de pagamento. Eu acho importantíssimo a retomada do crescimento industrial que está na casa dos 6%. Este ano é mais favorável do ponto de vista do crescimento industrial, inclusive do crescimento do emprego que era algo que não acontecia há muito tempo.

JF – Os trabalhadores sem carteira assinada já somam 41 milhões, ou seja, sem nenhum benefício. Como o Dieese vê esta situação e o que fazer para revertê-la?

Mendonça – Sem dúvida é um problema, a precarização do trabalho, o crescimento dos trabalhadores sem carteira é um ponto extremamente negativo no mercado de trabalho e para o País. Eles não tem nenhum benefício, não recebem Fundo de Garantia, aposentadoria ou plano de saúde. É um fator muito preocupante, tão grave quanto o desemprego e esta precarização precisa ser combatida. Uma parte pelo Estado através de fiscalização e outra parte através do crescimento econômico que trará condições de se incorporar uma parcela desses trabalhadores. São milhões de pessoas que estão neste estado, aliás num mercado de trabalho de 70 milhões de pessoas ocupadas, só 25 milhões são assalariadas têm carteira. São muitos trabalhadores em condições precárias, que não tem proteção nenhuma para o futuro.

JF – E a correção do FGTS? O senhor acredita que ela chegará ao bolso do trabalhador?

Mendonça – Eu acho que ela chega sim ao trabalhador, pode demorar, mas vai chegar. O Supremo Tribunal Federal já julgou, então não há como não pagar. O que pode acontecer é o governo querer protelar o pagamento, eles podem não querer "bancar" a conta. Eu acho que, mais cedo ou mais tarde, ela vai chegar. Esse direito já foi reconhecido pela corte máxima do País, não há como recorrer da decisão, então eu diria que quanto mais rápido vier melhor, mas mesmo que haja alguma demora a tendência é que o Fundo de Garantia será recebido. Muitas vezes não em dinheiro, porque muitos trabalhadores receberão um crédito em sua conta. Os critérios de pagamento, numa eventual negociação que deve acontecer entre governo federal e as centrais sindicais, podem ser critérios de justiça social: as pessoas que já saíram do emprego, perderam seu emprego e já sacaram, desempregados, aposentados; há uma série de critérios que se pode discutir. São R$ 40 bilhões para serem pagos e significam quase 4% do PIB do Brasil, não é uma coisa simples. É um direito reconhecido e acho que os trabalhadores, mais cedo ou mais tarde, irão receber. ■

DICAS PARA O HORÁRIO DE VERÃO

Paulo de Tarso Gracia

Para cada mudança de uma hora o organismo leva uma semana para se adaptar. Ocorre o chamado jetlag; conjunto de sintomas que ocorrem nos viajantes que chegam a locais com diferença de fuso horário e ainda continuam com as mesmas atividades orgânicas como se estivessem no horário anterior. Se a pessoa passar a dormir mais tarde e tiver que acordar mais cedo, perderá uma hora do seu sono e esta hora a menos poderá se refletir numa piora dos reflexos e da memória. Algumas pessoas se adaptam mais rapidamente, outros continuam a se influenciar pela luz solar e passam todo o período de verão dormindo menos e isso pode influenciar a sua qualidade de vida, pois é durante o sono que ocorrem processos cerebrais fundamentais para o crescimento e memória. Procure comer e dormir no mesmo horário, sem atrasar esses processos. Aproveite a hora a mais de luz solar para se exercitar. São medidas que tendem a manter a sua qualidade do sono e, portanto, a qualidade de vida.

Fonte: Elizabeth Quagliato, professora e neurologista, e Jamiro da Silva Wanderley, professor de Clínica Médica, ambos da Universidade de Campinas (Unicamp).

ESPAÇO CAIPIRA

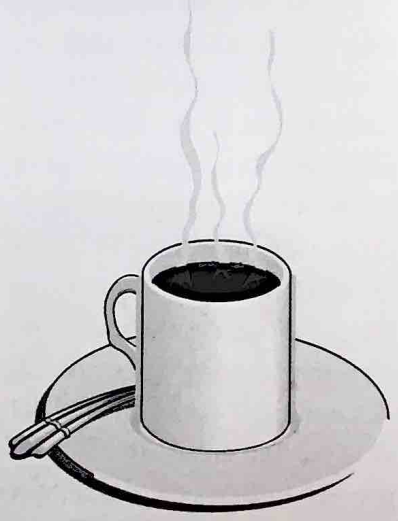
CURUPIRA - DEFENSOR DAS FLORESTAS

O curupira é uma das lendas mais comuns do folclore brasileiro. Trata-se de um indiozinho de cabelos vermelhos ou cabeça raspada, defensor da flora e da fauna e inimigo daqueles que caçam por prazer. O traço mais marcante do ser imaginário tupi-guarani são seus pés virados para trás que deixam trilhas confusas àqueles que tentam persegui-lo. O curupira muitas vezes é descrito como uma entidade má e assassina, não tendo piedade alguma com os caçadores. Por isso, os índios que nele acreditam costumam deixar artefatos como uma espécie de oferenda para que os curupiras não os ataquem. Uma de suas táticas é o uso de um assobio alto e estridente que tem o poder de desorientar o alvo, fazendo-o perder-se na mata.

CURIOSIDADE

CAFÉ ANTI-PARKINSON

Um estudo da Secretaria da Saúde do Estado americano do Havaí sugere que o café reduz até cinco vezes as chances de desenvolver o mal de Parkinson, doença degenerativa do cérebro. O neurologista Webster Ross, encarregado da pesquisa, diz que a cafeína pode vir a ser recomendada como tratamento.



PENSAMENTO

"Faça as coisas o mais simples que você puder, porém não se restrinja às mais simples"

Albert Einstein - físico alemão

Fórum SP Século 21 – Pensando São Paulo

Jornal do Interior

Uma Publicação da UVESP – União dos Vereadores do Estado de São Paulo – Ano I – Nº 5 – setembro / outubro de 2000

Secretário Arbaitman foi homenageado em Caconde

Arbaitman recebe o Diploma da Ação Municipalista

O secretário de Esportes e Turismo Marcos Arbaitman recebeu, em Caconde, o Diploma da Ação Municipalista conferido pela União dos Vereadores às pessoas que valorizam e promovem a dignidade humana. A Secretaria de Esportes e Turismo tem realizado um excelente trabalho com crianças e jovens menos favorecidos. O projeto Menor pelo Esporte Maior, o projeto Esperança e a Escola do Futuro são algumas das realizações de Arbaitman com a ajuda da iniciativa privada. PAG 13

Secretário João Caramez participa de seminário em Caconde

João Caramez, secretário-chefe da Casa Civil do Estado de São Paulo esteve na Associação Atlética de Caconde para participar do seminário "Alternativas de Desenvolvimento". Caramez elogiou o trabalho da UVESP de levar informação aos agentes políticos e públicos provocando uma melhor atuação política e administrativa desses agentes. PAG 13

Secretário João Caramez é cumprimentado pelo prefeito Geraldo Thadeu de Poços de Caldas

Barra Bonita sedia seminário da UVESP e CEPAM

Sebastião Misiara preside o seminário em Barra Bonita

Fiscalizar o SUS e o Projeto Infocar foram dois dos assuntos tratados durante seminário regional da UVESP em Barra Bonita. Prefeitos, vereadores e candidatos compareceram para participar de mais um seminário regional presidido por Sebastião Misiara, com a presença do presidente da Câmara Municipal de Barra Bonita, Vicente Aparecido Nardo. PAG 12

Fiscalizar o SUS e Informática Social são temas de seminário em Assis

Presidido pelo diretor da União dos Vereadores José Carlos de Almeida, o seminário "Alternativas de Desenvolvimento" provocou debate caloroso sobre o tema Controle e Gestão Financeira do SUS, apresentado pelo economista do CEPAM, Áquilas Mendes. PAG 12

José Carlos de Almeida presidiu seminário em Assis

Vinte municípios participaram do seminário em Jaboticabal

Maria Carlota, prefeita reeleita de Jaboticabal (PT) disse que a "mensagem" da UVESP é forte e precisa ser assimilada pelos novos prefeitos e vereadores

Plantão jurídico foi uma das novidades que a União dos Vereadores e o CEPAM levaram para o seminário regional "Alternativas de Desenvolvimento" em Jaboticabal. Mais de cem pessoas compareceram na Câmara Municipal para aprender a fiscalizar o SUS, para conhecer o projeto social de informática e o projeto de Modernização nos Serviços Públicos da PRODAM-SP, entre muitos assuntos. PAG 13

População aprova o Qualis em São Paulo

Hoje o Qualis é aprovado por 95% da população que assiste, porcentagem acima do que prevê a OMS - Organização Mundial de Saúde, que é de 80%.

A explicação por este alto índice de aprovação é porque o Programa tem garantido às famílias um atendimento digno, sem filas e humilhação. Implantado em 96 pelo governo do estadual, o Programa de Saúde Familiar – PSF, batizado com o nome de Qualis em São Paulo está revolucionando a relação médico com a sociedade, pois consegue conciliar um antigo conceito, o médico de família, com práticas modernas que têm como principal objetivo manter o paciente em casa.
Conheça mais sobre o Programa. PÁG 10

Fiscalizar o SUS é a solução da saúde

Continua pelo interior o debate sobre a fiscalização dos recursos da saúde através da palestra Controle e Gestão Financeira do SUS. O Ministério da Saúde, através da União dos Vereadores está percorrendo o interior mostrando ao vereador que ele deve fiscalizar a aplicação correta dos recursos do SUS. Desta vez, o debate foi em Caconde, Barra Bonita e Assis. Para o economista e técnico do CEPAM, Áquilas Mendes, apenas 10 municípios prestaram contas. PAG 15

PRODAM mostra o Infocar em Caconde, Barra Bonita, Assis e Jaboticabal

PRODAM-SP apresenta o Projeto Infocar em quatro seminários regionais mostrando aos prefeitos e vereadores que a Informática Social é um projeto econômicamente viável. O projeto apresenta um curso de informática aos jovens carentes dando a eles a oportunidade de se prepararem para o mercado de trabalho. A empresa oferece aos prefeitos interessados em implantar o projeto toda a tecnologia e consultoria. PAG 12

EDITORIAL

UM MUNDO COM ÉTICA

"Há máxima segundo a qual o político deve ser indiferente ao bem e a moral, é um erro fatal" (Maritain)

Foi surpreendente a participação da sociedade nas sugestões para elaboração do "Código de Ética" na política. Cerca de trinta mil propostas chegaram ao CEPAM e a UVESP.

O Código nasceu do movimento pela "Ética na Política", auscultando a sociedade civil que, pela cartilha, sugeriu normas de conduta ética que gostaria de ver em seus candidatos.

Evidente que o código não tem força jurídica, mas força moral de onde emanam todas as demais.

"Hominun causa omne jus constitum est, Justiniano" - D.1.5.2

No vernáculo: Por causa do homem é que se constitui todo o direito.

A dignidade do homem é fonte das fontes do direito e da justiça. O homem ficou massacrado por políticos sem ética.

Paralelo às conquistas e avanços do desenvolvimento econômico, cresceu e se agravou um quadro de miséria,desemprego, marginalização e desigualdades inadmissíveis.

Por esse quadro, onde mais de um bilhão de pessoas, ou seja, uma quinta parte da população mundial passa fome e vive em condições subhumanas,surgiram movimentos como o da Itália, a conhecida e chamada "Operação Mãos Limpas". No Brasil, isoladamente, alguns movimentos nessa linha provocaram processos inéditos em nossa história, que culminaram com cassação de parlamentares e até do próprio presidente da República.

Nos dias atuais, a liberdade de imprensa e o acesso da imprensa investigativa às denúncias, levaram a Presidência da República a elaborar seu Código de Ética.

Na política foi dado o primeiro passo. Esforço das entidades, como o CEPAM e a UVESP, que se recompensa diante das milhares de sugestões de todos os segmentos da sociedade.

A transformação da "coisa pública" em "coisa nossa" revoltou, instituições constitucionalmente criadas para proteger os não contabilizados pela justiça social, principalmente.

Não há como negar que, na vida política, a falta ou quebra da ética tem efeito mais destruidor. O político deve ser um exemplo de sociedade. A falta de ética prejudica toda sociedade, cuja expectativa é de que os políticos devem respeitar o tesouro. O estado de São Paulo tem dado exemplo de ética e de respeito ao dinheiro do povo. Nós sabemos onde vai cada real dos nossos impostos.

A ética, ao contrário, é includente, tolerante e solidária e também valoriza a pluralidade de condição humana.

O pai de todos os movimentos municipalistas, o sempre governador Franco Montoro nos levou à análise dos dois modos de fazer política. O mais fácil - e que não conduz a nada de bom - é o hábil, esperto e violento. O mais difícil e exigente, mas de valor construtivo e progressista - é o moral,ético e humanista.

Para os primeiros, a política se define como a arte de conquistar e conservar o poder por qualquer meio, com a única condição de que esse meio possa assegurar o sucesso.

De outra parte, o humanismo político se funda no reconhecimento dos fins essencialmente humano da vida política e de suas fontes mais profundas, que é, entre outros, fundamentalmente, a dignidade humana.

Cabe-nos, finalmente, agradecer em nome da UVESP e do CEPAM, as instituições presentes: Rede Vida de Televisão, Escola de Governo, Pontifícia Universidade Católica, Secretaria de Justiça e Defesa da Cidadania e Universidade de São Paulo.

A Ética não é mais um Estado de Direito. É um imperativo da própria consciência. É um Estado de Espírito.

A pobreza da estrutura não é uma fatalidade histórica. É um fruto dos governos corruptos e que deve ser banida pelo povo.

A presença maciça de segmentos diversos da população nas propostas para consolidar o Código de Ética, nos dá a certeza de que no meio dessa ação estamos descobrindo a verdade elementar de que o centro de todo o desenvolvimento deve ser a pessoa humana.

Que seja a partir de agora, a Ética, o nosso símbolo, como é símbolo para os apóstolos, a barca pescadora de peixes e de almas; como é para a Índia, a Cabra de Ghandi. É o que se espera.

SEBASTIÃO MISIARA

CARTAS & DEPOIMENTOS

MOÇÃO

A Câmara Municipal de Tapiratiba assinou, no dia 6 de setembro último, uma Moção de Congratulação ao Ilustríssimo Sebastião Misiara presidente da UVESP e ao Ilustríssimo Antonio Carlos de Faria presidente da APRECESP apresentada pelo vereador José Renato de Araújo. Justificou o pedido:"

O 1º Seminário Café com Leite – São Paulo e Minas Gerais – "Alternativas de Desenvolvimento" realizado no dia 1º de setembro pp, realizado na cidade vizinha de Caconde, ficará marcado na história como sendo o primeiro, de muitos que virão, objetivando o desenvolvimento dos municípios do Estado de São Paulo e Minas Gerais. Contando com a participação de mais de quinze municípios, as ilustres presenças dos Exmos. Srs. Marcos Arbaitman, D.D. Secretário de Esportes e Turismo do Estado de São Paulo e do Exmo Sr. João Caramez, D.D. Secretário Chefe da Casa Civil do Estado de São Paulo.

Câmara Municipal de Tapiratiba

AGRADECIMENTO

O Secretário Marcos Arbaitman, de Esportes e Turismo, em ofício especial datado de 5 de setembro último, agradeceu ao presidente da entidade, Sebastião Misiara o envio do Jornal do Interior – edição maio/junho. No documento, coloca a secretaria à disposição da entidade e elogia o trabalho da UVESP.

INTEGRAR PARA CRESCER

O prefeito Geraldo Thadeu de Poços de Caldas valorizou o trabalho da UVESP em unir os dois estados, em integrar os dois estados visando desenvolvimento turístico entre as cidades de São Paulo e Minas Gerais. Ele comentou que estava feliz por participar de um seminário de altíssimo nível técnico.

MOÇÃO

A Câmara Municipal de Garça assinou Moção nº 340/2000 com votos de congratulações e aplausos à UVESP-União dos Vereadores do Estado de São Paulo, pela publicação do Jornal do Interior (edição maio/junho) onde o conteúdo vai ao encontro dos interesses dos legisladores municipais.

Sugeriu ainda, que a moção fosse encaminhada ao presidente da Entidade para que ele tomasse conhecimento da homenagem prestada pela Câmara de Garça.

A Moção foi assinada pelo presidente da Casa, Cornélio Cézar Kemp Marcondes.

Câmara Municipal de Garça
Estado de São Paulo

APLAUSO

Antonio Carlos de Faria, prefeito de Caconde fez questão de agradecer o trabalho da UVESP em percorrer o interior com seminários. Para o prefeito "o conteúdo esse ciclo de palestras que a União dos Vereadores traz para o interior aumenta a capacitação do agente político e diminui os riscos de errar".

Dia 01/09/00

ELOGIO

O presidente da Câmara Municipal de Barra Bonita, Vicente Apparecido Nardo elogiou o trabalho da UVESP em promover seminários regionais. Em entrevista a jornalista da entidade, Nardo expressou seu apreço pela forma como a União dos Vereadores informa e capacita o agente político com seminários regionais.

Dia 20/09/00

Jornal do Interior

UVESP - União dos Vereadores do Estado de São Paulo
FUNDADA EM 1977

Diretoria Executiva*
Presidente de Honra: Walter Feldman
Presidente: Sebastião Misiara
1º Vice-Presidente: Jayme Titotó Pereira Barbosa
2º Vice-Presidente: Jaime Rangel
3º Vice-Presidente: Francisco Antonio Paes
4º Vice-Presidente: Vicente Aparecido Menezes
Secretário Geral: César Gontijo
1º Secretário: Marcelo Aparecido Coutinho Silva
2º Secretário: Nilton S. Fernandes Duarte
3º Secretário: Manoel Kenji Chicaoka
Tesoureiro Geral: José Carlos Santos de Almeida
1º Tesoureiro: Carlos Takahashi
2º Tesoureiro: Antonio Carlos Rombolá
3º Tesoureiro: Jair Martines
Diretora Executiva: Aura Leoncio de Sá
Conselho Fiscal: Maria Augusta Lopes Vilarinho, Carlos de Arnaldo Silva Filho, Ivana Aparecida Gagheggi de Souza, Elpídio Tencarte
Suplentes: Silvia Maria Abade Guiliard, José Roberto Xavier da Silva, Silvia Sueli Alves Carmona Rios, João Machado, Sebastião Siqueira Nequinho Desanti

Conselho de Representantes: Sebastião Siqueira Nequinho Desanti, Osvaldo Caiel Filho, João Batista de Melo Jabur, Paulo Roberto Saponga Oliveira,João Carlos Darme, Roberto Yushifumi Kawasaki, Wanderley Batista Salviano, Francisco Adoeto Fanchini, Mikio Miyada, João Machado, Marcos Mancio Affonso de Camargo, Aparecido José Alberguini, Agnaldo Moreno, Rogélio Barchetti

JORNAL DO INTERIOR
Diretor Responsável: Sebastião Misiara
Conselho Editorial: Aura Leôncio de Sá, Maristela Pichini Pacini, Rosely Minas, Sérgio de C. Rodrigues
Reportagem, redação e edição: Maristela Pichini Pacini - Mtb 15917
Redação: Roserly Campagnone - Mtb 43802
Jornalista Responsável: Sebastião Misiara - Mtb 9614
Contato: Aluisio Girardi Cardoso
Consultor de imprensa: Luis Humberto Carrijo
Fotografia: Waldenir Rios - Mtb 22726 - SP

Projeto Gráfico e Editoração: TERRAGRAPH / D·S·C·A

O "Jornal do Interior" é uma publicação mensal da UVESP – União dos Vereadores do Estado de São Paulo.
R. Estados Unidos, 2259 - Jd. América - CEP 01427-002
São Paulo - SP - Tels: (11) 852-1685 / 852-9357 / 852-0461
* Vários diretores encotram-se afastados conforme determinação da Lei Eleitoral.

Fotolitos e Impressão: Imprensa Oficial do Estado

Televisão e responsabilidade social
Há muito o que comemorar nesses 50 anos de televisão no Brasil?

ANA OLMOS

Quais podem ser as relações existentes entre um filme violento exibido na televisão e um ato descontrolado de um garoto de apenas 9 anos, que esfaqueou sua vizinha de sete anos? De acordo com as palavras do próprio menino, que vive em Brasília (DF), no momento do ataque à garota ele assistia o filme "Brinquedo Assassino 2", exibido pelo SBT. A emissora, por sua vez, simplesmente informou que exibiu o filme às 22hs17, dentro do horário permitido para esse tipo de programação. Como se a questão pudesse ser discutida nessas bases, uma vez que não é apenas no horário de exibição que reside o problema. Basta observar alguns canais para confirmar que as emissoras veiculam, durante todo o dia, chamadas sobre a sua programação noturna. Assim, o que é transmitido às 22hs17 tem seus anúncios no ar em pleno horário infantil. Portanto, é só ligar a televisão, a qualquer momento, para ver cenas de tiroteio, estupro, assassinato, sangue e outros tipos de violência escolhidas a dedo, como amostra grátis, com a finalidade de estimular o telespectador e conquistá-lo para compor os tão almejados pontos do IBOPE noturno.

Outro argumento das emissoras é de que veiculam vinheta informativa da idade mínima, no início dos filmes, para a qual o programa é recomendado. Essa, que é uma das justificativas do SBT diante do ocorrido, serve apenas para excitar a curiosidade. Desejar o proibido é característica comum ao ser humano e a criança, que já assistiu à espetacular chamada recheada de "cenas proibidas" durante o dia, não vai trocar de canal frente à essa anêmica recomendação: *mínima no tempo, precária no argumento e pobre na forma - uma simples voz em off não é páreo para o apelo visual* das chamadas. Frente a esses apelos, crianças e adolescentes são naturalmente mais vulneráveis. Não se pode dizer que a "aula" de esfaqueamento proporcionada por "Brinquedo Assassino 2" tenha, por si só, causado o Transtorno de Conduta do garoto, mas seguramente colaborou, possivelmente como disparador do processo, para desencadear essa ação de uma criança com quadro latente de descontrole emocional. A doença mental, como outras, é multifatorial. A irrupção de uma conduta como a do menino (acting-out) mostra a perda da capacidade de pensar criticamente. Porém se os estímulos da vida não são exatamente controláveis, os que forem provenientes da televisão e de outras mídias oferecem maiores possibilidades para que se exerça algum grau de controle.

Frente a esses apelos, crianças e adolescentes são naturalmente mais vulneráveis.

As emissoras são empresas com fins lucrativos que têm no anunciante sua clientela e, na audiência, o regulador de preços de seu produto, que é o tempo de anúncio. Trata-se, no entanto, de uma mídia que vende seu produto relacionado a valores e idéias e que ocupa lugar de honra na casa e na vida das famílias, regulando, de certo modo, o tempo e o espaço de convívio e interação. Mas que mesmo diante de toda essa importância prossegue atuando sem parâmetros de responsabilidade social ou um código de ética.

Diante desses fatos, existe a necessidade de questionar, primeiramente, qual é a responsabilidade social das empresas de comunicação no Brasil? A segunda pergunta é quais são os pré-requisitos necessários para que uma empresa de comunicação possa receber a concessão de canal que lhe permite influenciar milhões de brasileiros? E qual é o critério de renovação dessas concessões? Por fim, quais as conseqüências concretas e cumpridas, não no papel, mas efetivamente aplicadas às empresas que não cumprirem as condições para continuar no exercício de sua concessão? No Brasil, historicamente, as concessões de TV vem sendo renovadas com base em critérios políticos, sem a transparência necessária e sem qualquer tipo de participação ou influência da sociedade.

Em 2000, a televisão brasileira completa 50 anos de existência sem muito o que comemorar. Até quando assistiremos passivos a todas essas cenas explícitas de impunidade e total ausência de responsabilidade social?

Ana Olmos, psicanalista da Infância e Adolescência, diretora-clínica do Centro de Estudos Multidisciplinares para o Desenvolvimento da Criança (CEMDEC/SP), membro fundador do Grupo Tver.

Desenvolvimento Sustentável ou Sustentado?

HELVIO MOISÉS

Políticos, lideranças empresariais, ambientalistas e intelectuais, têm em comum o adjetivo que ultimamente utilizam quando falam do desenvolvimento que desejam: sustentado, ou sustentável (algo como a diferença entre **desejado e desejável**).

No círculo econômico-financeiro prefere-se usar sustentado, que corresponde a uma situação do sistema econômico em que o equilíbrio das variáveis macroeconômicas anunciam permanentemente a possibilidade de crescimento sem limitações estruturais (a idéia de círculo virtuoso), o que o faz ser durável no tempo.

Note-se que, nesse caso, olha-se a realidade por meio de um filtro econômico. A coesão social ou o poder de um presidente de implementar, ou não, uma determinada política, podem entrar no cálculo, mas como fator de risco. Risco econômico, claro.

Ambientalistas e intelectuais preferem usar sustentável quando têm em mente um novo padrão de desenvolvimento, a ser permanentemente buscado, que conciliaria crescimento econômico com responsabilidade social e cuidado ambiental. Que, por isso, seria durável no tempo, pois economizaria capital ambiental e promoveria o capital social (para usar termos que estão adentrando o círculo econômico), na perspectiva de tornar humana a vida da geração presente e viável a das futuras.

O desenvolvimento (econômico) sustentado, então, é algo sobre o qual se tem algum controle. Julga-se conhecer suficientemente como funciona o sistema econômico para, fazendo-se uso de instrumentos de política econômica, buscar alcançar sua sustentabilidade.

O desenvolvimento *sustentável* é um *vir a ser*. Não é um estado, mas uma referência para processos que possam anunciar uma transição desta para uma nova sociedade, construída a cada projeto, a cada decisão.

Rattner[1], visualizando através de diversas experiências em andamento a emergência de uma sociedade sustentável, identifica alguns de seus princípios orientadores: visão integradora, encarando a função das atividades econômicas não somente em seus aspectos materiais, mas também as necessidades sociais e espirituais, tais como identidade, participação, criatividade e solidariedade; descentralização, transparência no processo decisório e participação democrática; propriedade e controle comunitários, assegurando padrões de trabalho e remuneração decentes;ênfase nos recursos materiais, humanos, sociais e culturais da localidade e da regiãosustentabilidade baseada em auto-suficiência e responsabilidade pública dos cidadãos, em vez de dependência de fontes e recursos externos;articulação permanente do local com o nacional e global, o micro com o macro;forte ênfase na dimensão política, procurando induzir mudanças sociais e criando alternativas para o modelo dominante;qualidade de vida como parâmetro básico de desempenho da economia, com ênfase na diversidade ecológica, social e cultural, como critério de avaliação; política econômica para poupar capital, o fator escasso, em vez de reduzir emprego e oportunidades de trabalho.

Os prefeitos e vereadores eleitos para a primeira gestão do século, certamente o foram porque melhor representaram para os eleitores o desejo de desenvolvimento, isto é, de solução para as principais carências que identificam em seu dia a dia.

Estarão interessados na sustentabilidade do desenvolvimento? O desejam sustentado ou sustentável?

Hélvio Moisés é membro do Núcleo Estratégico Operacional do CEPAM.

[1] RATTNER, Henrique. Liderança para uma sociedade sustentável. São Paulo: Nobel, 1999. pp. 131, 132.

Sobre a poluição visual, ou sobre como aprendi a gostar de Iguape

ÊNIO SQUEFF

Ouvi certa vez de um diretor da Cetesb, que o termo "poluição visual" não constava das preocupações dos técnicos e cientistas que tratam do meio ambiente. Não havia como codificar os possíveis males físicos causados pela parafernália de cores de anúncios, fachadas de neon e toda a destruição visual a que são submetidas as cidades, principalmente do Brasil. Poluição da água, do ar, tudo bem...mas poluição visual – como mensurar a violência psicológica que representa a alteração da fachada de um predio antigo, carregada de história, pelo letreiro vagabundo de uma dessas lojas que pensam em vender mais, por agredir o mínimo de bom gosto dos transeuntes?

Não tive resposta e nem ele me esclareceu coisa alguma. Mas comecei a pensar que se a um morador de Roma é dado entrever, por entre os prédios da Renascença a cúpula da catedral de São Pedro; e que se um parisiense pode apaziguar suas retinas cansadas sobre uma construção neoclássica de século XIX, por que diabos temos nós de ver anúncios na frente do Museu de Arte de São Paulo, ou de andar pelo centro da maior cidade da América do Sul, sem poder sequer adivinhar como era a casa em que nasceu aquele nome de rua e que a vitrina sobre a fachada de mau gosto nos impede de apreciar?

Difícil responder. Mas soube que os moradores de Higianópolis conseguiram que a prefeitura de São Paulo impedisse que a avenida Angélica fosse atulhada de painéis de propagenda. E que nem por isso os comerciantes do bairro e da rua, deixaram de vender mais.

Faço tais reflexões, porque estive há pouco, em Iguape e Cananéia, duas cidades antigas, visivelmente montadas sobre o patrimônio de seu passado. Surpreendeu-me, especialmente em Iguape, as cores com que seus moradores pintam as suas casa, sem, literalmente, qualquer preconceito; e de como o contrário ocorre algures, mas principalmente em São Paulo, onde quase todas as casas são incolores-restrinção que uma certa arquitetura parece ter imposto à cidade.

> *"Poluição da água, do ar, tudo bem...mas poluição visual – como mensurar a violência psicológica que representa a alteração da fachada de um prédio antigo"*

Coloquei, por acaso, esse problema a um colega que trabalhava com tintas de parede: ele respondeu que as cores brancas, ou pior, sujas, da maior parte das casas populares, nada mais expressavam que a falta de dinheiro de seus respectivos moradores. Tudo bem (ou pior, tudo mal), mas e os edifícios, os palacetes, as casas da classe média? De novo, não tive respostas convincentes: o branco seria "neutro", não "escandalizar", digamos, a nossa placidez, esse nosso estado de espírito que, como se sabe, advém da neve que cobre de branco o nosso País do Oiapoque ao Chuí, no verão... já o verde, o laranja, o roxo, o azul seriam todas cores agressivas, típicas desses países tropicais que não tem nada a ver conosco.

Sinceramente, ironias à parte e com todo o respeito aos arquitetos e decoradores que se assustam diante das cores, não fiquei minimamente escandalizado em Iguape. Pelo contrário, o que vi foi uma cidade alegremente comovida por seu passado e nem um pouco intimidada com a idéia de que a nossa história composta de cores vivas-todas elas; e que a celebração da vida não começa na intimidade das casas, mas no escancaramento das ruas, para as cores do que somos.

E aí vem a questão. Os pintores impressionistas (Monet, Pissaro, Dega...), sabiam que o mundo é pura cor. Chegarm, inclusive, a adotar a conclusão dos cientistas de que o branco é a mistura da todas as cores do spectro solar; e que o preto é simplesmente a ausencia delas. Por isso, em suas telas, são poucos os brancos e quase nenhum preto. Mas também por isso suas pinturas são tão coloridas. Entre pintar o mundo com o branco, cor neutra de todas as cores, ou deixá-la meio preta, por suja, eles coloriram coloriram suas pinturas como nunca antes. Só que não fariam isso se o seu país, a França, ela própria, não fosse colorida. Ou seja, se os franceses não tivessem assumido que o mundo é cor; e não a que polui, como fazem os letreiros, os grandes painéis de publicidade, ou pior, a çor neutra dos edifícios que muitas vezes são de vidro fumê e certamente para esconder a mediocridade do seu projetista, o impressionismo não teria acontecido.

Em suma, Iguape pereceu-me uma solução. A cidade, virtualmente, assumiu seu passado; embelezou-se e imagino que, muitas vezes, com o sacrifício do orçamento do próprio chefe ou da chefe da casa. Sem querer, olhando a cidade, me vieram a mente, essas personagens que a gente vê sempre novas e belas nesses quadros antigos. Tão antigas, aliás, que nos fazem esquecer de que, mesmo assim, sáo belas; e que são belas, exatamente por continuarem antigas. Como Iguape. O que me leva a concluir que se a poluição visual não entra na cartilha da tecnologia ambiental, nem por isso deixa de ser fundamentalmente necessária.

E ia falar da necessidade que os admiradores de São Paulo têm de fazê-la cada vez mais feia, mas fica *para outra ocasião.*

Enio Squeff é artista plástico e jornalista

Lei Complementar

ROBSON MARINHO

Em 4 de maio próximo passado, promulgou-se a Lei Complementar n. 101, já denominada Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF. Esse novo diploma de direito financeiro regulamentou, em especial, o § 9º do artigo 165 da CF, detalhando o conteúdo da lei anual de orçamento e da lei de execução orçamentária; introduziu novas regras disciplinadoras do artigo 169 da CF, referente às despesas com pessoal; bem como introduziu algumas disposições sobre as finanças públicas e sua contabilidade, relacionadas ao artigo 163 da CF, isto sem prejuízo à tramitação do novo estatuto contendo normas gerais sobre Contabilidade Pública, ainda em tramitação no Senado, o qual deverá substituir a Lei 4.320/64.

Sob a ótica macroeconômica, a LRF é parte de uma estratégia ambiciosa, o Programa de Estabilidade Fiscal, lançado em outubro de 1998, cujos objetivos privilegiam a redução do déficit e da dívida pública. Todo esse esforço tem um fim maior: a manutenção do poder de compra da moeda nacional e, para alcançar seus propósitos, a LRF impõe o planejamento e execução orçamentária de forma vinculada às metas fiscais, fixando limites para as despesas de pessoal, os gastos continuados e o montante da dívida consolidada, fixando metas fiscais trienais e elegendo a transparência como um dos meios de controle da gestão responsável.

E para dotar a LRF de efetividade, o legislador penalizou os desvios fiscais com o corte de transferências voluntárias, proibição para contratar operações de crédito, obter garantias

> *É oportuno destacar que coube aos Tribunais de Contas a incumbência da fiscalização do fiel cumprimento da LRF*

e comparecimento desconfortável num ranking divulgado, todo mês, pelo Ministério da Fazenda, sendo que, outras sanções, de natureza penal, poderão ser positivadas no ordenamento pátrio através de outra lei, cujo projeto está em tramitação no Congresso Nacional.

É oportuno destacar que coube aos Tribunais de Contas a incumbência da fiscalização do fiel cumprimento da LRF, seja quando da apreciação das contas, seja, e aqui reside uma das grandes inovações da Lei Complementar n. 101, de 2000, pelo acompanhamento permanente da execução orçamentária, devendo alertar, preventivamente, os órgãos jurisdicionados quando estes cometerem, ou estiverem na iminência de cometer, desvios fiscais.

Sabe-se das dificuldades para que a nova lei seja posta em prática, uma vez que ela introduz novos conceitos, os quais demandam esforços para serem incorporados, destruindo convicções tradicionais, já arraigadas na cultura político-administrativa brasileira.

Tenha-se a certeza, todavia, de que o resultado do empenho necessário ao estrito cumprimento das inovadoras disposições legais será gratificante, seja para o homem público sério, seja para a sociedade como um todo. Logo se perceberá, caso se observem irrestrita e fielmente os preceitos recém-editados, o restabelecimento das condições indispensáveis à conservação do perfeito equilíbrioorçamentário-financeiro do Estado brasileiro, em cada uma de suas esferas de governo, para maior benefício especialmente daqueles que mais precisam do concurso do aparelho estatal, como meio de alcançar uma existência condigna.

Robson Marinho, presidente do Tribunal de Contas do Estado

RODOANEL:
Uma alternativa para melhorar o trânsito de São Paulo

Hoje estima-se que exista, por ano, um desperdício de 1,7 milhão de hora perdidas em congestionamentos e 1,5 bilhão de litros de combustível gastos sem necessidade por conta de um tráfego desordenado, o que transforma a vida dos moradores da grande São Paulo em um verdadeiro desafio e a beira de um ataque de nervos.

Mas uma obra viária de 170 km, iniciada em janeiro deste ano, interligando os grandes corredores de acesso à metrópole: Rodovia dos Bandeirantes, Via Anhangüera, Castello Branco, Raposo Tavares, Régis Bittencourt, Imigrantes, Anchieta, Ayrton Senna, Dutra e Fernão Dias; no valor de 3 bilhões e 200 milhões de reais tem como principal objetivo resolver, ou pelo menos amenizar este problema afim de tornar o trânsito ágil, deixando a cidade mais livre para o transporte coletivo e individual e eliminando o tráfego de passagem.

Trata-se do Rodoanel, um dos maiores projetos rodoviários do Páis, que está sendo construído pela DERSA- Desenvolvimento Rodoviário, órgão ligado à Secretária Estadual de Transporte e que pretende concluir as obras em 2005.

Para saber em detalhes o que vem a ser o Rodoanel, o Jornal do Interior preparou esta matéria, onde enfoca principalmente os aspectos sociais que esta obra trará para a população dos municípios envolvidos neste empreendimento.

INÍCIO PELO TRECHO OESTE

(Início jan/2000 – término jul/2001)

Segundo técnicos da DERSA, responsáveis pelo empreendimento, as obras foram iniciadas pelo Trecho Oeste , pois interligará cinco das dez principais rodovias que chegam à Região Metropolitana de São Paulo, as rodovias envolvidas absorvem 44,2% do total de veículos que entram e saem em São Paulo (total de 250 mil veículos, dos quais 73 mil são caminhões pesados) e também por ser a Região Metropolitana mais carente em sistema viário perimetral, fator que obriga a todos os veículos oriundos do Sul do País e do próprio Mercosul a trafegarem por dentro dos municípios de Taboão da Serra e de São Paulo. Esse fato ocasiona congestionamentos e acidentes em toda região, sendo que a Régis Bittencourt e a Raposo Tavares despejam o tráfego no sistema viário local para chegar às já congestionadas Vias Marginais.

Este trecho possui 32 km de extensão, com duas pistas e 4 faixas de rolamento por pista, mais acostamento. Terá 14 viadutos, 4 pontes, 2 piscinões, 7 trevos e 3 túneis, o primeiro entre Cotia e Embu, próximo à Régis Bittencourt, com 455 m; o segundo próximo a Alphaville/Tamboré, em Barueri, com 679 m e o terceiro em São Paulo, próximo à Fazenda Ithayê, na Via Anhangüera, com 1680 m.

Interligará as rodovias Régis Bittencourt, Raposo Tavares, Castello Branco, Anhangüera, Bandeirantes e Av. Raimundo Pereira de Magalhães. Beneficiará diretamente os municípios de Embu, Cotia, Osasco, Carapicuíba, Santana do Parnaíba, São Paulo e indiretamente todos os municípios a Oeste da Região Metropolitana de São Paulo.

Os novos empreendimentos que se estabelecerão na Região Metropolitana alavancará o seu desenvolvimento econômico, impulsionando a geração de novos empregos. Exemplo disto é o centro de logística de distribuição do Carrefour que está sendo construído em Osasco e a própria construção do Rodoanel, que já está contratando mão-de-obra na própria região. A APEOP – Associação Paulista de Empresários de Obras Públicas registrou, em maio, um crescimento de 5,52%, representando a abertura de 4 mil vagas na área da construção civil. As obras do Rodoanel foram consideradas responsáveis por esse crescimento.

O Rodoanel está gerando 3 mil empregos diretos e 10 mil indiretos na região Oeste da Grande São Paulo.

A primeira etapa da obra terá uma extensão de 32 Km

Outro fator que irá contribuir diretamente para a melhoria da qualidade de vida será a questão da habitação e saneamento. Neste trecho do Rodoanel existem 2 mil famílias que moram em situação irregular, em áreas de risco ou invadidas. O objetivo é reassentar essas famílias em áreas próprias com a devida infra-estrutura e com casas construídas no sistema de mutirão ou com o apoio do CDHU.

A APEOP – Associação Paulista de Empresários de Obras Públicas registrou, em maio, um crescimento de 5,52%, representando a abertura de 4 mil vagas na área da construção civil. As obras do Rodoanel foram consideradas responsáveis por esse crescimento.

Obra do trecho oeste iniciada em janeiro com término previsto para julho de 2001

Na área econômica, o Rodoanel terá uma forte atuação no setor de exportação. Quando concluído interligará os sistemas Anhangüera/Bandeirantes e Raposo Tavares/Castelo Branco, responsáveis hoje pôr 50% do escoamento das mercadorias pelo Porto de Santos. Nessa mesma linha também trará benefícios para o Corredor Mercosul. A redução no tempo de transporte de mercadorias produzirá uma significativa redução no preço do transporte e, em conseqüência, no custo da mercadoria.

TRECHOS NORTE, SUL E LESTE

Estes três trechos estão em fase de projeto, sendo que o estudo do EIRA-RIMA – Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto do Meio Ambiente – está sendo desenvolvido para a obtenção do Licenciamento Ambiental, que possibilitará a realização das licitações das obras.

NORTE

(Início 2003- término 2005)

A Região Metropolitana de São Paulo está localizada dentro de uma "bacia" e uma de suas bordas é a Serra da Cantareira, na região Norte. Esta característica faz com que a expansão urbana, neste setor, seja mais contida, porém, já existe uma ocupação desordenada subindo a serra, principalmente na região de Brasilândia.

Desde 1992 a DERSA vem estudando a região com o intuito de preservar esta importante área verde. Os diversos traçados projetados buscavam causar o menor impacto possível. Foram realizadas várias alternativas e, finalmente em 1997, através de consultores internacionais, optou-se pela construção de três túneis num total de 9 km., que perfurariam a Serra da Cantareira evitando assim, um maior desmatamento.

Esta solução, sem dúvida, elevou o custo por quilômetro porém o ganho ambiental justifica esse investimento. Além disso este trecho é o mais próximo da marginal Tietê, distando apenas 10 km. e constituindo uma alternativa de tráfego para a ligação Leste/Oeste da Região Metropolitana. Outro importante benefício será a criação de um novo acesso ao Aeroporto Internacional de Cumbica

SUL

(Início 2001 – término 2003)

Diferente da Região Norte, a Região Sul da Grande São Paulo tem outro tipo de característica ambiental que são as Represas Billings e Guarapiranga. A expansão urbana é regulada pela Lei de Proteção aos Mananciais, mesmo assim hoje a população local é de aproximadamente 1 milhão de pessoas. O Rodoanel, neste trecho, terá a função de "barreira" à expansão urbana, protegendo as represas que constituem uma das fontes de abastecimento de água na Região Metropolitana de São Paulo. Na região do ABC terá uma importância muito grande para as industrias locais, principalmente para o polo petroquímico de Capuava.

LESTE

(Início 2003 – término 2005)

Conforme dados da Região Metropolitana o vetor de crescimento é no sentido Leste/Oeste e isto acontece pôr não haver barreiras geográficas. Na Região Leste a ocupação é crescente e os raros espaços vazios dificultam a travessia do Rodoanel, fazendo com que o seu traçado seja o mais afastado do centro de São Paulo. Apesar disso ele terá uma importante função econômica e social. Estará ligando a Região do Grande ABC com a região Nordeste e, também possibilitando o escoamento da produção de hortifruti.

MUNICÍPIOS

Muitas obras foram realizadas em municípios vizinhos para solucionar algum impacto causado pelo Rodoanel, ou mesmo como medida compensatória.

Embu era um município separado em duas partes pela Rodovia Régis Bittencourt. O Rodoanel, para compensar os impactos causados pelas obras, uniu as duas partes através do alteamento das pontes sobre o rio Embu-Mirim, possibilitando articulação entre elas e permitindo o tráfego de qualquer tipo de veículo.

Taboão da Serra terá benefícios resultantes da própria obra do Rodoanel. Tirará o tráfego de passagem reorganizando o trânsito e diminuindo o número de acidentes.

Carapicuiba terão melhor distribuição do tráfego em função da construção das vias marginais ao Rodoanel, possibilitando a retomada das atividades produtivas. Além disso, terão a canalização do córrego de Carapicuíba e a construção de reservatórios de controle de vazão (piscinões) eliminando os problemas atuais de inundações, principalmente no Jardim Iguaçu.

Francisco Morato, Caieiras e Franco da Rocha passarão a ter uma saída estratégica pela rodovia dos Bandeirantes, reivindicação de mais de 20 anos.

São Paulo terá uma melhora em todo seu sistema viário. Nos corredores da Av. Francisco Morato haverá maior espaço para o transporte coletivo e o corredor da Eliseu de Almeida ficará liberado para o tráfego. Alguns bairros terão uma melhoria imediata como o Butantã e a área da Cidade Universitária que terá melhor qualidade de vida na medida em que haverá menos poluição e o nível de ruído diminuirá. Os outros bairros serão beneficiados com a retirada do tráfego de cargas que não se destinam a São Paulo. Haverá uma diminuição nos congestionamentos principalmente os existentes hoje no Cebolão.

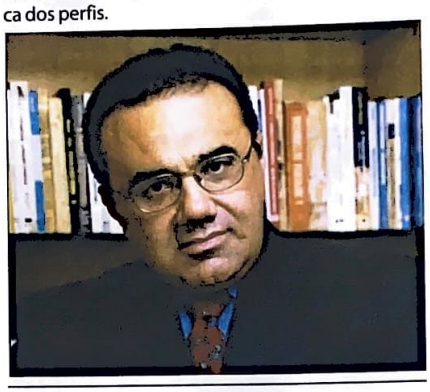
PROCURA-SE UM HERÓI

GAUDÊNCIO TORQUATO

O Brasil está à procura de um herói. Mas o herói procurado não é aquele capaz de operar milagres, um São Jorge de espadas determinado a matar os dragões da maldade. Quem vestiu esse manto, em passado recente, acabou sendo eleito presidente da República, mas foi tragado pelo tufão social, que forçou seu impeachment, a partir da maré de denúncias e escândalos vazados pela mídia. De lá para cá, a sociedade tomou um banho ético. Vacinou-se. E passou a rejeitar perfis milagreiros, divinos. Por isso o herói que o povo procura deve ter face humana. Mas uma face plasmadapelos valores da honestidade ,ética, autoridade, respeito, determinação, coragem, despojamento, simplicidade.

Há alguém com esse perfil? Quem se arrisca a apontar algum? A nossa galeria de herói é quase uma parede vazia. Há tipos como Guga, o tenista, que mexem com a nossa ciclotimia. Ganha aqui, perde ali, balançando nossas almas. Barrichelo é outra gangorra, pequena se comparada a perfis carismáticos. Maguila já era, Popó é muito verde. A seleção de futebol já não encanta. Os esportes estão muito marketizados. As disputas são movidas pela foça do metal. E o glamour se esvai dos palcos e estádios, sufocando nossas emoções. O mundo se materializa. Os homens são cada vez mais tratados como coisas.

Aqueles que merecem aplausos unânimes estão enterrados no cantinho da saudade, como Ayrton Senna. Da política, sobram poucos. Tancredo nem teve tempo de dar fulgor à imagem. Recebeu o pranto nacional, porque foi uma perda para nossas esperanças. Juscelino Kubitschek é seguramente um símbolo de nossa bandeira de progresso. Quem mais? Só mesmo os vultos de nossa história mais antiga. A geração de passagem não exibe estrelas tão brilhantes que mereçam destaque na constelação . Lula, Arraes, Brizola, Covas, Itamar, Sarney, Fernando Henrique, ACM, Tasso, Ciro, cada um deles tem traços destacados, mas entanto, de cera forma, nivelados pela mesmice de nossa política. Os posicionamentos mais firmes de alguns acabam ofuscador pelo processo de canibalização recíproca dos perfis.



"Aqueles que merecem aplausos unânimes estão enterrados no cantinho da saudade, como Ayrton Senna. Da política, sobram poucos. Tancredo nem teve tempo de dar fulgor à imagem."

O desfile nas telas de TV é uma ampla exibição da dissonância nacional. Passam pelos nossos olhos figuras esquisitas e discursos tortos. A demagogia campeia nas promessas mirabolantes, na recitação artificial de qualidades inventadas, na exposição de cenários e propostas irreais . E se isso ocorre, é porque a política comeou colocar na vala comum pessoas de boa e má fe, bem intensonados, intereceiros e oportunistas. Siglas de aluguel se misturam aos grandes partidos, que por sua vez, são desfigurados de doutrina. A política no Brasil está se transformando num grande comércio, onde atores procuram se revezar no balcão das trocas. Quantos cidadãos, entre os 364.965 candidatos a vereador e os 14.806 candidatos a prefeito no pleito deste ano, têm a verdadeira vocação para servir a coletividade? Quantos são movidos pelo civismo? Será que 2/3 de prefeitos que estão se recandidatando ficam mais pobres ou mais ricos?

Quantos heróis sairão da atual fornada? Certamente muitos. Devemos ter motivos para acreditar na melhoria dos padrões da política e dos perfis. Afinal de contas a sociedade está mais racional e crítica. Acompanha de perto o desenvolvimento da política. Até nos recantos mais distantes, a vacina ética está chegando. A mala de dinheiro, sabe-se, ainda compra o voto. Mas não tem a mesma força de antigamente. Há eleitores que até recebem dinheiro de certos candidatos, mas acabam votando em outro. O voto de consciência se expande na esteira de um movimento concêntrico, que faz marolas por todas as partes. Um sopro de renovação invade os espaços que não recebem oxigenação.

Se não encontrou, ainda, o eleitor tem cerca de três semanas para achar o seu herói. Não precisa distinguir nele a aura dos santos. Basta olhar para os perfis, avaliar o seu passado, examinar suas propostas para o presente, comparálos entre si e escolher aquele que mais se afina ao ideal pelo qual luta. Mas deve ter cuidado para não comprar gato por lebre. Há muito lobo querendo se passar por cordeiro. Há muito canalha desejando parecer santo.

Gaudêncio Torquato, jornalista, é professor titular da USP e consultor político. E-mail: gautorq@dialdata.com.br

Garantir oportunidades para sua empresa é legal.

Tudo no mundo está em constante mutação, e na área jurídica não é diferente. Manter-se sempre atualizado sobre a legislação do novo mundo globalizado é para poucos.

A Oliveira Neves e Associados conta com mais de 200 profissionais em três continentes, prontos para oferecer assessoria e soluções personalizadas para as necessidades de sua empresa, propondo, ainda, formas vantajosas e legais de maximizar seus lucros e minimizar seus débitos.

Oliveira Neves e Associados: as melhores soluções, com os melhores recursos humanos. Fale conosco!

Escritórios

Araçatuba • Belém • Belo Horizonte • Brasília • Campo Grande • Cuiabá • Curitiba • Florianópolis • Fortaleza • Goiânia • Londrina • Manaus • Palmas • Porto Alegre • Recife • Ribeirão Preto • Rio de Janeiro • Salvador • São José do Rio Preto • São Luiz • São Paulo • Vitória

Barcelona • Bilbao • Bruselas • Buenos Aires • Lisboa • London • Madrid • Montevideo • New York • Sevilla

Áreas de Atuação

Tributária • Societária • Comercial • Trabalhista • Direito do Consumidor • Internacional • Civel • Relações Governamentais • Direito Ambiental • Pareceres • Treinamento • Contenciosa

OLIVEIRA NEVES & ASSOCIADOS
CONSULTORIA JURÍDICO-EMPRESARIAL

Al. Santos, 2400 - Cerqueira César
CEP 01418-200 - São Paulo-SP
Tel. (011) 3067 6800
Fax: (011) 3067 6893
www.oliveiraneves.com.br

Convenção Internacional reúne especialistas em administração pública

A FAAP - Fundação Armando Alvares Penteado estará realizando entre os dias 19 a 22 de novembro em São Paulo a 2º Convenção Internacional de Gerente de Cidade, que tem como objetivo reunir profissionais do setor público, iniciativa privada e organizações sociais para discutirem os problemas e os avanços da gestão municipal. Segundo o professor Antonio Riccitelli, um dos coordenadores do Curso Gerente de Cidade da FAAP, este tipo de iniciativa acontece desde 95 e tem contribuído na consolidação do novo modelo proposto, que é o da profissionalização dos agentes públicos, com uma visão mais moderna , efetiva, eficiente, criativa e principalmente preocupada com a melhoria da qualidade de vida da coletividade.

Antonio Riccitelli, Coordenador do curso Gerente de Cidade da FAAP.

EVENTO

A Convenção, que contará com a participação de ministros, governadores, deputados, prefeitos, vereadores, gerentes de cidade e demais agentes públicos será aberto com o workshop sobre o tema "Planejamento Estratégico Municipal como Ferramenta de Desenvolvimento Sustentado", que será apresentado pelo doutor Marcos Camargo Campagnone, assessor da presidência do CEPAM.

Os outros temas em debate durante o dia 19 são: Lei de Responsabilidade na Gestão Fiscal, com o assessor técnico do CEPAM, Izaias Santana; A Realidade dos Municípios Frente à Lei de Responsabilidade Fiscal, com Paulo Roberto Ziulkoski, presidente da Confederação Nacional dos Municípios; Pequenas Parcerias Grande Alavancagem ao Pleno Emprego, com o deputado federal Alberto Pereira Mourão; A Implantação de Infra-Estrutura Públicas como Indutor da Atração de Investimento Privados, com Francisco Ferreira Camarço, coordenador de fomento da secretaria Estadual de Turismo do Ceará ; Educação Infantil: Como a Municipalidade e a Comunidade Podem Tirar Crianças da Rua, com Antonio Teruo Kato, prefeito de Paranavaí e Crimes Praticados Contra a Administração Pública, com Jorge Miguel, coordenador do curso de pós-graduação da Polícia Militar do Estado de São Paulo.

Já no dia 20 de novembro serão apresentadas conferências com várias autoridades nacionais e internacionais, como: Martus Tavares, ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão; Arthur Stevenson, gerente de cidade de Toronto (Canadá) por 22 anos e Richard Levey, gerente de cidade de Orlando (USA). Acontece também no mesmo dia uma mesa redonda com vários prefeitos onde será discutido "A importância do Gerente de Cidade na visão dos Prefeitos". A cerimônia de abertura das conferências contará com a presença do presidente da UVESP, Sebastião Misiara.

No dia 21 serão realizadas várias conferências, com as seguintes autoridades: Marconi Perillo Jr, governador de Goiás; Luiz Paulo Velloso Lucas, prefeito de Vitória; Victor Mirshawka, diretor cultural da FAAP e Tasso Jereissati, governador do Ceará.

O encerramento da Convenção será marcado com vários wokshops, como: A Municipalização da Saúde: Qual o melhor modelo?, com apresentação de José Liberato Caboclo, prefeito de São José do Rio Preto e Luiz Pedro Franz, gerente de cidade de Nova Mutum/MT; As Políticas Educacionais que deram certo, com Pedro Chan Duarte Jr, secretário de Educação de Santa Bárbara D'Oeste/SP e José Antonio Parimoschi, ex-secretário de Finanças de Jundiaí/SP; Uso e Ocupação do Solo: Paradigmas da Gestão Territorial, com Cibele Riva Rumel, presidente do Grupo de Aprovação de Projetos Habitacionais da secretaria Estadual de Habitação do Estado de São Paulo e Mabel Fernandez, diretora do Curso de Gerente de Cidade de Buenos Aires; Papel da Sociedade Organizada na Ética das Ações Públicas Privadas, com Marco Aurélio Morsch, assessor Institucional da Globo Cabo/Net; Direito Municipal, sua Relação com o Gerenciamento de Cidades, com Alvaro Villaça Azevedo, diretor da Faculdade de Direito da FAAP; Municipalização do Trânsito, com Roberto Salvador Scaringella, diretor superintendente do Instituto Nacional de Segurança no Trânsito; A Relevância dos Projetos Urbanísticos, de Desenvolvimento e Gestão Urbana nos Planos Estratégicos das Cidades, com Vicente de Paula Loureiro, secretário de Planejamento e Meio Ambiente de Nova Iguaçú/RJ.

São Carlos, uma das cidades onde foi realizado o curso Gerente de Cidade

> *"Os Avanços tecnológicos forçam os administradores se modernizarem numa velocidade muito além da sua capacidade. Para ajudar o prefeito nesta complexa tarefa está surgindo um novo profissional especializado no assunto : o Gerente de Cidade."*

GERENTE DE CIDADE

Administrar uma cidade com suas múltiplas e variadas necessidades não é uma função muito fácil. Ainda mais nos dias de hoje onde os avanços tecnológicos forçam os administradores se modernizarem numa velocidade muito além da sua capacidade. Para ajudar o prefeito nesta complexa tarefa está surgindo um novo profissional especializado no assunto : o Gerente de Cidade.

Segundo Riccitelli, desde 94 a FAAP, através da sua central de cursos a CECUR, inspirada no modelo norte americano de administrar cidades – o city manager - vem trabalhando e desenvolvendo cursos nesta área. O curso de Gerenciamento Municipal, com carga horária de 140 horas e com o pré-requisito do 2º grau já formou cerca de 250 profissionais. Já o Curso de Gerente de Cidade, uma pós-graduação "Lato Sensu" colocou no mercado cerca de 600 profissionais, que receberam durante o treinamento de 400 horas informações sobre planejamento; administração geral e recursos humanos; ética, Estado e política; direito; marketing; economia e finanças e gerenciamento municipal.

Atualmente o Curso de Gerente de Cidade está sendo ministrado em Cubatão, Cuiabá, Itanhaém, Porto Alegre, Ribeirão Preto, São José do Rio Preto, São Carlos, São Paulo, Volta Redonda e Buenos Aires (Argentina). O de Gerenciamento Municipal está em andamento nas cidades de Jacareí, Paranavaí, Porto Feliz, São Carlos e São Sebastião, além de já estar programado para acontecer em Baurú, Cuiabá, Goiânia, Itapeva, Jaguariuna, Lajeado, Nova Iguaçú, Ribeirão Preto e São Paulo.

"A iniciativa também já produziu seus frutos, pois municípios como: Itanhaém, Paranavaí, Cubatão, São José do Rio Preto, Nova Mutum/MT, Cesário Lange e Porto Feliz aderiram a idéia na prática com a criação do cargo de Gerente de Cidade e a contratação de um profissional especializado para desenvolver esta função", explica o professor Riccitelli.

Com todas estas novas idéias sendo colocadas em práticas, a 2º Convenção Internacional de Gerentes de Cidade, além de discutir vários assuntos de grande relevância para o desenvolvimento das cidades brasileiras, será também um palco para apresentação dessas novas experiências e uma oportunidade única desses profissionais renovarem seus conhecimentos, com objetivo de mudar o foco do que vem a ser administrar, ou seja parar de "apagar incêndio" e agir na base colocando as decisões o mais próximo possível dos cidadãos.

Maiores Informações sobre o evento podem ser obtidas na FAAP pelos telefones (11) 36621662 – ramal 1267, ou FAX ramal 1269 (com Carla) e-mail: ***convenios@faap.br***

Vereador, a responsabilidade é sua.

ANDRÉ TORRETA

A classe política está desgastada e cabe aos vereadores resgatar a credibilidade e o respeito. Sim, os vereadores. E não adianta jogar esse fardo para outra pessoa, não adiante dizer que você não tem nada com isso. Não adianta dizer que o problema é de toda a classe política. Aliás, o problema é de toda a classe, mas só você, vereador, pode reverter essa situação. E também não adianta dizer que a classe não está tão desgastada assim. Veja só, a minha empresa é responsável por campanhas nos quatro cantos do país e se você me perguntar se existe algo em comum entre todas elas, eu lhe digo: existe sim, existe o descrédito do eleitorado com a política. Para você ter uma idéia, as pesquisas comprovam que 65% do eleitorado desligam a televisão durante o horário político. E que 38% da população não está preocupada com as eleições. Isso em todo o Brasil. O resultado é que surgem por todos os cantos programas eleitorais mais preocupados em reter a audiência do que em transmitir propostas. Isso não resolve nada. Estão tentando resolver o problema sem encará-lo de frente. Pior, basta lembrar que há 20 anos apenas toda a sociedade lutava pela volta da Democracia, pela volta das eleições e em tão pouco tempo já estamos assim.

Precisamos resgatar a imagem da classe política. E esse trabalho começa com os vereadores, começa com você. Porque o vereador é o político mais próximo da população, é quem cuida do dia-a-dia da cidade, que toma conta do lixo, vigia a água, fiscaliza o prefeito, está todo o dia do lado da população. O vereador é o primeiro elo com o povo. O pessimista vê nisto um problema, eu vejo uma oportunidade.

A oportunidade de um movimento comandado pelas câmaras de vereadores é óbvia. Um movimento pela respeito ao trato da coisa pública, um movimento que mostre os direitos de um vereador, a importância da participação política da população não apenas nas eleições. Um movimento que restaure a dignidade da classe. Para isso devemos fortalecer entidades como a UVESP, temos que promover debates nas universidades, escolas associações de moradores, promover fóruns, chat's na internet, produzir campanhas de esclarecimento do trabalho de um vereador, mostrando que o que ele faz, como faz e porque faz. Abrir a Câmara realmente para a população. Não se sentir ofendido ou pressionado pelas cobranças.

Precisamos resgatar a imagem da classe política. E esse trabalho começa com os vereadores, começa com você. Porque o vereador é o político mais próximo da população

Um movimento que restaure a dignidade da classe política, tão duramente criticada e açoitada pela imprensa – algumas vezes com razão, em função de alguns políticos despreparados, sem vocação, envolvidos em escândalos e corrupção. E essa bandeira, só pode ser empunhada pelos vereadores. Só os vereadores podem dar legitimidade a um movimento como esse. Porque a vereança é a base, e é da base que surgem os verdadeiros movimentos políticos.

André Torreta é Publicitário, presidente da Pública Comunicação

Analista político prefere aguardar para apontar partido vencedor

O primeiro turno das eleições municipais já definiu alguns dos nomes que vão comandar as prefeituras brasileiras. Segundo o cientista político Rubens Figueiredo, não se pode afirmar ainda qual o partido vencedor e perdedor deste pleito. "As interpretações são desencontradas e é preciso observar os diferentes critérios para se fazer uma análise real da situação", explica ele.

Sob o ponto de vista de qual o partido saiu fortalecido nesta primeira etapa, o analista prefere observar os resultados em quatro aspectos: o número total de votos, o número de prefeituras e capitais conquistadas e o número de população.

Se observarmos o número total de votos, explica Rubens, podemos afirmar que o PT cresceu em relação aos partidos governistas (PSDB, PMDB e PFL), que mantiveram suas posições.

Rubens Figueredo, cientista político e diretor do CEPAC

Já o número de prefeituras este critério não leva em conta o poder econômico de cada município, mas observando todos de forma igualitária chegamos a conclusão que o PMDB continua em primeiro lugar com 1.252 prefeituras.

As principais capitais, onde os prefeitos acabam tornando-se "marketeiros partidários", com oportunidade de divulgação positiva, caso realizem uma boa administração, neste aspecto o PSDB e o PMDB saíram-se melhor que o PT, mas segundo Rubens, ainda é preciso esperar o resultado do segundo turno, pois o PT tem grandes chances de eleger seus representantes em São Paulo e em Porto Alegre.

Outro aspecto que também terá que aguardar o resultado do segundo turno é o número de população que cada partido vai passar a administrar. São Paulo, por exemplo, é o maior colégio eleitoral do Brasil e se o PT ganhar passará a ser o partido que governará o maior número de população.

Para Rubens não se pode amarrar o resultado dessas eleições com o que pode acontecer em 2002. "O que acontece no País não é somatória do que acontece no município", explica. O resultado das eleições presidenciais de 89, 94 e 98 não tiveram relação nenhuma com os pleitos municipais.

Ás vezes até dependendo da situação financeira do município e do desempenho do administrador, o que no início pode parecer uma conquista partidária, acaba se transformando em um problema e um prato cheio para os adversários. Conclusão : Só mesmo o tempo dirá quem saiu ganhando e perdendo.

PLANO DIRETOR

JOSÉ CARLOS MACRUZ

O Plano Diretor, que é um instrumento legal de corrente da consecução de planejamento, é obrigatório para os Municípios com mais de 20.000 habitantes, e no caso específico do Estado de São Paulo, é impositivo para todas as unidades federativas locais, funciona como um instrumento de política de desenvolvimento e de expansão urbana que tem por finalidade geral, segundo a diretriz traçada pelo art. 182, **caput** da Constituição Federal, a ordenação do pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e a garantia do bem-estar de seus habitantes. É através do Plano Diretor que o Município exerce a sua função urbanística.

A cidade, para cumprir com as suas funções sociais, deve permitir àqueles que nela residem o acesso à moradia, ao trabalho, ao lazer e à circulação, entre outros direitos urbanos inerentes às condições de vida em uma comuna. As funções sociais da cidade devem refletir o seu desempenho em relação à coletividade e à região em que esteja localizada.

A cidade, para cumprir com as suas funções sociais, deve permitir àqueles que nela residem o acesso à moradia, ao trabalho, ao lazer e à circulação, entre outros direitos urbanos inerentes às condições de vida em uma comuna.

É relevante dizer que o Plano Diretor, além de fixar as diretrizes gerais da ordenação adequada das cidades, em cumprimento às suas funções sociais, também deverá definir quando uma propriedade urbana cumpre com a sua função social, consagrada como princípio constitucional no art. 5º, inciso XXIII, de nossa Constituição Republicana.

Será por intermédio do Plano Diretor que o Poder Público poderá exigir do proprietário privado o cumprimento da função social imposta à sua propriedade, em benefício de toda a população, atendendo, desse modo, ao interesse geral. Caberá ao Plano Diretor definir as situações em que a propriedade cumprirá sua função social, no contexto dado constitucionalmente, visando a ordenação adequada da cidade, evitando o uso nocivo da propriedade.

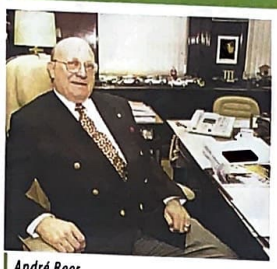
O uso da propriedade deverá cumprir com os requisitos estabelecidos pelo Plano Diretor, e demais legislações municipais urbanísticas, de modo que as atividades de interesse urbano tenham aproveitamento compatível com a capacidade de equipamentos públicos disponíveis. Se desatendidas as exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas naquele instrumento, o proprietário não poderá invocar o direito constitucional à propriedade para impedir a aplicação das sanções arroladas no § 4º do art. 182 da Constituição Federal, quais sejam: parcelamento ou edificação compulsórios; imposto predial e territorial urbano progressivo no tempo e a desapropriação-sanção, a serem regulamentadas pela Estatuto da Cidade, ainda em tramitação no Congresso Nacional.

Assim colocado, incumbirá ao Plano Diretor buscar o equilíbrio e a harmonia necessários para uma adequada ordenação da cidade, garantindo à coletividade o acesso ao trabalho, moradia, transporte público, saneamento básico, saúde, educação, esporte, lazer, cultura e segurança, e determinar o uso da propriedade em consonância com os interesses do proprietário e da sociedade.

José Carlos Macruz é advogado do CEPAM

E N T R E V I S T A

O QUE VEM A SER UMA EMPRESA CIDADÃ



André Beer

O setor público tem se empenhado pela melhoria da qualidade de vida da população desenvolvendo projetos em várias áreas. Afinal qualquer cidadão bem informado diria que este é o papel do governo.
Só que muitas empresas sensibilizadas com a realidade das comunidades locais estão arregaçando às mangas e colocando em prática projetos na área social.
Este é o tema desta entrevista que traz o depoimento do ex-vice-presidente da General Motors do Brasil, André Beer, que fala sobre o compromisso de cidadania das empresas e a sua responsabilidade com a segurança dos funcionários fora do local de trabalho.

Jornal do Interior - **Qual o conceito de uma empresa cidadã?**

André Beer – Uma empresa cidadã é aquela que, de forma permanente e não esporádica, envolve-se e participa ativamente da busca de soluções para os problemas da comunidade, sobretudo os da comunidade local ou nas imediações das suas operações. Um bom exemplo é o da General Motors do Brasil, que tem longos anos de atuação na área comunitária. Na gestão do sr Rick Wagoner como presidente, foi criado o Instituto GM, exatamente para, livre das oscilações do mercado, cumprir os compromissos assumidos com a comunidade.

Jornal do Interior – **Quem coordena às ações comunitárias desenvolvidas pela GM?**

André Beer – Na GM do Brasil, essa atividade está sendo administrada pela IGM, Instituto General Motors. Ele tem estrutura própria e bem definida. O presidente e os diretores da GMB têm responsabilidade pela administração do Instituto. O gerente de Relações Institucionais também tem a responsabilidade de administrar o Instituto e dar continuidade aos projetos por ele adotados. Por exemplo, como em 1999 a GM teve prejuízo nas suas operações no Brasil, não houve contribuições para o IGM, mas também não houve interrupções na aplicação de recursos nos vários projetos aprovados, pois o IGM tem condições de manter as verbas predeterminadas para um período de dois anos, pelo menos.

Jornal do Interior – **Como o senhor define uma empresa não cidadã?**

André Beer – Não é cidadã a empresa que não tem consciência de que, fora dos seus portões, as pessoas existem e necessitam do suporte daqueles que têm estrutura para apoiá-los. Não é cidadã a empresa que coloca, de imediato, nos cortes de orçamento, os recursos destinados previamente a investimentos sociais e comunitários. Na minha opinião, a forma como são administrados esses recursos é que determina se uma empresa é ou não cidadã.

Não é cidadã a empresa que não tem consciência de que, fora dos seus portões, as pessoas existem e necessitam do suporte daqueles que têm estrutura para apoiá-los

Jornal do interior – **Existe investimento permanente em segurança na GM e de que forma isso é estendido a seus funcionários?**

André Beer - Sim a GMB mantém, de forma contínua, em seus orçamentos investimentos para a segurança interna e externa.

Com relação a segurança dos funcionários, recentemente a empresa recebeu apelos de seus empregados para auxiliá-los na segurança na entrada e saída do trabalho, em função do grande número de furtos de veículos e outros delitos nas áreas vizinhas do complexo industrial de São Caetano do Sul. Em vista dessa situação, a GMB contratou uma empresa de segurança e colocou seis veículos para uma ronda permanente nessas áreas, além de executar melhorias na iluminação externa e colocar câmeras de vídeos em algumas áreas. Isso já teve um efeito altamente positivo, com uma redução substancial nos furtos e outras ocorrências.

Jornal do Interior – **O que deve fazer uma empresa para ingressar em um projeto comunitário?**

André Beer – Tomar uma decisão consciente e definitiva quanto à sua intenção de participar de um projeto e comprometer-se com o seu desenvolvimento, reservando o valor necessário para uma atuação adequada nas áreas que irá participar. Uma solução correta é a criação de um instituto, ou uma fundação , que irá prover os fundos necessários para essa participação.

Jornal do Interior – **Empresas pequenas podem ter ações comunitárias?**

André Beer – A grande massa da economia brasileira está concentrada na pequena e média empresa. Consequentemente, a participação das pequenas empresas não é só desejável, mas extremamente necessária. O entusiasmo dessa participação estará diretamente ligado à liderança do empresário. Ele também terá de ser o catalisador e o motivador dos colaboradores que o cercam. *Só para exemplificar, eu citaria o caso recente das enchentes, onde a GMB fez uma campanha interna – para cada quilo de alimento doado pelos empregados, a empresa duplicou a doação.*

LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL E O IPTU PROGRESSIVO

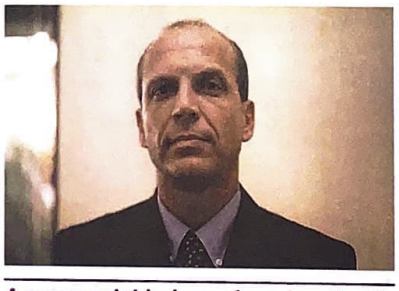
JOÃO CARLOS MACRUZ

A Lei Complementar n.º 101, de 4/5/00, mais conhecida entre nós como Lei de Responsabilida de Fiscal – LRF, ao buscar, como seu principal ideário, o equilíbrio das contas públicas, enfatizou, no Capítulo referente à Receita Pública, a precisa necessidade dos entes federados em instituir, prever e efetivamente arrecadar os tributos de suas respectivas competências (art. 11), cominando, no seu parágrafo único, àqueles que negligenciem na instituição e cobrança de impostos, a proibição da realização de transferências voluntárias (por exemplo, o numerário advindo do cumprimento de convênios).

Tal dispositivo, de per si, pode parecer um tanto isolado. Pode até denotar que antes da LRF não fosse absolutamente necessário o rigoroso zelo no que diz respeito à arrecadação tributária. Antes, talvez não fosse possível proibir o repasse de transferências voluntárias, mas a incúria no trato da legislação tributária poderia inclusive acarretar, por exemplo, a cassação do mandato do Prefeito, por descumprimento de lei municipal (cf., por oportuno, os termos do Decreto-lei n.º 201/67).

Mas continuemos, sem maiores digressões. O que importa é que hoje tudo encontra-se mais claro, transparente, restando às autoridades públicas o cumprimento exato dos termos da LRF, especialmente.

Nessa linha, recentemente foi promulgada a Emenda Constitucional n.º 29, de 13/9/00, conhecida como "Emenda da Saúde". Ali, ficou consagrada também a possibilidade da instituição, pelos Municípios, do IPTU progressivo, além da utilização do que chamamos de "extrafiscalidade" que, a grosso modo, é instituto que auxilia os entes políticos na busca de justiça fiscal (art. 3º da EC n.º 29/00, que alterou os termos do art. 156 da Constituição Federal).



A progressividade em face do valor do imóvel não é penalização. Busca o atingimento do princípio da isonomia, que é tratar igualmente aqueles que se encontram em situações idênticas.

Lembremos que a progressividade em razão do valor do imóvel, agora constitucionalmente prevista, nada tem a ver com a progressividade-sanção, erigida no inciso II, do § 4º, do constitucional art. 182, que buscará penalizar os proprietários de imóveis que não dão a eles uma função social no decorrer do tempo. A progressividade em face do valor do imóvel não é penalização. Busca o atingimento do princípio da isonomia, que é tratar igualmente aqueles que se encontram em situações idênticas. Logo, os proprietários menos afortunados, que possuem imóveis mais "simples", poderão pagar valores relativos ao IPTU de forma mais branda que aqueles proprietários de residências luxuosas.

Mas a alteração constitucional não estaciona aqui. Também mostra possível cobrar o IPTU por meio de alíquotas diferenciadas – que nada se parece com progressividade –, em razão da localização e uso dado ao imóvel. Assim, os bairros onde estão concentrados imóveis de luxo poderão ter alíquotas distintas das propriedades situadas nas chamadas periferias.

Parece-nos que as idéias que permearam todos os julgados que consideraram inconstitucionais medidas que objetivavam criar, de alguma forma, o chamado IPTU progressivo, deverão agora, obviamente, ser revistas.

Claro que ambas as circunstâncias – progressividade e extrafiscalidade – deverão ser veiculadas por lei, cuja iniciativa é concorrente, bem como deverá ser respeitado o princípio da anterioridade – instituição e modificação num exercício para vigorar no seguinte – previsto na Constituição Federal ("b", III, do art. 150).

Trouxemos esta pequena nota para demonstrar, resumidamente, o seguinte: o Estado brasileiro está fornecendo as ferramentas necessárias para que o entes federados – em especial os Municípios – cumpram efetivamente a sua capacidade de arrecadatória. Disso não poderá furtar-se. Desculpas não serão, teoricamente, mais aceitas. Tempos de responsabilidade fiscal...

João Carlos Macruz é advogado do CEPAM

Qualis:
PROGRAMA ALCANÇA 95% DE APROVAÇÃO

Implantado em 96 pelo governo do estadual, o Programa de Saúde Familiar – PSF, batizado com o nome de Qualis em São Paulo, está revolucionando a relação médico com a sociedade, pois consegue conciliar um antigo conceito, o médico de família, com práticas modernas que tem como principal objetivo manter o paciente em casa. Hoje o Qualis é aprovado por 95% da população que assiste, porcentagem acima do que prevê a OMS- Organização Mundial de Saúde, que é de 80%. " Isto acontece porque o programa garante às famílias um atendimento digno, sem filas e humilhação", explica a coordenadora do projeto Rosa Maria Barros dos Santos.

Mas no início não foi bem assim, pois quando o programa começou na Zona Leste em 96, região com tradição histórica de mobilização comunitária, a população não queria aceitar. "Eles achavam que era mais um PAS", conta Rosa Maria.

Segundo a cordenadora, o prefeito na época, Paulo Maluf, é quem deveria implantar o programa em 95. Chegou inclusive a receber do governo federal cerca de R$ 1 milhão para isto, só que preferiu aplicar este dinheiro em um novo projeto, que na sua opinião seria uma verdadeira revolução na saúde pública: o PAS.

Cerca de 600 agentes comunitários de saúde estão a frente do projeto, que tem como base o atendimento domiciliar.

O atendimento odontológico é uma das especialidades oferecidas pelo Qualis.

Com o Qualis está nascendo no Brasil uma nova medicina, que sai dos hospitais e consultórios para ir amassar barro nos becos e ruas esburacadas da periferia

O ministro da Saúde na ocasião, Adib Jatene, resolveu então procurar o governador Mário Covas para oferecer a proposta ao Estado com objetivo, de que o programa fosse desenvolvido na região metropolitana de São Paulo.

Hoje o programa atende mais de 500 mil pessoas, que recebem todo mês a visita de uma equipe médica constituída de um médico, um enfermeiro, um auxiliar de enfermagem, uma assistente social e pelo menos quatro agentes comunitários de saúde, escolhidos entre a população assistida. Segundo Rosa Maria, com este tipo de atendimento está sendo possível cortar gastos com internações e principalmente reduzir riscos de infecção hospitalar.

Com o Qualis está nascendo no Brasil uma nova medicina, que sai dos hospitais e consultórios para ir amassar barro nos becos e ruas esburacadas da periferia; a medicina que não está só preocupada em curar, mas principalmente empenhada em prevenir; a medicina que atende sem filas, não indigentes, mas cidadãos.

EQUIPE

A frente deste trabalho encontram-se hoje cerca de 600 agentes comunitários que recebem por mês R$ 406,00. Ao todo são 123 médicos generalistas contratados e que tornam-se íntimos de seus pacientes . Cada equipe é responsável por 1000 famílias , sendo que o número previsto pelo ministério da Saúde que é de 800 a 1000." O ideal seria cada equipe atender 800 famílias, mas isto vem com a ampliação do programa", explicou a coordenadora.

O projeto atende mais de 500 mil pessoas, que recebem todo mês a visita de uma equipe Médica.

Atualmente o Qualis está sendo desenvolvido nas zonas Leste, Sudeste, Norte e Sul. A cada dia novas unidades estão sendo inauguradas. Só no mês de setembro foram três na zona Sul e quatro na zona Leste. Até 2002 o governo pretende realizar o atendimento a 2 milhões de habitantes e para tanto além dos recursos financeiros – estimados em aproximadamente 60 reais por pessoa atendida- é preciso superar a escassez de pessoal habilitado, sobretudo os médicos de família, que já começam a ser formados com essa orientação específica pela Fundação de Medicina da USP.

UNIDADES DE SAÚDE QUALIS /PSF

ZONA - SUDESTE

• JD.GUAIRACÁ
Rua Erva Imperial, 501-Cidade Continental- Pq. S. Lucas
Fone: 6104.3099 - 6104.6100
Diretora: Maria Carolina Ferreira Maganini

• PQ. STA. MADALENA
Viela Rodrigues dos Santos, 747 esq. c/ rua Fonseca Lessa - Pq. Sta. Madalena - Fone: 6703.8426
Diretor: Rogério Renato Ramos Abrandes

• VILA IGUAÇU
Av. do Oratório, 6.557 - Fone 6103.1077
Diretor: Rosa de Lourdes Azevedo dos Santos

• PASTORAL
Rua das Boleadeiras- 127 – Jd. Elba - Fone- 6703.0309
Diretora – Maria Fernanda Ramos Abrantes

• VILA RENATO
Rua Bernadino Ferraz, 54 acesso pela rua Luís Juliane V. Renato - Fone : 6703.0947
Diretora : Terezinha de Souza Fantinatti

• CASA DE PARTO
Rua Jorge silva Luz, 341- altura do n. 6.530 da Av. do Oratório- Vila Iguaçu - Fone: 6702.0435/ fax 6103.3187
Diretora – Rute Ozawa

• FAZENDA DA JUTA
Rua treze de maio, 27ª- esquina com rua da Paineira.Ref. Altura do n. 12.700 da Av. Sapopemba entrar na rua Sargento Ermínio Aurélio Sampaio, ao chegar na estrada de terra andar cerca de 500 mts, entrar à direita, no final entrar à esquerda e depois a 2ª à direita é a rua 13 de maio.
Diretora - Agostinha Francisca de Oliveira
Fone / fax : 6919.9334

• CDHU (em FAZENDA DA JUTA construção)
Av. Dois S/Nº (em frente ao ao n.º 1.051 –Associação)
Ref. Av. Tenente Lauro Sodré Altura do n.º 1.126 à direita
Fone. 6111.9823 - Gerente : Maria de Fátima Costa

• JD. SINHÃ
Rua 18 n.º 10 – próximo Jd. Grimaldi - Fone- 6721.3798
Diretora: Maria Nasareth Monteiro

• VILA REUNIDA (retorno de contrução)
Rua São José das espinharas, s/n.º - referência Estrada do Oratório Fone: 6702.1777 - 6109.3914 - celular da enfª. Marlene: 9955.5839/cel.enfª. Marizilda: 9125.6183
Diretora – Márcia Regina Kreger

QUALIS ZONA NORTE

• VILA SOUZA
Rua Joaquim Maria dos Santos, 198 – Vila Souza
Fone: 850.8235—Diretora : Drª ValériaTerezinha Bosco

• VILA ESPANHOLA
Rua João Santos abreu, 650
Ref. Hospital Vila Nova Cachoeirinha
Fone: 265.2139/ 265.0959
Diretora – Drª Jurema Westin Carvalho

• ILZA HUTELER
RUA Coronel Walfrido de Carvalho. S/Nº - Cachoeirinha
Fone 3981.3127/ 859.0395
Diretora. Drª Neusa Rodrigues de Camargo

• VILA PENTEADO
Rua Urupeva S/Nº - Fone:850 82 01
Diretora- Yoshimi Ito Novo

• VILA RAMOS
Rua Vicente Jorge, 80 A - Fone: 858.8208
Diretora – Luiza Giosa Agraciano

ZONA LESTE

• COORDENADORA MUNICIPAL- Dra. Rosa Maria Barros Santos

• COORDENAÇÃO DA ZONA LESTE: Coordenadores adjuntos – Vilma Rodrigues Venâncio
Dr. Henrique Sebastião Francé - Rua: Fontoura Xavier, 210 - Itaquera - CEP:08295-300 - tele/fax:6179.9229 – 6179.0540

• INTERLOCUTORA CSSM – Irmã Monique Bourget - 6963.1255 - Cel. 9908.100034

• JARDIM COPA - Gerente / Maria Angélica Crevelim
Rua – Ponta de Lucena, 330 Itaquera – CEP 08270-340 – Fone 6170.6000 / 6179.5020

• GLEBA DO PESSEGO - Gerente/ Adoracion de Castro
Rua - Malmequer do Campo, 214 – Gleba do Pêssego – CEP 08655-310 – Fone 6522.3177

• BARRO BRANCO - Gerente: Mirela Constantino Lourenção - Rua Cachoeira do Campo Grande, 410 - Guaianases - Cep 08490-000 - Fone 6964.8826

• DOM ANGÉLICO- Gerente – Ana Regina Barbosa Spinardi - Rua Manoel de Oliveira Ramos, s/nº-Vila Yolanda-Cep 08473-000 – Fone 6555.3894

• JARDIM FANGANIELO - Gerente / Rita de Cassia Robousa Pereira - Rua :Francisco Nunes Cubas,60 .Guainases-Cep 08250-010- Fone 207.6698

• SILVA TELLES - Gerente/Ana Cândida H. Melo Prado Moreira -Rua José Alexandre Machado, 541 –Itaim Paulista –Cep 08160-460 – Fone 6561.8034

• PARQUE SANTA RITA- Gerente/Ivani Roma Silvani Iwashita - Rua José Pessota, 80 – Itaim Paulista- Cep 08150-020 – Fone 6135.3644

• JARDIM JARAGUÁ- Gerente/ Geórgia Affonso Bernardo Rua Domingos Vidigal, 97-Itaim Paulista-Cep 08160-350 – Fone 6561. 8076

• JARDIM CAMPOS- Gerente/ Gerson Sadao Niyoshi Rua Crescente, 97- Jd. Campos- Itaim Paulista – Cep 08152-090 – Fone: 6135.4922 - 6135.4034

• NITRO OPERÁRIA –Gerente / Filomena Neves Pereira Vieira Adduci - Rua Cumaru, n.º 14, São Miguel Paulista-VL Cumaru- Cep 08010-380- Fone 6956.6923

• COSTA MELO / Gerente / Maria Elenice Vicentini (Ellen) Rua Maria de Toledo Pizza, 54 – Penha Cep :03626-030 – Fone : 6958.2981 - Cel. 9104.3735

• VILA GUILHERMINA / Gerente/ Drª. Otília Dora Simões dos Santos Rua Almeida Brandão 550 – Vila Guilhermina Cep 03545-000 – Fone 6685.2124

• VILA FORMOSA – Gerente Dr. Júlio Cesar Breda
Rua Tirana,26–Vila Formosa–Cep:03359-110Fone :271.5246

• A. E. CARVALHO / Gerente –Ruth Coelho de Beluche Rua Japaní, 07 Cidade AE Carvalho – Cep 08220-130 Fone :6280.2373/ 6141-3351/Ambulatório- 6280.5480

• JARDIM ROBRU – Gerente – Messias José da Silva Rua Samuel Pedro dos santos, 63 A- Jd. Robru – São Miguel - Fone :6135.2406

• RECANTO VERDE SOL / Gerente-Douglas Nóbrega Gomes - Rua Recanto Verde Sol, 03 – Iguatemi (3º Divisão) – CEP: 08381-800Fone / Cel. 9647.5770 ou 6734.3271

• KERALUX – Gerente – Maria Parecida dos S. Akkari Rua Lucas Gonçalves, 13 – Jd. Keralux – CEP: 03882-060 Fone : 206.6177 ou 9265-7724

• VITÓRIA – Gerente – Maria de Fátima Rufino Rua Lajedo, 123 – Jd. Votória – CEP: 03817-250 – (próximo Vila Yolanda).Fone: 6964.2685 ou Cel- 9786.6103

• SANTA INÊS – Gerente – Neuza Maria Alves Molgori Rua Frei Fidelis Mota, 1001- Vila Santa Inês Pq. Cruzeiro CEP 08070-130 - Fone : 297.9669 / Cel 9808-6671

PRODAM

Adalberto Minguete da PRODAM falou do INFOCAR em Caconde

Joyce Anate, assessora da presidência da PRODAM em Barra Bonita

Adalberto Minguete em Assis

DIGIMAX

Deputado João Caramez entre David Bosan Livrari da DIGIMAX e Antônio Carlos de Farias, Prefeito de Caconde

Prefeito Geraldo Thadeu de Poços de Caldas cumprimenta David Bosan Livrari da DIGIMAX

David Bosan Livrari da DIGIMAX entrega cadeiras de rodas ao Pres. da Câmara de Barra Bonita, Vicente Aparecido Nardo

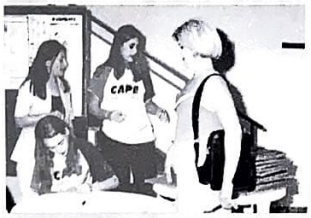
DIGIMAX entrega cadeiras de rodas em Assis. Na foto, os diretores Aura Leôncio de Sá e José Carlos de Almeida

CAPE

CAPE em Caconde

CAPE em Barra Bonita

CAPE em Assis



Recepcionistas da CAPE orientam vereadores em Jaboticabal

PÚBLICA

Pública em Caconde

Pública em Assis

SUS

Kleber Graf mostra ao vereador a importância da fiscalização do SUS

Áquilas Mendes fala sobre a importância do SUS em Assis

Kleber Graf, em Barra Bonita fala da aplicação correta dos recursos do SUS pelo prefeito

CONTROLE DO SUS E INFORMÁTICA SOCIAL SÃO TEMAS DE PALESTRA EM BARRA BONITA

O décimo segundo seminário regional da União dos Vereadores promovido no dia 13 último, na Câmara Municipal de Barra Bonita, teve como temas principais o Controle do SUS e a Informática Social.

Com a participação do presidente da entidade Sebastião Misiara e o presidente da Câmara Vicente Aparecido Nardo o conteúdo do seminário "Alternativas de Desenvolvimento" nas quatro palestras conseguiu manter até o fim os quase noventa participantes que estiveram na cidade da Barra.

A palestra do economista Kleber Graf, o" Controle e Gestão Financeira do SUS" bateu insistentemente na questão da fiscalização dos recursos aplicados pelo prefeito na saúde. O papel do vereador dentro da Câmara é o de trabalhar na fiscalização dos recursos públicos, principalmente, no SUS. Mas fora dela, participar dos Conselhos Municipais de Saúde levando para a Câmara a vontade popular.

Aos prefeitos, Kleber explicou, que os Estados passam a transferir, a partir desse ano, 7% de suas receitas aos municípios até atingir o índice de 12% em 2004. Mas os municípios repassariam, também a partir desse ano, os mesmos 7% de dotação orçamentária para o SUS, até chegar a 15% em 2004.

Hélvio Moisés do CEPAM falou aos candidatos e agentes políticos e públicos sobre a importância da ética no relacionamento interpessoal, base para o exercício da cidadania na esfera social. Para Moisés, os princípios éticos são cobrados a cada dia pela sociedade que, cansada da corrupção, não permitirá mais abusos na vida pública. A palestra "Ética e Cidadania" provocou a curiosidade dos participantes que, em época de eleição, queriam saber mais detalhes sobre a conduta de alguns políticos durante a campanha eleitoral. Helvio distinguiu a esfera política da esfera moral, mas citou a honestidade, a coerência e principalmente o espírito público como valores cada vez mais requeridos dos políticos, conforme se firmam os princípios democráticos e se desenvolve a participação cidadã na vida política.

A PRODAM-SP através do palestrante Adalberto Minguete mostrou o projeto Infocar, um dos projetos sociais da empresa que não exige muitos recursos e beneficia uma camada da população sem acesso à informática. São unidades móveis equipada com computadores e monitores que oferecem cursos de informática para jovens da periferia. O objetivo é proporcionar a esse jovem condições de pleitear uma vaga no mercado de trabalho. Segundo o especialista da PRODAM-SP esse curso não é caro e a empresa pode oferecer consultoria para as prefeituras.

Candidatos ouviram do advogado do CEPAM, João Macruz que os candidatos deveriam tomar bastante cuidado com a Lei Eleitoral que vigora este ano porque as penalidades são bastante rigorosas. Entre muitos assuntos, Macruz comentou sobre a imparcialidade dos órgãos de imprensa quanto aos candidatos. "Todos devem ter a mesma oportunidade, o mesmo espaço para que o processo democrático não seja prejudicado", afirma Macruz.

José Carlos de Almeida no encerramento do seminário

Comando da Polícia Militar presente no seminário

Vicente Aparecido Nardo fala da importância dos seminários regionais para os vereadores

Helvio Moisés falou de Ética e Cidadania em Barra Bonita

A FISCALIZAÇÃO DOS RECURSOS DA SAÚDE E A INFORMÁTICA SOCIAL DA 'PRODAM FORAM DEBATIDOS EM ASSIS

Apesar do período delicado, quinze dias antes da eleições de 1º de outubro, o seminário regional da União dos Vereadores no campus da UNESP em Assis, conseguiu reunir quase cem pessoas, entre vereadores, prefeitos e candidatos.

Presidido pelo diretor da entidade, José Carlos de Almeida, o seminário "Alternativas de Desenvolvimento" alcançou seus objetivos de promover debates em cima de duas questões: a fiscalização do SUS e a informática social.

A palestra "Controle e Gestão Financeira do SUS" mostrou aos vereadores que a melhoria da qualidade de vida da população na saúde e a ampliação do atendimento dos serviços dependem da aplicação correta dos recursos do SUS pelo prefeito municipal.. Áquilas Mendes, economista e técnico do CEPAM, mostrou que, nesse caso, é fundamental que o vereador exerça duas funções básicas: a de fiscalizador dos recursos públicos aplicados pelo prefeito dentro da Câmara e a de membro dos Conselhos Municipais de Saúde.

O diretor da Entidade José Carlos de Almeida explicou que essa palestra faz parte do convênio assinado entre a UVESP e o Ministério da Saúde, que enxergou os seminários regionais da entidade para agentes políticos e públicos como o canal perfeito para provocar no vereador o interesse em fiscalizar os recursos dentro da Câmara. "Temos certeza que após esses debates pelo interior o vereador exercerá seu papel fiscalizador", afirma Almeida.

A palestra "Infocar e o Impacto nos Municípios", da PRODAM-SP foi ministrada pelo gerente de treinamento da empresa, Adalberto Minguete. A palestra mostrou um dos projetos da empresa: a informática social – que pode ser aplicada em qualquer município do estado pela prefeitura a um custo bastante acessível. O projeto mostra uma unidade móvel com vários computadores onde jovens tomam aulas de informática. O projeto prevê o estímulo e a qualificação do jovem para o mercado de trabalho dentro ou fora de sua cidade. Esse projeto foi lançado na periferia da cidade com êxito.

A palestra "Aspectos da Lei Eleitoral" proferida pelo advogado do CEPAM, João Carlos Macruz fez um alerta aos candidatos e membros de partidos sobre as possibilidades e os limites da nova Lei Eleitoral. O advogado disse que: " a lei é rigorosa e se os candidatos não obedecessem suas diretrizes poderiam sofrer sérias penalidades". Macruz, ressaltou o cuidado que a administração pública deve ter para que não haja o uso da máquina administrativa a favor do prefeito no caso de reeleição ou de um ou outro candidato – crime eleitoral gravíssimo que a Justiça Eleitoral deve punir", reafirma Macruz.

A palestra do técnico do Núcleo Estratégico da Fundação, Helvio Moisés, sobre a "Sustentabilidade do Desenvolvimento", enfocou os conceitos de crescimento e desenvolvimento, situando historicamente o uso do termo sustentável para qualificar um padrão desejado de desenvolvimento, diverso do atual, que contempla, além da viabilidade econômica, a promoção da justiça social e do cuidado ambiental. Citou, ainda, algumas experiências recentes que têm a sustentabilidade como perspectiva e delas extraiu alguns princípios norteadores para o desenho de políticas públicas, enfatizando a importância da participação cidadã em sua elaboração.

A entidade Sociedade Beneficente de Assis recebeu a doação de duas cadeiras de rodas da empresa Digimax, de Davi Bosan Livrari - parceria da UVESP nos seminários. A entrega foi feita pelo diretor financeiro José Carlos de Almeida e a diretora executiva Aura Leoncio de Sá

Áquilas Mendes falou sobre a gestão do SUS. Plenário lotado em Assis

Momento da inscrição em Assis

Larley Santanna representou o secretário de Estado da Ciência e Tecnologia e Desenvolvimento Econômico, o dep. José Anibal

José Carlos de Almeida diretor da entidade intermedia o debate sobre o SUS

Macruz falou sobre os Aspectos da Lei Eleitoral em Assis

Hélvio Moisés falou sobre Sustentabilidade do Desenvolvimento em Assis

CACONDE SEDIA O 1º SEMINÁRIO CAFÉ COM LEITE

O primeiro seminário "Café com Leite" reuniu, em Caconde, no dia 1º de outubro último, a UVESP-União dos Vereadores do Estado de São Paulo e a UVEMIG-União dos Vereadores de Minas Gerais, a Associação dos Prefeitos dos Municípios Estâncias de São Paulo e dois secretários de Estado, Marcos Arbaitman de Esportes e Turismo e João Caramez secretário chefe da Casa Civil.

Sebastião Misiara, presidente da UVESP presidiu o décimo seminário regional "Alternativas de Desenvolvimento" ao lado do presidente da APRECESP e prefeito anfitrião Antonio Carlos de Faria, e presidente da Câmara Municipal de Poços de Caldas Waldemar Antonio Lemes Filho, do prefeito de Poços Geraldo Thadeu Pedreira dos Santos, do presidente da Publica André Torreta, da assessora da presidência da PRODAM-SP Joyce Anate e do diretor da ABRESI Nelson Baeta Neves.

O secretário Marcos Arbaitman foi homenageado no seminário de Caconde com o Diploma da Ação Municipalista concedido pela União dos Vereadores de São Paulo pelo brilhante trabalho que presta à população mais humilde, proporcionando-lhes, melhor qualidade de vida através do esporte e da educação. Arbaitman implantou na secretaria projetos como: Menor pelo Esporte Maior, Esperança e o da Escola do Futuro, entre outros com a ajuda da iniciativa privava.

A palestra de Arbaitman "Turismo sem Fronteiras" mostrou aos vereadores, prefeitos e autoridades presentes o esforço da secretaria para promover o turismo de São Paulo e também, dos acordos iniciados com os governos do Rio de Janeiro, Espírito Santo e Minas Gerais para desenvolvimento do turismo na região sudeste do país. Arbaitman pediu aos vereadores que trabalhem pelo turismo criando leis de incentivo e aos prefeitos que observem o efeito das ações regionais para o desenvolvimento do turismo e da região.

Sebastião Misiara alegou que o ciclo de palestras apresentado em Caconde, em parceria com o CEPAM e as diferentes experiências de atuação do governo paulista e mineiro mostram aos candidatos e atuais prefeitos e vereadores as diferentes áreas e formas de atuação no Executivo e Legislativo. Temas como: " Lei de Responsabilidade Fiscal, Controle e Gestão Financeira do SUS, Aspectos da Lei Eleitoral" permitirá a reciclagem para que não se cometam erros futuros", afirma Misiara.

João Caramez, secretário-chefe da Casa Civil do Governo do Estado marcou presença no seminário e comentou que o governo deve investir mais na região, no ano que vem. Caramez elogiou o evento "Café com Leite" dizendo que o nível das palestras e dos palestrantes supera as expectativas além de provocar mudança de postura política e administrativa nos participantes. Para Caramez, esse tipo de seminário facilita o acesso à informação dos agentes políticos e públicos já que a entidade leva o projeto "Alternativas de Desenvolvimento" para o interior.

O presidente da Pública Comunicação André Torreta lançou a campanha publicitária da Transparência Brasil em primeira mão durante o seminário com dois comerciais de televisão falando da importância do voto. A campanha "Rouba mas faz...pobreza." veiculada durante todo o mês de setembro pedia um basta na corrupção. Torreta da Pública Comunicação acertou com o presidente da UVESP espaço nos seminários para exibir os filmes, a fim de provocar a reflexão e a mudança de comportamento dos participantes.

O presidente da APRECESP, prefeito de Caconde Antonio Carlos de Faria, ofereceu um coquetel aos presentes.

Nelson Baeta Neves do Crowne Plaza recebe certificado das mãos do diretor da UVESP, José Carlos de Almeida

Sebastião Misiara da UVESP assina convênio com Waldemar Lemes Filho da UVEMIG

Prefeito Antonio Carlos de Farias de Caconde elogia a iniciativa da União dos Vereadores

Prefeito de Poços de Caldas, Geraldo Thadeu fala da importância desse seminário para a região

O prefeito Fordinho entre o presidente da UVESP Sebastião Misiara e o secretário Marcos Arbaitman

Secretário Marcos Arbaitman falou sobre o "Turismo sem Fronteiras"

SEMINÁRIO DA UNIÃO DOS VEREADORES REÚNE MAIS DE CEM PESSOAS ENTRE VEREADORES E PREFEITOS EM JABOTICABAL

Vinte municípios dos trinta e cinco convidados marcaram presença no seminário regional "Alternativas de Desenvolvimento" promovido pela UVESP-União dos Vereadores do Estado de São Paulo, no dia 20 de outubro último, na Câmara Municipal de Jaboticabal.

Com a presença do presidente da entidade Sebastião Misiara, da prefeita de Jaboticabal Maria Carlota Niero Rocha, do presidente da Câmara Waldemar Martins, a União dos Vereadores promoveu o décimo quarto seminário "Alternativas de Desenvolvimento" para municípios circunvizinhos a Jaboticabal.

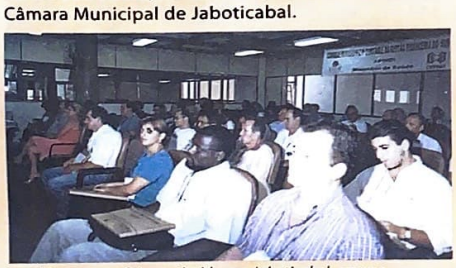
Vereadores e prefeitos participaram do ciclo de palestras onde os temas: Controle e Gestão Financeira do SUS (pelo economista Kleber Graf), Sustentabilidade do Desenvolvimento (pelo economista e Membro do Núcleo Estratégico do CEPAM), PRODAM: Projeto Infocar e a Modernização do Serviços Públicos (pelo especialista da empresa Adalberto Minguete) e Saneamento Básico e Privatização (pelo vice-presidente da ASSEMAE, Marcos Nélio de Oliveira foram amplamente debatidos.

O presidente da União dos Vereadores desabafa: "cada seminário realizado, sentimos que vencemos mais uma etapa na capacitação do vereador e do prefeito. Nossa meta é atingir, nessa quarta edição do projeto "Alternativas de Desenvolvimento" todos os municípios do Estado. Para isso, atingiremos a marca de aproximadamente vinte cinco seminários", reafirma Misiara

A Lei de Responsabilidade Fiscal foi detalhadamente esclarecida pelo advogado João Carlos Macruz, do CEPAM, que junto à UVESP montou um plantão jurídico para esclarecer dúvidas. Macruz mostrou aos prefeitos e vereadores o que devem fazer àqueles que em 1º de janeiro assumirem dívidas de seus antecessores.

"O importante é mostrar aos vereadores que eles devem criar alternativas de desenvolvimento para colaborar com a administração municipal e provocar a melhoria da qualidade de vida da população", finalizou Misiara.

O evento aconteceu na Câmara Municipal de Jaboticabal.



Público atento foi constituido, em Jaboticabal, em sua maioria por novos vereadores, que analisaram as propostas de fiscalização da gestão orçamentária do SUS

Prefeita Maria Carlota e prefeito Luiz Anselmo, de Jaboticabal e de Taiaçú, discutem com Joyce Anate e Zenon Barbosa, do PRODAM, o sistema de atendimento ao contribuinte

Marcos Nélio, vice-presidente da ASSEMAE, diz em sua palestra que "água também é saúde".

Adalberto Minguete da PRODAM-SP fala sobre o Projeto Infocar e a Modernização dos Serviços Públicos

REDE VIDA COMPLETA CINCO ANOS E É HOMENAGEADA

A Rede Vida de Televisão foi homenageada na Assembléia Legislativa, no dia 29 de setembro último, numa cerimônia bastante emocionada onde não faltaram elogios. O deputado José Carlos Stangarlini solicitou ao presidente da Casa, Vanderlei Macris, uma Sessão Solene para homenagear o quinto aniversário da emissora, principalmente pela qualidade de sua programação sempre voltada à família, aos direitos humanos e pela ética e cidadania. Os deputados estaduais Afanásio Jazadi e Jamil Murad discursaram ressaltando a boa qualidade do serviço prestado à família brasileira e da luta desempenhada pelo jornalista João Monteiro de Barros para alcançar mais e mais brasileiros com padrões cristãos e éticos.

O presidente do INBRAC Dom Antonio Maria Mucciollo recebe placa das mãos do deputado estadual José Carlos Stangarlini

Vice-presidente do INBRAC e presidente da Rede Vida de Televisão, João Monteiro de Barros Filho recebe placa honrosa das mãos do deputado estadual José Carlos Stangarlini

VISITAS EM SÃO PAULO

Sebastião Misiara recebe no CEPAM, o superintendente da UVB, José Escobar.

O advogado do CEPAM, João Carlos Macruz entrega ao superintendente da UVB, José Cavalcanti Escobar, um exemplar do manual da Lei de Responsabilidade Fiscal, observado pelo diretor José Carlos de Almeida.

Waldemar Lemes Filho da UVEMIG é recebido no CEPAM pelos diretores José Carlos de Almeida e Aura Leôncio de Sá. Na visita ficou acertada a realização de seminário em Poços de Caldas para dezembro.

MOMENNTOS

O deputado Jamil Murad elogia o trabalho da UVESP no interior do estado

Secretário de Justiça Edson Luiz Vismona confirma presença nos seminários da UVESP, em novembro

Gaudêncio Torquato, Misiara, Rubens Figueiredo e André Torreta falam sobre a renovação política em entrevista.

Aprimorando a Saúde nos Municípios: A estratégia do Programa de Saúde da Família

KLEBER GRAF

Atualmente, pensar em saúde no município significa considerar o trabalho de promoção e prevenção dessa área. No Brasil, este desafio requer a implantação de um Programa de Saúde da Família. Este é uma estratégia para reorientar a assistência básica de saúde nos municípios. É importante dizer que a adoção dessa estratégia não exige um custo elevado em termos de pessoal. O programa conta com uma equipe de saúde, que deve estar ligada à uma Unidade Básica de Saúde (posto ou centro de saúde), devendo se responsabilizar pelo acompanhamento de no máximo 1.000 famílias ou 4.500 pessoas que residam em uma determinada comunidade. De forma geral, a equipe de Saúde

da Família é composta por: 1 médico; 2 auxiliares de enfermagem e 6 agentes comunitários de saúde. Esta equipe deve trabalhar mais próximo à população do que os serviços de saúde tradicionais, resolvendo no próprio local a maioria dos problemas de saúde da comunidade e evitando a procura por atendimentos em hospitais.

PARA IMPLANTAR O PROGRAMA DE SAÚDE DA FAMÍLIA O MUNICÍPIO DEVE:

- Estar habilitado em alguma das condições de gestão da NOB SUS/ 96
- Possuir um projeto de implantação do Programa de Saúde da Família
- Obter a concordância do Conselho Mu nicipal de Saúde.

O Programa de Saúde da Família é uma inteligente estratégia por parte do Ministério da Saúde para descentralizar os problemas de Saúde, pois facilita a vida do cidadão que tem através deste programa seus problemas resolvidos na própria residência, não precisando locomover-se em busca de atendimento médico e hospitalar.

Kleber Graf é economista

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 29: BOAS NOVAS À GESTÃO DA SAÚDE MUNICIPAL

ÁQUILAS MENDES

A grande novidade para a saúde pública é a recente aprovação da Emenda Constitucional nº 29, que vincula recursos fiscais para o setor, garantindo recursos mínimos para o SUS. A EC-29 introduz uma inovação ao vincular recursos para o financiamento da saúde, pois define o quanto das receitas resultantes de impostos e transferências constitucionais dos estados e municípios deve ser destinado para a área. Essas esferas de governo deverão alocar, no primeiro ano, pelo menos, 7% dessas receitas, sendo que o percentual crescerá anualmente até atingir, para os estados, 12% em 2004 e, para os municípios, 15%. Quanto à União, fica definido: para o primeiro ano, o aporte de pelo menos 5% em relação ao orçamento empenhado do período anterior; para os seguintes, o valor apurado no ano anterior é corrigido pela variação do PIB nominal.

Uma pesquisa recente[1] do Cepam mostra que o nível inicial de gasto exigido pela EC-29 para 2000 (7%) já foi atingido pela média dos municípios paulistas em 1995 (13,8%), enquanto o desejável para 2004 (15%) havia sido superado em 1997 (16,2%). Isso pode indicar que para muitos municípios, a vinculação de recursos não alterará o quadro do financiamento da saúde. Espera-se que as exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal não venham a prejudicar o nível de gasto municipal já alcançado na área da saúde. Isso porque, na permanência de renúncias fiscais, o corte de despesa que se fizer necessário ocorrerá exatamente junto às despesas de material de consumo e serviços de terceiros – gastos possíveis de serem reduzidos. Dada a importância da área da saúde para a garantia da cidadania nos municípios, isso não pode significar, diminuição dos recursos alocados para medicamentos, material hospitalar e laboratorial e compra de serviços ambulatoriais e hospitalares junto à rede privada (filantrópica e lucrativa).

Espera-se que as exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal não venham prejudicar o nível de gasto municipal já alcançado na área da saúde.

Ainda que a EC-29 tenha instituído novidades para o setor saúde, o que quase ninguém se dá conta é que ela também criou "boas novas" à arrecadação municipal. Para que os municípios pudessem obter um reforço de caixa para cumprir a emenda, sem apertar e/ou reduzir despesas já comprometidas, foi permitido a cobrança do IPTU de forma progressiva a partir do próximo ano. O artigo 3º da EC-29 estabelece que o IPTU pode ser progressivo em razão do valor do imóvel e ter alíquotas variando conforme ao localização e o uso do imóvel. Portanto, Para que o IPTU seja cobrado de forma progressiva, já a partir do próximo ano, os vereadores da cada município terão que votar uma nova lei municipal ainda este ano.

A progressividade do IPTU é um instrumento poderoso para ampliar as receitas dos municípios, ao mesmo tempo, que provoca justiça tributária. Em vários municípios, por exemplo, ela foi usada no início dos anos 90 e contribuiu para dobrar a arrecadação da prefeitura com esse tributo.

Sem a progressividade, alguns prefeitos evitam prejudicar os cidadãos de menor renda aumentando as alíquotas do IPTU de forma geral. Com a EC-29 da saúde, eles terão a possibilidade de elevar a receita enfrentando o caixa da população de maior renda.

Áquilas Mendes, técnico do CEPAM. professor da Faculdade de Economia pela UNICAMP

[1] "Financiamento e Gasto da Saúde nos Municípios Paulistas", Relatório Final, Ministério da Saúde, 2000.

E N T R E V I S T A

Uma Dama-de-Ferro comanda à Polícia Militar

Cel. Laudinéa, considera-se pequena, mas com muita disposição para o trabalho.

Desde julho o Comando de Policiamento de Área Metropolitano - 2 (CPA-M2), na Zona Sul paulistana está nas mãos de uma mulher: a coronel Laudinéa Pessan de Oliveira, o que a torna a mulher mais poderosa da corporação, pois 85% dos PMs que trabalham na Capital estão sob suas ordens.

Natural de Dourado, interior paulista, a coronel Laudinéa fala nesta entrevista da necessidade de haver uma maior integração da Polícia Militar à Polícia Civil e de como resolveu aceitar o desafio de entrar para PM.

Jornal do Interior – A senhora já ganhou o apelido pela grande imprensa de Dama-de-Ferro. O que acha desse rótulo?

Laudinéa – Não sei dizer se gostei ou não, mas combina com minha maneira de ser. Procuro sempre tratar os problemas de forma legalista, tentando ser justa em todas as minhas decisões. Agora, do ponto de vista físico essa denominação não serve, já que sou pequena. No entanto, tenho muita disposição profissional, muita vontade de trabalhar.

Jornal do Interior - Quais são suas prioridades frente ao CPA-M2?

Laudinéa – Sem dúvida a implantação do policiamento comunitário. Ele já está em andamento e cabe a mim impulsioná-lo. Ao lado disso, o trabalho conjunto com a Polícia Civil, nossa co-irmã, é muito importante. O nosso trabalho deve ser sempre integrado. O terceiro ponto é o relacionamento polícia-comunidade. A partir do momento em que a comunidade estiver próxima da polícia, discutindo os problemas da sua área e até fazendo sugestões, isso resultará num atendimento melhor. Todo este trabalho já está sendo iniciado.

Jornal do Interior – A senhora acredita que caminhamos para a unificação das polícias militar e civil?

Laudinéa – Eu não diria unificação, nesse primeiro passo. Estamos falando em trabalho integrado. As duas polícias têm funções diferentes. A polícia fardada tem a função de fazer a prevenção, de estar presente, de ter uma ação imediata quando ocorre um delito. Já a Polícia Civil é mais investigativa e corresponde à parte cartorária. O importante é que trabalhemos juntos, uma complementando as informações da outra; discutindo como planejar o policiamento em determinada área. A unificação deve vir mais à frente.

"A partir do momento em que a comunidade estiver próxima da polícia, discutindo os problemas da sua área e até fazendo sugestões, isso resultará num atendimento melhor"

Jornal do Interior – O que levou a senhora a ingressar na Polícia Militar?

Laudinéa – Sempre me interessei pela carreira militar. Quando fiquei sabendo, através das policias femininas que trabalhavam nas ruas, que as inscrições para a Polícia Militar estavam abertas, aquilo me conquistou e acabei entrando para a corporação em 1975.

Jornal do Interior – Qual era a função das mulheres na PM daquela época?

Laudinéa – Em 1975 o número de policias femininas era muito pequeno, por volta de 200. A policial tinha uma formação diferenciada e trabalhávamos voltadas à orientação da família, a atender especificamente mulheres e idosos. Com o passar dos anos é que as policias femininas começaram a participar de todas as atividades da polícia Militar.

Jornal do Interior – O fato de a senhora comandar 2500 homens soma mais um ponto para as mulheres?

Laudinéa – Acredito que sim. As mulheres estão cotidianamente vencendo novos desafios profissionais. E o fato de a Polícia Militar ter passado por uma reestruturação recente e agora as mulheres poderem assumir o comando de uma área conta muitos pontos para elas, com certeza.

MAIS UM TROFÉU

Sim, a Imprensa Oficial acaba de receber o 12º Troféu HQ Mix, concedido pela Associação dos Cartunistas do Brasil aos melhores de 1999 na categoria Ilustrações.

Ficha técnica:
Arquivo em Imagens
Nº 3 - Ilustrações
ISBN 85-86726-11-7
Co-edição:
Arquivo do Estado/
Imprensa Oficial/SP - 2000
150 páginas
R$ 15,00
Ilustrações
Código: 812.241

+ O troféu HQ Mix é uma premiação anual oferecida aos melhores dos quadrinhos e dos cartuns. É considerado o principal evento do gênero na América Latina, com reconhecimento internacional.

+ A Imprensa Oficial, em parceria com o Arquivo do Estado de São Paulo, publica a Série Arquivo em Imagens. Os temas são variados. O número 1 reproduz fotografias do jornal carioca Última Hora. O número 2, futebol. O 3, ilustrações e o 4, política. Todos com o objetivo de divulgar o acervo iconográfico * do jornal carioca Última Hora, por meio de imagens, gravuras, fotografias e textos de consagrados profissionais.

+ O livro premiado é Arquivo em Imagens 03 - Ilustrações.

+ O reconhecimento das diferentes áreas representa o quanto a Imprensa Oficial está comprometida com seus leitores, clientes e com a qualidade gráfica.

Edições
IMPRENSA OFICIAL

Visite nossa Livraria Virtual:
www.imprensaoficial.com.br
link - Livraria Virtual
e-mail: livraria@imprensaoficial.com.br
Para mais informações:
SAC
ligue para o nosso Serviço de Atendimento ao Cliente
0800-123 401
de segunda a sexta-feira, das 8h30min às 17h30min

EXCLUSIVO!

O ESTATUTO DA CIDADE

MARIANA MOREIRA

A rigor, nenhuma lei possui denominação própria, mas algumas delas, pelo importante papel que cumprem recebem um nome. É o caso do, ainda, Projeto de Lei nº 5.788, de 1990 que visa regulamentar o Capítulo da Política Urbana da Constituição Brasileira e que ficou conhecido como o **"Estatuto da Cidade"**.

Interessante verificar como tal fato ocorreu, sabendo que há mais de uma década o Congresso Nacional tenta aprovar uma lei federal que estabeleça diretrizes federais para a política urbana.

O processo inicia-se em 1983 quando o Poder Executivo Federal, envia à Câmara Federal o PL 775 que tratava dos objetivos e da promoção do desenvolvimento urbano. Esse PL 775 não obteve a tramitação desejada,porque a nova constituição em razão de seus dispositivos sobre a distribuição de competências transfere para a União exclusividade para instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano, fato que provocou a apresentação de novos projetos.

Em 1989, de autoria do então Senador Pompeu de Souza, novo Projeto foi apresentado no Senado e, tendo obtido aprovação, foi remetido à Câmara dos Deputados em 1990. Nesta Casa Legislativa, todos os projetos que tramitavam sobre a matéria foram repensados constituindo um só Projeto de Lei, sob o nº 5.788/90. O Projeto de lei de iniciativa do Executivo, datado de 1983, foi por ele retirado, sem deliberação, em julho de 1995.

Apenas em 1997, após tramitar pelas várias Comissões da Câmara Federal, o PL 5.788/90 obteve sua primeira aprovação e, em 1999 foi aprovado um Substitutivo na Comissão de Desenvolvimento Urbano e Interior que é a última Comissão de mérito a deliberar sobre o Projeto de Lei em questão.

Resta, ainda, uma última deliberação que ocorrerá na Comissão de Constituição, Justiça e Redação, onde atualmente se encontra o PL 5.788/90 que deverá opinar sobre sua constitucionalidade e juridicidade. Após essa manifestação e, *não havendo pareceres divergentes, nem recursos, seguirá o PL para o Senado.*

A tramitação de um projeto de lei é, como vimos, bastante custosa e, no caso particular dessa propositura, também morosa. A lentidão não teria sido tão intensa não fosse o assunto que envolve, entre outros, instrumentos jurídicos de controle da especulação imobiliária.

O Estatuto da Cidade, PL nº 5788/90, é assim denominado por se entender que suas normas constituem verdadeiros mandamentos para a gestão urbana da cidade na elaboração e implementação de uma política urbana. Como Estatuto que é, os dispositivos da futura lei serão o resultado de um consenso de idéias e desejos manifestados nos vários momentos de sua tramitação.

A denominação "Estatuto", queremos crer, decorre de suas disposições que estabelecem regras gerais e diretrizes abrangentes para a adoção, pelo Município de instrumentos locais de implementação de política própria de desenvolvimento físico territorial e social no meio urbano e no rural. Dadas essas diretrizes, será preciso, no entanto, que os municípios atuem positivamente no sentido de realizar suas funções legislativas e de planejamento.

É preciso ressaltar que o Estatuto cumpre um importante papel que é o da regulamentação do Capítulo da Constituição Federal que se refere à Política Urbana. Nestes dispositivos encontram-se previstos instrumentos novos e capazes de dar agilidade ao município para a implementação de sua política urbana, a saber:

PARCELAMENTO, EDIFICAÇÃO OU UTILIZAÇÃO COMPULSÓRIOS

Este instrumento será utilizado para dificultar a retenção de áreas urbanas ociosas que, além de não cumprirem qualquer função para a malha urbana, onera os equipamentos urbanos. As áreas urbanas não parceladas e nem ocupadas impossibilitando sua adequada utilização pela cidade são indesejáveis, pois o benefício dessa situação é apenas para o proprietário que atua de forma especulativa no mercado de terras.

IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO - IPTU PROGRESSIVO NO TEMPO

Previsto no art 182, § 4º da Constituição Federal é uma imposição tributária sob a forma de sanção progressiva na hipótese de não ser atendido, pelo proprietário, as determinações relativas ao parcelamento, edificação ou utilização compulsórios. O conhecido imposto sobre a propriedade imobiliária urbana poderá ser aplicado para a finalidade de tornar onerosa para o seu titular, a não ocupação de propriedades urbanas, fato que colide com a função social da propriedade, qualidade da propriedade prevista pela lei.

DESAPROPRIAÇÃO COM PAGAMENTO EM TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA

Na esteira de sanções, a desapropriação de imóveis urbanos que não atendam às determinações anteriores, isto é, as áreas para as quais foi exigido parcelamento, a edificação ou utilização e, não tendo sido atendido, sofreu a incidência do IPTU progressivo e, que mesmo assim permaneceu em igual estado, a Constituição Federal prevê a retirada compulsória da propriedade, cuja indenização será feita com títulos da dívida pública e não em dinheiro como na desapropriação ordinária.

A importância do Estatuto está em que a Constituição Federal, ao prever tais instrumentos, estabeleceu sua regulamentação por lei federal. Vale dizer, enquanto não editada essa lei, não há possibilidade de aplicação desses instrumentos.

Anote-se, entretanto, que a aplicação dos instrumentos de sanção possuirá legitimidade se houver um Plano Diretor que seja capaz de definir no meio urbano, quais as áreas da cidade que devem ser adensadas, ou seja, quais regiões ou zonas devem receber novos núcleos populacionais. Isto porque, embora o Estatuto venha possibilitar a aplicação de sanções, enfatiza, igualmente, a elaboração de um plano que explicite a política urbana de cada localidade.

O Plano Diretor é, por força de norma constitucional, obrigatório para municípios com mais de 20.000 habitantes e instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana (art. 182, .§ 1º da Constituição Federal). É o Plano Diretor que explicita as exigências fundamentais de ordenação da cidade para as quais a propriedade urbana deve se voltar a fim de cumprir sua função social. Assim, é fundamental a elaboração do Plano Diretor para a aplicação de normas urbanísticas, pois inexistente o plano, não será possível adotar qualquer procedimento. Sendo essencial que também os municípios menores, isto é, aqueles não obrigados pela Constituição Federal a editar Planos Diretores, igualmente o façam, até porque, no Estado de São Paulo, todos estão obrigados, conforme a Constituição Estadual.

O Estatuto dispõe também sobre outros institutos que, por suas características, não necessitam de uma lei federal para sua regulamentação, pois são aplicáveis diretamente com base no Texto Constitucional, caso do usucapião urbano (art. 183) ou com base na legislação civil, caso do direito de preempção (preferência de aquisição de imóveis) e do direito de superfície.

Entretanto, o Estatuto dispõe sobre esses institutos de maneira a criar normas específicas, isto é, ainda que alguns deles sejam conhecidos, há, no Estatuto, normas especiais. É o caso do usucapião urbano coletivo que favorece a aquisição da propriedade imobiliária por um conjunto de pessoas, atuando positivamente para o problema da regularização de cortiços e favelas.

OUTROS INSTRUMENTOS TAMBÉM MERECEM DESTAQUE

• TRANSFERÊNCIA DO DIREITO DE CONSTRUIR

Compreende a faculdade, conferida ao proprietário de imóvel que, com base em lei municipal, poderá exercer em outro local o direito de construir, em conformidade com os índices urbanísticos (taxa de ocupação e índice de aproveitamento).

• SOLO CRIADO OU OUTORGA ONEROSA DO DIREITO DE CONSTRUIR

Trata-se de possibilitar ao município a fixação de determinado coeficiente limite de aproveitamento de terreno, a partir do qual a Prefeitura municipal pode conceder autorização para edificação acima desses limites mediante remuneração. É um instrumento de grande interesse, pois possibilita melhor utilização da infra-estrutura instalada e arrecada recursos para obras de manutenção.

• OPERAÇÕES URBANAS CONSORCIADAS

Mediante a possibilidade legal de modificações de índices urbanísticos, de uso e ocupação do solo, de normas edilícias e regularização de construções em desacordo, será possível a implementação de operações conjuntas de intervenção urbana, coordenadas pelo município, mas com ativa participação de proprietários, moradores, usuários permanentes e investidores privados.

• DIREITO DE PREEMPÇÃO

Como instituto jurídico, o direito de preempção já possui sua formulação no âmbito do direito privado. O Estatuto, entretanto, regulamenta sua aplicação nas atividades urbanísticas implementadas pelo Estado, fato que dá a esse instituto, feições existentes no âmbito do Direito Público. Trata-se de medida que visa possibilitar a formação de estoque de terras públicas, sem que seja necessário a adoção da desapropriação. Mediante a edição de lei municipal, o município poderá, para finalidades específicas, determinar que em certa área territorial a municipalidade possuirá preferência para a aquisição de imóveis em condições de mercado.

É bom ressaltar que a edição do Estatuto da Cidade é de vital importância para a implementação das políticas urbanas com fundamento na garantia do direito a cidades sustentáveis, a gestão democrática do desenvolvimento urbano, a cooperação entre os governos, iniciativa privada e a sociedade em geral. As cidades devem ser instrumentalizadas legalmente para que suas Administrações possam adotar instrumentos jurídicos que garantam o estabelecimento de relações sociais justas e que objetivem a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

Além disso, é preciso agir no sentido de diminuir os contrastes verificados nas cidades, especialmente nas maiores, entre bairros suntuosos e os muito pobres e carentes de qualquer recurso, seja de equipamento urbano, seja de instalações privadas de comércio e de lazer. Tal situação cria, evidentemente, profunda desigualdade de tratamento entre munícipes e, ainda que a completa igualdade só possa ser alcançada por meio de um conjunto de medidas, várias das quais não se encontram na esfera da atuação do Poder Público municipal, pode o município executar uma grande parte das medidas, isto é, aquelas voltadas ao desenvolvimento urbano com uma adequada política de uso e ocupação do solo, prestigiando a propriedade privada que atenda sua função social, afastando a especulação imobiliária, causa de diversos males no meio urbano.

Para tanto, é preciso o esforço de toda sociedade, mas, principalmente, de seus representantes políticos locais – Vereadores e Prefeitos que, com a edição dessa lei, passarão a ter condições legais de executar várias medidas indicadas em seus Planos Diretores, cuja formulação será realizada por consenso de todos os segmentos da população com o objetivo de intervir na realidade atual marcada pela iniquidade.

Por essas razões e, tendo em vista os objetivos do Cepam, estaremos, em breve, editando uma publicação sobre o ESTATUTO DA CIDADE que contará com artigos e estudos de renomados especialistas no assunto. Estaremos até lá, aperfeiçoando a obra para adequá-la, o máximo possível, ao texto legal que ainda se encontra em tramitação. Além disso, a publicação visará apresentar o ESTATUTO de maneira simples, porém não simplista, na tentativa de seduzir os agentes políticos municipais para sua importância e para a objetividade de suas propostas, por entendermos que deles dependerá o sucesso ou o fracasso desse esperado instrumento legal.

Mariana Moreira, é advogada e membro do núcleo Estratégico Operacional do Cepam

E agora, José? ou Por uma Gestão Empreendedora.

MARCOS CAMARGO CAMPAGNONE

Verificou-se nestas eleições um índice considerável de reeleição dos atuais gestores municipais. De qualquer maneira este período que antecede a posse do segundo mandato ou do primeiro de um novo gestor é um momento de transição.

Um momento propício à reflexão.

Como está a cidade? Como vivem os moradores do município? As pessoas estão vivendo melhor? Estão mais felizes? Suas necessidades estão sendo atendidas? As potencialidades do município e da região vêem sendo desenvolvidas?

Embora muitos prefeitos estejam se mantendo no cargo, é preciso ter em conta que vivemos momentos de descontinuidade e mudanças aceleradas. Nada garante que o sucesso obtido no primeiro mandato será repetido no segundo. O avanço tecnológico tem impactado fortemente a vida das pessoas, das instituições e empresas; mudam-se os paradigmas no mundo do trabalho, alteram-se modos de produção e de gestão.

Para superar os desafios, que são crescentes e mutáveis e corresponder às expectativas geradas no momento eleitoral, é preciso compreender o momento e desenvolver novas ferramentas de gestão que implicam necessariamente o diálogo com a sociedade organizada, as parcerias com os atores interessados no processo de desenvolvimento local e a elevação do nível da capacidade governativa de formulação e implementação das políticas públicas.

E é neste ponto que vamos agora nos deter.

O Cepam, em parceria com o Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade e no âmbito do Programa Qualidade e Participação na Administração Pública, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, revisou o modelo de auto-avaliação da gestão pública adequou sua linguagem e conteúdo às especificidades da Administração Municipal, dando forte ênfase ao estímulo à cidadania e aos valores éticos e disponibilizando mecanismos que facilitam a participação do cidadão e as parcerias com o setor produtivo.

Essa tarefa se tornou possível, com o ambiente criado pelo Governo Covas, por intermédio do Programa Permanente de Qualidade e Produtividade no Serviço Público, e graças a uma obstinada equipe técnica de alto nível, que, mediada democraticamente pelo mestre Ademar Sato, pôde contar com todo o apoio da Secretaria de Economia e Planejamento do Governo Estadual e desenvolver o instrumento AUTO-AVALIAÇÃO DA GESTÃO MUNICIPAL, muito oportuno para este momento em que os gestores locais precisam conhecer o potencial da capacidade instalada na máquina municipal e propor um Plano de Melhoria de Gestão que permita caminhar no sentido da concretização do Plano de Governo.

O método considera vários aspectos específicos da gestão municipal e busca uma referência para sensibilizar a melhoria de desempenho institucional, em três etapas básicas: a primeira, que seria a própria aplicação da auto-avaliação de forma participativa e sistemática – visa-se disseminar uma cultura de Avaliação das Políticas Públicas. Infelizmente, ainda estamos aprendendo a identificar os impactos da ação governamental.

A segunda etapa seria uma análise crítica do relatório de auto-avaliação; um momento de aprendizagem coletiva sobre a máquina municipal e as práticas que vêm sendo adotadas, momento de identificar as oportunidades de melhoria; e, finalmente, a terceira etapa, que seria a elaboração do Plano de Melhoria de Gestão, através do estabelecimento de metas e respectivos indicadores, definição das ações, responsáveis por sua implementação além da definição dos os recursos disponíveis ao longo de um cronograma previsto para sua execução.

O Plano de Melhoria da Gestão formaliza um compromisso entre os gestores, os servidores municipais e a sociedade, na busca do bem-estar comum. O instrumento AUTO-AVALIAÇÃO DA GESTÃO MUNICIPAL emprega os sete critérios de excelência, utilizados pelo sistema Malcom Baldridge, dos Estados Unidos, através de um processo de "desconstrução" e "recriação", de modo a inspirar todo o corpo funcional, e não apenas os dirigentes, a buscar patamares mais elevados de desempenho.

O critério LIDERANÇA procura entendê-la como referencial ético na busca de um sistema democrático de gestão e estímulo à cidadania, trabalhando com princípios de transparência, "accountability", interesse público e participação.

O critério PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO busca a construção da visão institucional de futuro, dos compromissos com o futuro da sociedade, das prioridades compatíveis com a missão de servir ao interesse público, o quanto as metas seriam exeqüíveis e traduzidas em planos e programas na Lei Orçamentária Anual e, ainda, o processo de acompanhamento da sua execução.

O terceiro critério, adaptado para FOCO NA CIDADANIA, procura identificar os requisitos mínimos, o conhecimento das necessidades dos diferentes segmentos que compõem a sociedade local e, principalmente, o compromisso com a cidadania, tornando o cidadão sujeito da ação e não apenas seu objeto. Avalia-se, neste ponto, o compartilhamento na construção da cidadania.

O quarto critério, INFORMAÇÃO E ANÁLISE, procura identificar a natureza das informações e sua disponibilização para a sociedade; o uso da tecnologia da informação; o grau de interconectividade com que são tratados os dados e alimentados os sistemas de informação. Esse critério, também é fundamental para o atendimento a um dos princípios básicos da Lei de Responsabilidade Fiscal, que é o da transparência.

O quinto critério, GESTÃO DE PESSOAS, trata da viabilização do crescimento profissional e pessoal de cada indivíduo comprometido com a qualidade do serviço prestado, a partir do conhecimento do seu perfil, da sua mobilidade, participação na melhoria da gestão institucional, bem como do servidor no exercício da cidadania.

O critério GESTÃO DE PROCESSOS procura situar a administração nos novos paradigmas em que a divisão de trabalho, sob forte supervisão, vai se tornando superada; procura enfatizar o trabalho das equipes por processos sob liderança estimuladora, que visa à superação do modelo burocrático.

Finalmente, o critério com maior peso, que trata dos RESULTADOS DA ORGANIZAÇÃO, busca a avaliação das conseqüências da adoção do modelo de gestão voltado para a execução de ações éticas e para a construção da cidadania; assim procura avaliar, através de indicadores, o quanto a Gestão ***é democrática, participativa e empreendedora.***

Desse processo de auto-avaliação, são identificadas as oportunidades de melhoria, requisito para a elaboração do Plano de Melhoria de Gestão.

O Cepam está preparado para levar esse programa aos municípios, capacitando os próprios servidores municipais para sua implementação e difusão, para elevar o grau de satisfação do usuário dos serviços públicos.

Para maiores esclarecimentos, contacte o administrador Armando Bellinati, coordenador do Núcleo da Qualidade e Participação da Administração Pública no Cepam pelo telefones : (11)3811-0365.

Marcos Camargo Campagnone
Assessor da Presidência do Cepam

PLANO DE AÇÃO IMEDIATA DA SEHAB - MUTIRÃO

PROBLEMA?

Hoje são quase 2 milhões de pessoas vivendo em favelas no município de São Paulo. Em 85 este número não chegava a 500 mil. Em 1989, estimativas feitas para o Plano de Ação Imediata da Sehab (Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano do Município de São Paulo) calculam que 28% da população vive em cortiço (3 milhões de habitantes, 820 mil famílias e 90 mil imóveis).

O governo federal começou a preocupar-se com a questão da moradia nos anos 60, depois de registrar aumento de 90% no déficit habitacional de 1960 a 1964, ano do golpe militar. Criou, então o SHF (Sistema de Financiamento da Habitação), cuja principal operadora era o BNH (Banco Nacional da Habitação).

O BNH, porém, não daria conta do inchaço da malha urbana por causa do êxodo rural, de 1960 a 1970. São Paulo foi uma das cidades mais atingidas pela nova realidade e as conseqüências são sentidas até hoje, com um déficit habitacional de mais de 70% (na Grande São Paulo)

SOLUÇÃO!

Das formas de habitação popular, o mutirão tem conseguido realizar o sonho da casa própria para muitas famílias de migrantes que procuram trabalho e moradia na maior cidade do País.

O mutirão na zona leste de São Paulo, localizado entre as ruas Leonídio Alegretti e São Francisco do Piauí, está quase no fim, depois de um ano e meio de intensos trabalhos e muitos encontros das 500 famílias, que reivindicaram a obra junto ao governo estadual depois dos debates na Igreja Dom Bosco e na associação dos moradores.

O Estado está entrando com 75% dos recursos para a obra. Os outros 25% são investimentos do mutirante em mão-de-obra. As prestações só começam a ser pagas depois que o mutirante, obrigado a não comprometer mais de 30% da sua renda com a obra, estiver morando no lote.

O programa se estende a famílias que recebem de um a dez salários mínimos. Uma família que ganha um salário mínimo (R$ 151,00), por exemplo, pagará à CDHU (Companhia de Desenvolvimento da Habitação Urbana do Estado de São Paulo) uma prestação correspondente a 30% desse valor, durante 25 anos.

Há cerca de 90 canteiros de obras em andamento no Estado, com 120 unidades cada, beneficiando em torno de 10 mil famílias (ou 50 mil pessoas). Este tipo de projeto tem provado que o trabalho participativo é fundamental, pois qualifica o mutirante como parceiro da solução habitacional.

SERVIÇOS DA PRODAM DISPONÍVEIS A TODAS AS PREFEITURAS DO PAÍS

A Companhia de Processamento de Dados do Município de São Paulo – Prodam coloca à disposição de todas as prefeituras paulistas e de outros Estados os seus serviços de Informática Pública, até há pouco prestados apenas à prefeitura da Capital. A empresa que é provedora de tecnologia da informação aplicada à modernização da gestão dos negócios públicos, tem por objetivo o assessoramento técnico, o desenvolvimento, a implantação e a manutenção de sistemas de informação voltados para os órgãos municipais, da administração direta e indireta.

Uma prefeitura modernamente informatizada dá ao munícipe a certeza de transparência, modernidade e competência de quem disponibiliza os serviços públicos a todos os cidadãos. Isto pode ser constatado na cidade de São Paulo, a terceira maior do mundo, onde os volumes desses serviços são realmente gigantescos.

Prefeito Geraldo Thadeu de Poços de Caldas em visita à PRODAM - SP acompanhado pelo presidente Lauro Fontoura.

E é esta competência que a Prodam oferece às administrações municipais de todo o país. A empresa está equipada e capacitada para contribuir com prefeituras de diferentes portes e estágios de tecnologia em seus processos administrativos. Como vem fazendo eficientemente para os mais diversos órgãos da municipalidade paulistana, a companhia pode desenvolver e implantar sistemas modernos de arrecadação de tributos e de atendimento aos munícipes, nas diversas áreas dos serviços públicos, particularmente da saúde, educação, segurança, transportes e habitação. Ao entregar tais serviços à Prodam, as administrações municipais contarão com a alta confiabilidade que detém a empresa, e a extrema correção e segurança confidencial na manipulação dos seus dados.

Com estas ações, a companhia espera contribuir para a melhoria da qualidade dos serviços públicos, ampliando, desta forma, seus esforços para cumprir o dever social de participação no processo de valorização da cidadania brasileira.

A Prodam é reconhecida como detentora de inovadoras metodologias de desenvolvimento e documentação de sistemas, de geração, teste e implementação de programas, bem como do gerenciamento do processo de desenvolvimento, tanto para a plataforma SNA (mainframe) como para a plataforma Cliente/ Servidor; de treinamento e desenvolvimento de profissionais; de envolvimento e parceria com usuários na solução de problemas específicos; na avaliação e homologação de softwares especiali- zados, e várias outras frentes em sua área de atuação, firmando uma imagem associada à tecnologia de ponta.

É capaz de processar mais de 11 milhões de documentos de arrecadação e microfichas do IPTU; 5 milhões de documentos de arrecadação do ISS; 3 milhões de autos de infração e multas de trânsito; 2 milhões e 100 mil demonstrativos de pagamento de salários, além de serviços de digitação na ordem de 8 milhões de documentos.

A busca de níveis de qualidade cada vez maiores, é uma rotina operacional da Prodam, que já resultou na obtenção, até o momento, de certificações da ISO 9000 para três de seus serviços, notável reconhecimento da excelência dos trabalhos da empresa.

Goiás conhece programas da PRODAM

Dando sequência aos trabalhos desenvolvidos conjuntamente pela PRODAM e a UVESP, União dos Vereadores do Estado de São Paulo, o Assessor Especial do Governo de Goiás, José Escobar Cavalcante, em companhia do diretor de Relações Institucionais da UVESP, Aloysio Girardi Cardoso visitou no dia dez deste mês a sede da empresa, localizada no Parque do Ibirapuera, em São Paulo.

Na oportunidade, Zenon Barbosa da Silva, gerente de Marketing da empresa paulistana e seus assistentes Sidnei Pedroni, Antonio Valiengo Filho, assessores e Joyce Helene Anate, Chefe da Divisão de Contratos e Marketing expuseram amplamente sobre seu funcionamento, percorrendo os seus principais departamentos. No DIDET, recebeu explicações pormenorizadas da coordenadora de Projetos de Infraestrutura, Ana Paula Fernandes. Em relação ao funcionamento da INTERNET, o analista consultor Jorge T. Sakano demonstrou de forma didática como a Prodam consegue administrar os um milhão e oitocentos mil page-views de acesso ao seu Portal, bem como o controle de fluxo e contra fluxo de informações. Na Divisão de Operações, José Escobar Cavalcante conheceu a metodologia de processamento do IPTU, Multas e Emissão de Hollerits da administração municipal. Escobar ficou impressionado com a imensa gama de serviços que a empresa oferece à prefeitura paulistana.

Senhores Prefeitos

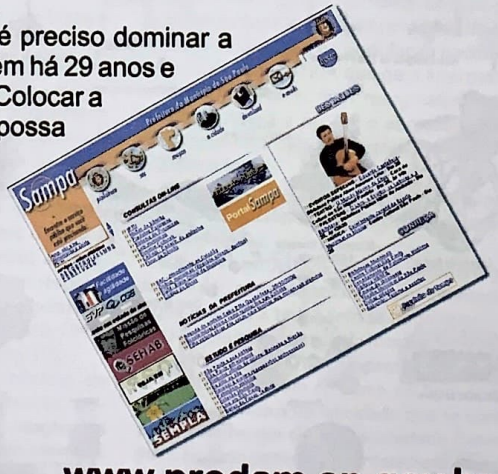
A modernização da Administração Pública passa, obrigatoriamente, pela informatização. Assim o município pode contar com os dados gerenciais, em tempo real, para poder administrar a cidade com maior eficiência.

A tecnologia da informação permite ao cidadão acessar de forma mais ágil os serviços aos quais ele tem direitos e deveres, além de participar da conservação e manutenção da sua cidade. A criação de um Serviço de Atendimento ao Cidadão, via internet, é hoje uma necessidade vital para o administrador público.

Democratizar o ensino da informática também é importantíssimo para poder criar melhores oportunidades profissionais para as populações carentes.

Para poder oferecer serviços de qualidade ao cidadão, é preciso dominar a tecnologia da informação. Um domínio que a Prodam detém há 29 anos e agora coloca à disposição para os municípios brasileiros. Colocar a sua cidade na era moderna custa muito menos do que se possa imaginar.

Consulte nossos profissionais da área de Marketing:
(0**11) 5080 - 9094.



A modernização do serviço público começa aqui :

PRODAM

Tecnologia da Informação a Serviço do Cidadão

www.prodam.sp.gov.br

Seu município possui Transporte Acessível ?

ADRIANA ROMEIRO DE ALMEIDA PRADO

Tornar o transporte público acessível é uma obrigação do Poder Público, a fim de garantir o direito de ir e vir das pessoas com necessidades especiais, aí incluídos os idosos, as mulheres grávidas, os gordos e os portadores de deficiência física, mental e sensorial, visual ou auditiva.

O Cepam concluiu, recentemente, uma pesquisa entre as cidades com mais de cem mil habitantes na qual aparecem 31 municípios brasileiros que possuem algum transporte acessível. Desses, 12 são do Estado de São Paulo – Bauru, Campinas, Guarujá, Jundiaí, Osasco, Piracicaba, Praia Grande, Ribeirão Preto, Santo André, Santos, São Paulo e Sorocaba.

Os municípios tornaram acessíveis várias modalidades de transporte.

Das 31 cidades que possuem algum tipo de transporte acessível, 16 têm mais de uma modalidade atendendo às pessoas com necessidades especiais. Do total, 23 cidades apresentam ônibus acessível, 8 delas tornaram acessíveis os pontos de ônibus, e 16 têm algum tipo de transporte porta a porta, para atender às pessoas mais dependentes. Apenas Curitiba já dispõe de taxi com dispositivos para que a pessoa com necessidade especial embarque com sua cadeira de rodas, três apresentam-se com acessibilidade em metrô e uma em trem metropolitano.

Considera-se que uma cidade possui transporte acessível, quando ela tem, no mínimo, um ônibus por linha, o que representa um percentual variável em relação ao total da frota.

O ônibus acessível é aquele que possui em uma de suas portas um dispositivo eletromecânico para facilitar o embarque de pessoas com necessidades especiais?

Não somente, pois recentemente, no mercado brasileiro, é fabricado um modelo de ônibus de piso baixo, com suspensão dianteira regulável, que possibilita abaixar o carro para hora do embarque, e rampa que neutraliza o degrau e o vão entre o veículo e a calçada, tornando o embarque mais seguro e ágil. Esse tipo de veículo é, agora, o mais recomendado e utilizado por diversos outros países.

Dezesseis municípios implantaram o transporte porta a porta, para atender às pessoas mais dependentes; aquelas que, mesmo com o ônibus acessível, ainda têm dificuldades para usá-lo.

É imprescindível que as prefeituras providenciem esse serviço porta a porta, feito, geralmente, com veículos menores, tipo van, em que a pessoa é transportada de sua casa até seu destino, seja ele trabalho, saúde ou lazer.

A pesquisa citada está disponível em nossa página: ***www. Cepam.sp.gov.br***

Se o seu município dispuser de transporte acessível e não estiver relacionado em nossa pesquisa, entre em contato com a Unidade de Políticas Públicas, tels: (0XX11) 3811-0408 e (0XX11) 3811-0375, ou ***up@cepam.sp.gov.br***, e nós lhe enviaremos nosso formulário de pesquisa, bem como qualquer outra informação.

Arquiteta, urbanista, especialista em acessibilidade, pertence a equipe técnica do Cepam e é membro do Comitê Brasileiro de Acessibilidade da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT

LINHA COMPLETA DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS PARA SAÚDE.

DIGIMAX
Equipamentos Médicos Hospitalares

Central de Vendas: (11) 6239-1333 - Fax: (11) 6239-1606
Av. Direitos Humanos, 590 - São Paulo - SP - CEP 02475-000
E-mail: digimax@digimaxmed.com.br - www.digimaxmed.com.br

A MAGIA DA DIVULGAÇÃO

LUÍS HUMBERTO CARRIJO

Para boa parte dos profissionais da comunicação, a imprensa existe para incomodar o Poder. Esta idéia encerra a consciência de que a mídia não é o quarto Poder, mito alardeado desde Gutenberg. Mas tem força suficiente para seduzir, pressionar e direcionar os atos das instituições democráticas. Mas se os governantes e os políticos são os alvos diletos dos jornalistas, são também a salvação.

Apesar de ácida, a imprensa reconhece que precisa dos políticos como fonte preciosa de informação; até para lastrear suas reportagens. Por outro lado, as lideranças políticas recorrem às emissoras de rádio e televisão, jornais e revistas em busca de visibilidade. É um simbiose que só alcança o equilíbrio por intermédio de um profissional cada vez mais necessário e valorizado nos dias atuais: o consultor e o assessor de imprensa.

O princípio da consultoria de imprensa é enxergar e antecipar a notícia. São feelings que, bem desenvolvidos, revertem dividendos imensuráveis. São os assessores de imprensa quem orientam a abordagem dos assuntos, quem filtram as atitudes dos políticos e quem convencem a mídia da importância de uma determinada matéria. Esses profissionais são os maiores "vendedores" do mundo. Pois, na ótica da imprensa, o político é considerado um produto muito duvidoso, e o "vendemos" para o mais exigente dos consumidores – o jornalista. Esta é a magia da divulgação.

Luís Humberto Carrijo, 36, é consultor de imprensa da Aip-y.
E-mail: *aip@bol.com.br* ou *spm@dialdata.com.br*
Site: *www.brfree.com.br/~aip*

ÉTICA CRISTÃ E POLÍTICA

PADRE RONALDO MAZULA

Nos meses de setembro e outubro, todo o nosso país foi mobilizado em torno de mais um processo eleitoral municipal. O povo brasileiro foi às urnas para escolher prefeitos e vereadores, todos encarregados de bem organizar e direcionar a vida dos nossos municípios.

Este evento, como sempre, nos convida a fazer vários questionamentos e perguntas. Como está se estruturada a vida política no nosso país? O povo está satisfeito com os líderes políticos federais, estaduais e municipais? Os partidos políticos e as atuais administrações estão integrados às vontades e necessidades populares? E a questão da ÉTICA na política: isto é discurso ou ela existe na vida política nacional?

Poderíamos fazer muitas outras perguntas, porém creio que estas são suficientes para uma breve reflexão.

Contemplando a realidade latino-americana, percebemos uma grande e grave crise econômica, política e social. Em vários países assistimos a crise dos chamados partidos e setores oligárquicos, que gera o surgimento de lideranças radicais, como é o caso da Venezuela e Peru. Em outros percebemos a emancipação e chegada ao poder de partidos e setores social-democratas, que estão sendo dominados pela política neoliberal, como é o caso do Brasil e da Argentina. Finalmente, em outros, as esquerdas e setores minoritários estão se rebelando e projetando novas possibilidades alternativas, sem contudo, chegarem ao poder e vivendo o dilema de se integrarem ao sistema ou de romperem com ele, buscando novas respostas para o problema da exclusão, da ineficiência, da corrupção e do imperialismo.

Em nível mundial e no Brasil, cresce a exclusão. E isto significa que "o atual sistema econômico-político, que até há pouco era criticado pela exploração das massas de trabalhadores, tende agora a rejeitá-las, porque desnecessárias como mão-de-obra e desinteressantes como consumidores de baixa-renda. Antes, chega a vê-las como perigosas para a sociedade e a considerá-las como criminosos em potencial, após tê-las marginalizado". (cf.: Diretrizes gerais da ação evangelizadora da Igreja no Brasil, 1995-1998. Documentos da CNBB, n. 54, pg. 79).

O mais interessante é que, em escala mundial, os setores mais pobres, sobrantes e excluídos do projeto neoliberal estão protestando de uma forma cada vez mais veemente: os sem-tetos, os sem-terras, os indígenas, os imigrantes negros e asiáticos em vários países do primeiro mundo, os operários desempregados, os trabalhadores informais, etc. Nas grandes reuniões dos articuladores do projeto neoliberal, liderados pelo FMI e Banco Mundial ocorrem manifestações de protesto: lembremo-nos das manifestações de Davos, Seattle e, especialmente, as ocorridas em Praga, no último dia 26 de setembro...

Neste contexto, surgem novas lideranças: os populistas e carismáticos que conseguem arregimentar vários setores e captam as esperanças populares; os tradicionais, defensores da ordem e do status quo com um discurso direitista e os líderes de esquerda, que vão se estruturando sempre mais e já estão trazendo dores de cabeça para os setores dominantes que, muitas vezes, optam pela repressão a estas iniciativas.

A atual conjuntura mundial gera uma frustração e desilusão dos setores mais carentes. Não se confia e nem se acredita mais nas lideranças econômicas e políticas. Neste contexto, vai crescendo o III SETOR. O Estado é ausente, assenteísta, corrupto e alheio à realidade popular. As forças econômicas privadas só se preocupam com o mercado, com o lucro imoral e com a alta tecnologia que substitui a mão-de-obra humana pelo computador. No III Setor, as forças vivas da comunidade são chamadas a forjar alternativas encontrando respostas plausíveis e eficientes para os problemas do cotidiano social.

No caso do Brasil, vemos sinais de luzes e sombras. Nos últimos anos, nosso país entrou "efetivamente na economia globalizada, ou seja, no mercado internacional, que no momento atual não é regulado por uma ordem jurídica adequada. A desregulamentação do mercado é justificada pela ideologia do neoliberalismo, que segundo o Papa João Paulo II, é um sistema que, apoiado numa concepção economicista do homem, considera o lucro e as leis do mercado como parâmetros absolutos em detrimento da dignidade e do respeito da pessoa e do povo." (cf.: Diretrizes gerais da ação evangelizadora da Igreja no Brasil. 1999-2002. Documentos da CNBB, 1999, pg. 70).

Em nosso país, vários setores refletem, de uma forma aberta e crítica, sobre a situação nacional e buscam alternativas para a solução dos problemas. Positiva é a iniciativa, por exemplo, da UVESP-CEPAM com a organização dos "Comitês 9840" contra a corrupção eleitoral e com a publicação da Cartilha da ÉTICA na Política. Nesta mesma linha, vemos o crescimento dos protestos contra a atual política do Governo, nas instâncias federal, estadual e municipal. Protestos que ficam sem resposta e solução, pois atendê-los, significa romper com o projeto neoliberal do FMI e das forças econômicas hegemônicas, com o qual muitas de nossas lideranças estão comprometidas, a começar das lideranças políticas federais. Sombras, existem e muitas. Crescem o desemprego, a fome, os sem-tetos e sem-terra, os menores abandonados, os idosos desprezados, etc. Crescem as atitudes defensivas do governo, que se diz democrático, mas não aceita nada nem ninguém que gere ou faça protestos. Crescem a corrupção política e econômica e é lamentável saber que mais de 10% dos candidatos ao cargo de vereador e prefeito, nesta última eleição, têm pendências com a justiça brasileira. Como falar de ética a um grande número de vereadores e prefeitos que têm no seu currículo atos de estelionato, corrupção ativa e passiva, tortura, violência, estupro, etc.

Pensamos que só uma urgente recuperação e retomada do "PRIMADO DA POLÍTICA sobre a economia e os interesses privados ou particulares poderá inverter as atuais tendências de uma sociedade que, abandonada à lei do mais forte, só pode caminhar para um aprofundamento das desigualdades, o acirramento dos conflitos, a difusão do arbítrio e da violência." (cf.: Diretrizes gerais da ação evangelizadora da Igreja no Brasil, pg. 80).

Queremos afirmar que cremos na POLÍTICA, mas na política que se faz compromisso, serviço, solidariedade e que luta pelo bem de todos e não só de uns 20% da população nacional.

Cremos na POLÍTICA que gera alternativas e promove os setores mais marginalizados, que educa a criança e acolhe o abandonado, que gera trabalho e salários dignos, que ampara e valoriza o idoso.

Cremos na POLÍTICA que está atenta a todos, sem exclusão e sem acepção e discriminação de pessoas.

Cremos na POLÍTICA que não perde a dignidade, que não se vende aos interesses internacionais e que valoriza a todos sem se fragmentar e sem perder o sentido da ética, da moral e da vida.

Cremos na POLÍTICA fundamentada na verdadeira ÉTICA, no bom costume, no bom comportamento, na busca da felicidade que se concretiza na construção de uma sociedade fraterna e justa, no bem comum e no interesse comum.

Finalmente, queremos crer na POLÍTICA que gera vida e vida em abundância para todos.

Padre Ronaldo Mazula é professor de História e diretor do Colégio Claretiano e Faculdades Claretianas

APNÉIA DO SONO E RONCO

ADEMIR BAPTISTA SILVA

O sono representa o período mais crítico para a respiração no ser humano. Qualquer condição clínica que afete a respiração, será pior durante o sono. A gripe e o resfriado comum são exemplos desta interação. Observamos que o paciente se queixa muito mais da dificuldade respiratória, durante a noite. Por outro lado, dificuldades respiratórias perturbam o sono, levando a transtornos para iniciar o sono ou provocam sono interrompido, tudo por conta de simples viroses passageiras. Estes problemas tornam-se mais acentuados com as doenças pulmonares mais sérias como o enfisema pulmonar e a asma brônquica. Dentre estes quadros respiratórios, podemos separar alguns que são peculiares, os quais damos são conhecidos como distúrbios respiratórios do sono. Entre estes, citamos a apnéia do sono e o ronco. A apnéia é umdos distúrbios do sono de maior gravidade. Apresenta-se como um cessar da respiração com duração além de 10 segundos, terminando com um despertar. A parada respiratória acontece pelo fechamento da via aérea superior ao nível da faringe. Esta obstrução pode estar localizada em qualquer das porções da faringe. O local da obstrução na faringe tem importância para o tramento cirúrgico, devendo sempre ser identificado. Tratamentos como o do CPAP nasal não levam em consideração o local da obstrução, pois a pressão do CPAP se fará em todo o trato aéreo, desde o nariz até a traquéia e os brônquios. As consequências da Apnéia do sono são bem conhecidas dos médicos especialistas em distúrbios do sono, porém ainda pouco divulgadas entre a população e mesmo no meio médico. Pesquisadores americanos revelam que apenas 3% dos portadores de distúrbios do sono, procuram médico com esta queixa. Isto significa dizer que 97% dos portadores de distúrbios do sono não sabem que o são. A repetição da apnéia provoca a interrupção do sono, sendo mais descontínuo nos casos de maior frequência de apnéias. Os despertares noturnos são responsáveis pelo sono não- reparador e a consequente sonolência excessiva diurna, associados a transtornos cognitivos, propensão a acidentes e transtornos afetivos. Há uma grande preocupação das autoridades com o número de acidentes automobilísticos. No Brasil, ainda não existe uma estatística das causas de acidentes por precariedade dos dados e isto leva a uma falta de política de prevenção de acidentes por motivo de sono. O sono é um fator importante como causa de acidentes mesmo quando imputado ao álcool, pois o efeito do álcool é muito aumentado pela privação do sono, por doença do sono ou por sono insuficiente de causa extra médica. A apnéia do sono sendo a causa mais importante de sonolência excessiva diurna, deve sempre ser lembrada como causa indireta de acidentes. Por efeito da hipoxemia, a apnéia pode levar ao aparecimento de hipertensão arterial e diversos distúrbios cardiovasculares, variando de arritmias cardiacas até infarto do miocardio. O campo circulatório cerebral também sofre com as apnéias, estas últimas atuando com fator de riscopara acidentes vasculares cerebrais. A relação entre hipertensão arterial e apnéia do sono tem sido demonstrada por diversos trabalhos científicos nesta última década.

O achado mais característico da apnéia obstrutiva do sono é o ronco; este, sendo o resultado da vibração nas regiões palatofaríngeas ou esofagofaríngeas. O ronco sempre está presente em casos de apnéias obstrutivas; porém podemos ter casos de roncos sem apnéias, quando denominamos de roncos primários, sendo que apenas 20% dos indivíduos com ronco apresentam apnéia.

O ronco e a apnéia representam estágios contínuos da dificuldade de passagem do ar pela via aérea superior. Entre estes dois extremos distíngue-se um quadro chamado de Síndrome da Hiperresistência das Vias Aéreas Superiores

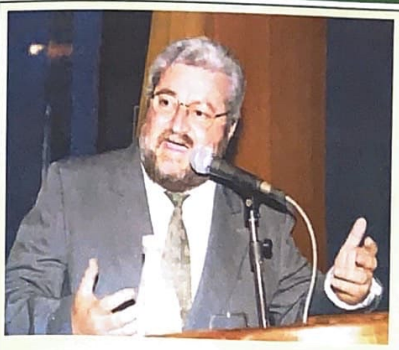
O ronco,assim como a apnéia tende a aumentar com a idade. Estima-se que 60% dos homens e 40% das mulheres roncam regularmente entre 60 e 65 anos de idade. Alguns estudos apontam que 2 a 4% da população adulta apresentam apnéia de sono, sendo a prevalência duas vezes mais comum em homens do que em mulheres. Os pacientes com apnéia do sono apresentam, como referimos acima, sonolência excessiva diurna. Outros efeitos da apnéia do sono são hipertensão arterial, hipotensão arterial em idosos, irritabilidade, fadiga, cefaléia matutina, diminuição da memória e disfunção erética.

Deve-se evitar o uso de sedativos ou álcool, pois estes agentes aumentam a duração e a gravidade das apnéias.

Ademir Baptista Silva, Neurologista e chefe do Depto. dos Distúrbios do Sono da UNIFESP

Por um financiamento estável para o nosso sistema de saúde

GILBERTO TANOS NATALINI



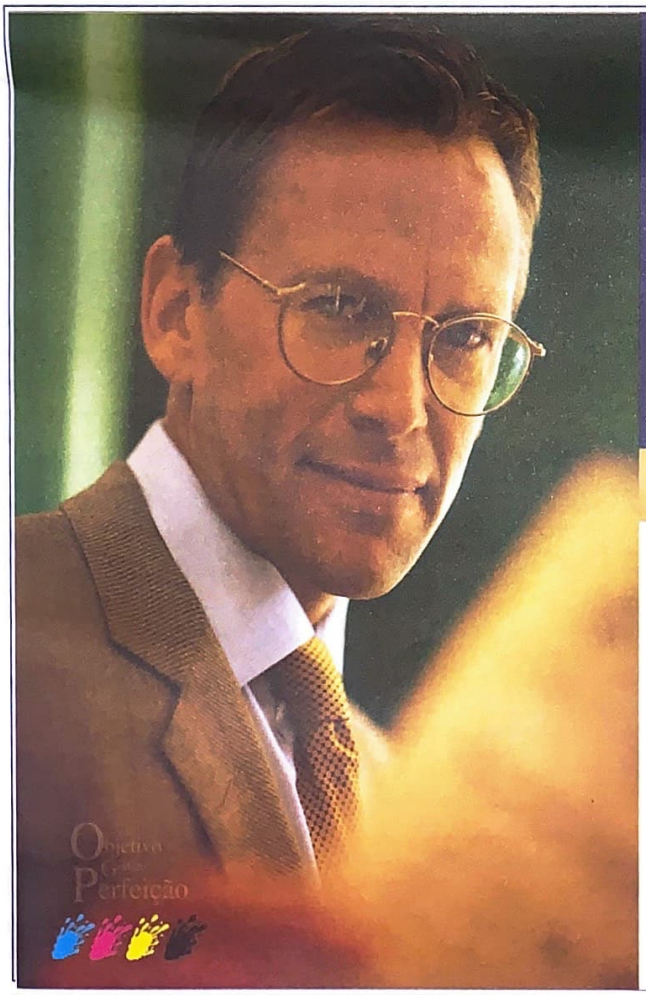
"O nó está basicamente na média e alta complexidade e na questão hospitalar. É aí que o dinheiro falta".

Depois de uma longa trajetória no Congresso Nacional, onde tramita desde 1993, a PEC da Saúde foi promulgada, dia 12 de setembro, provando representar os anseios da população brasileira por mais recursos para o setor saúde. A emenda, é uma vitória do SUS, já que consolida o sistema na medida em que obriga a União, os Estados e os municípios a investirem um mínimo de seus orçamentos no setor. A União deverá aplicar 5% a mais do que no ano passado e, a partir daí, o mesmo percentual da variação do produto Interno Bruto (PIB). Já os Estados e municípios terão de investir este ano 7% de suas receitas próprias em saúde, percentual que deverá elevar-se progressivamente até que, em cinco anos, passem a investir 12% e 15%, respectivamente. A estimativa é de que o orçamento da saúde, que em 2000 foi de R$ 30 bilhões, chegue a R$ 40 bilhões em 2004.

O SUS tem uma proposta abrangente e revolucionária, no sentido da reforma do Estado e do compromisso social de atendimento da população. O problema é que, ao ser elaborado, na Constituição de 88, não se explicitou a previsão do financiamento. Por isso, não consegue cumprir tarefas básicas, haja visto que se destina, hoje, somando as verbas federal, estaduais e municipais, em torno de US$ 100 per-cápita/ano, ou R$ 15 por mês. Então, a importância da PEC é total, pois prevê uma vinculação de verba anual, com uma vinculação progressiva, isto é, um aumento real de financiamento. Além da questão financeira, a aprovação valoriza a luta do setor saúde e as necessidades reais do povo brasileiro. Sempre lutamos pela mudança do modelo. Na atenção básica, temos avançado muito. As portas estão sendo abertas para que o povo entre no sistema a partir da atenção primária. Isso tem avançado relativamente bem com a criação do PAB e com as equipes de saúde da família, que hoje são quase 6 mil em todo o país. O nó está basicamente na média e alta complexidade e na questão hospitalar. É aí que o dinheiro falta. É aí que o incremento vindo pela PEC fará a diferença a partir de agora. Não se quer, por exemplo, aumentar as internações, mas é preciso admitir que, com o avanço da tecnologia, elas estão ficando mais caras.

Além disso, cada vez mais pessoas realmente doentes chegam aos hospitais, tornando as internações mais longas e caras. A parte de urgência e emergência, o atendimento de UTI, enfim, toda a alta tecnologia que se coloca hoje, os exames de alta especialização, vão ganhar com a PEC. Em resumo, além de ampliar e garantir a extensão dos programas de atenção básica, o que já está sendo feito, poderemos fazer agora até mesmo uma revisão na tabela do SUS.

Gilberto Tanos Natalini
Presidente do CONASEMS
(Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde)



QUE TAL CAUSAR UMA BOA "IMPRESSÃO"?

CRIAÇÃO - FOTOLITO - IMPRESSÃO

TODAS AS ETAPAS DE UMA BOA IMPRESSÃO NO MESMO LUGAR!

LJM®
GRÁFICA E EDITORA

rua guaranésia, 912/916
cep 02112-001 - vila maria - sp
fone: (11) 6954-4699
fax: (11) 6955-8263
e-mail: ljmgrafica@ljm.com.br

4 Quarto Congresso Nacional de Ecoturismo

5 ANOS IEB

15-17 de dezembro de 2000

Ourominas Palace Hotel
Belo Horizonte/Minas Gerais

ECOTURISMO COMO ATIVIDADE EMPRESARIAL

- Fontes de Financiamento para o Ecoturismo
- Impacto e Sustentabilidade no Ecoturismo
- Panorama Atual do Ecoturismo
- O Ecoturismo em Minas Gerais
- Visita Técnica ao Parque Nacional da Serra do Cipó

Patrocínio: AMOTE
Ouro Minas Palace Hotel
PUC Minas
Secretaria Estadual de Turismo de MG
TAM Viagens

IEB
INSTITUTO DE ECOTURISMO DO BRASIL

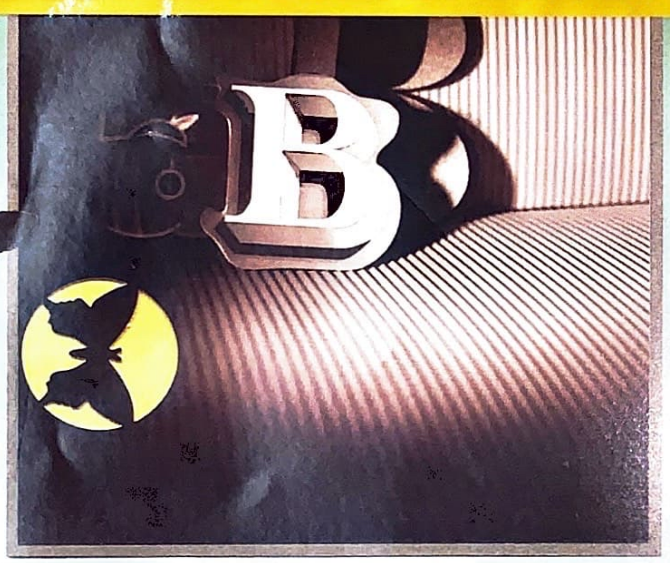
IEB – Instituto de Ecoturismo do Brasil

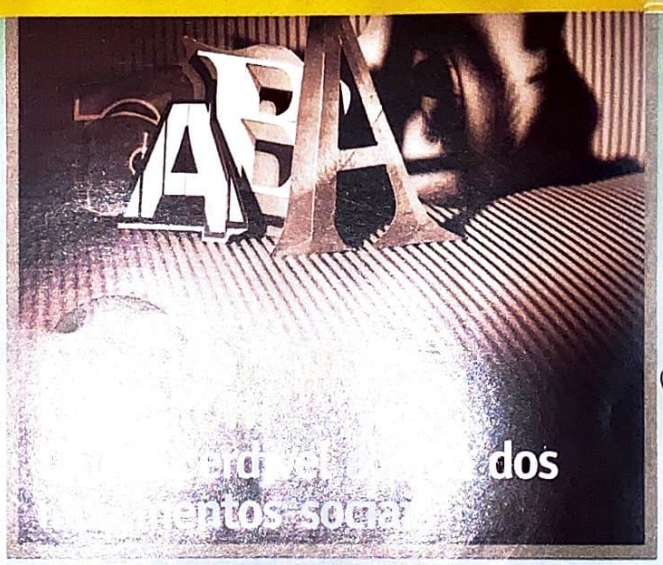
Tel (11)3672 7571
Tel/fax (11)3673 5156
ieb@dialdata.com.br
www.ecoturismo.org.br

ANO 1 Nº 0
OUT 2000

saber

REVISTA DO LIVRO UNIVERSITÁRIO

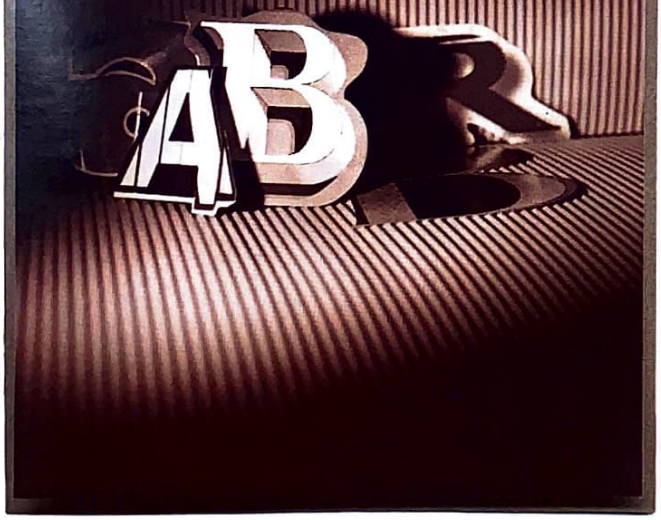




dos

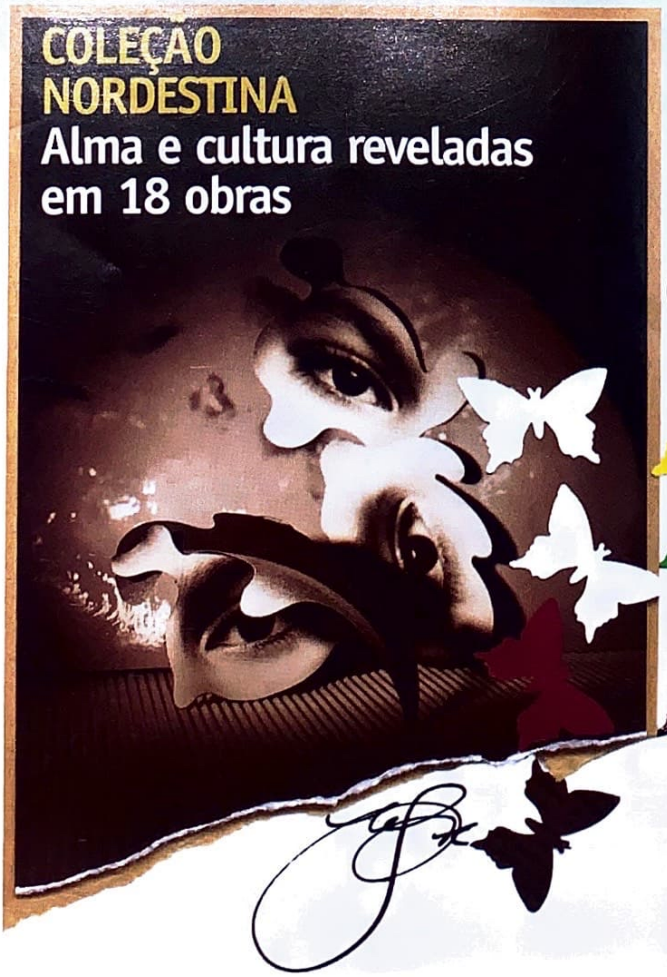
TRADUÇÃO

Desvendando os mistérios da criação



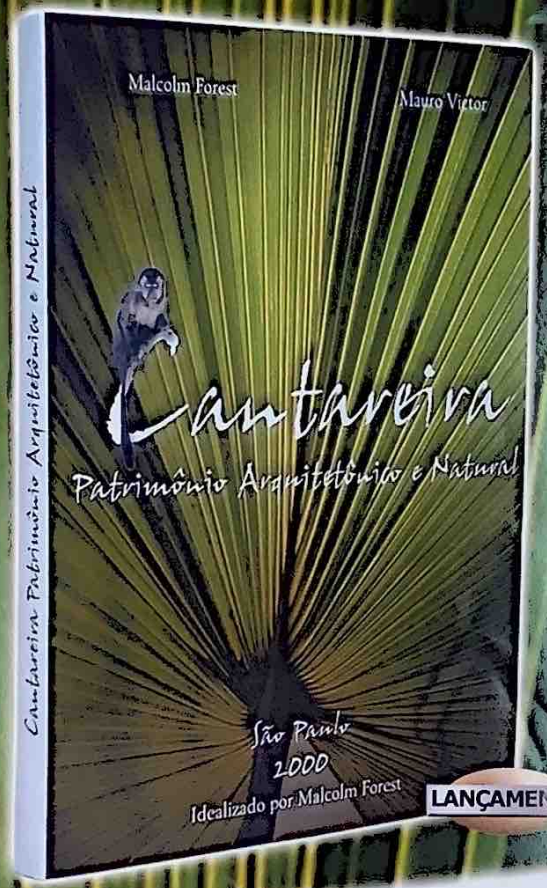
COLEÇÃO NORDESTINA

Alma e cultura reveladas em 18 obras



Edições Imprensa Oficial SP

Um santuário em São Paulo



LANÇAMENTO

Cantareira, Patrimônio Arquitetônico e Natural

Autores: Malcolm Forest e Mauro Victor

Este livro resulta do movimento de moradores da Zona Norte da cidade de São Paulo pela preservação do meio ambiente, particularmente do concurso "Raízes da Vida, Fotografe a Natureza e a História da Zona Norte", realizado em 1998. Aqui estão reproduzidas as fotos enviadas para aquele concurso, parte de uma luta que resultou, em 1997, na declaração da Unesco que considerou a Serra da Cantareira e o Horto Florestal Reserva da Bioesfera do Cinturão Verde da Cidade de São Paulo. Além [illegible] estão no livro "op[illegible] daqueles que têm um[illegible]ão de amor com a [illegible]rra da Cantareira".

Ficha técnica:
Cantareira, Patrimônio Arquitetônico e Natural
Malcolm Forest e Mauro Victor
ISBN: 8.586.726-19- 2
Secretaria da Cultura - Departamento de Museus - Divisão de Arquivo do Estado
Co-edição:
Arquivo do Estado - Imprensa Oficial/SP, 2000
21x 28cm - 190 páginas -R$ 40,00
812.292 - **Urbanismo/Arquitetura**

Visite nossa Livraria Virtual:
www.imprensaoficial.com.br
link - Livraria Virtual
e-mail: **livraria@imprensaoficial.com.br**

Para mais informações:
SAC
ligue para o nosso Serviço de Atendimento ao Cliente
0800-123 401
de segunda a sexta-feira, das 8h30min às 17h30min

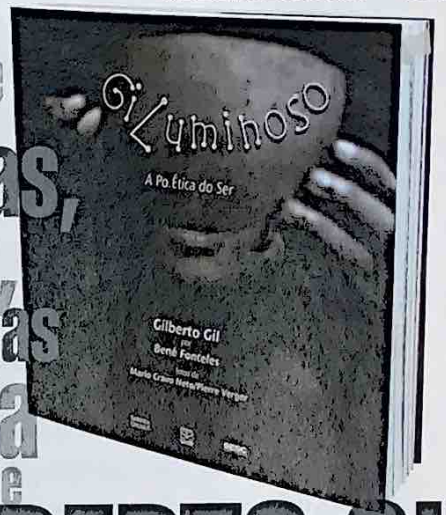
Livro + CD

Edições Imprensa Oficial SP

GILUMINOSO - A PO.ÉTICA DO SER,

é uma realização da Editora da Universidade de Brasília, SESC de São Paulo e da Imprensa Oficial do Estado de São Paulo.

É um livro que reúne poemas, ensaios, e fotografias sobre a vida e obra de GILBERTO GIL



Feito por artistas, grandes expoentes da Cultura Brasileira, para um grande e luminoso artista. O autor dos textos/poemas, projeto gráfico e edição é o jornalista e artista **Bené Fonteles**. O ensaio fotográfico foi feito por um dos maiores fotógrafos internacionais, o artista **Mário Cravo Neto**. As aberturas de capítulos são do cantor e compositor **Caetano Veloso**.
As fotos que entremeiam o depoimento - diálogo entre **Gil** e o autor -, são do fotógrafo e etnólogo **Pierre Verger**.

CD com uma seleção de interpretações inéditas, gravadas com voz e violão, por um dos mais importantes artífices da música brasileira.

Autor: **Bené Fonteles** ★ Fotos: **Mário Cravo Neto e Pierre Verger** ★ 25 x 25 centímetros, 284 páginas
Co-edição: **Editora da UnB - Imprensa Oficial/SP - SESC/SP** ★ Impresso em 1999. - R$ 45,00 (Cód. 812.259)

IMPRENSA OFICIAL
SERVIÇO PÚBLICO DE QUALIDADE

Saber é uma publicação bimestral da Imprensa Oficial do Estado em parceria com a Associação Brasileira das Editoras Universitárias (ABEU) – Rua da Mooca, 1921 – CEP 03103-902 – São Paulo, SP – Fone: (11) 6099.9800 – SAC 0800 123401
www.imprensaoficial.com.br

Conselho Editorial
José Castilho Marques Neto (Presidente da ABEU)

Coordenação Executiva
Sérgio Kobayashi

Direção Editorial
Lu Fernandes

Editor
Getulio Alencar

Editor de Arte
Alfredo Nastari
Simone O. Vieira – assistente

Colaboradores
Alberto Dines, Emir Sader, Noralmi Ferreira de Abreu, Luciana Giffoni, Amancio Chiodi e Tatiana Maia

Produção Comercial
Teresa Palumbo

Revisão
Roberta Cunha Valente

Produção Editorial
LU FERNANDES
ESCRITÓRIO DE COMUNICAÇÃO

Redação
Avenida Pedroso de Morais, 631 – conj. 111 – CEP 05419-000 – São Paulo, SP – fone/fax: (11) 3814.4600 – e-mails:
revistasaber@imprensaoficial.com.br
lfcomunica@uol.com.br
getulioalencar@uol.com.br

ABERJE

editorial

A serviço do Conhecimento

Esta primeira edição da Revista Saber *que temos a satisfação de apresentar ao crivo dos leitores consolida a bem-sucedida parceria entre a Imprensa Oficial do Estado e as editoras universitárias de todo o País, que teve seu grande momento na 16ª Bienal Internacional do Livro. A Revista* Saber *resulta do empenho da Imprensa Oficial em apoiar a produção acadêmica e contribuir para que ela possa romper os limites a que, apesar do seu significado e importância, ela ainda está submetida.*

Não se trata apenas de interesses econômicos, embora os livros publicados pelas editoras universitárias tenham todas as condições de competir no mercado editorial. Estamos também convencidos de que nossa empresa, além de publicar o Diário Oficial, *tem o dever de estimular e apoiar a Educação e a Cultura do País.*

A relação com a Universidade vem sendo vantajosa para todos. Temos tido o prazer de colocar à disposição da Academia nossa capacidade tecnológica e o reconhecimento internacional de nossa qualidade gráfica, ratificado por vários prêmios recebidos, tanto na área gráfica quanto na editorial. Sem a participação da Associação Brasileira das Editoras Universitárias (Abeu), nesse novo projeto, a publicação dificilmente se concretizaria. Mas o seu sucesso depende da participação efetiva da Universidade. Felizmente, isso já começou a acontecer neste número zero.

Sérgio Kobayashi
Diretor-Presidente da Imprensa Oficial do Estado

saber

REVISTA DO LIVRO UNIVERSITÁRIO

nesta edição

34 OPINIÃO
Plínio Martins Filho, presidente da Edusp, sobre a presença das editoras universitárias

8 ARQUIVO EDGARD LEUENROTH
Um dos mais completos acervos sobre movimentos sociais do país está na Unicamp

28 ANÍSIO TEIXEIRA
Nascido há um século, as idéias do educador baiano sobre ensino público continuam atuais

18 ÍNDIO NAVARRO
Mestre vai ensinar tupi para índios da Paraíba

23 O CORREIO BRAZILIENSE
Coleção do jornal entra no prelo

24 DEBATE
Especialistas debatem as agonias da tradução

12 COLEÇÃO NORDESTINA
Dez universidades se mobilizam para publicar obras fundamentais, como a de Orlando Tejo

NOSSAS CAPAS: CONVIDAMOS TIDE HELLMEISTER PARA INAUGURAR NOSSA GALERIA *PORTFÓLIO*

AINDA NESTA EDIÇÃO
6 ..... NOTAS
16 ..... GENTE
19 ..... CATÁLOGO
30 ..... RESENHAS
32 ..... SITES
33 .. UNIVERSIDADE VIRTUAL
35 ..... DESIGN

cartas

Prezados Senhores,

A Fundação Alexandre de Gusmão (Funag)(www.funag.gov.br) é uma fundação pública vinculada ao Ministério das Relações Exteriores com a finalidade é levar à sociedade civil informações sobre a realidade internacional e aspectos da pauta diplomática brasileira. Além de desenvolver outras atividades, ela mantém um programa editorial, cujas linhas principais abrangem trabalhos de diplomatas orientados para a compreensão da Política Exterior do Brasil.

Ednete Lessa
Brasília - DF

A Escola Nacional de Administração Pública (Enap) (www.enap.gov.br) vem manifestar seu interesse em colaborar para o sucesso da revista *Saber*. Agradecemos a oportunidade de divulgar nosso trabalho em mais um conceituado veículo de conhecimento à sociedade.

Vera Lúcia Petrucci/Isabella Madeira Marconini
Brasília – DF

A produção acadêmica não pode ficar intramuros. A sociedade precisa conhecer e usufruir das descobertas dos pesquisadores das diversas ciências, pois o progresso da humanidade está ligado à geração e difusão do conhecimento nas várias artes: cultural, científica e popular. E aí entra o papel importante das editoras universitárias, servindo de canal entre a Universidade e a sociedade. O Centro Universitário do Maranhão (Uniceuma) (www.ceuma.br) cumpre esse papel com suas publicações.

Centro Universitário do Maranhão

Comunicamos que é nosso interesse participar de seu projeto de divulgação de obras por meio da revista *Saber*.

Joel Corso
Editora da Universidade de Unijuí – RS
(www.editora@unijui.tche.br)

Recebemos com satisfação o e-mail referente à divulgação da produção das editoras universitárias. De início, parabenizamos-lhes por tão importante empreendimento. E, como ficou claro, a base fundamentada na Declaração dos Direitos da Pessoa Humana já mostra a linha editorial da revista *Saber*.

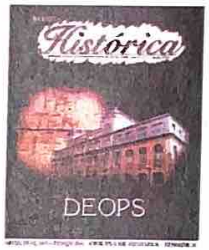
Prof. Raimundo Luiz Lopes
Editor da revista *Sitientibus*
(revista@uefs.br)
Universidade Estadual de Feira de Santana – BA

notas

DOCUMENTOS DOS ARQUIVOS DA POLÍCIA TÊM PERMITIDO NOVAS TESES

Revista *Histórica* revolve o Deops

Um debate sobre os arquivos do Deops paulista e a repressão política durante o regime militar marcou o lançamento, dia 20 de setembro, da segunda edição da Revista *Histórica*, publicação do Arquivo do Estado em parceria com a Imprensa Oficial do Estado, que trata da difusão do acervo do Arquivo.



Mais de uma centena de profissionais, entre pesquisadores, historiadores, arquivistas e bibliotecários participaram do debate com as professoras Maria Luisa Tucci Carneiro e Maria Aparecida de Aquino, do Departamento de História da USP. Cinco matérias compõem o principal da revista, quatro delas baseadas em pesquisas no acervo do Arquivo do Estado: *O rosto e o caráter* analisa os tipos de fotografias dos presos políticos do período de 1940/45; *De refugiados a prisioneiros*, sobre a perseguição a marinheiros italianos; *O Dops sob Dutra e Ademar*; e *Os japoneses e o Deops (1937/48)*, sobre a perseguição aos japoneses durante a Segunda guerra. Um artigo, *Pátria Paulista*, da socióloga Cássia Capistrano Aducci, analisa o ideário separatista que contaminou São Paulo na virada do século 19.

Uma escola muito mais interessante

Imagine uma sala onde a professora de primeiro grau ensina história do Nordeste com *Vidas Secas*, de Graciliano Ramos, nas mãos. Outros recursos – cartazes, artesanatos e indumentária regionais, fotos, recortes de jornais – completam o cenário.

WEY: AVANÇOS

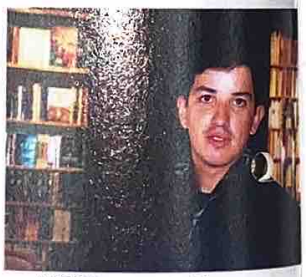
Ao soar a campainha, os alunos é que saem. Seguem para a sala de Geografia, onde outra professora continua a leitura do livro para falar da topografia e do clima desértico da região; na aula sobre ditadura militar o guia pode ser *1968: O Ano que Não Terminou*, de Zuenir Ventura.

Escola de filme? Pode até ser, mas a adoção de livros não-didáticos como ferramentas de aprendizagem estão em curso desde 96 e em 80% da rede escolar paulista.

Em 2.001, a novidade será a criação de módulos multidisciplinares, nos quais os livros não-didáticos poderão ser usados em diversas matérias.

"Não podemos continuar ensinando nossas crianças da mesma maneira que nossos pais", diz Vera Wey, da Secretaria da Educação de São Paulo.

O Salão mineiro decola



HENRIQUE: SUCESSO EM BH

Entrada franca, preços promocionais, 150 editoras, 60 mil obras, atividades culturais, possibilidade de intercâmbio e bate-papo com autores brasileiros e estrangeiros da Língua Portuguesa. A combinação de atrativos explica, para o presidente da Câmara Mineira do Livro, José Henrique Guimarães, o sucesso do 1° Salão do Livro de Minas Gerais e do I Encontro Internacional de Literaturas em Língua Portuguesa, promovidos pela entidade, entre 12 e 20 de agosto, em Belo Horizonte. Participaram 51 escritores de Portugal, Moçambique, Angola, Cabo Verde e Guiné Bissau, além dos brasileiros Ariano Suassuna, Carlos Heitor Cony, Ferreira Gullar, Ana Maria Machado, Virgílio Lemos, Mena Abrantes e Ana Paula Tavares.

XAVANTES TERÃO CHANCE DE ESTUDAR

Índios professores

Está previsto para julho de 2001, o começo das atividades de três cursos de licenciatura na Universidade do Estado do Mato Grosso (Unemat) para a formação de 200 professores de níveis fundamental e médio, que vão dar aulas em suas aldeias, em escolas que o governo promete criar.

Os candidatos selecionados terão aulas de ciências matemáticas e da natureza; ciências sociais e língua; artes e literatura. Formados, devem voltar para suas aldeias para ensinar. Os cursos foram criados pela Secretaria Estadual de Educação para atender à comunidade indígena do Estado, constituída por 25 mil pessoas de 35 etnias.

Hoje, os índios interessados em estudar além da 5ª série são obrigados a mudar para as cidades, justamente no período dos rituais de passagem para a vida adulta de várias tribos, de acordo com o coordenador de Ensino Superior da Secretaria, Geraldo Grossi Junior.

A Funai estima em 370 mil o número de índios no Brasil, sendo que 85.840 freqüentam salas de aula. Cerca de 72 mil estudam em aldeias e apenas 340 estão no curso superior.

Encontro marcado

A demonstração de vigor editorial das editoras universitárias vai ser reeditada na 1ª Bienal Nordestina do Livro, programada para o período de 24 de novembro a 3 de dezembro, em João Pessoa, Paraíba. A exemplo do que ocorreu na Bienal do Livro de São Paulo, a Imprensa Oficial do Estado vai coordenar o estande do Livro Universitário e reunir as principais universidades brasileiras. Mais informações sobre a feira com a RPS Eventos, fones (11) 6958.3635/ 3604.

Um balanço de fim de século

VOVELLE (CENTRO): JACOBINISMO

Mais de mil pessoas, entre historiadores, pesquisadores, professores de ensino médio e fundamental, além de estudantes, participaram do XV Encontro Regional de História patrocinado pela Associação Nacional de História (Anpuh) – Núcleo São Paulo, no prédio do Departamento de História da USP, realizado de 4 a 8 de setembro.

O tema geral da reunião "História no ano 2000 – Perspectivas" foi desenvolvido através de aproximadamente 600 trabalhos inscritos, entre conferências, mesas-redondas, cursos e em grupos de trabalho temáticos. Questões relacionadas aos conflitos de terra, exclusão social, racismo e preconceito, agrupadas no tema "Outros 500" também fizeram parte da programação, junto com uma exposição de fotos de Sebastião Salgado e o lançamento de 22 livros e da *Revista de História*, editada pela Anpuh.

Três convidados especiais deram uma dimensão internacional à reunião: Michel Vovelle, da Universidade de Paris IX (Marselha), José Tengarrinha, da Universidade de Lisboa e Emília Viotti da Costa, da Universidade de Yale, EUA.

No final do Encontro, a Assembléia Geral da Anpuh-São Paulo empossou sua nova diretoria para os próximos dois anos, reelegendo Sylvia Basseto para presidente.

A feira de Alagoas

Em parceria com a Secretaria de Estado da Cultura de Alagoas, a Editora da Universidade Federal de Alagoas (Edufal) promove de 27 de outubro a 5 de novembro o II Salão Alagoano do Livro e da Arte, na Fundação Pierre Chalita, em Maceió.

A primeira versão do evento, em 99, reuniu 40 editoras e mais de 30 artistas, atraindo um público superior a 60 mil pessoas.

Além da entrega do Prêmio Graciliano Ramos para incentivadores da cultura, estão previstos debates e palestras para o público. O telefone da Edufal é (82) 214-1111.

II SALÃO ALAGOANO DO LIVRO E DA ARTE

Marcas da história

Arquivo Edgard Leuenroth, da Unicamp, destaca-se como uma instituição exemplar no campo da pesquisa dos movimentos sociais e políticos no Brasil

Álbum de família (acervo Bruna Leuenroth)

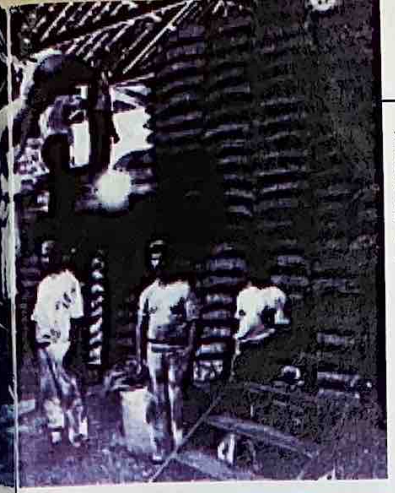
LEUENROTH: UM SONHADOR

Um dos mais importantes projetos de coleta e preservação de documentos sobre a história social do trabalho no Brasil surgiu há 26 anos. Um grupo de professores do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp (IFCH) adquiriu da família de Edgard Leuenroth uma coleção de documentos , entre jornais, revistas, panfletos, cartazes, fotos, manuscritos, livros e folhetos que o líder sindical anarquista recolheu durante sua vida.

Foi assim o começo do Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), em 1974, quando a ditadura militar agonizava, mas ainda dava sopros de vida. A socióloga Elaine Marques Zanatta, supervisora da Seção de Pesquisa do Arquivo, lembra que era perigoso manter documentos em casa ou na universidade e, por isso, o acervo do Arquivo esteve praticamente restrito aos professores. Mesmo assim, devido à importância da documentação deixada pelo velho anarquista, que faleceu em 68 aos 87 anos, possibilitou a realização de inúmeros trabalhos acadêmicos.

Nos anos 80, o AEL expandiu-se, incorporando novas coleções e hoje constitui-se num dos mais importantes acervos brasileiros no campo dos movimentos sociais. Lá estão parte da história da esquerda brasileira, do movimento operário, a documentação do Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (Ibope) com o instantâneo do comportamento nacional, os documentos da Coleção Brasil Nunca Mais com cópia dos 707 IPMs instaurados durante o regime militar, registros sobre o Teatro Oficina, o teatro de revista, a história do rádio, revistas culturais das décadas de 40, 50 e 60, os jornais alternativos, documentação a respeito do movimento feminista, estudantil, negros, homossexuais, além de acervos pessoais de líderes operários e políticos, como Octávio Brandão, Astrogildo Pereira, Hermínio Sachetta, Miguel Costa e Arthur Bernardes.

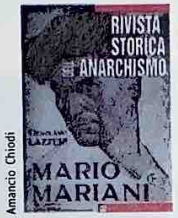
Os números impressionam. São cer-



Arquivo Edgard Leuenroth

O TRABALHO NUM ARMAZÉM DE CAFÉ EM SANTOS NO COMEÇO DO SÉCULO; JOÃO CANDIDO, O COMANDANTE NEGRO, LÍDER DA REVOLTA DA CHIBATA (22/23/ SET/1910); FAMÍLA DE IMIGRANTES ITALIANOS (1920, COLEÇÃO HISTÓRIA DA INDUSTRIALIZAÇÃO), PUBLICAÇÃO ANARQUISTA RECENTE, DE MILÃO, ITÁLIA; POLÍCIA DISPERSA GREVISTAS EM SÃO PAULO (REVISTA *CARETA*, JUL/SET 1917)

Arquivo Edgard Leuenroth



Amancio Chiodi

Arquivo Edgard Leuenroth

Fotos: Amancio Chiodi

A SOCIÓLOGA ELIANE ZANATTA CUIDA DO SETOR DE PESQUISA NOS 3200 METROS QUADRADOS DO ACERVO, ONDE TODO MATERIAL QUE CHEGA É DESINFECTADO COM GASES INERTES

ca de 50 fundos e coleções com aproximadamente 3,8 mil títulos de periódicos nacionais e estrangeiros (entre eles, a única coleção em papel do Correio da Manhã), 2 mil cartazes, 24 mil livros, 200 mil manuscritos, 5 mil folhetos, 48 mil documentos fotográficos, 660 fitas de vídeo, 320 películas cinematográficas, 1.330 discos, 620 partituras e 280 mapas.

Pouco ou nada adiantaria, porém, um acervo com tais dimensões sem os cuidados necessários para sua preservação e manutenção. Hoje, com o suporte do Fundo de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), o Arquivo Edgard Leuenroth funciona em condições consideradas ideais em termos de preservação por Maria Aparecida Remédio, especialista em conservação, restauração e responsável pela manutenção do Arquivo, que consumiu cerca de R$ 700 mil na compra de equipamento de ponta. Os 3200 metros quadrados do Arquivo são climatizados, com a umidade mantida a 50% por computador.

Todo o material que chega passa por um processo de desinfecção por gases inertes. Historiadores, sociólogos, bibliotecários, funcionários ou bolsistas fazem reparos e organizam o material.

Formado a partir da concepção de que a preservação da memória dos diferentes grupos sociais é fundamental para a democracia no país, são amplos e variados os temas que o AEL proporciona: história dos movimentos sociais, da industrialização e do empresariado nacional, do processo de urbanização e modernização das cidades, história do pensamento político e social e diversos temas da história da cultura. O AEL possui também coleções de países da América Latina e mantém intercâmbio com instituições de pesquisa e pesquisadores de vários países.

O Arquivo Edgard Leuenroth foi concebido originalmente para propiciar a elaboração de teses e dissertações no âmbito dos programas de pós-graduação do IFCH. Hoje atende a um público diversificado.

É peça fundamental de apoio aos cursos de graduação, além de servir escolas, sindicatos, órgãos de imprensa, advogados, artistas, produtores, sindicalistas, políticos e familiares de ex-presos políticos.

O Arquivo produz os Cadernos AEL, publicados regularmente pelos professores do IFCH e que se revestem de importante fonte temática para a área de pós-graduação. Tem também um boletim eletrônico distribuído na primeira semana de cada mês para pessoas e instituições cadastradas com informações e notícias sobre as atividades da instituição e uma página na Internet (www.arquivo.ael.ifch.unicamp.br) com informações sobre o Arquivo, com acesso *on line* a milhares de documentos.

Arquivo Edgard Leuenroth (fundo Zilco Pereira)

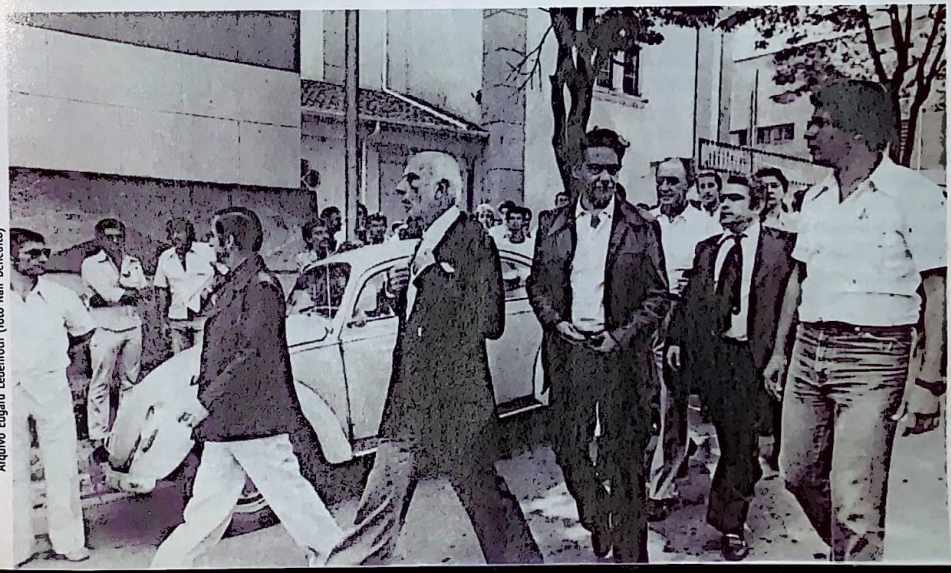
Arquivo Edgard Leuenroth (foto José Roberto Cecato)

Arquivo Edgard Leuenroth (fundo Zilco Pereira)

O PAÍS EM DOIS MOMENTOS: NA DÉCADA DE 50, COM CARMEN MIRANDA; DONGA, ATAULFO ALVES, PIXINGUINHA, JOÃO DA BAIANA, ISMAEL SILVA E ALFREDINHO - E NOS ANOS 80, COM LULA, TITO COSTA, VINÍCIUS DE MORAIS; BOMBAS CONTRA BANCAS DE JORNAL; O SINDICATO SOB INTERVENÇÃO E A SOLIDARIEDADE DE ULISSES GUIMARÃES, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, FRANCO MONTORO, MÁRIO COVAS E JOSÉ CARLOS DIAS

Arquivo Edgard Leuenroth (foto Jura Martins)

Arquivo Edgard Leuenroth (foto Jesus Carlos)



Arquivo Edgard Leuenroth (foto Nair Benedito)

Coleção Nordestina forma rede editorial

As dez principais editoras universitárias do nordeste se uniram na publicação de 18 obras fundamentais para o conhecimento da natureza e cultura do povo da região

POR ADELAIDE RIBEIRO

"A chuva que móia e cria
É quando o relampo bria
Depois estoura o trovão
Desde o vale até a serra
Nunca vi chuva na terra
Mandada por avião

Seu dotô tome um conseio
E aquele seu apareio
Não pode inverno mandá
Empregue em outro trabaio
Arranje outro quebra-galo
Que desse jeito não dá"

Os versos acima são do consagrado poeta Patativa do Assaré, nascido Antônio Gonçalves da Silva e falam de uma tentativa, ao que se sabe frustrada, de provocar chuva artificial no Ceará, bombardeando as nuvens do sertão com produtos químicos. Pelo que se sabe, o programa não decolou e, se saiu do solo, não gerou uma mísera gota d'água no sertão cearense. Mas isso é outra história. O que importa aqui são as duas estrofes demonstrando a descrença de Patativa quanto à eficácia da chuva artificial, uma novidade tecnológica da época – anos 70. Elas integram o poema *Ao dotô do avião*, presente no livro *Cordéis*, que deverá ser relançado no próximo ano, dentro da Coleção Nordestina. A primeira edição, lançada em 98, esgotou-se rapidamente.

A Coleção Nordestina já envolve 18 obras, escolhidas a dedo por dez universidades públicas do Nordeste. Anunciada ao público durante a Bienal do Livro do ano passado, no Rio, a coleção reúne obras de interesse regional selecionadas pelas editoras universitárias federais da Bahia, Sergipe, Piauí, Pernambuco, Paraíba, Alagoas, Rio Grande do Norte e Ceará e as estaduais de Santa Cruz, na Bahia e a de Pernambuco. Cada uma ficou responsável pela publicação de um livro por ano.

Cada edição entra no catálogo geral, do qual fazem parte todas as outras editoras universitárias, criando, assim, um sistema de co-edição, onde cada editora recebe 50 exemplares para comercialização. O livro *Frei Caneca: Acusação e Defesa*, da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), por exemplo, pode ser encontrado em qualquer ponto de venda da rede de editoras do nordeste. O objetivo é fazer com que as publicações circulem, de imediato, em oito estados.

O critério para a seleção dos títulos levou em consideração a representatividade regional das obras, inéditas ou relançadas. Todas obedecem ao mesmo padrão gráfico, têm o selo "Rede Nordeste" e a logomarca de cada editora. O preço varia de 12 a 30 reais, têm em média 200 páginas e tiragem inicial de 1.500 exemplares. "Queremos resgatar obras importantes não somente na literatura, mas também em outras áreas do conhecimento, como nas ciências, filosofia, folclore, que desapareceram das livrarias. A coleção nordestina é um repositório bibliográfico relevante para o Brasil inteiro", revela o diretor da editora da Universidade do Ceará (UFC), Ítalo Gurgel.

Entre as obras mais significativas, Gurgel destaca três: *Cordéis*, *Flor de Romances Trágicos*, de Luís da Câmara Cascudo e o inédito *Antecipações*, de Gilberto Freyre, cujo lançamento está previsto para dezembro próximo, durante as comemorações de centenário de nascimento do mestre Apipulcos.

Flor de Romances Trágicos é composto de poemas que abordam a vida de cangaceiros do nordeste entre 1710 e 1950. São 17 capítulos independentes, passeando da cultura popular à erudita.

Na obra inédita de Gilberto Freyre, *Antecipações*, o título já dá uma idéia do que ele analisa - os acontecimentos de sua época, com perspectivas futuras em áreas que iam da filosofia à economia. Como tinha acesso a informações do estrangeiro, Freyre era o primeiro a revelar novidades, analisando suas respectivas repercussões no Brasil.

TATIANA MAIA

A QUALIDADE DOS TEXTOS E O PADRÃO GRÁFICO DOS LIVROS DÃO UNIDADE À COLEÇÃO

UNIÃO EDITORIAL

As 18 obras da Coleção Nordestina são o principal produto da Rede Nordeste. Os participantes desse grupo promovem ainda intercâmbio de informações técnicas acerca da produção de obras literárias. O consórcio prevê uma página eletrônica na Internet (www.nlivros.com.br), ainda este ano, com informações sobre a atividade das editoras universitárias e o catálogo da Coleção, além de entrevistas com os autores – a primeira será com Patativa do Assaré.

Voltada para o público em geral, a Rede promove gratuitamente cursos de 20 horas, divididos em três dias de aula durante seu encontro anual. Já foram oferecidos cursos de editoração eletrônica, projeto de capa e normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

A escolha e definição do que vai ser publicado na Coleção Nordestina passa pelo crivo dos membros da Rede Nordeste e segue as regras de comercialização do Programa Interuniversitário de Distribuição do Livro (PIDL). Cada editora divulga como julgar conveniente suas próprias publicações. A divulgação vem sendo feita basicamente dentro de limites geográficos regionais nordestinos e, de forma menos intensa nos outros estados, quando do lançamento de obras de importância que transcendem o âmbito regional. Nesse

caso, o trabalho é feito pelo setor de divulgação da Associação Brasileira das Editoras Universitárias (ABEU).

NOVOS TEMPOS

Convencidas da necessidade de modernizar-se para competir no mercado editorial, as editoras universitárias vêm se reorganizando. "Foi-se o tempo em que falar de lucro e propaganda era uma profanação do sagrado ambiente da universidade pública – lembra Gurgel. Hoje, premidas por cortes de verbas e pela carência de pessoal, não podemos mais ignorar as potencialidades do *marketing*. Eu não hesitaria em dizer que a Coleção Nordestina é a mais bem-sucedida história de sucesso dos programas editoriais que dirigimos", comemora o diretor das Edições UFC. A prova é a venda, em seis meses, de toda a primeira edição de *Canais e Lagoas*, de Octávio Brandão; *Cordéis*, de Patativa do Assaré e de *A Ciência e os Sistemas*, de autoria de Pedro Américo.

PATERNIDADE

A idéia da Rede Nordeste é do vice-presidente da ABEU, José David Campos Fernandes. Em 96, durante o encontro regional de editores universitários do Norte e Nordeste, José David, diretor da editora da Universidade Federal da Paraíba (UFPB)s, pensou em criar uma conexão entre as editoras universitárias da região. "O objetivo era reduzir custos e aumentar o número de livros no catálogo de cada editora", explica.

Em junho deste ano, a Coleção Nordestina foi lançada também na Bienal Internacional do Livro de São Paulo. Até então, a Rede Nordeste vinha se apresentando em outras feiras, nacionais e internacionais, com estande próprio. "Podemos dizer que a Rede Nordeste é o grupo editorial mais organizado no País e estamos consolidando cada vez mais esses laços", festeja David.

A COLEÇÃO EM TÍTULOS

Universidade Federal de Pernambuco

Joaquim Nabuco: A Abolição e a República - Coordenação e Apresentação do Prof. Manuel Correia de Andrade, R$ 25,00
Frei Caneca: Acusação e Defesa, Organizado por Socorro Ferraz, R$ 20,00
Fones: (81) 271.8397 – 271.8386
Fax: 271.8395
e-mail: editora@cac.ufpe, editoraufpe@zipmail.com.br

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Flor de Romances Trágicos, de Luís da Câmara Cascudo, R$ 25,00
Macau, Aurélio Pinheiro, R$ 20,00 (lançamento em outubro)
Fone: (84) 215.3236
Fax: 215.3206
e-mail: fatima@editora.ufrn.br

Universidade Federal da Paraíba

As ciências e os Sistemas, Pedro Américo, R$ 15,00
Zé Limeira: O Poeta do Absurdo, Orlando Tejo (lançamento em outubro)
Fone: (83) 216.7147 e 216.7148 – Fax :216.7489
E-mail: editor@editora.ufpb.br

Universidade Federal de Sergipe

História da minha Infância, Gilberto Amado, R$ 20,00
Os portugueses no Brasil, Felisbelo Freire, R$ 20,00 (lançamento em outubro)
Fones: (79) 212.6923 – 212.6919 – 212 6921
Fax: 212.6474

Universidade Federal do Piauí

Cancioneiro Geral, Martins Napoleão, R$ 15,00
Cancioneiro Geral, volume 2, Martins Napoleão, R$ 15,00 (lançamento em outubro)
Fones: (86) 215.5500 a 5509 ramal 355 – 215.5688
Fax: 237.1812

Universidade Federal do Ceará

Cartas Literárias, Adolfo Caminha, R$ 15,00
Cordéis, Patativa do Assaré, R$ 15,00
Fones: (85) 283.4069
Fone/Fax: (85) 281.2611 – 9973.5060
e-mail: coordufc@ufc.br

Universidade Federal da Bahia

Imagens de um Tempo em Movimento: Cinema e Cultura na Bahia dos anos JK (1956 – 1961), Maria do Socorro Silva Carvalho, R$ 22,00, *Gregório de Matos: Um Códice Setentista Inédito* Organizado por Fernando da Rocha Peres e Silvia la Regina, R$ 22,00
Fone/Fax - (71) 235.8991 – 331.9799
E-mail: edufba@ufba.br

Universidade Federal de Alagoas

Canais e Lagoas, Octávio Brandão, R$ 15,00
Índios Tupi-Guarani na Pré-História - Suas Invasões do Brasil e o Paraguay - Seu Destino após o Descobrimento, Moacyr Soares Pereira, R$ 15,00
Fone e fax: (82) 214.1111

Universidade Estadual de Santa Cruz

O conto em 25 baianos, organizado por Cyro de Mattos (lançamento em outubro)
Fone: (73) 680-5028 – 680.5171 – 680.5240
Fax: (73) 689.1112
E-mail: ditus@jacaranda.uescba.com.br

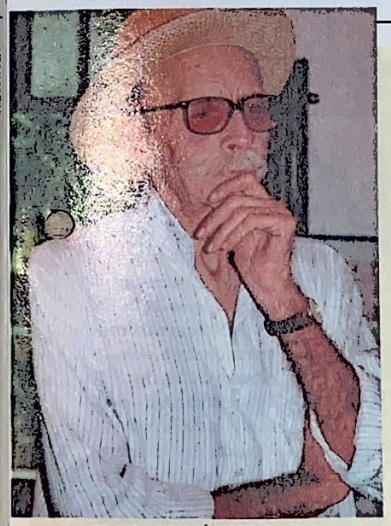
Universidade de Pernambuco

Antecipações, Gilberto Freyre - (lançamento em outubro)
Fone: (81) 421.3111 e 423.2366
Fax: 423.1270
E-mail:avidal@free.elogica.com.br

ORLANDO TEJO, O POETA DO ABSURDO

Um magistral cantador, andarilho de sete fôlegos que chegava a andar vários quilômetros por dia, trajava sempre calça de mescla azul, chapéu preto, óculos escuros, meia dúzia de anéis em cada mão, um espalhafatoso lenço encarnado no pescoço. Este era o poeta Zé Limeira na visão do também poeta Orlando Tejo. Mas pode ser encarada também como a visão de Orlando Tejo por Orlando Tejo, conforme questão levantada desde 73, quando o livro *Zé Limeira – O Poeta do Absurdo*, um dos principais títulos da Coleção Nordestina, cuja décima edição deve acontecer no começo do ano que vem, foi publicado pela primeira vez.

Nesta nova edição, Magela Colares, poeta e amigo de Tejo e que assina a 'orelha' da obra, diz o que pensa do trabalho: "O livro 'Zé Limeira' oscila entre o erudito e o popular, que vagueia entre bancos de universidades e tambores de pés de balcão, enfim, está entre um lampejo de intelectualidade e um gole de água ardente de cachaça". Magela é um dos que acredita que o livro do amigo não passa de autobiografia. Magela cita o verso ao lado como prova da inexistência do andarilho de sete fôlegos:



TATIANA MAIA

ORLANDO TEJO? ZÉ LIMEIRA?

"Eu briguei com um cabra macho
Mas não sei o que se deu:
Eu entrei pru dentro dele,
Ele entrou pru dentro deu,
E num zuadão daquele
Não sei se eu era ele
Nem sei se ele era eu".

E o advogado e jornalista Orlando Tejo, o que pensa dessa discussão? "Zé Limeira existe sim. Eu o conheci num cabaré em Campina Grande, na Paraíba, em 1951, quando ele tinha 54 anos. Várias pessoas o conheceram. É só encontrá-las...". Discussões sobre a existência de Zé Limeira atingiram o auge em 75. Jornais de todo o país dedicaram muitas páginas analisando os versos do 'poeta do absurdo' até seu último repente.

Na época, o músico Cussy de Almeida denunciou Tejo ao o Conselho Estadual de Cultura de Pernambuco, alegando que o escritor fizera uma obra fraudulenta, mas Tejo saiu inocente e o denunciante perdeu o cargo no Conselho.

Primeiro preso político da Paraíba, em 64, Orlando Tejo nunca aceitou fazer parte da Academia Pernambucana de Letras. Durante 12 anos, ele suportou a pressão. "Foi uma guerra comprida, mas eu venci. Eles não se juntam para fazer alguma coisa pela humanidade. Eu não vou me reunir a eles só pra ficar tomando chazinho", refutava Zé Limeira, isto é, Orlando Tejo.

Jacob Gorender, Intelectual do Ano

O historiador Jacob Gorender é o mais novo ganhador do troféu Juca Pato. Em cerimônia realizada em setembro na Academia Paulista de Letras, este baiano de 76 anos foi escolhido "Intelectual do Ano", na 37ª edição do prêmio, instituído pela União Brasileira de Escritores (UBE). Gorender obteve 189 votos, contra 136 dados ao fotógrafo Sebastião Salgado.

Jorge Amado, Fernando Henrique Cardoso, Juscelino Kubitscheck, Tristão de Athaíde, Sábato Magaldi, Luís Fernando Veríssimo integram a lista de premiados pelo Juca Pato. "É um prêmio diversificado, concedido aos que deram uma contribuição ao País", destaca Cláudio Willer, presidente da UBE.

"Fiquei surpreso porque nunca participei de nenhuma premiação", disse Gorender, que foi indicado por *Marxismo sem Utopia*, lançado em novembro pela Editora Ática. O trabalho aponta aspectos utópicos das obras de Marx e Engels, constatando que ambos abordaram de forma incompleta o processo de passagem do socialismo utópico para o científico. "No livro, mostro as mudanças ocorridas desde a publicação dessas obras até hoje", informa o historiador.

Em 67, Gorender deixou o Partido Comunista Brasileiro para fundar, um ano depois, o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), uma das tendências políticas que aderiram à luta armada contra o regime militar. Em janeiro de 70, foi preso pela equipe do delegado Sérgio Fleury. Cumpriu um ano e dez meses de pena no extinto Presídio Tiradentes. De volta à liberdade, trabalhou como tradutor, editor da Abril Cultural e professor do Instituto de Estudos Avançados da USP. Escreveu nove livros, entre eles *Combate nas Trevas*, publicado em 87, considerado um dos melhores trabalhos sobre a história da esquerda armada no Brasil.

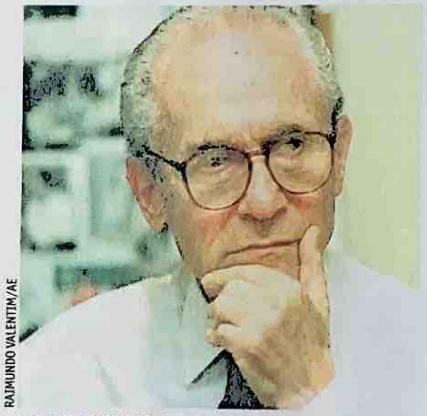
UBE/DIVULGAÇÃO

GORENDER: NA TRINCHEIRA DAS IDÉIAS

Prêmio para o *doutor*

Ao completar 80 anos, Otto Richard Gottlieb acaba de receber da Universidade Estadual Paulista (Unesp) o título doutor *honoris causa*. A indicação partiu do Instituto de Química da Unesp, campus de Araraquara. "É o melhor título que um professor pode receber, principalmente vindo de uma universidade onde tenho tantos alunos antigos e queridos", comemorou. "Gottlieb é, sem dúvida, o maior cientista brasileiro vivo", afirma o diretor do Instituto de Química da Unesp, José Roberto Ernande, para quem, esse tcheco, naturalizado brasileiro, entrou para a história da ciência quando desenvolveu um processo especial para classificar plantas a partir de compostos químicos, criando um sistema que revolucionou as pesquisas de produtos naturais. Filho de mãe brasileira, migrou para o País, onde diplomou-se químico industrial pela Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro. Foi pioneiro na introdução da fitoquímica e de química orgânica moderna no Brasil. Ministrou 89 cursos de graduação, especialização e pós-graduação. Orientou 52 dissertações de mestrado e 57 teses de doutorado. É autor de 641 publicações científicas e proferiu 599 conferências. Tem 20 prêmios por serviços à educação e pesquisa. Otto Gottlieb também é professor titular do Instituto de Química da Universidade de São Paulo (USP) e membro da Academia Brasileira de Ciências.

RAIMUNDO VALENTIM/AE



GOTTLIEB: RECONHECIMENTO DA UNESP

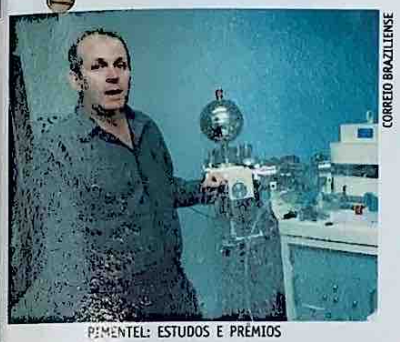
Geólogo 'pedra 90'

O carioca Márcio Martins Pimentel é primeiro brasileiro a ganhar o troféu L.A. Spendiarov, a mais importante premiação internacional na área de geologia, concedido há 103 anos pela Academia Russa de Ciências.

O prêmio foi entregue durante o 31º Congresso Internacional de Geologia, em agosto, no Rio de Janeiro, do qual participaram mais de 5 mil geólogos de todo o mundo. Aos 41 anos, Pimentel atribui a premiação às pesquisas do Laboratório de Geocronologia, que ele coordena na Universidade de Brasília (UnB). "Desenvolvemos um grande volume de trabalhos, datando rochas e minerais não só do Brasil, mas da Colômbia, Argentina, Índia e África do Sul", explica.

Há 25 anos, trocou o Rio de Janeiro pelo Distrito Federal e, depois de concluir os cursos de graduação e mestrado na UnB, partiu para a Inglaterra para desenvolver seus estudos de doutorado na Universidade de Oxford. Nesse meio tempo, trabalhou cinco meses no Laboratório de Geocronologia no Royal Ontario Museum, em Toronto, no Canadá e, em 89, voltou ao Brasil casado com a zootecnista irlandesa Connie MacManus, com quem tem dois filhos.

CORREIO BRAZILIENSE



PIMENTEL: ESTUDOS E PRÊMIOS

Antônio Torres leva o 'Machado de Assis'

Figurar numa lista de grandes escritores junto a Érico Veríssimo, Rachel de Queiroz, João Guimarães Rosa, Cecília Meireles, Mário Quintana e Maria Clara Machado não é pouca coisa. O baiano Antônio Torres, 60 anos, 28 de carreira, 12 livros publicados, desde 28 de julho, faz parte do time de ganhadores do Prêmio Machado de Assis, da Academia Brasileira de Letras, que desde 43 elege a obra de um escritor.

"Estou num momento muito especial de minha carreira", conta o autor de *Os Homens dos Pés Redondos* e de outras obras traduzidas para francês, inglês, alemão, espanhol, holandês, polonês e hebraico.

Surpreso com a escolha de seu nome e com a repercussão na imprensa, Torres admite que o reconhecimento da Academia "levantou sua obra". "Esse prêmio, pelo nome que ostenta e pelo peso de quem o oferece, só beneficia o premiado", diz.

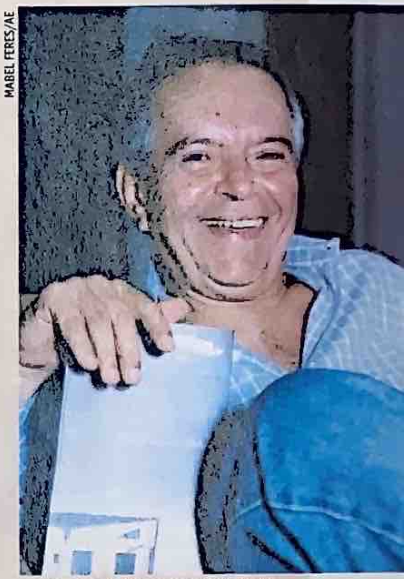
Publicitário nascido na cidade baiana de Junco (rebatizada Sátiro Dias), radicado no Rio de Janeiro, há mais de duas décadas, Torres acha que o prêmio o inseriu numa fase "iluminada", iniciada com sua estréia literária, em 72, após um período como repórter no *Jornal da Bahia* e no *Última Hora*, de São Paulo.

Um Cão Uivando para a Lua, seu primeiro livro, de 72, foi eleito 'revelação do ano' pela crítica. *Os Homens dos Pés Redondos*, de 73, romance cujo pano de fundo é a história de Portugal projetada num país fictício chamado Ibéria, valeu ao escritor, em 98, o título de *Chevalier des Arts et des Letres*, do governo francês.

Essa Terra, seu grande sucesso, é de 76. Narrativa com abordagens autobiográficas sobre o êxodo rural de nordestinos em busca de melhor sorte nas metrópoles do sul, o livro já superou 150 mil exemplares vendidos. Em 84, ganhou edição francesa, iniciando a carreira internacional de Torres.

Criador atento, o autor destaca também *Um Táxi para Viena D'Áustria*, de 91; *O Cachorro e o Lobo* – recém-lançado em Paris –; e *Meu querido Canibal*, seu último romance, do primeiro semestre deste ano. Em clima de 500 anos de descobrimento, destrincha a vida do líder tupinambá Cunhambebe, que viveu em meados do século XVI, ao abordar a história brasileira pela ótica dos explorados.

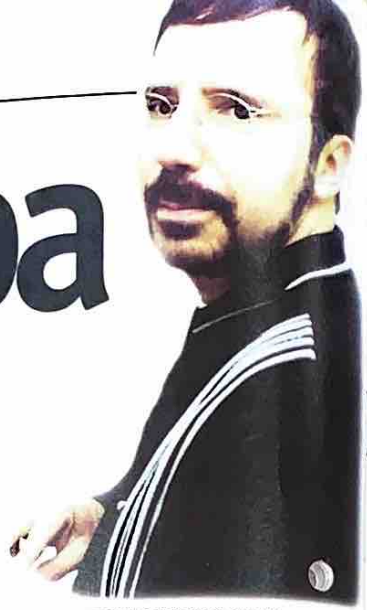
MABEL FERES/AE



TORRES ESCREVENDO SOBRE CUNHAMBEBE

O karaíba

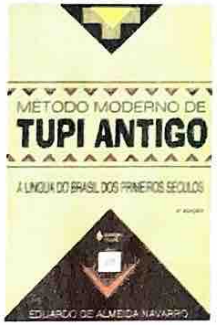
Mestre da USP vai ensinar tupi para potiguaras da Paraíba



NAVARRO: NA TRILHA DE POLICARPO QUARESMA

Eventuais semelhanças podem não ser meras coincidências, mas o fato é que o tipo físico, o nacionalismo e a paixão pela língua tupi, em muito, lembra o personagem principal de *Triste Fim de Policarpo Quaresma*, o mestre do livro de Lima Barreto que lutou a vida inteira para introduzir o tupi como língua oficial do Brasil.

O romance é do final do século passado, mas Eduardo Almeida Navarro, de 38 anos, professor do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da USP, autor de *Método Moderno de Tupi Antigo – A língua do Brasil dos primeiros séculos* – é bem atual e, de certa forma, retoma pelo menos parte dos antigos ideais do professor Policarpo.



Além das centenas de alunos brancos que freqüentam suas aulas, Navarro agora vai também ensinar a comunidade dos índios potiguaras a recuperar a cultura que se esvaiu no choque com os colonizadores europeus. Desde a chegada de Cabral, os potiguaras vivem na Baía da Traição, a 80 quilômetros de João Pessoa, na Paraíba.

O projeto que o professor Navarro vai desenvolver entre os índios tem como objetivo formar professores para que eles multipliquem os conhecimentos entre a comunidade, hoje com aproximadamente 8 mil almas.

O primeiro passo é fazer uma cartilha para as crianças, que, se tudo der certo, vão ser alfabetizadas em tupi. O êxito da empreitada, segundo Navarro, vai depender muito do grau de motivação da comunidade, já que os potiguaras não falam a língua.

"Assim como a biologia, a diversidade cultural é um fator de riqueza que temos de manter a todo custo porque a ofensiva da globalização representa a dissolução das culturas regionais", assegura.

O projeto, que terá apoio da Funai, vai mais além. Até o fim do ano, deve começar a funcionar uma ONG, a Tupi Aqui, que vem sendo organizada com o intuito de formar professores de tupi para apoiar a cultura dos povos 'derrotados' na colonização.

A onda do tupi, entretanto, nem sempre esteve tão em alta, embora venha sendo ensinado regularmente na USP desde a criação da universidade, em 34. O curso também teve cadeiras em Salvador, Rio de Janeiro e em Curitiba, mas na década de 70, com a invasão cultural que o país sofreu, a língua sofreu sérios revezes. Ficou apenas o curso da USP, graças sobretudo ao professor Plínio Ayrosa.

O interesse cresceu novamente desde 87, sobretudo, devido à insistência de Navarro, que enveredou pelo tupi, tornando-se doutor no assunto. Ganhou ímpeto em 98 com o lançamento do *Método*, livro que até hoje rende boa repercussão na imprensa e dezenas de convites para seminários, palestras, cursos, aulas, tanto no Brasil quanto no exterior.

No ano passado, a presidente da Comissão de Direitos Humanos da Mulher Potiguara, Luciene Araujo, viu uma reportagem com Navarro na televisão e o convidou para uma palestra na Assembléia Legislativa da Paraíba.

"Fiz parte do discurso em tupi e eles ficaram emocionados demonstrando ânsia em reaprender a língua. Foi aí que surgiu o atual programa", conta Navarro, que se prepara para um novo salto no ano que vem – o lançamento do *Dicionário de Língua Brasílica – O Tupi Antigo da Formação do Brasil*.

O 'Método' (Editora Vozes, de 98) tem 650 páginas e é o terceiro livro de Navarro, que é formado em geografia pela Unesp. O primeiro, de 87, *O Pensamento Vivo de Sá[illegible]* da Editora Martan-Claret; dez anos depois publicou *Anchieta – Vida, Pensamento e Poemas de Anchieta* pela Martins Fontes. No ano passado, foi a vez de *Teatro de Anchieta*, da mesma coleção.

Navarro também já fez incursões pelo mundo da música, participando do CD *Kewere*, da cantora Marlui Miranda, e cinema, ao assinar o roteiro em tupi do filme *Hans Staden*, dirigido por Luís Alberto Pereira.

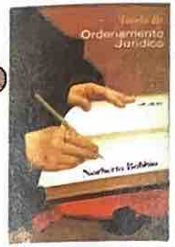
catálogo

Os mais recentes lançamentos das editoras universitárias

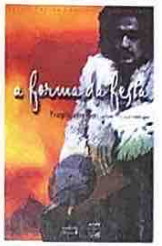
A PUBLICAÇÃO DESTE CATÁLOGO TEM O OBJETIVO DE DIFUNDIR AS PRINCIPAIS OBRAS DAS EDITORAS UNIVERSITÁRIAS, MAS NÃO NECESSARIAMENTE OS LANÇAMENTOS. CADA EDIÇÃO TRARÁ CINCO LIVROS DE CADA UNIVERSIDADE. O LIMITE MÁXIMO DAS SINOPSES É DE 200 CARACTERES; AS IMAGENS DEVEM SER ENVIADAS NOS FORMATOS TIFF OU JPEG COM RESOLUÇÃO MÍNIMA DE 300 DPIS.

unb

FONE (61) 226.6874 R. 207 FAX (61) 225.5611 WWW.EDITORA.UNB.BR E-MAIL SDIVUEDU@UNB.BR



TEORIA DO ORDENAMENTO JURÍDICO – NORBERTO BOBBIO – 184 PÁGINAS – R$ 18,00. ESTUDO DO CONJUNTO DE NORMAS QUE CONSTITUEM O TAL ORDENAMENTO. INOVADOR NO CAMPO DAS CIÊNCIAS JURÍDICAS SOBRE AS RELAÇÕES E CONSEQÜÊNCIAS DE UMA SISTEMATIZAÇÃO DAS LEIS.



A FORMA DA FESTA – TROPICALISMO: A EXPLOSÃO E SEUS ESTILHAÇOS – SYLVIA HELENA CYNTRÃO (CO-EDIÇÃO IMPRENSA OFICIAL) – 240 PÁGINAS – R$ 22,00. RESUMO DE UM SEMINÁRIO REALIZADO EM OUTUBRO DE 97 NA UNB SOBRE MANIFESTAÇÕES CULTURAIS TIPICAMENTE BRASILEIRAS DA DÉCADA DE 60.

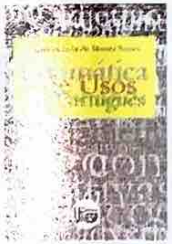
O FUTURO DO TRABALHO – DOMENICO DE MASI – 354 PÁGINAS – R$ 35,00. VIVEMOS NUMA SOCIEDADE PÓS-INDUSTRIAL, NA QUAL CONHECER CONTA MAIS DO QUE PASSAR O DIA NUM ESCRITÓRIO. SERÍAMOS MAIS FELIZES SE INTEGRÁSSEMOS O ÓCIO E O TRABALHO.

OS ESCRITOS DE LEONARDO DA VINCI SOBRE A ARTE DA PINTURA – EDUARDO CARREIRA – R$ 25,00. INTERESSADO EM ESCREVER UM TRATADO SOBRE A ARTE DA PINTURA, DA VINCI ANOTAVA SUAS EXPERIÊNCIAS, TAIS DOCUMENTOS FORAM ORGANIZADOS POR VOLTA DE 1540, POR FRANCESCO MELZI.

GILLUMINOSO – A POLÉTICA DO SER – BENE FONTELES, FOTOS DE MARIO CRAVO NETO E PIERRE VERGER – 298 PÁGINAS – R$ 45,00 (CO-EDIÇÃO IMPRENSA OFICIAL). O LIVRO/CD TRAZ TEXTOS, POEMAS E 50 LETRAS DE MÚSICAS, ALÉM DE ENSAIO FOTOGRÁFICO DE MÁRIO CRAVO NETO E DE PIERRE VERGER.

unesp

FONE (11) 233.7171 FAX (11) 232.7172 WWW.EDITORA.UNESP.BR E-MAIL FEU@EDITORA.UNESP.BR



[illegible] DE USOS DO PORTUGUÊS – MARIA HELENA DE MOURA NEVES – 1037 PÁGINAS – R$ 70,00. OBRA DE REFERÊNCIA QUE A PARTIR DE UMA BASE DE DADOS DE 70 MILHÕES DE OCORRÊNCIAS MOSTRA COMO A LÍNGUA PORTUGUESA ESTA SENDO USADA NO BRASIL.

ÉTICA E PODER NA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO – GILBERTO DUPAS – 148 PÁGINAS – R$ 14,00 – ENSAIO A RESPEITO DAS CONTRADIÇÕES DO PROGRESSO, DA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA E DOS DESAFIOS ÉTICOS DA ATUALIDADE NO BRASIL.

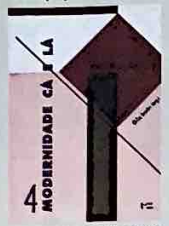
HISTÓRIA DA IDADE MÉDIA – MARIA GUADALUPE PEDRERO-SÁNCHEZ – 347 PÁGINAS – R$ 32,00. ATRAVÉS DE TEXTOS E DOCUMENTOS, A AUTORA APRESENTA ASPECTOS ECONÔMICOS, CULTURAIS, RELIGIOSOS E POLÍTICOS DO PERÍODO MEDIEVAL.

RISO, CULTURA E SOCIEDADE NA IDADE MÉDIA – JOSÉ RIVAIR MACEDO – 277 PÁGINAS – R$ 22,00. ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE O RISO E O SAGRADO; O RISO COMO INSTRUMENTO PEDAGÓGICO E "REMEDIO" CONTRA A OPRESSÃO E VEÍCULO DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO.

TRADUÇÃO E DIFERENÇA – CRISTINA CARNEIRO RODRIGUES – 237 PÁGINMAS – R$ 29,00. ESTUDO DA TEORIA DA TRADUÇÃO LITERÁRIA DE QUATRO AUTORES MODERNOS (CATFORD, NIDA, LEFEVERE E TOURY) A PARTIR DA ANÁLISE DESCONSTRUTIVISTA.

edusp

FONE (11) 3818.4154 WWW.USP.BR/EDUSP E-MAIL DIVULGA@EDU.USP.BR

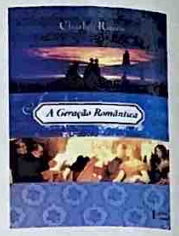


MODERNIDADE CÁ E LÁ – TEXTOS ESCOLHIDOS DE MÁRIO PEDROSA, VOL. IV – OTÍLIA ARANTES (ORGANIZADORA)- 360 PÁGINAS – R$ 36,00. COMPILAÇÃO DE TEXTOS EXPRESSIVOS DE PEDROSA SOBRE ARTE ESTRANGEIRA.

MAMMA ANGOLA – SOLIVAL MENEZES – 416 PÁGINAS – R$ 25,00. FONTE DE INFORMAÇÕES PARA OS BRASILEIROS CONHECEREM E SE APROXIMAREM UM POUCO DESSE PAÍS TÃO LIGADO E TÃO DISTANTE DO BRASIL.

ESQUERDA E DIREITA NO ELEITORADO BRASILEIRO – ANDRÉ SINGER – 208 PÁGINAS – R$ 25,00. SEGUNDO O AUTOR, A MAIORIA DOS ELETORES BRASILEIROS SE DIVIDE EM ESQUERDA, DIREITA E CENTRO NAS ELEIÇÕES DE 1989 E 1994.

À SOMBRA DA REVOLUÇÃO MEXICANA – HÉCTOR AGUILAR E LORENZO MEYER; TRADUÇÃO CELSO MAURO PACIONIRK – 376 PÁGINAS – R$ 34,00. VISÃO HISTÓRICA DO MÉXICO DA QUEDA DE DIAS, EM 1910, ÀS ELEIÇÕES DE 1989.



A GERAÇÃO ROMÂNTICA – CHARLES ROSEN – 952 PÁGINAS – R$ 89,00. A LINGUAGEM MUSICAL DO ROMANTISMO É O TEMA DOS ENSAIOS DESTE LIVRO, QUE DEVE INTERESSAR A TODOS QUE DESEJAM AMPLIAR CONHECIMENTOS.

ufmg

FONE (31) 499.4650 FAX (31) 499.4768 WWW.UFMG.BR E-MAIL EDITORA@BU.UFMG.BR

TEORIA POLÍTICA DA IRONIA – LINDA HUTCHEON – 336 PÁGINAS – R$ 34,00. REFLEXÃO SOBRE SUA PRÁTICA, PODER DESESTABILIZADOR E AS CONSEQÜÊNCIAS DA COMPREENSÃO OU DO MALOGRO DA COMUNICAÇÃO EM QUE INTERFERE.

LEITURAS INGLESAS – VISÕES COMPARATIVAS – EUGÊNIO GOMES – ORGANIZADO POR IVIA ALVES – CO-EDIÇÃO EDUFBA – 335 PÁGINAS – R$ 31,00. SELEÇÃO DE TEXTOS SOBRE LITERATURA COMPARADA PRODUZIDOS DE 1940/50.

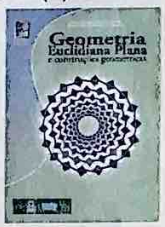
PRAGMATISMO: A FILOSOFIA DA CRIAÇÃO E DA MUDANÇA – RICHARD RORTY – 192 PÁGINAS – R$ 18,00. OBRA CONSAGRADA, QUE CONSTITUI UMA INTRODUÇÃO AO PRAGMATISMO DO AUTOR, SINTETIZA O PENSAMENTO DE RORTY.

AS MISSÕES JESUÍTICAS E O PENSAMENTO POLÍTICO MODERNO – JOSÉ EISEMBERG – 264 PÁGINAS – R$ 28,00. DISTINÇÕES CONVENCIONAIS ENTRE CULTURA SECULAR E RELIGIOSA MOSTRANDO COMO O TEMA SURGIU NO MUNDO CATÓLICO.

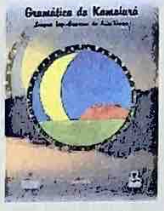
PENSAR A REPÚBLICA – NEWTON BIGNOTTO (ORGANIZADOR) – 194 PÁGINAS – [illegible] ENSAIOS [illegible] REPUBLICANISMO [illegible] OS SÃO DE VÁRIOS AUTORES [illegible] TEMAS CONTEMPORÂNEOS.

unicamp

FONE (19) 788.1097 – 788.1094 WWW.UNICAMP.BR/EDITORA E-MAIL VENDAS@EDITORA.UNICAMP.BR



GEOMETRIA EUCLIDIANA PLANA E CONSTRUÇÕES GEOMÉTRICAS – ELIANE FROTA REZENDE E MARIA LÚCIA DE QUEIROZ – 264 PÁGINAS – R$ 16,00. PARA ALUNOS E PROFESSORES DE CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO EM MATEMÁTICA.



GRAMÁTICA DO KAMAIURÁ – LUCY SEKI – 504 PÁGINAS – R$ 39,80 (CO-EDIÇÃO IMPRENSA OFICIAL). DESCRIÇÃO DA LÍNGUA KAMAIURÁ, POVO DO ALTO XINGU DESCONHECIDO EM RELAÇÃO À LÍNGUA.

O RESGATE DA DIGNIDADE – LAÍS WENDEL ABRAMO – 295 PÁGINAS – R$ 23,00 (CO-EDIÇÃO IMPRENSA OFICIAL). REFLEXÃO SOBRE O MOVIMENTO GREVISTA DOS METALÚRGICOS DE SÃO BERNARDO DO CAMPO DE 1978.

HISTÓRIA E MEMÓRIA – JACQUES LE GOFF – 553 PÁGINAS – R$ 22,00. O MEDIEVALISTA FRANCÊS RECONSTRÓI O CONCEITO DE HISTÓRIA, APRESENTANDO UMA PERSPECTIVA PARA AS QUESTÕES DA HISTORIOGRAFIA CONTEMPORÂNEA.

INTRODUÇÃO À HISTÓRIA DA MATEMÁTICA – HOWARD EVES – 843 PÁGINAS – R$ 95,00. ESTA NOVA TRADUÇÃO É ENRIQUECIDA DE PANORAMAS CULTURAIS QUE AJUDAM A COMPREENDER O DESENVOLVIMENTO DAS IDÉIAS.

edusc

FONE (14) 235.7111 FAX (14)235.7219 WWW.USC.BR/EDUSC E-MAIL EDUSC@USC.BR

O DIABO NO IMAGINÁRIO CRISTÃO – CARLOS ROBERTO NOGUEIRA – 130 PÁGINAS – R$ 14,00. APOIADO EM TEXTOS BÍBLICOS, O AUTOR DEMONSTRA COMO A HISTÓRIA DO DIABO CONFUNDE-SE COM A HISTÓRIA DO CRISTIANISMO.

POR UMA HISTÓRIA DA MULHER – MARIA IZILDA SANTOS DE MATOS – 58 PÁGINAS – R$ 5,00. ANÁLISE SOBRE O UNIVERSO FEMININO A PARTIR DOS ANOS 70, A DIVERSIDADE DAS PESQUISAS AUMENTA.

IMAGENS DA FRANÇA – JULES MICHELET – 136 PÁGINAS – R$ 13,00. INÉDITO NO BRASIL, ESTE LIVRO ORIGINA-SE NUM CURSO EM 1832, EM QUE O AUTOR DEIXA TRANSPARECER O CLIMA POLÍTICO COM A REVOLUÇÃO DE 1830.

JACOBINOS E JACOBINISMO – MICHEL VOVELLE – 295 PÁGINAS – R$ 27,00. O HISTORIADOR MERGULHA NA ATUAÇÃO DO JACOBINISMO HISTÓRICO, DA REVOLUÇÃO FRANCESA, EM 1789, ATÉ OS DIAS ATUAIS.

INTRODUÇÃO AO ESTUDO DA HISTÓRIA GERAL – JOSEP FONTANA – TRADUÇÃO HELOÍSA REICHEL – 416 PÁGINAS – R$ 39,00. O HISTORIADOR MARXISTA CATALÃO DESCREVE AS PRINCIPAIS EXPERIÊNCIAS HUMANAS.

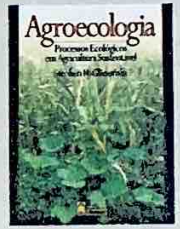
ufrgs

FONES/FAX (51) 316.4082 – 316.4090 WWW.UFRGS.BR/EDITORA E-MAIL EDITORA@ORION.UFRGS.BR

UTOPIA E DEMOCRACIA NA EDUCAÇÃO CIDADÃ – JOSÉ CLÓVIS DE AZEVEDO, PABLO GENTILI, ANDRÉA KRUG E CÁTIA SIMON – 520 PÁGINAS – R$ 35,00. TEXTOS SOBRE REESTRUTURAÇÃO CURRICULAR EM PORTO ALEGRE.

ATLAS AMBIENTAL DE PORTO ALEGRE – RUALDO MENEGAT (COORDENADOR) – 256 PÁGINAS – R$ 161,00. APRESENTA A HISTÓRIA NATURAL DA CIDADE. AMPLAMENTE ILUSTRADO COM IMAGENS DA FAUNA E FLORA.

SURREALISMO E NOVO MUNDO – ROBERT PONGE (ORGANIZADOR)- 320 PÁGINAS – R$ 52,00. ESTE LIVRO DEBATE O ASSUNTO NO ÂMBITO DAS AMÉRICAS POR MEIO DE ENSAIOS DE VÁRIOS AUTORES E SOB DIVERSOS ENFOQUES.



AGROECOLOGIA: PROCESSOS ECOLÓGICOS EM AGRICULTURA SUSTENTÁVEL – STEPHEN GLIESSMAN – 656 PÁGINAS – R$ 60,00. PROJETADO PARA ENSINAR ECOLOGIA NO CONTEXTO DA AGRICULTURA BRASILEIRA.

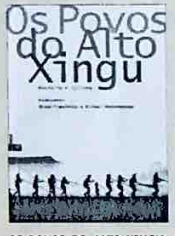
FARMACOGNOSIA: DA PLANTA AO MEDICAMENTO – CLÁUDIA M. SIMÕES, ELOIR SCHENKEL, GRACE GOSMANN, JOÃO CARLOS DE MELLO, LILIAN AULER MENTZ E PEDRO PETROVICK – 824 PÁGINAS – R$ 48,00.

ufrj

FONE (21) 295.1595 R. 125/126 WWW.UFRJ.BR E-MAIL EDITORA@EDITORA.UFRJ.BR

ARTE PRIMITIVA EM CENTROS CIVILIZADOS – SALLY PRICE – 200 PÁGINAS – R$ 25,00. POR MEIO DE VASTA DOCUMENTAÇÃO, A AUTORA DEMONSTRA COMO A ARTE DO "OUTRO" FOI APROPRIADA POR ALGUNS ANTROPÓLOGOS.

O FUNK E O HIP-HOP INVADEM A CENA – MICAEL HERSCHMANN – 308 PÁGINAS – R$ 25,00. O LIVRO TRATA DA INSERÇÃO DOS JOVENS DE CAMADAS POPULARES NA DINÂMICA DA CULTURA URBANA NACIONAL.



OS POVOS DO ALTO XINGU: HISTÓRIA E MEMÓRIA – BRUNA FRANCHETTO E MICHAEL HECKENBERGER (ORGANIZADORES) – 496 PÁGINAS – ESTUDO DOS POVOS DA REGIÃO DO ALTO XINGU NA AMAZÔNIA BRASILEIRA.

COMPLEXIDADE E CAOS – H. MOYSÉS NUSSENZVEIG (ORGANIZADOR) – 280 PÁGINAS – R$ 28,00. RESULTADO DE CONFERÊNCIAS DA COORDENAÇÃO DE PROGRAMAS DE ESTUDOS AVANÇADOS (COPEA), EM 95, SOBRE A ORIGEM DA VIDA.

CONSUMIDORES E CIDADÃOS – NESTOR GARCIA CANCLINI – 292 PÁGINAS – R$ 21,00. OS CIDADÃOS DO SÉCULO XVIII SÃO OS CONSUMIDORES DO SÉCULO XXI E DEVEM ESTAR PREPARADOS PARA ASSUMIR ESSA CONDIÇÃO.

arquivo do estado

FONE (14) 6221.1924/2306/4785

ARQUIVO EM IMAGENS – SÉRIE ÚLTIMA HORA, VOL. 4. ÚLTIMO VOLUME DA SÉRIE ABORDA POR MEIO DE FOTOS A CENA POLÍTICA NACIONAL E INTERNACIONAL ATÉ O INÍCIO DOS ANOS 70, QUANDO O JORNAL DEIXOU DE CIRCULAR.

GUIA DO ACERVO – 92 PÁGINAS – R$ 5,00. PUBLICADO EM 97, APRESENTA A SISTEMATIZAÇÃO E INFORMAÇÕES SOBRE O CONTEÚDO GENÉRICO DO ACERVO DO ARQUIVO DO ESTADO, QUE TEM 280 ANOS DE EXISTÊNCIA

GUIA DE ARQUIVOS PRIVADOS DO ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO – 40 PÁGINAS. CONTÊM INFORMAÇÕES SOBRE DIVERSAS INSTITUIÇÕES, COMO O JORNAL ÚLTIMA HORA, UNIVERSIDADES ENTRE OUTROS.

INVENTÁRIO DO DEOPS ALEMANHA – MARIA LUIZA TUCCI CARNEIRO – 166 PÁGINAS – R$ 10,00. REÚNE DOCUMENTOS SOBRE A TRAJETÓRIA DOS IMIGRANTES ALEMÃES RADICADOS EM SÃO PAULO.

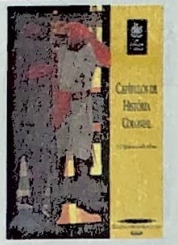
COLEÇÃO COMO FAZER – COMO AVALIAR DOCUMENTOS DE ARQUIVO; COMO CLASSIFICAR E ORDENAR DOCUMENTOS DE ARQUIVO; COMO IMPLANTAR ARQUIVOS PÚBLICOS MUNICIPAIS – R$ 10,00 CADA – TÉCNICAS DE ARQUIVÍSTICA.

senado

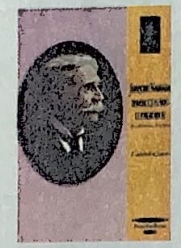
FONE (61) 311.3579 – FAX (61) 311.4258 WWW.SENADO.GOV.BR/WEB/CONSELHO

DICIONÁRIO BIOBIBLIOGRÁFICO DE AUTORES BRASILEIROS – 506 PÁGINAS – R$ 20,00 – LIVRO DE REFERÊNCIA QUE TRAZ A NOTÍCIA BIOGRÁFICA, BIBLIOGRÁFICA E A RELAÇÃO DE ESTUDOS SOBRE VÁRIOS PENSADORES E CIENTISTAS.

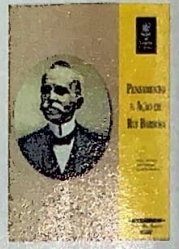
ELEIÇÃO E REPRESENTAÇÃO – GILBERTO AMADO – 161 PÁGINAS – R$ 15,00 – ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DO SISTEMA REPRESENTATIVO NO BRASIL. INTRODUÇÃO DE OLAVO BRASIL LIMA, DOUTOR PELA UNIVERSIDADE DE MICHIGAN.



CAPÍTULOS DE HISTÓRIA COLONIAL – J. CAPISTRANO DE ABREU – 226 PÁGINAS – EDIÇÃO FAC-SIMILAR – R$ 20,00 – CLÁSSICO DA HISTORIOGRAFIA NACIONAL, O LIVRO AVALIA A OCUPAÇÃO DO BRASIL NO INÍCIO DA COLONIZAÇÃO.



MINHA FORMAÇÃO – JOAQUIM NABUCO – 248 PÁGINAS – R$ 20,00 O BRASIL VISTO DE PERTO. SÍNTESE EM QUE A AUTOBIOGRAFIA E HISTÓRIA NACIONAL SE CONFUNDEM E SE COMPLEMENTAM EM VÁRIOS ASPECTOS.



PENSAMENTO E AÇÃO DE RUI BARBOSA – [illegible] PÁGINAS – R$ 20,00 – TEXTOS [illegible] DANDO ASPECTOS DE SUA [illegible] DE INTELECTUAL COMO PARLAMENTAR, JORNALISTA E CANDIDATO À PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA.

eduff

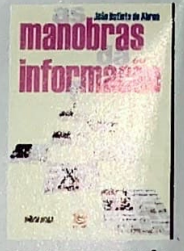
FONE (21) 620.8080 WWW.EDUFF.BR E-MAIL EDUFFLAU@VM.UFF.BR

AMÉRICA LATINA NO LIMIAR DO SÉCULO XXI – THEOTÔNIO DOS SANTOS – 100 PÁGINAS – R$ 14,00. DISCUTE QUESTÕES ECONÔMICAS, PARA DIVULGAÇÃO DOS TRABALHOS DO GRUPO DE ESTUDOS SOBRE ECONOMIA MUNDIAL.

QUALIDADE DE VIDA E RISCOS AMBIENTAIS – SELENE HERCULANO – 334 PÁGINAS – R$ 30,00. ARTIGOS SOBRE OS LIMITES DA GESTÃO EMPRESARIAL E OS RISCOS AMBIENTAIS DE DIVERSAS ATIVIDADES INDUSTRIAIS.

MUDANÇA IDEOLÓGICA PARA A QUALIDADE – MIGUEL PEDRO CARDOSO – 178 PÁGINAS – R$ 20,00. ABORDAGEM INÉDITA DOS PROCESSOS DE QUALIDADE TOTAL NAS ORGANIZAÇÕES EMPRESARIAIS.

SOMBRA ERRANTE – MARIA DA CONCEIÇÃO MONTEIRO – 153 PÁGINAS – R$ 12,00. ESTE LIVRO ANALISA SOB A ÓTICA COMPARATIVISTA O ROMANCE VITORIANO NA INGLATERRA DO SÉCULO XIX.



AS MANOBRAS DA INFORMAÇÃO – JOÃO BATISTA DE ABREU – 272 PÁGINAS – R$ 29,00. ANÁLISE DA COBERTURA JORNALÍSTICA DOS PRINCIPAIS ÓRGÃOS DE COMUNICAÇÃO NO PERÍODO 1960/70 COM OBSERVAÇÃO CRÍTICA.

O *Correio* sai do limbo

Restrita a poucos, a preciosa coleção do primeiro jornal brasileiro, o Correio Braziliense, *será em breve inteiramente republicada até o final de 2001 pela* Imprensa Oficial do Estado

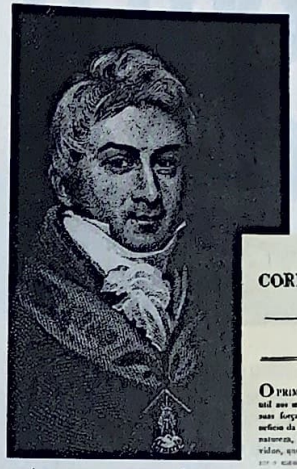
Uma parceria entre a Imprensa Oficial do Estado, jornal *Correio Braziliense*, o Fórum Permanente das Relações Universidade- Empresa, da Unicamp, está lançando o primeiro volume da coleção fac-similar completa do *Correio Braziliense ou Armazém Literário*, primeiro jornal brasileiro e precursor do jornalismo político português, publicado de 1808 a 1822, em Londres, por Hipólito José da Costa Furtado Mendonça. Além de reproduzir os 29 volumes da série original, a coleção incluirá dois volumes extra – o primeiro, com índices remissivo e onomástico; e o segundo, com notas, artigos e comentários históricos sobre a obra.

Todos os 31 volumes devem estar impressos até o final do próximo ano. Cada um custará R$ 48,00.

A coleção traz prefácios do bibliófilo José Mindlin, que emprestou os originais; dos jornalistas Barbosa Lima Sobrinho, falecido em agosto, e Alberto Dines, responsável pela organização da publicação, que conta também com o apoio editorial de outros dois profissionais da imprensa - Lu Fernandes e Alfredo Bastari (projeto gráfico).

"Com esta iniciativa vamos democratizar o acesso a esta obra fundamental para a história do jornalismo brasileiro. Hoje, poucas instituições possuem a coleção do Correio Braziliense. Em alguns casos, há exemplares faltando. Em outros, as páginas estão quase ilegíveis", diz Sérgio Kobayashi, presidente da Imprensa Oficial do Estado.

"Trata-se de uma preciosa fonte de informação sobre o período da nossa independência que, por sua grande raridade, é mais referida do que conhecida", acrescenta Mindlin.



N.º I.

CORREIO BRAZILIENSE

DE JUNHO, 1808.

Introducção.

O PRIMEIRO dever de homem em sociedade he ser útil aos membros della; e cada hum deve, segundo as suas forças Physicas, ou Moraes, administrar, em beneficio da mesma, os conhecimentos, ou talentos, que a natureza, a arte, ou a educação lhe prestou. O individuo, que abstrahe o bem geral d'uma sociedade, [illegible]

HIPÓLITO DA COSTA E A 1ª PÁGINA DO CORREIO

O resgate histórico foi justamente o motivo que levou o *Correio Braziliense*, dos Diários Associados, a patrocinar a reimpressão. "Quando relançou nos anos 60 o título de Hipólito Mendonça, Assis Chateaubriand quis recuperar este momento especial do jornalismo brasileiro. Por isso, agora não poderíamos ficar de fora desta empreitada", observa João Cabral, diretor executivo do jornal.

"É uma obra de referência para a imprensa brasileira refletir sobre o seu papel histórico", afirma Carlos Vogt, diretor-executivo do Instituto Uniemp (co-editor da coleção) e coordenador do Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo da Unicamp. O primeiro volume, publicado a título de amostragem em abril durante a 16ª Bienal do Livro de São Paulo, teve 1500 exemplares.

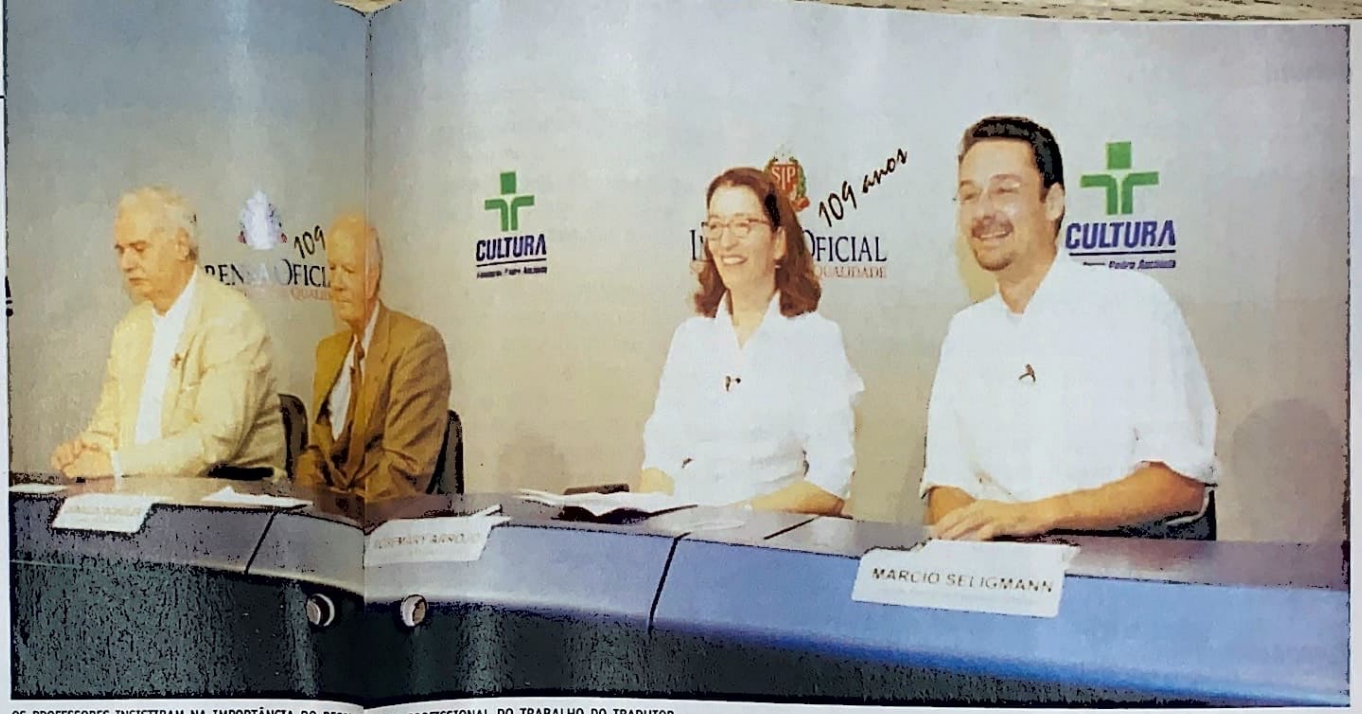
Primeiro jornal brasileiro, o *Correio Braziliense* foi lançado em junho de 1808 – três meses antes da *Gazeta do Rio de Janeiro*, o diário oficial da corte. *Longevo* para uma época em que os jornais dificilmente duravam mais de dois anos, em seus 14 anos de existência, seus 175 números foram escritos, editados e revisados em Londres por Hipólito Mendonça (1774-1823), que ainda garantia sua distribuição clandestina no Brasil e em Portugal. O *Correio Braziliense* era publicado em formato de revista, cada exemplar possuía de 72 a 140 páginas.

"Como era publicado na Inglaterra, o jornal escapava da censura imposta pela Coroa Portuguesa e circulava nos principais centros urbanos do reino. Por isso, transformou-se no precursor do jornalismo político português", explica Dines.

Humanista, liberal e cosmopolita, Hipólito Mendonça defendia a transferência da sede do Reino Unido para o Brasil e apoiava os movimentos de independência das colônias espanholas na América.

O tradutor também é o autor

Esta é uma das principais conclusões de quatro especialistas que debateram o assunto no estande do Livro Universitário durante a última Bienal do Livro de São Paulo.

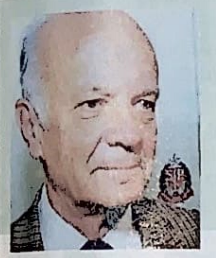


OS PROFESSORES INSISTIRAM NA IMPORTÂNCIA DO RECONHECIMENTO PROFISSIONAL DO TRABALHO DO TRADUTOR

Muitas questões ficaram em aberto devido à sua complexidade, mas aspectos fundamentais da tradução, como a necessidade do conhecimento das culturas de "origem" e de "chegada" da obra traduzida, revelaram conceitos que o leitor comum desconhece. Participaram os professores Donaldo Schüler, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rosimary Arrojo e Márcio Seligmann, ambos da Unicamp, e o diretor do Departamento de Letras Modernas e atual diretor da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, Francis Aubert, que atuou como coordenador da discussão. Aqui, trechos do debate.

FRANCIS AUBERT – Boa parte da produção desta Bienal deriva exatamente do esforço da tradução. No mundo do livro a tradução é tão óbvia que dificilmente paramos para pensar a respeito. No entanto, sem ela e sem uma reflexão sobre ela, talvez, essa feira não pudesse se realizar, pelo menos no porte que tem hoje. Passo inicialmente a palavra ao Professor Donaldo Schüler.

DONALDO SCHÜLER – Devo justificar, antes de tudo, a minha presença nesta Mesa.Por circunstâncias fortuitas, eu me tornei tradutor de *Finnegans Wake*. Pergunta-se sempre como é possível traduzir *Finnegans Wake*. Poder-se-ia ampliar a pergunta para "Como é possível traduzir"? Os textos absolutamente técnicos até dispensariam o tradutor porque já estão sendo traduzidos mecanicamente. No entanto, no momento em que o texto rompe as suas relações com o referente e torna-se um texto expressivo e imprevisível, entramos no caráter problemático da tradução. E isso, que se apresenta em primeiro lugar como uma impossibilidade, é também um desafio. Diz Haroldo de Campos que só os textos intraduzíveis devem ser traduzidos. O caráter da literatura é desorganizar. Desorganiza-se para entrar numa nova organização e este trabalho deve ser necessariamente criativo. Então, o tradutor não pode ficar sujeito ao texto. Deverá aprender com o texto e conhecer a cultura para a qual está traduzindo, para criar até um conflito entre o texto traduzido e o texto de base. Poderíamos pensar num outro conceito fundamental que é o de levar um texto de um lugar para o outro. Se ouço uma fala, entendo, respondo e reproduzo esta fala, esta reprodução necessariamente é uma tradução. Ela foi tirada do seu lugar para um outro e o sentido só se gera nesta distância. Joyce acentua este problema, que é geral para toda a literatura, porque ele vai até aos detalhes, palavra por palavra, num processo inventivo contínuo. Existe outra pergunta feita pelo professor João Alexandre Barbosa, na orelha do primeiro livro de *Finnegans*: como foi possível escrever *Finnegans Wake*? Se se pergunta como foi possível traduzir deve-se perguntar como foi possível escrever, porque escrever deve ser muito mais difícil do que traduzir. Joyce quando escreve - e isso vale para os escritores em geral - traduz, porque o escritor não produz o primeiro texto. Ele está fundado sobre uma tradução de textos. Há uma sedimentação de textos sobre os quais ele se coloca. E em



> *"O tradutor deve conhecer a cultura para a qual está traduzindo".*
>
> **Donaldo Schüler**

Joyce esta situação é consciente. Então ele faz uma tradução que é uma paródia. Ora, paródia não deixa de ser uma tradução. Porque a paródia significa colocar uma ode ao lado de outra ode. Então, eu tenho uma ode de base e faço uma outra ode até uma ode dessacralizante. Esse processo de tradução de outros textos está no próprio ato criador de *Finnegans Wake*. Eu poderia dizer que *Finnegans* é uma reescrita da *Divina Comédia*. É a *Divina Comédia* do século 20. Há, em primeiro lugar, uma desconstrução, uma destruição da *Divina Comédia*, principalmente do inferno mutante para uma reconstrução da epopéia do século 20. *Divina Comédia* é um poema de um mundo absolutamente racionalizado dentro de uma concepção teológica, filosófica, metafísica de Thomás de Aquino em que todo mundo foi racionalmente compreendido. Joyce parodia a *Divina Comédia* e cria um mundo de sonhos em que em lugar dessas associações racionais, da *Divina Comédia*, de Dante, se fazem associações livres ao nível, digamos, da psicanálise. *Finnegans Wake* nasce no século da psicanálise. Devemos ver uma convergência entre técnica de cinema, técnicas das artes plásticas, técnicas da psicanálise e técnicas da literatura ensaiadas por James Joyce precisamente no *Finnegans*. Para traduzí-lo é preciso entrar dentro desta maleabilidade, dentro desta novidade do discurso. Há, portanto, para o tradutor, os dois aspectos: o da desconstrução e o da reconstrução.

FRANCIS AUBERT – Nós vamos passar a palavra para a professora Rosimary.

ROSIMARY ARROJO – Uma área de meu interesse nos últimos anos tem sido estudar a forma como a tradição que "fetichiza" e valoriza o literário trata o tradutor. Examinando alguns textos literários sobre tradução, em Borges, em Calvino, em Kafka, fica muito clara essa marginalização, esse desejo de deixar o tradutor fora dos limites da autoria. Eu vou começar com uma observação muito reveladora, do tipo de relação que essa tradição geralmente estabelece entre tradução e literatura. Eu me refiro a uma entrevista recente com um tradutor literário muito conhecido, Paulo Brito, numa matéria publicada no Ca

"É inegável o impacto da tradução na nossa cultura, que escreve cada vez menos".

Rosimary Arrojo

derno Mais, que se inicia comentando que ninguém planeja ou sonha ser um tradutor. Ao contrário do escritor e sobretudo do poeta, do romancista, do autor de textos literários, torna-se tradutor quase sempre por acaso. Nunca como resultado de um empenho consciente. Em geral considera-se, inclusive, que algúem é tradutor porque não pode ou não ousou tornar-se autor. Nessa relação, basicamente assimétrica, que geralmente se aceita como natural, tornam-se claros os principais contornos que definem as diferenças entre autoria e tradução, entre literatura e tradução, original e reprodução, entre um trabalho supostamente criativo e outro geralmente considerado como um esforço meramente mecânico e invisível. Nesse contexto, tradução é apenas tolerada como um mal necessário. Como ensina Borges em vários textos, o grande problema com a tradução é que ela acabaria com um certo mistério das chamadas escritas originais. Como disse meu colega, a tradução desdiviniza e é este o grande mal da tradução. Ao ameaçar o mistério, a suposta intocabilidade, a suposta originalidade do chamado original, toda tradução interfere ainda em nossas concepções de autoria e literatura que se atrelam à noção de propriedade de um determinado autor ou cultura. Não é por acaso, portanto, que sempre se tenta isolar a literatura da tradução. Quem aprende ou quem ensina literatura em cursos mais avançados conhece esse isolamento da tradução. Literatura pra valer, se lê no original, é o que ensinam os professores de literatura. Até mesmo os tradutores parecem imaginar apenas uma função para a teoria e para os estudos da tradução:o estabelecimento de diretrizes universais que lhes permitissem garantir o impossível. Apesar disso, os estudos da tradução associados à pós-modernidade têm reconhecido o caráter fundamentalmente criativo de qualquer tradução e sua função produtora e disseminadora de outros originais. Qualquer que seja o objetivo da tradução, o que não se pode negar é o impacto que ela tem causado, por exemplo, numa cultura subalterna como a nossa, onde se escreve cada vez menos e se traduz cada vez mais. Para começar a examinar este impacto e suas conseqüências teremos de abrir mão do que nos tem ensinado a tradição e superar os preconceitos que sempre subestimaram o alcance e a influência de qualquer tradução, por mais simples e despretensiosa que seja.

FRANCIS AUBERT – Temos aqui, pelo menos mais duas questões polêmicas. A da autoria: até que ponto o tradutor é um servo do autor ou se ele é um novo autor, um co-autor. Mas antes de entrarmos nesse debate, vamos ouvir o professor Márcio Seligmann.

MÁRCIO SELIGMANN – Inicialmente, estava pensando em fazer uma abordagem um pouco mais histórica, mas vou fazer uma espécie de resposta às duas falas anteriores. Primeiro, com relação à fala do professor Schüler, sobre essa questão da impossibilidade da tradução do texto criativo. É interessante, existe toda uma história a respeito disso e que assume um caráter diferente ao longo do tempo. Primeiramente, o texto era intraduzível porque era um texto bíblico e a palavra divina não podia ser traduzida. Era um dado religioso que impedia a tradução. Por outro lado, na modernidade, a partir do Renascimento, a intraduzibilidade é pensada a partir do ato de criação quase divino do poeta, que também não pode ser traduzido. Existe desde o século 16 uma consciência da intraduzibilidade da poesia, que, de certo modo, já é pensado em termos estéticos. É interessante analisar do ponto de vista histórico um registro da linguagem, o da prosa, oposto ao da poesia. A prosa, esta sim, seria passível de ser traduzida, principalmente os textos ditos técnicos de hoje em dia. Acho que não devemos aceitar sem questionar se, de fato, existe essa diferença tão grande entre poesia e prosa. O que é prosa? Existe prosa pura? Existe poesia pura?

"Uma visão interessante é a da tradução como algo tão ou mais difícil que a criação".

Márcio Seligmann

ROSIMARY ARROJO – Guimarães Rosa!

MÁRCIO SELIGMANN – É, vamos pensar no Guimarães Rosa, que é aquela prosa mais densa, aquela prosa do *Finnegans Wake*. Mas, mesmo pensando na prosa mais técnica, mais instrumental, existe também um limite para a tradução. Um aspecto interessante é essa visão da tradução como algo tão ou mais difícil que o ato da criação. Para autores do Romantismo alemão, isso era um dado evidente. Eles achavam que traduzir era mais difícil do que criar o original porque o tradutor está diante do desafio de ter de criar um texto e ainda ser

"Todos ganhariam se a co-autoria de um texto fosse claramente assumida".

Francis Aubert

atrapalhado pelo original. Ele tem que ser fiel àquele original. E é justamente isto que dificulta muito a tarefa do tradutor. Para finalizar, gostaria de pensar um pouco na tradução como um modelo de relação intercultural. Através da história das idéias sobre a tradução a gente pode estar pensando, como modelo de relação entre as culturas, uma cultura que tende a desprestigiar a tradução e a ver a tradução como algo que deve ser apagado, invisível. Deve-se fazer de conta que quando a gente está lendo Joyce em português estamos lendo o original. Este modelo, que infelizmente é o predominante, é muito egocêntrico e não percebe que toda cultura depende desse diálogo com as demais culturas.

FRANCIS AUBERT – A intervenção do professor Márcio coloca duas questões relevantes: a dimensão histórica e a cultural. Pela dimensão histórica percebe-se como certas expectativas em relação à tradução, ainda que permaneçam ao longo dos séculos, a cada momento encontram justificativas diferentes. Isso, em si, já é uma primeira sinalização de que devemos desconfiar das verdades ditas como absolutas e permanentes nesse domínio. Uma segunda questão é a cultural. Todo texto é culturalmente marcado – o texto literário, prosa ou poesia e também o texto técnico, o científico, acadêmico, o jurídico, o comercial. Em qualquer um deles, há um ou mais componentes culturais explícitos, às vezes implícitos, na entrelinha, na alusão, e essa questão cultural faz parte do processo de tradução e constitui um dos grandes dilemas da tradução. A tradução do componente cultural possibilita ao tradutor algumas opções estratégicas distintas. Podemos imaginar três alternativas. Uma primeira, quando se pretende atingir um público leitor indiferenciado através de uma facilitação do texto, via procedimentos de adequação maior à cultura-alvo. Com isso, os componentes culturalmente marcados do chamado texto original seriam adaptados, reescritos, reintroduzidos, reditos na cultura da língua-alvo, da cultura de destino da tradução. Por exemplo, um herói de uma mitologia folclórica européia poderia ser transformado num Pedro Malazartes para torná-lo mais acessível. O resultado seria aquilo que se chama de tradução domesticadora, isto é, aquela que de alguma forma, apaga o outro. Na nossa perspectiva brasileira, um processo assimilativo acabaria sendo revolucionário porque antropofágico e de defesa contra a dominação cultural estrangeira. Uma segunda alternativa, seria a contrária. Ao invés de fazer o processo de assimilação na cultura de chegada, seria a de buscar, mesmo que forçando a barra cultural ou lingüística, dizer as marcas culturais estrangeiras na língua de chegada. Essa é uma postura que alguns autores denominam tradução semântica ou estrangeirizadora, em que o efeito estético-estilístico final é menos relevante do que a recuperação do original ou do que se supõe ser original. Nesta opção, o leitor seria conduzido ao texto, ao invés do texto ser conduzido ao leitor. Tornam-se, assim, inevitáveis múltiplas inserções de paráfrases antropológicas, históricas, comportamentais, entremeadas e disfarçadas no texto ou tornadas explícitas em nota de rodapé ou ainda na criação de neologismos. Gera-se assim, muito freqüentemente, uma tradução de natureza mais erudita. Em alguns casos, haveria uma terceira alternativa, um ponto neutro, em que as diferenças desses estados culturais desapareceriam e sobraria o universal. Por trás das diversas opções existe um ato de escolha próprio do tradutor. É ele que, em última análise, vai decidir, ainda que sofra injunções externas, como as recomendações da editora, a interferência nem sempre construtiva do revisor. E ao dizer isto, eu insisto e subscrevo aqui o que alguns colegas colocaram. O tradutor é autor. E o que se configura no final do processo é claramente uma co-autoria. Talvez, então, houvesse ganhos para todos: para o profissional, para nós que refletimos sobre a tradução e para o próprio leitor, se essa co-autoria, em vez de disfarçada, fosse claramente assumida.

Anísio Teixeira, cem anos à frente

POR NORALMI FERREIRA DE ABREU

Cerca de 50 eventos marcam este ano o centenário de nascimento do maior defensor da escola pública no Brasil: o educador baiano Anísio Teixeira, falecido em 71. Discípulo do filósofo norte-americano John Dewey, Anísio considerava a escola pública como a "máquina que prepara as democracias". Atrás desse ideal, nos anos 30, lutou pela obrigatoriedade do ensino básico, gratuito, laico e voltado para ambos os sexos.

Em sua vida de administrador, Anísio Teixeira colecionou feitos raros. Em 35, fundou a Universidade do Distrito Federal, no Rio de Janeiro, integrando a rede municipal de ensino da escola primária ao ensino superior. Em 46, trabalhou em Londres como conselheiro de ensino superior da Unesco e, quatro anos mais tarde, inaugurou na Bahia as escolas-parque – embriões dos Cieps projetados nos anos 80 por Darcy Ribeiro. Em 61, idealizou a Universidade de Brasília, da qual foi o primeiro reitor.

Nascido num país de escassa tradição cultural, Anísio Teixeira foi "o nosso primeiro e último filósofo da Educação", na opinião do sociólogo Florestan Fernandes.

No artigo "Por que 'escola nova'?", publicado em 30, Anísio Teixeira já antecipava discussões em curso nos dias de hoje, estimulando os professores a "educar, em vez de instruir; formar homens livres, em vez de dóceis; preparar para um futuro incerto e desconhecido, em vez de transmitir um passado fixo e claro".

Baiano do sertão de Caetité, ele ocupou seu primeiro cargo público em 24.

"Educar; formar homens livres; preparar, em vez de transmitir um passado fixo e claro"

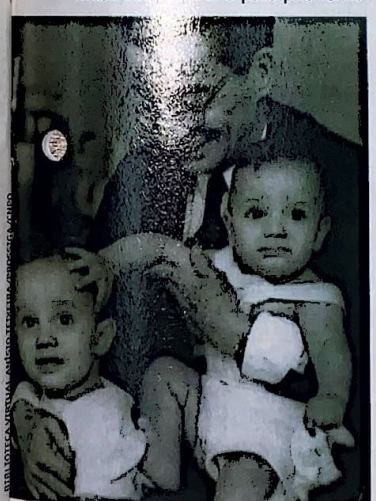
Suas idéias sobre a escola pública despertaram a ira dos adversários, que, via imprensa, tentavam desqualificá-lo.

Em 28, nos Estados Unidos, conhece o filósofo John Dewey, de quem torna-se aluno, amigo e tradutor. Volta ao Brasil como *Master of Arts,* do Teachers College da Columbia University, e assume a direção do Instrução Pública do Distrito Federal. Em 1932, redige o *Manifesto dos pioneiros da Educação Nova*, em favor da escola pública e da descentralização do ensino. Muda o sistema de ensino do Distrito Federal, cria uma rede municipal integrada, introduz o canto coral e a educação física ao currículo escolar, amplia as matrículas, cria serviços de extensão e aperfeiçoamento e funda a Universidade do Distrito Federal.

Com o advento do Estado Novo, afasta-se da vida pública e, a convite da Unesco, em 46, vai trabalhar como conselheiro de ensino superior da entidade. No ano seguinte, cria a Fundação para o Desenvolvimento da Ciência na Bahia e, em 50, inaugura o Centro Popular de Educação Carneiro Ribeiro, conhecido como Escola-Parque, que oferece educação integral à criança: desde a alimentação, higiene, preparação para o trabalho e cidadania.

Em 51, encontramos Anísio Teixeira na Secretaria Geral da Comissão de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior (CAPES). No ano seguinte, acumula o cargo de diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), no qual permaneceu até 1964.

Publica, em 57, *Educação não é privilégio* e provoca a ira dos bispos gaúchos, liderados por Dom Vicente Scherer, que defendem o ensino confessional católico. Em 59, o "Memorial dos Bispos" pede a demissão do educador, a quem acusa de preparar o povo para reivindicações sociais", transformando o País "numa república socialista". Um manifesto assinado por 529 educadores sai em defesa do diretor do INEP, mantido no cargo pelo presidente Juscelino Kubitschek.



TEIXEIRA: EDUCAÇÃO, EDUCAÇÃO, EDUCAÇÃO

Ao lado de Darcy Ribeiro, Anísio Teixeira comanda o projeto pedagógico da Universidade de Brasília, inaugurada em 61, da qual se torna o primeiro reitor. Afastado do cargo em 64 pelo governo militar, torna-se professor-visitante das universidades de Columbia, Nova York e Califórnia. Em 71, candidata-se à Academia Brasileira de Letras. Em 19 de março, foi encontrado morto no poço do elevador de um edifício da Avenida Rui Barbosa, no Rio, onde fora fazer uma visita a Aurélio Buarque de Holanda.

Toda a trajetória de Teixeira vem sendo revista no centenário de seu nascimento. "Com essas comemorações, tenho viajado o Brasil inteiro e convivido uma agenda apertadíssima", afirma Ana Christina Teixeira, filha do educador e membro da Fundação Anísio Teixeira – entidade criada há dez anos.

Em 74, a família Teixeira deu o primeiro passo para imortalizar a figura do educador: doou seu acervo pessoal para o Centro de Documentação da Faculdade de Getúlio Vargas. Algo em torno de 30 mil itens, entre eles 500 cartas e 400 fotografias.

Parte desses documentos pode ser consultado hoje na biblioteca virtual Anísio Teixeira (www.prossiga.br/anisioteixeira), inaugurada em dezembro de 97 pelo CNPQ, em parceria com a Fundação Anísio Teixeira e apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio de Janeiro (Faperj).

Depois do acervo pessoal, a família doou a casa de Caetité, transformada pela Secretaria da Cultura da Bahia num centro cultural. Este ano, a Editora da Universidade Federal do Rio de Janeiro prepara-se para reeditar *Educação e a crise brasileira*, o quinto volume das obras completas de Anísio Teixeira. Iniciada em 94, a reedição abrangerá os 12 livros escritos pelo educador – todos com tiragem esgotada.

Prezado Anísio

"...Eureca! Eureca! Você é o líder. Você é que há de moldar o plano educacional brasileiro. Só você tem a inteligência bastante clara e aguda para ver dentro do cipoal de coisas engolidas e não digeridas pelos nossos pedagogos reformadores. (...) Eles não conhecem senão de nomes, aqueles píncaros (Dewey & Co.) por cima dos quais você andou e donde pôde descortinar a verdade moderna. Só você, que aperfeiçoou a visão e teve o supremo deslumbramento, pode, neste país, falar de educação..."

Monteiro Lobato

"Anísio Teixeira foi um profeta do saber, da cultura e da transformação social. Foi um dos homens mais cultos deste país, mas ao mesmo tempo o menos exibicionista dos homens cultos deste país. Toda a produção intelectual de Anísio Teixeira é motivada por seu desejo de transformação social. O que ele foi, acima de tudo, foi um educador voltado para a prática da educação e da administração".

Antônio Houaiss

"A figura de Anísio é a própria imagem da inteligência brasileira, que o Brasil desperdiçou, porque parece ter medo das luzes que emanam das mentes esclarecidas. Que se pode esperar de uma nação que escorraça os representantes de sua cultura?..."

Afrânio Coutinho

"Anísio Teixeira é o pensador mais discutido, mais apoiado e mais combatido do Brasil. Ninguém como ele provoca a admiração de tantos. Ninguém é também tão negado e tem tantas vezes o seu pensamento deformado (...) Suas teses educacionais se identificam tanto com os interesses nacionais e com a luta pela democratização de nossa sociedade que dificilmente se admitiria pudessem provocar tamanha reação num país republicano."

Darcy Ribeiro

"Anísio Teixeira foi um brasileiro raro. Tão extraordinário a ponto de ter sido alvo durante toda a vida de restrições, suspeitas, aleivosias, perseguições, misérias de todo o tipo com o que os imundos o perseguiram – sobram imundos no Brasil. O que o Brasil de hoje possui de melhor e de maior deve-se em parte a este humanista baiano de grandeza universal..."

Jorge Amado

Depoimentos colhidos na Biblioteca Virtual Anísio Teixeira (www.prossiga.anisioteixeira/)

A primeira década de Tito Lívio

Maquiavel, Tradução: Sérgio Bath, Ed. UnB – Imprensa Oficial de SP, 4ª edição revista – 436 páginas

EMIR SADER*

Debruçar-se sobre a obra de Tito Lívio tinha, para Maquiavel, o objetivo de buscar as causas do sucesso de Roma e assim procurar as formas de sua repetição. A primeira das lições é a de que as cidades se expandiram em riqueza e domínio, enquanto estiveram em liberdade. O que significa que as cidades conseguem se desenvolver se "o povo tem o controle delas", donde a preferência pelos regimes republicanos em contraposição aos principados, já que o que torna as cidades fortes não é o bem individual, mas o bem comum, que só é considerado fundamental nas repúblicas.

Conquistar a liberdade e preservá-la torna-se, assim, um tema-chave para as cidades. É necessário ter um começo livre, isto é, não ter nascido na servidão, o que supõe a ajuda da Fortuna, mas também da *virtu* de seu fundador. Porém, se essa qualidade é requerida na fundação, o essencial termina sendo que esta qualidade se estenda ao corpo dos cidadãos, entendida como a disposição de fazer tudo o que for necessário para conquistar a glória cívica e a grandeza.

O bom dirigente é assim aquele que construa uma cidadania em que a *virtu* se dissemina pelo corpo social, não dependendo dele como governante.

Os maiores perigos para uma república surgem quando os que agem no corpo do Estado passam a promover seus interesses em detrimento do interesse público.

Daí o mérito do bom governante de produzir o impacto de seus valores sobre os outros cidadãos. A melhor forma de obter essa meta é construir um bom ordenamento jurídico, que promova e

MAQUIAVEL: CONSELHOS AO PRÍNCIPE

incentive a *virtu*. A lei deve ser usada em seus efeitos coercitivos para, combinada com a educação, produzir bons cidadãos.

A parte mais inovadora e polêmica dos *"Comentários"* vem da forma como Maquiavel se propõe a encarar a existência inevitável da oposição entre os pobres e os ricos na sociedade.

O privilégio dos primeiros, segundo ele, levaria à tirania, com a imposição da "arrogância do rico", enquanto que na democracia primaria a "licenciosidade do povo".

A combinação de formas mistas de governo seria a maneira de compatibilizar esses extremos, fazendo Maquiavel a apologia das diferenças que, ao contrário do consenso da época, não seria considerada corrosiva para a unidade do corpo político mas, ao contrário, possibilitaria seu equilíbrio e o protegeria de cair em extremos.

No seu conjunto, os *Comentários* prosseguem a busca do objetivo de Maquiavel do "bom governo" para a instituição e preservação da "boa sociedade". Esta ótica, central na filosofia política clássica, de Platão e Aristóteles a Maquiavel e Rousseau, foi abandonada em grande parte pelo pensamento político contemporâneo, que se concentra na busca de arquiteturas políticas que permitam o que chamam de "governabilidade", isentas dos juízos morais, que possibilitam colocar as questões fundamentais de qualquer análise política: qual a natureza do poder existente? Quem governa? Em nome de quem? A favor de quem? Contra quem? Senão estaremos caindo no reino da banalização da política, de seu rebaixamento aos interesses econômicos imediatos e abandonando as grandes temáticas da filosofia política, que articulava relações de poder com legitimidade moral.

** Professor de sociologia da USP e da UERJ e coordenador do Laboratório de Políticas Públicas da UERJ; autor de* Século XX – Uma Biografia não-autorizada *(Editora da Fundação Perseu Abramo)*

Conselhos aos Governantes

Conselhos aos Governantes – Senado Federal, Coleção Clássicos da Política – 841 páginas

ALBERTO DINES*

Nenhuma intenção de oferecê-los. É título de livro, bela e instrutiva coletânea que não conseguiu interessar aos resenhadores quando publicada há dois anos. Uma das razões da desatenção é o avultado número de páginas - 841. Outra é o fato de que o compêndio foi editado pelo Senado Federal que, como todas as editoras públicas, não consegue levar suas iniciativas editoriais às pautas dos modernos armazéns literários.

Atravancados e fascinados pelos *best-sellers* da chamada indústria cultural, não se sentem inclinados para os clássicos, nem para as obras de referência que têm saído dos prelos das imprensas oficiais e acadêmicas.

Conselhos aos Governantes é originalíssimo porque reúne textos escritos num arco de cerca de 2300 anos por autores de três continentes. Começa com o grego Isócrates (436 a.C.-338 a.C.) e termina com o brasileiro D. Pedro II (1825-1891). Inclui Platão, Kautilya (chamado de Maquiavel indiano), o Maquiavel propriamente dito, Erasmo, Cervantes, Nassau, Frederico da Prússia (o rei-filósofo) e três portugueses. Destes, o Marquês de Pombal é o mais conhecido e D. Luís da Cunha, o mais fascinante.

Não há indicação do nome do editor ou editores, mas é fácil deduzir que o jornalista, escritor e editor Joaquim Campelo, que integra o Conselho Editorial do Senado (presidido pelo senador Lúcio Alcântara), seja o responsável pela esmerada edição.

Na monarquia, especialmente quando absolutista, o conselheiro dos reis é figura-chave. Alguns conselheiros da antologia são estadistas e soberanos que desejam legar aos sucessores suas experiências e percepções (caso de Frederico da Prússia, D. Pedro II, Pombal). Outros são pensadores e observadores da cena política (Platão, Erasmo, Cervantes). Outros ainda são operadores do poder Maquiavel, o cardeal Mazarino – herdeiro de Richelieu — e D. Luís da Cunha, que viveu 78 anos, dos quais, mais de meio século, muito próximo a dois monarcas portugueses, D. Pedro II e D. João V.

Manual clássico e o mais completo repertório de conselhos a governantes é *O Príncipe*, de Nicolló Maquiavel, que fascina há cinco séculos aqueles que se ocupam e preocupam com o poder.

CARDEAL MAZARINO: "SIMULA E DISSIMULA"

O texto que mais nos interessa é o do mencionado D. Luís da Cunha (1662-1740). Denominado *Testamento Político*, foi dirigido ao Príncipe D. José, que deveria suceder ao pai, D. João V. Pela primeira vez impresso no Brasil é a versão compacta de um texto maior , as *Instruções a Marco António de Azevedo*. Somadas, revelam a persistente preocupação do autor não apenas em fazer a cabeça de um futuro governante mas em oferecer um projeto modernizador para suceder ao longo e obscurantista reinado joanino.

A exposição não é sistematizada, mas a coragem e a acuidade de apontar "males" e "remédios" são surpreendentes. E as marcas que deixou, inconfundíveis: controle da Inquisição, fim da hegemonia dos jesuítas, limitação aos poderes da Igreja , reforma do ensino, transferência do reino para o Brasil e sugestões para a criação de um Estado forte. Entre elas, a nomeação de Sebastião José de Carvalho e Melo, o futuro Marquês de Pombal, para uma das secretarias de Estado, episódio que transformou o país em sua principal colônia.

Desta habilidosa coleção de conselhos, conselheiros, aconselhados e que se confunde com a própria história do Estado, sobra uma noção muito clara – o exercício do poder não é uma ciência exata. Ele pressupõe a humildade de ouvir. Disposição para convívios, transferências, troca de experiências e saberes. Circuito interrompido, geram-se a onisciência e a onividência. Pior: onipotência.

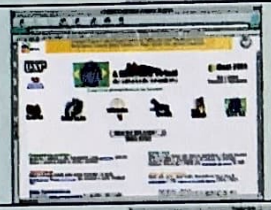
** Jornalista, coordenador do Laboratório de Estudos de Jornalismo da Unicamp (Labjor)*

Sites na medida certa para quem quer saber mais sobre Literatura, Educação e Cultura

WWW

www.capitu.com.br – Especializado em literatura brasileira, apresenta reportagens, agenda de eventos, biblioteca virtual, novidades do mercado editorial, antologia de mais de 70 escritores, verbetes sobre movimentos literários e seus maiores expoentes. Promove fóruns e chats entre leitores e escritores – novos talentos e nomes consagrados. Numa seção voltada para estudantes, dá dicas sobre o vestibular. Além de um manual de redação, traz o manual do escritor para quem deseja se aprimorar na arte da literatura.

http//:sites.uol.com.br/medei/penazul – Voltada para o mercado editorial, divulga lançamentos, lista dos títulos mais vendidos, agenda de cursos, antologias, resenhas e biografia de 26 escritores brasileiros. Por meio de links, permite ao internauta ler reportagens sobre livros e artes publicadas nos principais jornais do País, além de possibilitar acesso às páginas eletrônicas das grandes editoras nacionais. Possui seções dedicadas a entrevistas com grandes escritores, clube de livros e concurso literário.



www.bibvirt.futuro.usp.br – Fundada pela Escola do Futuro da USP em parceria com a AT&T Foundation, a Biblioteca Virtual do Estudante Brasileiro oferece um acervo com textos integrais de obras literárias, livros didáticos e paradidáticos que podem ser lidos na tela ou copiados – tudo de graça. Complementam o acervo imagens, artigos, documentos, softwares e sons – como os discursos históricos de Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek, além de cantos de aves brasileiras. Organizada por assunto, a seção links destaca outras fontes de pesquisa na rede.

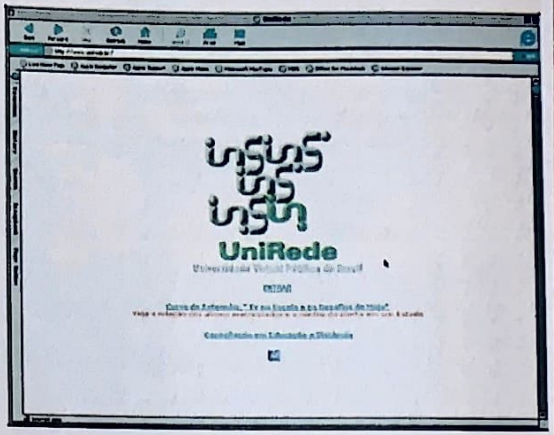
www.eciencia.usp.br – É a página eletrônica da Estação Ciência – um centro de divulgação científica da USP/CNPq, localizado em São Paulo. Descreve as metas e o histórico do projeto, exposições permanentes e temporárias, horários de funcionamento, além de *softwares* educacionais. Possui um laboratório virtual com animações multimídias produzidas para a Internet, explicando como funcionam a lei da inércia, o motor elétrico, o sistema solar e o raio laser.

www.educacional.com.br – Criado para integrar a comunidade escolar do ensino infantil ao médio, o portal possui seções de interesse de escolas, estudantes, pais e educadores. Há notícias, informações sobre eventos, debates, fóruns, entrevistas. O portal mantém ainda convênio com 80 escolas de todo o País. Cada escola apresenta nesta área exclusiva sua própria página eletrônica. As escolas fornecem senhas de acesso aos alunos, educadores e pais, que podem inclusive acompanhar a vida escolar dos filhos. Hoje, o espaço exclusivo é acessado por 57 mil alunos e 176 mil usuários.

www.sescsp.com.br – A página eletrônica do Sesc paulista criou uma seção para incentivar os escritores iniciantes: o "Espaço Literário". A partir de atividades criativas, jogos, agenda cultural, a página põe o internauta em contato direto com a literatura. Todas as quartas-feiras, a escritora Lizete Mercadante Machado anima um bate-papo sobre criação literária. Às quintas-feiras, o escritor João Silvério Trevisan reúne internautas para discutir um texto pré-determinado. O espaço oferece regularmente uma oficina de textos literários para escritores iniciantes.

Vêm aí as universidades virtuais

Cursos via Internet vão qualificar professores da rede pública de educação



A educação à distância no Brasil está prestes a dar um salto de qualidade desde que essa modalidade aportou entre nós, na primeira metade do século, com os cursos por correspondência. Em outubro entra em operação a primeira universidade virtual pública, a Unirede, formada por um consórcio de 62 instituições de ensino superior, entre universidades federais e estaduais e centros federais de educação.

Só o curso voltado para professores de educação básica pretende capacitar 30 mil profissionais da rede pública nas novas tecnologias usadas na TV Escola - programa criado pela Secretaria de Educação à distância usado nas salas de aula.

"Pretendemos ser um canal privilegiado de capacitação do magistério, além de democratizar e ampliar o acesso ao ensino superior de qualidade", afirma a professora Dóris de Santos Faria, coordenadora nacional da UniRede.

As universidades virtuais chegam ao Brasil como terceira geração do ensino à distância. Dos cursos por correspondência (EAD) o sistema evoluiu para transmissão de cursos pela televisão, rádio e teleconferências. A partir da Internet, a EAD ganhou um instrumento interativo, com baixo custo de produção e alto poder de disseminação.

Para fazer um curso da UniRede, o aluno se inscreve no consórcio pela Internet (www.unirede.br) ou numa escola da rede, onde fará as atividades presenciais – trabalhos de campo, laboratório e provas. O curso será dado via Internet, CD-ROM e material impresso e as dúvidas serão dirimidas por telefone ou fax com o auxílio de um tutor. O certificado será expedido pela instituição promotora do curso.

Em novembro, a Unirede dará início a dois novos cursos: um interno para formação de professores da rede e outro para o público, sobre a história das constituições no Brasil. A partir do segundo semestre de 2001, serão iniciados dez cursos de graduação, totalmente gratuitos.

Formado por universidades do porte e prestígio da UnB, Unicamp, Universidade Federal de São Paulo, UFRJ, o consórcio das universidades públicas enfrenta como maior desafio a criação de cursos genuinamente brasileiros.

Dóris de Faria acredita que a tendência das universidades virtuais privadas é traduzir cursos estrangeiros porque eles são adotados em várias partes do mundo e têm custo relativamente menor. "Como a iniciativa privada visa o lucro, esses cursos são mais atraentes. É uma questão de mercado", adverte.

Sua preocupação não é à toa. A expansão da Internet praticamente aposentou as teleconferências como instrumentos de EAD porque custos de produção, emissão e recepção encareciam o ensino.

Apesar disso, segundo Dóris de Faria, os países detentores desta tecnologia, principalmente os Estados Unidos, passaram a promover uma operação de "desova" nos países periféricos. "É um absurdo que a Universidade Virtual da África seja realizada através de teleconferências", lamentou.

Além de organizar a produção intelectual das universidades públicas, a próxima missão da UniRede será garantir a qualidade dos cursos e preparar-se para concorrer com as universidades particulares também nesse campo. Muitas delas, inclusive, também já têm cursos pela Internet.

Editoras universitárias vão à luta

Qualidade editorial vencendo dificuldades

PLÍNIO MARTINS FILHO*

Já é voz corrente que as editoras universitárias conquistaram um lugar próprio no cenário editorial brasileiro, alcançando outras faixas de público leitor, além do especificamente universitário. Colaboração significativa não só em termos numéricos, mas principalmente na questão da qualidade.

Ligadas a instituições prestigiosas de ensino e pesquisa, as principais editoras universitárias brasileiras têm a vocação necessária para tratar o livro segundo um princípio que leva em conta menos o aspecto mercadológico do que o da difusão do conhecimento.

Isto não significa publicar livros desinteressantes. Ao contrário, o que se tem visto nos últimos anos é a transformação de uma certa imagem negativa do livro universitário, graças ao trabalho sério de diversas editoras acadêmicas que tem resultado na publicação de livros bons e bem feitos, qualquer que seja o aspecto considerado.

A Editora da Universidade de São Paulo é uma das instituições que contribuíram decisivamente para mudar o panorama desse segmento editorial na última década, com um histórico semelhante, em muitos aspectos, ao das principais editoras universitárias em atividade hoje.

Nossa experiência pode servir de ilustração de um processo mais geral.

Atuando desde o início dos anos 60, a Edusp teve seu projeto editorial reformulado em 1988, adaptando-o às novas realidades e demandas no setor para apresentar-se como uma editora realmente de acordo com a importância da Universidade de São Paulo, que, além do pessoal especializado, pudesse dar lugar à participação valiosa de seu extenso corpo de professores, e que, ao mesmo tempo, oferecesse a oportunidade para os primeiros passos profissionais de estagiários estudantes vindos das mais diversas áreas da Universidade ligadas, de alguma forma, à produção do livro.

Para tanto, empenhou-se em estabelecer um padrão que nada ficasse a dever ao das mais respeitadas editoras acadêmicas estrangeiras (o que, diga-se, foi posteriormente reconhecido expressamente por representantes de algumas delas em visita ao Brasil).

De outra parte, a Editora propôs-se a atuar também na divulgação de sua própria produção e na de outras editoras públicas ou privadas por meio de uma rede de livrarias localizadas nos diversos *campi* da USP.

A Edusp buscou na época uma aproximação com a Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, inicialmente restrita à prestação de serviços gráficos, chegando mais tarde à parceria na publicação de obras em regime de co-edição. Essa colaboração, extremamente bem-sucedida, foi aos poucos estendida a outras editoras acadêmicas, tendo como um de seus desdobramentos recentes o estande do Livro Universitário, com 800 metros quadrados, que congregou 46 editoras de diversos pontos do país na última Bienal do Livro de São Paulo.

No entanto, por mais bem-sucedido que seja, ou melhor, justamente para assim manter-se, um bom projeto nunca deixa de requisitar avaliações periódicas e, sempre que necessário, correções. E as editoras universitárias brasileiras comprometidas verdadeiramente com sua vocação editorial não têm fugido a essa determinação. Cada uma, dentro de seus objetivos e possibilidades, vem se esforçando para dar conta de seus problemas internos.

Atualmente, novos desafios se apresentam às editoras universitárias para continuarem produzindo livros em número crescente e mantendo a qualidade editorial. Destacam-se apenas os aspectos principais, isto significa, muitas vezes, enfrentar o gargalo da distribuição, competindo com as editoras privadas, mas raramente podendo atuar com a mesma agilidade administrativa; sendo preciso adequar-se às mudanças radicais no universo das comunicações.

Este primeiro número de *Saber* é um passo importante no caminho de levar a qualidade eminentemente cultural do livro universitário a um número cada vez maior de leitores.

> *"Temos de enfrentar novos desafios – não apenas o gargalo da distribuição, mas também assimilar as mudanças radicais do universo das comunicações"*

* Professor do curso de Editoração na ECA-USP e presidente da Editora da Universidade de São Paulo

MAIS UM TROFÉU

Sim, a Imprensa Oficial acaba de receber o 12º Troféu HQ Mix, concedido pela Associação dos Cartunistas do Brasil aos melhores de 1999 na categoria Ilustrações.

+ O troféu HQ Mix é uma premiação anual oferecida aos melhores dos quadrinhos e dos cartuns. É considerado o principal evento do gênero na América Latina, com reconhecimento internacional.

+ A Imprensa Oficial, em parceria com o Arquivo do Estado de São Paulo, publica a Série Arquivo em Imagens. Os temas são variados. O número 1 reproduz fotografias do jornal carioca Última Hora. O número 2, futebol. O 3, ilustrações e o 4, política. Todos com o objetivo de divulgar o acervo iconográfico * do jornal carioca Última Hora, por meio de imagens, gravuras, fotografias e textos de consagrados profissionais.

+ O livro premiado é Arquivo em Imagens 03 - Ilustrações.

+ O reconhecimento das diferentes áreas representa o quanto a Imprensa Oficial está comprometida com seus leitores, clientes e com a qualidade gráfica.

Ficha técnica:
Arquivo em Imagens
Nº 3 - Ilustrações
ISBN 85-86726-11-7
Co-edição:
Arquivo do Estado/
Imprensa Oficial/SP - 2000
150 páginas
R$ 15,00
Ilustrações
Código: 812.241

Edições IMPRENSA OFICIAL

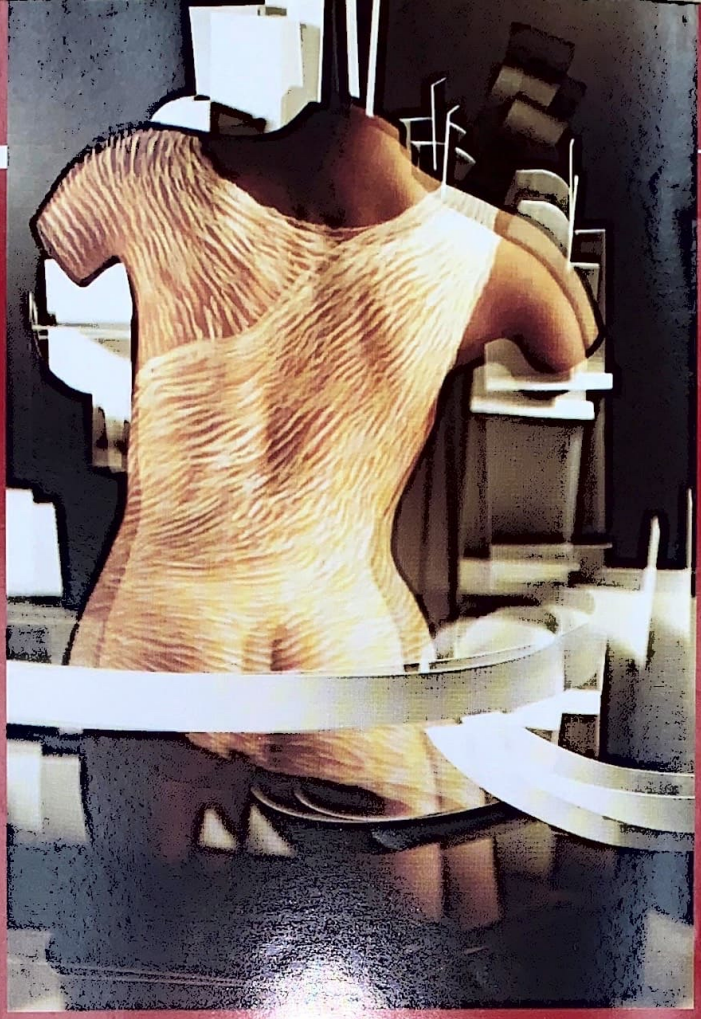
Visite nossa Livraria Virtual:
www.imprensaoficial.com.br
link - Livraria Virtual
e-mail: livraria@imprensaoficial.com.br
Para mais informações:
SAC ligue para o nosso Serviço de Atendimento ao Cliente
0800-123 401
de segunda a sexta-feira, das 8h30mn às 17h30mn

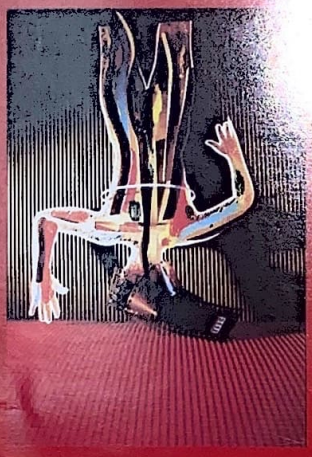
Tide Hellmeister

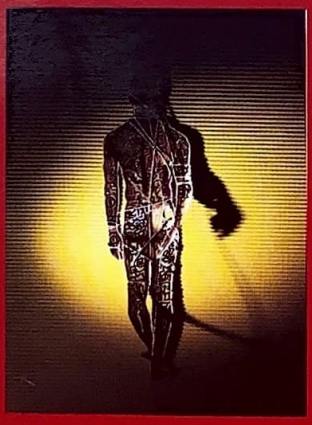
Tide Hellmeister nasceu em São Paulo em 1942. Dirige seu estúdio de criação, *Collages*, onde atua em projetos de comunicação visual e *design*. É diretor de arte reconhecido e premiado por diversos projetos editoriais, entre os quais cabe assinalar suas passagens pelo *Jornal da Tarde*, *Última Hora*, *O Estado de S. Paulo* e *O Globo*. Foi também diretor de arte e consultor da *Editora Abril*. Durante mais de dez anos dirigiu o departamento de artes da Federação e Centro do Comércio do Estado de São Paulo.

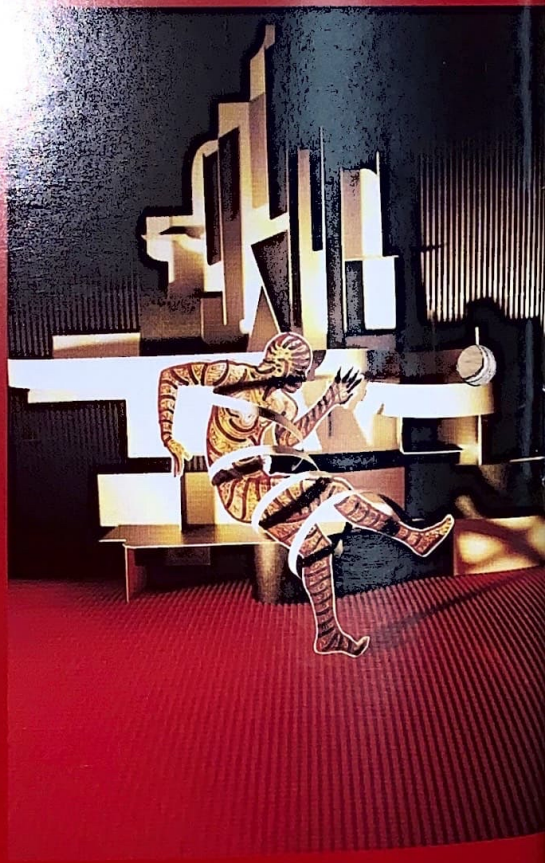
Atua desde os anos 60, tendo iniciado sua prática profissional com o pintor e cenógrafo Cyro del Nero no Canal 9/TV Excelsior como auxiliar do departamento de arte e cenografia. Foi capista de livros e discos, recebendo diversos prêmios nesta área, como o *Leo*, na Argentina, o *Bienal do Livro do México*, e *APCA - Associação Paulista dos Críticos de Arte*, em 74, como programador visual. Em 93, foi ilustrador premiado na *II Bienal Brasileira de Design*, de Curitiba, Paraná. Como artista plástico, destaca-se entre os principais profissionais dedicados à colagem. Realizou mais de trinta mostras individuais no Brasil e no exterior e recebeu o *Grande Prêmio* da Associação Paulista dos Críticos de Arte para a melhor exposição de 94.

O trabalho de Hellmeister ficou conhecido quando ele atuou como parceiro de Paulo Francis nos sete anos em que o jornalista manteve uma coluna nos jornais *O Globo* e *O Estado de S. Paulo*.









REPÓRTER
FECESP
Federação dos Empregados no Comércio do Estado de São Paulo - Ano X - Nº 143 - Setembro/2000

I Congresso de Advogados das Entidades Sindicais Comerciárias do Estado de São Paulo

SUCESSO ABSOLUTO!

Filie-se à USI-Brasil

BRASIL

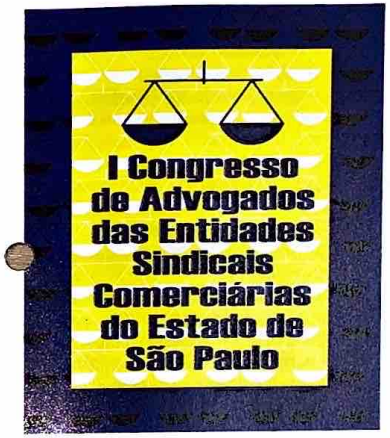
USI

UNIÃO SINDICAL INDEPENDENTE

Autêntica Representação dos Trabalhadores

Rua Mituto Mizumoto, 320 - Liberdade - Cep 01513-010 - São Paulo/SP
Fone (0xx11) 278-6833 - Fax (0xx11) 279-5525 - e-mail: usi-brasil@usi.org.br

editorial



Papel cumprido!

Sucesso absoluto! É assim que podemos definir a realização do I Congresso de Advogados das Entidades Sindicais Comerciárias do Estado de São Paulo. Conforme mostra matéria de capa desta edição, o evento reuniu profissionais da área durante os dias 22, 23 e 24 de setembro na Colônia de Férias do Sesc Bertioga, litoral paulista. Os temas abordados não poderiam ser mais convidativos e apropriados para a realidade que nos cerca. A saber: Procedimento Ordinário e Sumaríssimo na Justiça do Trabalho; As Prerrogativas do Advogado; Cintec: O Modelo e a Prática; Danos Morais nas Relações Trabalhistas; Direito Alternativo e Ações de Cumprimento.

A Comissão Organizadora composta pelos diretores da ***Fecesp*** *Luiz Carlos Motta, Paulo César da Silva e Oscar Gonçalves constituiu, sob a Coordenação Geral de Paulo Lucania, presidente da entidade, uma Comissão Técnica. Esta, de acordo com as sugestões obtidas em toda a base comerciária do Estado, montou um Congresso que contemplou todas as necessidades de formação e informação ditadas pelas atuais relações capital x trabalho.*

Uma delas que também é matéria desta ***Repórter Fecesp****, e conforme foi citado acima, trata das Câmaras Intersindicais de Conciliação Trabalhista do Comércio (Cintecs). A* ***Fecesp*** *saiu na frente na criação destas Câmaras e já conta com sete Cintecs em atividade: São José dos Campos, Guaratinguetá, Jacareí, Ribeirão Preto, Piracicaba, Mogi das Cruzes e São Paulo.*

Com os cerca de 200 participantes do evento e ao lado de renomados palestrantes pudemos, a exemplo dos outros temas abordados, trocar experiências com os demais congressistas vindos de todo o Estado de São Paulo; tanto que tivemos um espaço na programação reservado exclusivamente para este fim. Nada mais certo! O intercâmbio de informações foi fundamental. Cada base comerciária tem suas peculiaridades. Estas, levam os advogados dos sindicatos, representantes dos interesses dos comerciários, a terem, em certas ocasiões, de enfrentar problemas específicos. No entanto, a grande maioria das questões trabalhistas envolvidas em nosso cotidiano, são de interesse comum. Por isso, o I Congresso de Advogados das Entidades Sindicais Comerciárias do Estado de São Paulo cumpriu seu papel. Ou seja: expor e debater os problemas da área, bem como apontar caminhos diante do que enfrentamos hoje no exercício do Direito do Trabalho.

REPÓRTER FECESP
Ano X - Nº 143 - Setembro/2000

Diretor Responsável:
Paulo Fernandes Lucania

Editor e Jornalista Responsável:
Robson Gil Gazzola
Mtb 18.406/SP

Reportagem: Rogério Malaquias. **Diagramação:** Maurílio Wülk Cajado. **Colaboradores:** José R. Munholi, Galdino M. do Amaral, José C. Fontes, Fábio Renato A. Silva, Antonio Augusto de Queiroz e João Guilherme Vargas Netto.

Presidente:
Paulo Fernandes Lucania

Diretoria:
Alaor Augusto Cruz, Luiz Carlos Motta, Rubens Romano, José de Mattos Filho, Aparecido de Jesus Bruzarosco, Osvaldo Bronzoli, Maria Ramires, Paulo César da Silva, Mário Aparecido Herrera, Carlos Dionísio de Morais, Minervino Ferreira, Oscar Gonçalves, Antonio Roberto da Silva, Ademir Lauriberto Ferreira, Marcos Antonio Pereira.

REPÓRTER FECESP é publicada pela Federação dos Empregados no Comércio do Estado de São Paulo - Rua Mituto Mizumoto, 320 - Liberdade - CEP 01513-010- São Paulo/SP - Caixa Postal 815 - CEP 01059-970 - Tel.: (0xx11) 278-6833 - Fax (0xx11) 279-5525. **Periodicidade:** mensal. **Tiragem:** 50 mil exemplares. Matrícula nº 17.227, livro A, Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, São Paulo/SP. Reg. no INPI, processo nº 818824506. **Fotolitos:** Litho System - Tel.: (0xx11) 270-7039 - **Impressão:** Art Printer - Tel.: (0xx11) 6947-2177. ***Os artigos publicados nesta revista expressam exclusivamente a opinião de seus autores.***

Endereços eletrônicos da Fecesp

fecesp@fecesp.org.br	E-mail principal da *Fecesp*
lucania@fecesp.org.br	Presidente da *Fecesp*
secretaria@fecesp.org.br	Secretária da Presidência
subsede@fecesp.org.br	Subsede de São José do Rio Preto
campinas@fecesp.org.br	Subsede Campinas
imprensa@fecesp.org.br	Revista *Repórter Fecesp*
juridico@fecesp.org.br	Departamento Jurídico
info@fecesp.org.br	Departamento de Informática
aide@fecesp.org.br	Secretaria
cooperativa@fecesp.org.br	Cooperativa Habitacional dos Comerciários do Estado de São Paulo
v&t@fecesp.org.br	V&T Produções – Produtora TV/Vídeo – Editora Vida & Trabalho

Endereços eletrônicos USI-Brasil

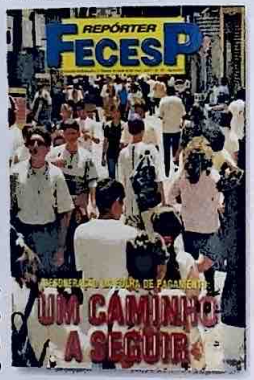
usi-brasil@usi.org.br	E-mail principal USI-Brasil
imprensa@usi.org.br	Assessoria de Imprensa
secretaria@usi.org.br	Secretária da Presidência

SILVA
"Recebi e agradeço recente exemplar da revista ***Repórter Fecesp***, onde consta matéria da inauguração da Câmara Intersindical de Conciliação Trabalhista do Comércio(Cintec) de Guaratinguetá. Aproveito a oportunidade para solicitar, se possível, alguns destes exemplares para que possam ser distribuído aos sindicatos fundadores. Sendo só para o momento, apresento votos de estima e consideração".

Andréa de Castro Silva
Diretora de Secretaria da Câmara Intersindical de Conciliação Trabalhista do Comércio de Guaratinguetá, Guaratinguetá/SP

SAMPAIO
"Com satisfação, acuso o recebimento do exemplar da revista ***Repórter Fecesp*** nº 140. Agradeço a gentileza da remessa e renovo protestos de especial apreço e estima".

João Rodrigues Sampaio
Presidente da Federação do Comércio do Estado do Maranhão, Maranhão/MA



NUNES
"Sirvo-me desta para agradecer a remessa da ***Repórter Fecesp***, que pela excelência de sua apresentação e contexto é motivo de atenta leitura, notadamente pelo seu objetivo e vibrante editorial".

Luiz Fernando Nunes
Presidente do Sindicato dos Propagandistas Vendedores e Vendedores de Produtos Farmacêuticos do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro/ RJ

DOMINGUES
"Na forma regimental, seja oficiada a Federação dos Empregados no Comércio do Estado de São Paulo (***Fecesp***) para, congratulando-se com seu diretor responsável, Dr. Paulo Fernandes Lucania e com o editor da revista ***Repórter Fecesp***, jornalista Robson Gil Gazzola, pelas excelentes matérias e informações que vem divulgando. Agradeço também pela assídua e pontual remessa das revistas aos membros desta Casa. As matérias e informações que publicam é de grande importância, de leitura agradável e nos enriquece com informações atuais. Uma verdadeira fonte de ensinamentos e orientação. A cortesia com que temos sido distinguidos pela ***Fecesp***, não poderia passar sem este reconhecimento".

Lázaro José Domingues
Vereador em Amparo, Amparo/SP

BEIGUELMAN
"Prezado jornalista Robson Gil Gazzola, obrigada pela remessa da revista ***Repórter Fecesp***. Parabéns pela sua excelente matéria de capa do número 140,"Comerciários Enfrentam Reestruturação no Setor." Receba meus cumprimentos pela ***Repórter Fecesp***, extensivos ao articulista João Guilherme Vargas Netto".

Paula Beiguelman
Professora em São Paulo, São Paulo/SP

FURTADO
"Caros amigos, estive lendo a revista ***Repórter Fecesp*** e gostei muito dos assuntos abrangidos. Gostaria de saber como poderia recebê-la".

Júlio Cesar Furtado
Leitor em Praia Grande, Praia Grande/ SP

NAVARRO
"Por favor, gostaria muito de passar a receber mensalmente a ***Repórter Fecesp***. Sou jornalista responsável pelo jornal do Sindicato dos Empregados no Comércio de Sorocaba e os assuntos publicados na revista são muito interessantes. Muitas vezes servem até mesmo de base para determinadas matérias publicadas em nosso informativo. Gostaria inclusive de parabenizar toda a equipe, porque a revista sempre publica matérias atuais e de interesse de todo sindicalista e de quem por ventura esteja envolvido nessa área. E para mim é de extrema importância ser leitora da ***Repórter Fecesp***".

Sandra Navarro
Jornalista do Sindicato dos Empregados no Comércio de Sorocaba e Região, Sorocaba/ SP

BEZERRA
"Através desta, informo o recebimento da revista ***Repórter Fecesp*** nº 141. Nesta oportunidade agradeço a gentil atenção dispensada, bem como parabenizo Vossas Senhorias pelas excelentes matérias publicadas. Nada mais havendo a tratar, subscrevo-me com protestos de elevada estima e distinta consideração".

Divaldo José Bezerra
Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Serviços de Saúde de Santos, São Vicente, Guarujá, Cubatão, Praia Grande, Litoral norte e Sul, Santos/SP

MEDEIROS
"Através da presente, agradeço o recebimento mensal da revista ***Repórter Fecesp***. Nesta oportunidade, manifesto sinceramente o reconhecimento pela capacidade demonstrada pelos seus redatores, inclusive destaco o artigo muito realista publicado na edição 141, mês de julho, assinado pelo jornalista e deputado federal do PC do B/SP, Aldo Rebelo, intitulado "O Abandono do Campo". Aproveito o ensejo para mostrar uma estrofe poética de minha autoria, a qual é um mini-resumo da realidade geográfica e política brasileira:

O Brasil é um País
de tamanho continental e
tem uma densidade
demográfica desigual:
O campo se esvaziando
e as cidades estão "inchando
com o êxodo rural!"

Expedito Jorge de Medeiros
Assessor Sindical da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio Grande do Norte, Natal/RN

MORAES
"Agradeço a cortesia da remessa da revista ***Repórter Fecesp***, Parabenizo a qualidade e o importante canal de informação de comunicação para a classe trabalhadora.

Luiz C. Moraes
Presidente do Sindicato dos Trabalhadores no Comércio de Minérios e Derivados de Petróleo do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro/ RJ

RIZZO
"Ao cumprimentá-los, venho, através desta e com o devido respeito, confirmar o recebimento da relevante revista ***Repórter Fecesp***, nº 141, onde constou, na última página, pensamento de minha autoria, o que me deixou muito satisfeito pelo fato de ver algo meu impresso num órgão de divulgação que tem tiragem de 50 mil exemplares. Sendo assim, agradeço pela atenção dispensada e espero que esse conceituado noticiário mensal aproveite, se possível, outros pensamentos e/ou poesias para suas futuras publicações, o que me será de grande agrado".

Odair Rizzo
Chefe de Seção da Prefeitura Municipal de Catanduva, Catanduva /SP

Moção

CARVALHO
"Em cumprimento à resolução unanimamente tomada por esta casa, em [illegible] Sessão Ordinária, realizada em 21 [illegible] próximo último, encaminho a Vossa [illegible] na inteiro teor da Moção nº 33[illegible] de autoria do vereador Cornélio Cezar Kemp Marcondes. Sem outro particular, reitero protestos de elevada estima e consideração: Proponho à mesa, na forma regimental e consultado o plenário, a inserção na ata de nossos trabalhos de hoje de um voto de congratulações e aplausos à Federação dos Empregados no Comércio do Estado de São Paulo, que há 10 anos edita mensalmente a revista ***Repórter Fecesp***, transformando-se num dos mais importantes veículos de comunicação do sindicalismo nacional, atuando de forma corajosa na defesa dos direitos e denunciando as manobras que ameaçam as conquistas e visam prejudicar os trabalhadores brasileiros, constituindo-se em instrumento de divulgação e conscientização para toda a sociedade, enriquecendo inclusive os trabalhos desta Casa de Lei com a remessa daquele relevante periódico. Proponho mais, que as cópias da referida propositura sejam encaminhadas ao combativo presidente da Federação dos Empregados no Comércio do Estado de São Paulo e diretor responsável pela revista ***Repórter Fecesp***, Paulo Fernandes Lucania, bem como ao dinâmico presidente do Sindicato dos Empregados no Comércio de Garça, Geraldo Alves dos Santos, para ciência desta singela, mas justa, homenagem prestada pela Câmara Municipal de Garça, diante de tão relevante iniciativa em prol de toda laboriosa classe trabalhadora e da própria democracia brasileira".

Manoel Frederico A. G. de Carvalho
Presidente da Câmara Municipal de Garça, Garça/SP

cartas

CARTAS PARA ESTA COLUNA:
Rua Mituto Mizumoto, 320
Liberdade - CEP 01513-010 - São Paulo/SP
ou Caixa Postal: 815 - CEP 01059-970
E-mail: imprensa@fecesp.org.br

Bloco econômico

O livro *O Mercosul no Limiar do Século XXI* (Cortez Editora, 328 páginas, R$ 34,00, telefone 0xx11/3864-0111) é o esforço de um conjunto de pesquisadores de diferentes países, de universidades e de áreas de conhecimento distintas, que vêm trabalhando sistematicamente sobre processos de integração regional, principalmente o Mercado Comum do Sul, o Mercosul. A publicação, organizada por Marcos Costa Lima e Marcelo de Almeida Medeiros, é estruturada em quatro partes: Política Externa; Economia; Estado, Governo e Atores Sociais e a Questão Regional e o Mercosul: o Nordeste Brasileiro. Marcio Pochmann, professor de Economia da Unicamp, escreve sobre as novas dinâmicas produtivas do emprego e do sindicalismo no Mercosul.

FGTS na rede

Está no ar a página www.caixa.gov.br, da Caixa Econômica Federal (CEF), que informa os saldos e os extratos das contas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Para obter os dados desejados o usuário deve informar o número de seu registro no final da página.

Fundos de pensão

A adesão de 66 novos patrocinadores de entidades de previdência privada foi aprovada pela Secretaria de Previdência Complementar (SPC), ligada ao Ministério da Previdência e Assistência Social e responsável pela fiscalização dos fundos de pensão. Tudo no primeiro semestre deste ano. São mais 34.321 brasileiros que poderão ter aposentadoria complementar no futuro. No total cerca de dois milhões de pessoas acreditam nesta forma de proteção social. Um bom motivo para a SPC investir mais no trabalho de fiscalização!

Trabalho on line

Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), Serviço Brasileiro de Apoio às Micros e Pequenas Empresas (Sebrae), Secretaria Estadual do Emprego e Relações do Trabalho (Sert) e Universidades, entre outras entidades (cerca de 20), lançaram na Internet o Observatório Permanente de Situações de Emprego e Formação Profissional para apontar tendências desta área em curto prazo. Pela página www.emprego.sp.gov.br, será possível definir temas que depois de debatidos poderão resultar em projetos, tais como Desemprego de Longa Duração, Natureza do Emprego nas Empresas de Tecnologia, A Mulher no Mercado de Trabalho e Envelhecimento da População.

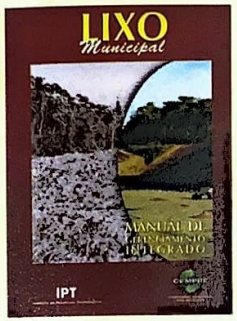
Relações de Trabalho

Nos dias 20 e 21 de outubro de 2000, o Sindicato das Empresas de Transportes de Passageiros do Estado de São Paulo (Setpesp) promoverá, em São José do Rio Preto/SP, o IV Simpósio *Temas Relevantes nas Relações de Trabalho*. As palestras serão realizadas por expoentes do Direito, da Magistratura, do Ministério Público, do Magistério e da Advocacia, entre eles Amauri Mascaro Nascimento (Professor de Direito do Trabalho da USP) e Guilherme Mastrichi Basso (Procurador Geral do Trabalho). O Setpesp é presidido por Benedicto Dario Ferraz. Mais informações, ligue (0xx11/288-1077).

PELA REDUÇÃO DA JORNADA SEMANAL DE TRABALHO
DE 44 PARA 36 HORAS, COM ADOÇÃO DE DOIS TURNOS DE 6 HORAS!
FECESP
USI UNIÃO SINDICAL INDEPENDENTE BRASIL

Empossado novo presidente do TRT 2ª Região

Francisco Antônio de Oliveira é o novo juiz presidente do Tribunal Regional do Trabalho 2ª Região (Grande São Paulo e baixada santista). Ele tomou posse no último dia 15 de setembro, substituindo Floriano Vaz da Silva. Fica no cargo por dois anos.



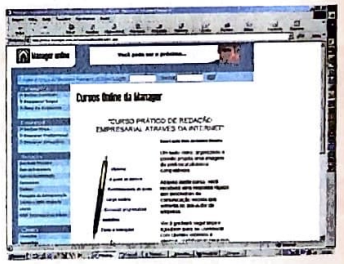
Manual sobre lixo

O Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) de São Paulo e o Compromisso Empresarial para Reciclagem (Cempre) relançaram o livro *Lixo Municipal – Manual de Gerenciamento Integrado*. A publicação aborda temas como origem e composição do lixo, acondicionamento e coleta, segregação de materiais, reciclagem de matéria orgânica, legislação e licenciamento ambiental, entre outros; tem 346 páginas e custa R$ 30,00. Mais informações ligue (0xx11) 5182-6544.

Economia e Trabalho

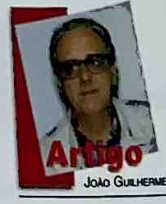
Em 4 de março de 2001 a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), por meio do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (Cesit), vai iniciar o curso de especialização *Economia do Trabalho e Sindicalismo*. As inscrições estão abertas até 31 de outubro de 2000. O objetivo da Unicamp, localizada no interior do Estado, é formar pessoal para ocupar posições de assessoramento e direção de órgãos públicos e privados no campo da economia, relações de trabalho e sindicalismo. O aluno aprovado obterá o Certificado de Especialização. Deverá demonstrar experiência profissional nas áreas de economia do trabalho, relações de trabalho e sindicalismo e cumprir no mínimo 84 créditos. Mais informações podem ser obtidas na Secretaria Acadêmica, Caixa Postal 6135, CEP 13083-970, Campinas/SP, Fones: (0xx19) 788-5713/5735/5736 – E-mail: posgrad@eco.unicamp.br – Site: www.eco.unicamp.br

Curso de redação via Internet



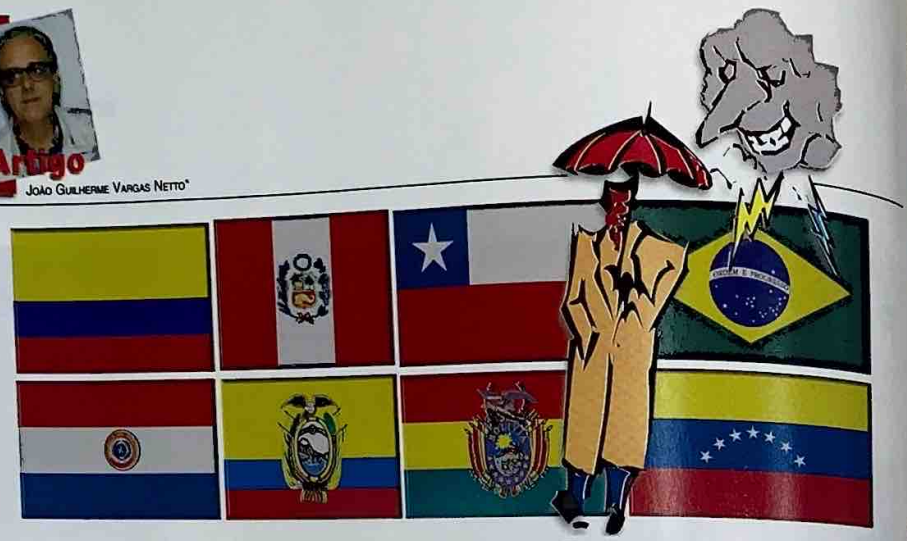
A Manager Online está promovendo o "Curso Prático de Redação através da Internet" (R$ 130,00). A idéia é oferecer virtualmente uma resposta rápida aos problemas de comunicação escrita enfrentados no dia-a-dia, para transmitir com clareza e objetividade a imagem tanto dos profissionais como dos grupos ou entidades as quais pertencem. São sete módulos: *Desfazendo dúvidas gramaticais*; *Transmitindo as idéias*; *Construindo a mensagem com qualidade*; *Escolhendo o tipo de texto conforme sua aplicação na comunicação empresarial*; *Aprendendo a se corresponder em diversas situações de trabalho*; *Elaborando correspondência oficial* e *Aprendendo a se avaliar em comunicação escrita*.

Todos com acompanhamento personalizado, via Internet, feito pela instrutora Layde Maia de Castro Pereira. O aluno pode desenvolver as atividades propostas quando e onde quiser, já que o curso é virtual. Ele dura sete semanas. Para se inscrever entre na página da Manager (http://www.manager.com.br) na seção de cursos. ■



Artigo

João Guilherme Vargas Netto*



Tempo fechado na América do Sul

Nuvens negras estão se acumulando sobre o continente sul-americano e não me refiro à meteorologia. Depois que, uma a uma, as ditaduras militares que nos infelicitaram foram derrotadas, abriu-se um período de reconstrução democrática. As eleições, em todos níveis, passaram a fazer parte do dia-a-dia dos nossos povos. Mas, tragicamente, o curso democrático deparou-se com a crise econômica e passou a conviver em cada país com a deterioração das condições de vida dos povos. As "estabilizações" monetárias foram sinônimo de desemprego, concentração de renda, empobrecimento, superexploração e, em alguns casos, destruição quase completa da vida produtiva organizada. Como acólitos da miséria, crescem o banditismo e o crime: algumas cidades da América do Sul ostentam os vergonhosos títulos de "mais violentas" do planeta.

Nossos países, apesar do imenso potencial, conseguem, com muita dificuldade, se articular para deter os malefícios da globalização e do império das finanças internacionais. Os problemas agora são agravados pela investida norte-americana sobre a Colômbia e, por extensão, sobre toda a região amazônica. Sob o pretexto de combate ao narcotráfico prepara-se uma intervenção militar nos assuntos internos daquele país, que não deixará de ter reflexos em todo continente. As precariedades de algumas outras situações são flagrantes: o Paraguai vive em crise permanente, o Equador abandonou moeda e soberania e agora, no Peru, a manobra desesperada do presidente Alberto Fujimori pode dar a senha para uma militarização total.

Neste quadro preocupante, a reunião inédita dos presidentes dos países sul-americanos, nos dias 31 de agosto e 1º de setembro últimos, em Brasília, foi um acontecimento auspicioso. Reafirmaram-se as posições e o empenho democráticos, avançou-se na vontade de integração e delimitou-se o espaço de preocupação com o combate ao narcotráfico. Todos os países da região saíram ganhando e a reunião pode servir como marco para futuros encaminhamentos.

Por iniciativa da Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT) brasileira foi apresentada aos presidentes reunidos em Brasília a declaração sindical Mercosul - Comunidade Andina - "Integração com Desenvolvimento Social, Soberania e Democracia", que tem como pilares a preocupação com o equacionamento da dívida externa dos países sul-americanos e com a defesa da democracia e dos direitos dos trabalhadores.

Este documento, apresentado antes de qualquer integração efetiva (para não se repetir o erro cometido na constituição do Mercosul, onde a preocupação com o mundo do trabalho apareceu somente após a integração ser efetivada), foi assinado pela Coordenadora das Centrais Sindicais do Cone Sul (países do Mercosul, além do Chile e da Bolívia), pelo Conselho Consultivo Laboral Andino, pelo Conselho dos Trabalhadores do Cone Sul, ligado à Clat e pela Organização Regional Interamericana dos Trabalhadores (Orit) . As reuniões que o produziram foram realizadas na sede brasiliense da Organização Internacional do Trabalho (OIT), simbolizando o alcance diplomático da iniciativa que sensibilizou, em particular, os presidentes do Brasil, Fernando Henrique Cardoso, e da Venezuela, Hugo Chavez. Se há nuvens negras no horizonte, felizmente há também guarda-chuvas sendo abertos... ■

*João Guilherme Vargas Netto é assessor sindical

Comerciários: campanha salarial 2000/2001

Fotos: J. R. Manholi

Lucania e alguns diretores da Fecesp

Reajuste de 20% e unificação da data-base são algumas das reivindicações

Em assembléia realizada no dia 15 de setembro, na sede da ***Fecesp***, o Conselho de Representantes Federativo, composto dos delegados de cada sindicato filiado, ao aprovar a pauta de reivindicações aos órgãos patronais, iniciando assim a campanha salarial deste ano dos comerciários paulistas, autorizou de forma unânime uma novidade para a categoria comerciária: a unificação da data-base e sua alteração de 1º de novembro para 1º de outubro a ser proposta formalmente aos sindicatos patronais do comércio.

A unificação e a alteração da data-base já vinham sendo tratadas informalmente entre a diretoria da ***Fecesp*** e a da Federação do Comércio do Estado de São Paulo que representa os sindicatos patronais no Estado, desde o ano passado, durante as negociações salariais da categoria comerciária, e agora poderá tornar-se realidade.

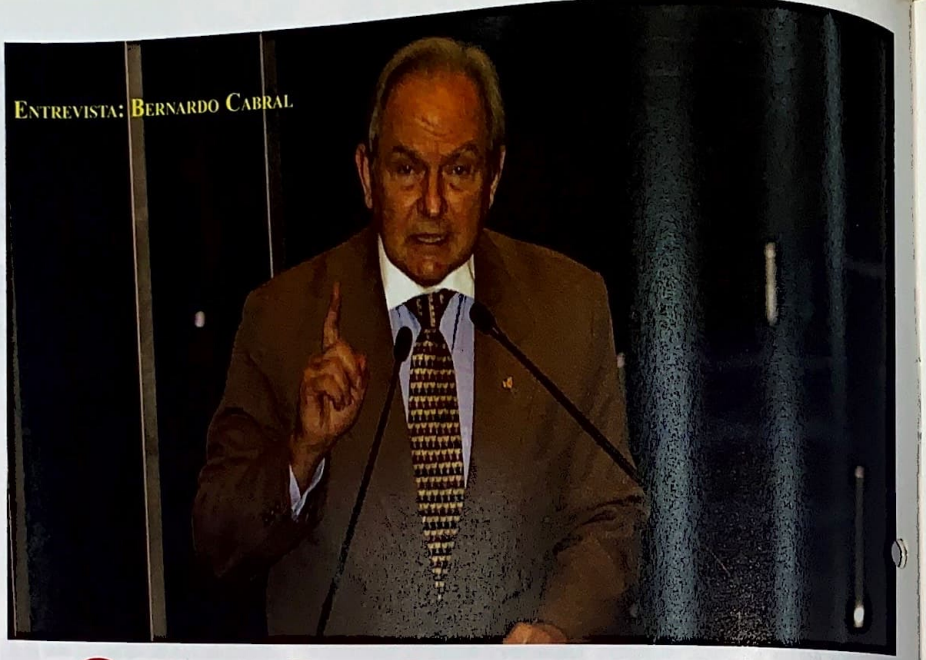
O primeiro passo foi dado quando a ***Fecesp***, em assembléia específica realizada no mês de agosto com os delegados federativos, aprovou propor à Federação do Comércio a alteração e unificação da data-base dos empregados no comércio varejista e atacadista do Estado para outubro envolvendo seus filiados com datas-base diferenciadas. Caso de Campinas que é 1º de setembro e Guarulhos e São Paulo que é 1º de dezembro. Dessa forma, Santos que já era 1º de outubro continua com a mesma data, e os demais que tinham data-base em novembro passam para 1º de outubro, ficando todos unidos nessa data, excluídas as categorias dos empregados em concessionárias de veículos que permanece com data-base em 1º de novembro e a dos empregados no ramo farmacêutico, que continua com data-base em 1º de julho.

A alteração, que foi proposta formalmente à Federação do Comércio do Estado de São Paulo, será discutida em assembléias de seus filiados da capital e do interior, o mesmo ocorrendo com os filiados à ***Fecesp***, tendo a Federação do Comércio feito já uma reunião preliminar com os presidentes dos sindicatos patronais resultando no fato da unificação ter sido aceita informalmente pelos presentes. Há, portanto, grande possibilidade da data-base 1º de outubro ser tranqüilamente aceita pelos comerciantes do Estado nas assembléias já marcadas.

Assembléia aprovou pauta de reivindicações

A pauta aprovada pela assembléia do conselho de representantes da ***Fecesp***, na realidade duas pautas separadas, uma para o comércio varejista e atacadista em geral, propondo-se a nova data-base e outra para o sindicato patronal que representa as concessionárias e distribuidoras de veículos automotores em geral, sem alteração da data-base, contém ainda mais uma novidade. É a proposta para a Convenção ter validade por dois anos para as cláusulas sociais e de um ano para as econômicas, estas últimas com renegociação de novos índices e valores antes de completar-se doze meses da vigência do acordo.

Além da unificação da data-base e da proposta de validade da Convenção por dois anos, o Conselho de Representantes da Fecesp aprovou, para ser referendado nas assembléias de seus filiados, entre outras, as seguintes reivindicações: reajuste salarial de 20%, manutenção de todas as cláusulas conquistadas pela categoria, tanto para comércio varejista e atacadista quanto para concessionárias de veículos, com pequenas alterações na redação, e como novas reivindicações também para os dois segmentos a participação nos lucros ou resultados, reajuste após seis meses nos pisos normativos, vale-refeição, cesta básica, abono-aposentadoria, complementação do auxílio doença e auxílio acidente, reserva de vagas nas empresas para maiores de 40 anos, convênio médico, estabilidade após o retorno das férias do empregado, adicional noturno de 60%, auxílio funeral e seguro de vida para empregados que manuseiam valores dentro das empresas. A campanha salarial da categoria comerciaria, portanto, está cheia de novidades. ■



Senado deve alterar Reforma do Judiciário

Bernardo Cabral, senador (PFL/AM) e relator da Reforma do Judiciário na Comissão de Constituição e Justiça do Senado, tem opinião contrária aos artigos da Reforma que condicionam o uso de dissídio coletivo à concordância do empregador, bem como o acesso à Justiça atrelado à tentativa extrajudicial de conciliação prévia. O relator prevê alterações e acredita que a conclusão da apreciação da Reforma não sai este ano. Ele cita a lentidão da justiça brasileira como um dos pontos mais polêmicos da mesma. Manifesta ainda opinião sobre a "Lei da Mordaça" e, entre outros temas polêmicos, acerca do controle externo do Judiciário pelo Conselho Nacional de Justiça

Antonio Augusto de Queiroz

Repórter Fecesp - Qual a opinião do senhor em relação ao artigo 15 da Reforma do Judiciário que condiciona à vontade do empregador o ingresso de dissídio coletivo por sindicato de trabalhadores?

Bernardo Cabral - Tenho opinião contrária. Proporemos mudanças.

RF - Na opinião do senhor, condicionar o acesso do trabalhador à Justiça a uma tentativa de conciliação extrajudicial não fere cláusula pétrea da Constituição, particularmente o inciso XXXV do art. 5º, segundo o qual "a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito"?

Cabral- Sim e a tendência também será de mudança nesse ponto da Reforma do Judiciário.

RF - Quais são os pontos mais polêmicos da Reforma?

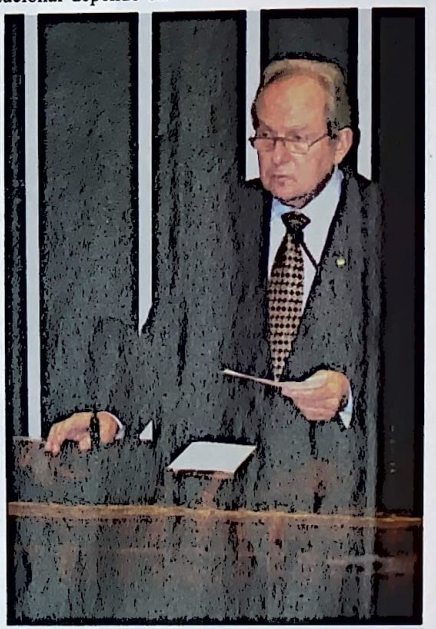
Cabral – O lado polêmico é o resultado da lentidão da justiça brasileira, dos atrasos nos julgamentos; ações semelhantes com decisões diversas; legislação processual envelhecida; quantidade excessiva de leis, que são modificadas permanentemente, inclusive por medidas provisórias; códigos legais obsoletos; falta de legislação moderna referente a temas polêmicos como crimes virtuais, crimes sobre reprodução assistida e outros. E esse lado polêmico obriga o Judiciário a ter maior agilidade e mais eficácia para enfrentar o novo milênio, uma vez que temos leis que datam do século passado e cujo conteúdo não se aplica mais aos dias de hoje. Leis em excesso, mas incapazes de punir, por exemplo, delitos informáticos ou a lavagem de dinheiro das máfias que traficam drogas e materiais estratégicos. Ressalto que os crimes tornam-se cada dia mais complexos, como o registro e a pirataria de patentes genéticas de seres vivos, a manipulação da vida, para citar dois que estão sendo discutidos pela bioética.

RF - C[illegible]elator da Reforma do Judiciário o se[illegible] acredita ser possível concluir a aprec[illegible] da mesma ainda no ano 2000 ?

Cabral - Não. A meu ver é inadequado tentar concluir uma Reforma do Judiciário sem a necessária e demorada análise no combate ao excesso de formalismo das nossas leis processuais e, sobretudo, mas não o único, ao sistema de recursos, absolutamente irracional. Dele decorre a procrastinação dos feitos que promove uma justiça tardia e propicia, na seqüência, uma injustiça.

RF - Especula-se que o Poder Executivo, diante da possibilidade de alteração pelo Senado da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 29/2000, buscaria entendimentos no sentido de que fossem aprovados e promulgados imediatamente os três pontos da Reforma de maior interesse do governo: efeito vinculante nas decisões judiciais, eliminação do poder normativo da Justiça do Trabalho e constitucionalização da conciliação extrajudicial. Como o senhor avalia essa possibilidade de promulgação parcial da reforma do Judiciário?

Cabral - A promulgação parcial de qualquer Emenda Constitucional depende da vontade política do Congresso Nacional, apesar de até hoje nenhuma ter sido levada a efeito.



RF - 0 senhor acredita que o controle externo do Poder Judiciário implicará na limitação da autonomia do mesmo ou na independência dos magistrados no exercício de suas funções?

Cabral - O assunto é tratado sob o título de Conselho Nacional de Justiça. A meu ver, a adoção do chamado controle externo, tal qual está posto na Reforma, sem um estudo mais aprofundado, poderá levar a uma dissensão e pode anular dispositivo constitucional de autonomia dos Poderes da República, ferindo cláusula pétrea da Constituição. Que ele é necessário não há o que divergir. Os próprios presidentes do Supremo Tribunal Federal e Superior Tribunal de Justiça, ministros Carlos Velloso e Costa Leite, respectivamente, reconhecem e proclamam que a fiscalização do Poder Judiciário é deficiente, razão pela qual defendem um controle de qualidade da Justiça, o que, evidentemente - observado o que disse ao início desta resposta - não limitará a autonomia do Judiciário ou a independência dos seus membros no exercício de suas funções.

"A meu ver é inadequado tentar concluir uma Reforma do Judiciário sem a necessária e demorada análise no combate ao excesso de formalismo das nossas leis processuais e, sobretudo, mas não o único, ao sistema de recursos, absolutamente irracional"

▶▶▶

RF - Como o senhor avalia o processo de reformas constitucionais, especialmente aquelas que foram e estão sendo implementadas para adequar o País às exigências do mercado, já que foi relator da Constituinte?

Cabral - O governo cometeu um equívoco em não ter iniciado o processo pela Reforma Político-Partidária, passando pela Tributária, em vez da chamada reeleição a qualquer custo. Assim, em determinado instante, a Constituição se viu transformada em "canteiro de obras", sem sequer dar-se continuidade às leis complementares e ordinárias que a Carta Magna previu.

"O governo cometeu um equívoco em não ter iniciado o processo pela Reforma Político-Partidária, passando pela Tributária, em vez da chamada reeleição a qualquer custo"

RF - Quais aspectos da reforma contribuem para a celeridade e eficácia da prestação jurisdicional?

Cabral - Um deles é denominado efeito vinculante, o qual, infelizmente, só foi consagrado em relação ao Supremo Tribunal Federal, quando deveria, também, ter sido dado ao Superior Tribunal de Justiça. É sabido que, em muitos casos, a mesma matéria, repetitiva, é apreciada à exaustão, sem nenhuma diferença entre os recursos interpostos. Um outro aspecto é o da repercussão geral (relevância), que permite aos tribunais superiores conhecer ou não os recursos, de acordo com sua relevância social, política ou econômica, em vez de ficarem obrigados a decidir todas as questões, às vezes sem nenhuma importância. Num regime federativo, como é o nosso, os tribunais superiores têm como meta principal uniformizar a jurisprudência e não a de corrigir eventuais falhas dos tribunais estaduais.

RF - O senhor compartilha ou não da opinião de alguns segmentos de que não há direito adquirido contra Emenda Constitucional?

Cabral - Não se admite invocação de direito adquirido contra texto expresso da Constituição. Um exemplo marcante é o artigo 17 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Carta Magna de 1988.

RF - Qual é a sua avaliação sobre a proposta, rejeitada na Câmara dos Deputados, de proibir juízes e promotores de revelar fatos ou informações que violem o sigilo legal, a intimidade, a vida privada, a imagem ou a honra das pessoas?

Cabral - A minha posição sobre a tão falada "Lei da Mordaça" é a de quem afirma que ela não terá eficácia de impedir que promotores ou juízes cometam indiscrições ou vazamentos capazes de prejudicar a reputação de quem quer que seja. Se for um profissional de bom caráter, ético, não precisará ele de lei para cumprir seu dever, qual seja de resguardar a inocência de alguém até prova em contrário. Por isso mesmo, não alteraria nenhum artigo que ajudei a colocar no texto constitucional sobre o judiciário e o Ministério Público, na qualidade de Relator Geral da Assembléia Nacional Constituinte. O Judiciário, sede natural da cidadania ativa, sendo fraco não condiz com a democracia, e o Ministério Público, como lhe assegura a Constituição, é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis. É preciso que cada um, juiz ou membro do Ministério Público, cumpra o seu dever, não revelando fatos que ainda carecem de maior investigação ou de melhor consistência da prova e que, por serem meros indícios, possam levar um cidadão a ser enxovalhado e, via de conseqüência, condenados por antecipação pelos "tribunais populares da mídia". Até porque quem assim procede está cometendo uma imprudência, a qual faz fronteira com a leviandade, antônimo filosófico da ponderação. ■

Balcão de Informações

Comerciária é eleita Miss Simpatia em Porto Rico

Letícia Cavalaro, Miss Comerciária Paulista 1999, foi recentemente eleita Miss Simpatia (*Miss Amistad*, em espanhol) em Porto Rico. Comerciária em Itapira, 21 anos, sua beleza morena foi presença marcante num importante concurso internacional realizado na cidade de San Juan, o *Miss Folklore Pagent World 2000* e que contou com a participação de mais 13 candidatas de nacionalidades diferentes: Porto Rico, Costa Rica, Estados Unidos, Canadá, Curaçao, Panamá, Aruba, Venezuela, Colômbia, República Dominicana, Honduras, Cuba e Sahona.

Ao contrário dos concursos desta natureza realizados no Brasil, em Porto Rico, país da América Central, o ítem beleza, embora seja fundamental, não é decisivo para a escolha da vencedora. Além dos desfiles em trajes típicos, de banho e de gala, de maneira muito peculiar, os jurados levam em consideração também o conteúdo cultural das moças acerca de seus países de origem, conhecido por meio de entrevistas. Este fator, por falta de informação da comissão organizadora, acabou prejudicando a performance de Letícia: "Eu teria que apresentar alguma particularidade da cultura brasileira. Acontece que só levei um traje típico que não poderia ser utilizado para mostrar o panorama cultural brasileiro exigido. Se tivesse sido avisada, o resultado para nós poderia ter sido melhor", diz a morena. Na ocasião, nossa Miss dublou e dançou a música "Brasil", de Cazuza. Ela garante: "Só o fato de ter estado lá foi uma glória, ainda mais por eu estar representando o Brasil. Estou realmente muito feliz com esta experiência e com o título que ganhei". Agora, seus planos para o futuro passam, entre outros, pelo vestibular para a Faculdade de Educação Física. ■

A brasileira Letícia e algumas das candidatas ao Miss Folklore Pagent World 2000

Assista ao Vida & Trabalho

Programa traz informações diárias sobre o mundo do trabalho

Grande São Paulo: Canal Comunitário da Cidade de São Paulo, de segunda à sexta-feira, às 19:00 horas, com reprise às quintas-feiras, às 22:30 horas e também às sextas-feiras às 23:00 horas. Pode ser sintonizado pelas operadoras NET e TVA no canal 14.
São José do Rio Preto: TV da Cidade (NET), Canal 16, de segunda à sexta-feira às 11:30 horas, com reprise às 19:30 horas. O Vida & Trabalho também é veiculado aos sábados e domingos em horários flexíveis.
Presidente Venceslau: TVC de Presidente Venceslau (TVA), Canal 4, às terças e quintas-feiras, às 12:30 horas com reprise às 19:30 horas. Aos domingos, às 12:00 horas.
Tietê: TVC de Tietê (TVA), Canal 5, diariamente às 11:00 horas, com reprise às 19:30 horas. ■

São Paulo e Mogi das Cruzes inauguram Câmaras de Conciliação

Agora já são sete Cintecs distribuídas no Estado de São Paulo

O Sindicato dos Empregados no Comércio (SEC) de São Paulo e o SEC de Mogi das Cruzes já estão atuando com suas respectivas Câmaras Intersindicais de Conciliação Trabalhista do Comércio (Cintecs). Rubens Romano, presidente do SEC de São Paulo, fez sua inauguração no dia 4 de setembro. Na Cintec instalada na Praça da República, 180, centro de São Paulo, o sindicalista destacou: "A medida valoriza ainda mais a relação comerciantes e comerciários no que diz respeito às negociações. Somos adeptos à política do entendimento e a Cintec fortalece esta postura. Vejo na Câmara uma ótima alternativa para agilizar a solução dos processos trabalhistas com todas as garantias asseguradas aos trabalhadores. O trabalho é baseado na transparência, seriedade, responsabilidade e credibilidade das partes e a Câmara está montada com toda infra-estrutura física, operacional e profissional para atingirmos este fim". Assinaram a convenção estabelecida para a criação da Cintec o SEC de São Paulo e mais dez sindicatos patronais.

Cintec SP: Ruy Nazarian, presidente do Sindicato dos Lojistas do Comércio de São Paulo; Dra. Maria Ap. Pelegrina, Corregedora do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) 2ª Região; Romano e Dr. Francisco Antônio de Oliveira, presidente do TRT 2ª Região

Já o SEC de Mogi das Cruzes e o Sindicato do Comércio Varejista local inauguraram a Cintec da região (Rua Navajas, 243, Mogi das Cruzes, Fone: 0xx11/4798-2837), no dia 14 de setembro, totalizando assim sete Câmaras em todo o Estado de São Paulo. A exemplo das demais, trata-se de uma iniciativa da ***Fecesp*** e da Federação do Comércio do Estado de São Paulo (Fcesp), cuja origem é a Lei 9.958/2000, promulgada em janeiro pelo governo federal. A partir daí as duas federações não tardaram a discutir e aprimorar a idéia para a instalação das Câmaras em todo o Estado com o objetivo de desafogar a Justiça do Trabalho e também para facilitar o entendimento entre empregadores e empregados. Hoje as sete Cintecs estão distribuídas em Mogi das Cruzes, Jacareí, São José dos Campos, Guaratinguetá, Ribeirão Preto, Piracicaba e São Paulo. Todas atuam com base numa convenção interfederativa especial que regulamenta o funcionamento das mesmas.

Da concorrida inauguração em Mogi das Cruzes participaram, entre outras, as seguintes personalidades: Paulo Lucania, presidente da ***Fecesp***; Luiz Carlos Motta, vice-presidente da ***Fecesp*** e membro da comissão interfederativa pela ***Fecesp***; Carlos Dionísio de Moraes, diretor da ***Fecesp*** e presidente do SEC de Taubaté, Romão Fernandes, presidente interino do SEC de Mogi das Cruzes; representando o presidente licenciado da entidade, Alceu Cabral de Medeiros; Jair Francisco Mafra, diretor do SEC de Mogi das Cruzes; Márcio Olívio Fernandes da Costa, vice presidente da Fcesp, representante do presidente da entidade Abram Szajman; Airton Nogueira, presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Mogi das Cruzes; Nelson Bueno do Prado, diretor do Fórum Trabalhista de Mogi das Cruzes; Rubens Magalhães Nogueira, representando o prefeito Waldemar da Costa Filho; Walace Garroux Sampaio, vice-presidente da Fcesp e do Sindicato do Comércio Varejista de Bauru e Daniel de Paula Guimarães, juiz titular da 2ª Vara do Trabalho de Mogi das Cruzes.

Menos burocracia

Paulo Lucania abriu os pronunciamentos. Na ocasião, o sindicalista precursor das Câmaras de Conciliação Prévia no País destacou: "Nossa idéia é instalar Cintecs em toda nossa base. E instalações como esta, com completa infra-estrutura e boa aparência tanto interna como externa que permite seu reconhecimento por todos os comerciários de Mogi das Cruzes. Para nós é sempre motivo de satisfação inaugurar mais uma Cintec. Com esta já inauguramos sete e muitas outras já estão sendo preparadas em todo o Estado de São Paulo. Em breve teremos cerca de 40 Câmaras em funcionamento. Infelizmente o governo federal acabou com a representação classista na Justiça do Trabalho. Empregadores e empregados ficaram sem representantes na Justiça do Trabalho. Depois disso, numa espécie de substituição, sancionou a Lei 9.958/2000 que permite a instalação de Comissões de Conciliação Trabalhista e a criação de comissões intersindicais. Com as Cintecs estou certo que com muito menos burocracia do que na justiça trabalhista, nós vamos tentar resolver as pendências entre comerciantes e comerciários. Aqui, ambos vão se sentir em casa já que os conciliadores serão um representante do empregador e outro do trabalhador, considerando ainda que por capricho nosso os advogados têm presença obrigatória nas Cintecs. Lembremos, e muito, para que as reclamações trabalhistas se resolvam nas Câmaras num prazo de dez dias. Tal agilidade vai trazer benefícios para os trabalhadores. Quando estes recorrem à ação é porque estão precisando do dinheiro rapidamente. O empregador, por sua vez, ganha com a economia propiciada. A demanda não consumirá muito tempo. Por isso, avalio que as Cintecs propiciam harmonia entre comerciantes e comerciários, além de desafogar a Justiça do Trabalho. Tenho certeza de que pelo menos 90% das ações trabalhistas serão resolvidas aqui. Isto é, não seguirão para a Justiça do Trabalho. Mas, para o bem dos trabalhadores, conclamo aos juízes, principalmente ao diretor do Fórum Trabalhista de Mogi das Cruzes, Nelson Bueno do Prado, para que todas as reclamações trabalhistas do comércio passem primeiro pela Cintec, para depois, caso não haja acordo, sejam levadas para a Justiça do Trabalho. Desta forma só nos resta parabenizar todos os envolvidos na criação e futuros usuários desta Câmara e que os comerciários tenham seus eventuais problemas trabalhistas resolvidos dentro de pouco tempo e aqui isto vai acontecer".

Fotos: J. R. Munhoz

Em Mogi das Cruzes a inauguração da Cintec também foi muito prestigiada

Romão Fernandes, Airton Oliveira, Lucania e Márcio Olívio F. da Costa

Divergência e conciliação

Na seqüência falou Márcio Olívio Fernandes da Costa, que observou: "Como vice-presidente da Fcesp, vejo esta inauguração como o coroamento de um processo já iniciado há algum tempo conduzido pela liderança de Abram Szajman e Paulo Lucania, bem como pelo sindicalista patronal Airton Nogueira e pelo presidente do SEC de Mogi das Cruzes, Romão Fernandes, além dos integrantes das comissões interfederativas. São homens que vislumbraram de forma cristalina o futuro das relações trabalhistas: tornar possível e de forma harmônica a conciliação dos interesses de comerciários e empresários do comércio desta cidade. Aqui serão discutidas as divergências mas também firmadas as futuras conciliações. Estamos edificando no Estado todo uma organização capaz de, na execução de seus objetivos concretos, vencer o impacto de todas as dificuldades e resistências. Estamos dando a largada a ações efetivas, sabedores de sua complexidade. Mas ao longo dos trabalhos as partes serão beneficiadas pelo aperfeiçoamento das relações que nesta Cintec serão objeto de conciliação. Para chegarmos onde chegamos, buscamos o entendimento, com o Judiciário e com a Ordem dos Advogados do Brasil em particular. Com a inauguração de outras Cintecs em todo o Estado estamos abertos ao aperfeiçoamento do nosso sistema. O fundamental é manter a crença no sindicalismo com o objetivo de torná-lo cada vez mais eficiente e agora consubstanciado nesta parceria entre empregados e empregadores". ▶▶▶

Jair Mafra, diretor do SEC de Mogi das Cruzes (segundo da esq. para dir.) com os demais responsáveis pela criação da Cintec

Marco histórico

O juiz Nelson Bueno do Prado frisou: "Na minha avaliação, a inauguração desta Cintec representa um marco histórico nas relações entre empregadores e empregados no comércio de Mogi das Cruzes e região. Trata-se de um novo modelo paradigmático para a solução de conflitos essenciais para o desenvolvimento e o progresso deste País. O modelo estatal está dando sinais de exaustão. Como dizia o saudoso Rui Barbosa: 'Justiça que tarda, falta'. O modelo estatal é moroso, oneroso, cada processo hoje pode atingir o custo de R$ 2 mil e não está atendendo satisfatoriamente as reclamações. Mogi das Cruzes que recebe seis mil processos/ano gastaria R$ 12 milhões por ano! A 2ª Região consumiria R$ 810 milhões em cerca de 135 Varas. Os custos são muito elevados e algumas reclamações são de pequena monta e a esmagadora maioria é de valor igual ou inferior ao custo do processo para o Estado. Evidente inadequação! Não tem a agilidade que o legislador ordinário idealizou em 1º de maio de 1943, quando promulgou e publicou a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). A desproporção entre o número de habitantes e o de órgãos do Poder Judiciário Federal, especialmente do Trabalho, é insustentável. O governo tem anunciado algumas medidas flexibilizadoras como o procedimento sumaríssimo e a criação das Comissões de Conciliação Prévia, facultativa, nas empresas ou nos sindicatos. A meu ver, estas representam um marco histórico na solução de conflitos de interesse entre capital e trabalho. Parabenizo, portanto, todos os responsáveis por esta Cintec. Levanta-se mais um templo sagrado da virtude, do entendimento, da conciliação, da reconciliação e da pacificação de conflitos. Será também o templo da justiça".

Avanço e fortalecimento

O juiz Daniel de Paulo Guimarães, salientou: "A Justiça do Trabalho é hoje o maior ramo do Judiciário brasileiro. Cresceu mais do que seus recursos. Atualmente os juízes têm carga de trabalho acima da capacidade física de cada um. A Justiça do Trabalho não mantém estrutura humana suficiente para dar conta dos processos que recebe. É a sociedade que perde com esta demora, principalmente os trabalhadores, que nela não encontram rapidamente a resposta para seus anseios. Assim, às vezes, faz acordos menores por estar premido pela morosidade dos processos. A meu ver a conciliação é, inegavelmente, a melhor forma de solução do conflito trabalhista. Tivemos agora uma lei, a 9.958, que significa um grande avanço, um fortalecimento na relação empregado e empregador. É a Junta de Conciliação, com o nome de Comissões de Conciliação Prévia ou Cintec, com garantias e as partes propondo a solução do conflito mas com uma diferença: a executabilidade das suas decisões está mais forte. Qualquer forma de conflito fora do Judiciário não tinha amparo porque ao empregador não restava a garantia de que se ele conciliasse com o empregado não seria novamente processado, de que se pagava o empregado não teria de pagar de novo e, vencendo a ação lhe restaria o custo do processo. Hoje o acordo constitui um título que tem o mesmo valor e força do acordo homologado por um juiz do trabalho. A decisão do acordo realizado na Cintec se não cumprido torna-se título executivo judicial, o que traz ao empregador a tranqüilidade de não ser processado por aquilo que ajustou com seu ex-empregado. Para este, fica a garantia de se não tiver o acordo cumprido ter o Judiciário para ampará-lo. Mesmo chegando ao Judiciário a Cintec estará fortalecida, mostrando que aquilo que for acertado aqui tem validade jurídica a ponto da instituição amparar e cobrar com a sua força e fazer valer o que se realizou na conciliação".

Desafio destemido

Jair Francisco Mafra discursou em nome do SEC de Mogi das Cruzes: "Para inaugurarmos esta Cintec, devo destacar a incansável luta do presidente da *Fecesp*, Paulo Lucania, presença que nos orgulha muito. O sindicato patronal também abraçou este desafio sem medo de errar. Sempre acreditamos na Cintec e seguiremos acreditando sempre. E, em nome dos comerciários, agradeço o empenho de todos."

Evolução

Airton Nogueira disse: "Até chegarmos aqui, a jornada foi difícil. A todos digo que estamos apostando neste novo estabelecimento que vai trazer tranqüilidade na relação capital x trabalho. Estamos seguindo a evolução sistemática do Judiciário e é isso que nós queremos, sem distanciamento, com a presença de advogados das partes, aconselhada pelo nosso regimento interno. Unidos, chegaremos à solução dos conflitos entre capital e trabalho com respeito mútuo. Esta é a nossa responsabilidade." ■

Repórter Fecesp

Questão de Ordem

Paulo Lucania - Presidente da *Fecesp*

Haja dinheiro!

"Acompanhamos com absoluta tristeza o desenrolar da campanha eleitoral, para prefeito e vereador, no rádio e na televisão. Concebido para mostrar ao eleitor o caráter da sua proposta e, em tese, convencê-lo a lhe contemplar com a escolha, os candidatos a prefeito e a vereador, de todas as cidades, insistem na tese de que, passadas as eleições, e escolhidos nas urnas, os candidatos vão resolver todos os problemas das cidades. Aí reside o equívoco daqueles que têm a responsabilidade de conceber as campanhas dos candidatos. Obra atrás de obra, promessa atrás de promessa, e, assim, os candidatos vão enrolando os eleitores e uma campanha plasticamente bem feita, pode resultar na eleição do candidato com melhor estrutura. Chega eleição e vai eleição e a história se repete. Não vimos na televisão e não ouvimos no rádio os candidatos discorrerem sobre propostas reais de administração. O horário eleitoral se perdeu em registros vazios e inconsistentes e não prestou, como é o objetivo, a um crescimento real da consciência crítica do eleitor para que ele, no momento da votação, exercesse com responsabilidade o seu direito. Esqueceram os marqueteiros, profissionais que dirigiram as campanhas e os próprios candidatos que o orçamento do ano que vem, pela lei, deve estar pronto e aprovado no ano anterior, restringe e engessa a administração dentro dos seus próprios parâmetros. Enfim, nestas eleições os políticos perderam mais uma valiosa oportunidade para fazer com que a sociedade compreenda os reais objetivos do horário eleitoral gratuito. É lamentável".

Horário bancário

"Um dos muitos absurdos neste País é o horário de funcionamento dos bancos. Com poucas diferenças, de cidade para cidade, o horário bancário é das 10 ou 11 até às 16 horas. Porque o horário bancário é tão pequeno, quando há uma grita geral por horário ampliado do comércio, dos shoppings centers, etc., e a limitação bancária humilha o cidadão com suas enormes e cada vez mais crescentes filas? Não é possível que não nos indignemos com esse absurdo. Um horário de funcionamento mais elástico dos bancos serviria para melhorar a qualidade do atendimento ao consumidor, ampliaria o potencial de vagas trabalhistas e o que é mais importante, ficaria de acordo com um sentimento de modernidade que hoje respiramos. Em recente entrevista publicada em vários jornais brasileiros, o presidente do HSBC, um banco multinacional, já algum tempo no Brasil, levantou a questão. Ele disse que a flexibilidade no horário de abertura das agências bancárias para o público é a regra em quase todo o planeta. Segundo o executivo, os bancos deveriam ser livres para abrir agências selecionadas, inclusive nos sábados e domingos. E ele tem razão. Porque restringir o horário bancário em detrimento de outros setores, quando a regra, hoje, é justamente o contrário? Com a palavra, os iluminados de Brasília. O Brasil exige: Questão de ordem para o horário flexível dos bancos no Brasil."

Conciliação prévia: uma realidade

"Passados poucos meses do protocolo de intenções assinado pelas estruturas sindicais de empresários e de trabalhadores no comércio, do Estado de São Paulo, a Câmara Intersindical de Conciliação Trabalhista do Comércio (Cintec), já é realidade em várias cidades do Estado de São Paulo. A expectativa é a de que, até o final do ano, pelo menos metade dos mais expressivos municípios do nosso Estado, possam contar com uma unidade autônoma da Câmara como já ocorreu em São José dos Campos, Piracicaba, Ribeirão Preto, Jacarei, Mogi das Cruzes, Guaratingueta e São Paulo. A idéia da constituição do órgão nasceu com a Lei Federal nº 9.958/2000, que prevê a necessidade da conciliação prévia antes da instauração da reclamação trabalhista, de caráter individual, na Justiça do Trabalho. A conciliação prévia foi concebida e aprovada, a toque de caixa e surgiu no bojo da mobilização que decretou a extinção da representação classista, que ainda hoje criticamos e condenamos, com toda a energia porque não trouxe benefício algum para a celeridade processual. Pelo contrário. A ausência dos classistas estimulou a criação dos núcleos de conciliação prévia, como o que viabilizamos, as Cintecs. De qualquer forma louvamos a chegada da Cintec como uma organização que tem um nobre objetivo: a negociação entre empresários e trabalhadores do comércio". ■

Repórter Fecesp

Os organizadores: Paulo Cesar da Silva, Luiz Carlos Motta, Fábio Renato Amaro da Silva, Paulo Lucania, Miltermai Ascêncio Sanches, Walter Bergstrom, Rubens Miranda, Oscar Gonçalves e Antonio Aparecido Soares

ADVOGADOS DE ENTIDADES SINDICAIS COMERCIÁRIAS REALIZAM I CONGRESSO

Em Bertioga, litoral paulista, eles discutiram os temas mais candentes ligados ao Direito do Trabalho. Cerca de 150 congressistas, durante os dias 22, 23 e 24 de setembro, na Colônia de Férias do Sesc, tiveram a rara oportunidade de assistir à exposição de conceituados palestrantes e trocar experiências profissionais. Promovido pela *Fecesp*, o evento contou com os seguintes painéis: Procedimento Ordinário e Sumaríssimo na Justiça do Trabalho; As Prerrogativas do Advogado; Danos Morais nas Relações Trabalhistas; Cintec: O Modelo e a Prática; Ações de Cumprimento e Direito Alternativo. Em seu pronunciamento de abertura, o coordenador geral do Congresso e presidente da *Fecesp*, Paulo Lucania, destacou: "Este é um momento muito importante para a categoria comerciária do Estado de São Paulo. Hoje iniciamos o primeiro de uma série de futuros congressos reunindo advogados e sindicalistas. Para mim, isto é fundamental, tendo em vista que os sindicatos não podem de forma nenhuma prescindir da presença do advogado em seus quadros, principalmente aqueles que se identificam com a classe trabalhadora e que militam nos sindicatos, não pensando apenas no dinheiro proveniente dos honorários, e que têm, acima de tudo, uma vontade imensa de ajudar a resolver os problemas dos trabalhadores. No meu entender, nós revestimos também esse momento de muita importância para o sindicalismo comerciário do Estado de São Paulo. Queremos parabenizar nossa Diretoria, o Departamento Jurídico da *Fecesp* e toda a sua equipe, por terem tido a feliz idéia de realizar este evento". Entre os convidados que participaram da abertura do Congresso estavam Walace Garroux Sampaio e Ubirajara Celso do Amaral Guimarães, vice-presidente e diretor, respectivamente, da Federação do Comércio do Estado de São Paulo (Fcesp)

As palestras

Palestrante: **Sebastião Geraldo de Oliveira**, juiz do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) 3ª Região – Belo Horizonte/MG
Tema: **Procedimento Ordinário e Sumaríssimo na Justiça do Trabalho**

O Brasil é um dos países com a maior demanda de ações trabalhistas em andamento, o que significa, também, que os parceiros sociais dessa área têm dificuldade de buscar o entendimento direto para que não seja levada ao fórum uma relação adoecida, para que ela continue saudável. Em razão disso é que foram pensados mecanismos para esvaziar, ou pelo menos diminuir, o volume de ações na Justiça do Trabalho.

Alternativas para agilizar o Poder Judiciário

Pensando em uma forma de desentupir o Judiciário, o governo resolveu propor duas leis: evitar que as reclamações chegassem à Justiça, criando as Comissões de Conciliação Prévia, e agilizar aquelas ações que já deram entrada no Judiciário.

É dentro dessa perspectiva que nasceu um movimento da Europa para o Brasil, começando a lançar as bases da chamada instrumentalidade do processo. Foi quando se criou no Brasil o Juizado Especial de Pequenas Causas, em 1984 e a Ação Civil Pública, em 1985, com a finalidade de abranger de forma coletiva um número maior de demandas. Aí veio o Código de Defesa do Consumidor, em 1990, a Lei da Arbitragem, o Juizado Especial Cível, em 1995, e agora chega essa mudança profunda no processo trabalhista, através do Procedimento Sumaríssimo.

Tudo isso dentro de uma perspectiva nova. O Direito não pode mais ser encarado sob a ótica dos seus produtores, ou dos seus aplicadores. Direito deve ser encarado, especialmente, sob a ótica de seus consumidores, dos seus destinatários. Todas essas resoluções têm o objetivo de favorecer o consumidor do Direito. Existe hoje na Europa até condenações contra o Estado porque demorou muito a julgar determinado processo, exigindo danos morais por retardamento da decisão judicial.

A origem do Procedimento Sumaríssimo

O Procedimento Sumaríssimo surgiu dentro desse contexto. Mas é importante uma advertência. Por questões de comodidade cultural, temos uma certa hostilidade ao que é novo. A rotina, apesar de altamente estressante, por outro lado traz um certo conforto, não desafia, não exige raciocínio. Fica mais fácil criticar, dá Ibope. Por isso devemos evitar sabotar algo que é interessante pelo simples fato de ser novo.

Há uma inovação com a qual precisamos ir nos acostumando com criadas leis esparsas para tratar do mesmo assunto. Mas se forem alterações para facilitar a consulta, como é adotado em alguns países da Europa, deve-se introduzir um dispositivo na própria lei, com a sigla NR (Nova Redação). A primeira questão sobre o Procedimento Sumaríssimo refere-se à sua vigência e às questões do Direito intertemporal. Os processos arquivados na vigência da lei anterior, não há dúvida, se regem pelo Procedimento Ordinário. Os processos novos, a partir da data da vigência desta nova Lei, de março de 2000, vão se reger pela Lei 9957.

A grande interrogação fica naqueles processos que tiveram início antes de março de 2000. Aplica-se o Procedimento Sumaríssimo nos processos das ações em curso? Qual é a regra que trata do assunto direito intertemporal?

O artigo 2º do Código Penal estabelece o seguinte: a Lei Processual Penal aplica-se desde logo sem prejuízo da qualidade dos atos realizados sob a vigência da lei anterior. A regra em termos de processos é que as novas normas apanham o processo no estado em que ele se encontrar.

Seria assim também no campo do Procedimento Sumaríssimo? Será que a parte que ajuizou a ação sabia que não poderia contar com três testemunhas porque sua ação tem valor menor de 40 salários mínimos? Entendemos que não e, por isso, vale refletir sobre indagações da Lei 9099/95. Aplicam-se de imediato as novas regras ao processo em curso? Aos processos em curso não se aplicam as novas normas. É verdade que se aplicam aos processos em curso quando se trata da alteração de algum detalhe do procedimento. Mas quando se trata do procedimento inteiro, não. Quando foi instituído o Procedimento Sumaríssimo no Código do Processo Civil (CPC) de 1973, teve-se essa mesma discussão. O Supremo Tribunal Federal (STF), julgando o Acórdão dos Recursos Extraordinários 82357, definiu esta forma e esse também é o pensamento de grandes juristas. Também a meu ver, o Procedimento Sumaríssimo se aplica aos processos iniciados a partir de 12 de março de 2000.

Sei que essa questão não é pacífica, parece que na 15ª Região o entendimento é diferente, mas a maioria dos lugares onde eu estive ministrando cursos vem aplicando dessa forma, até por uma questão de facilidade.

O que poderá criar alguma dificuldade é que o Procedimento Sumaríssimo não vai ter jurisprudência uniformizada no âmbito do Tribunal Superior do Trabalho (TST). A questão vai ser mais regionalizada. Não caberá mais recurso de revista. A jurisprudência será muito mais regionalizada.

A outra questão que logo vem à discussão é quais são os princípios que orientam o Procedimento Sumaríssimo. É muito importante um jurista compreender os princípios porque senão vamos lidar só com texto de normas sem saber onde elas estão inseridas e qual o seu significado. Os princípios estão para o direito assim como o álcool está para o vinho. Está dentro dele, você não percebe, mas é ele quem dá o tom diferente.

É incrível a semelhança da lei do Procedimento Sumaríssimo com a lei do Juizado Especial Cível. Das 30 normas, 24 têm correspondência com a lei do Juizado Especial Cível. Podemos concluir, portanto, que o que ocorreu na realidade foi a implantação do Juizado Especial Cível na Justiça do Trabalho via Procedimento Sumaríssimo.

As únicas diferenças são as que tratam do recurso ordinário, a particularidade da perícia, que no Juizado não existe, e prazo para o juiz, que também não existe no Juizado, mas no Procedimento Sumaríssimo há um prazo definido para resolver a questão.

Existe o prazo dilatório e o prazo aceleratório. Os princípios são os mesmos, mas dois deles se digladiam: há uma busca intensa da celeridade e, por outro lado, há um princípio antagônico, que é o da segurança jurídica. Quer-se celeridade, mas não se quer perder a segurança jurídica. Para conseguir o Procedimento Sumaríssimo, a lei dividiu sacrifícios entre todos: o reclamante, que vai precisar fazer uma petição inicial; o reclamado, que sabe que vai ter uma oportunidade única; o juiz, que tem prazo para cumprir sob pena de ter problemas com a corregedoria e multa; o Ministério Público, que não tem prazo para proferir ou redigir parecer (tem de ser oral) e o próprio tribunal, já que a certidão do julgamento vai ser o próprio acórdão.

É verdade que, diante disso, em algumas circunstâncias, a segurança jurídica será arranhada, mas é uma questão de opção do legislador. Entre segurança jurídica e retardamento, ele preferiu priorizar a celeridade, ainda que com arranhões na segurança jurídica. E essa foi a filosofia que orientou essa norma. Por isso, qual é a lei que vamos aplicar no Procedimento Sumaríssimo? As leis previstas na norma 9957/2000. Não podemos nos esquecer que o Procedimento Sumaríssimo está no bojo da CLT. Mas e se a CLT for omissa? Vou para as leis complementares. E se não for suficiente apela-se ao Juizado Especial Cível e, em último caso, ao CPC. Este é o caminho para interpretar, ao meu ver, o Procedimento Sumaríssimo.

O significado do Procedimento

Mas o que significa esse tal Procedimento, esse linguajar pelo qual os autores passam muito rapidamente? O Procedimento é a forma de se mover o processo. Rito vem de ritmo. O Procedimento Sumaríssimo é como uma via expressa para se chegar ao destino. Para entrar nesse Procedimento, poderíamos criar divisões, critérios, mas preferiu-se a alternativa do valor econômico.

Entendeu-se que em causas de valores menores, ainda que em risco de segurança jurídica, o dano não vai ser tão grande porque se trata de causas até 40 salários mínimos. Mas para ingressar nessa via expressa, esse processo deve estar em condições: o pedido deve ser expresso, determinado e deve ter indicado o seu valor correspondente.

Aqui o processo é rapidíssimo, é sumaríssimo. É preciso que haja um guarda vigilante para conferir se todos os documentos estão dentro das normas. O valor correspondente é equivalente ao valor bruto, sob o qual incidem INSS, IR, compensação. Mas existe uma indagação muito séria: o rito é obrigatório ou é opção da parte? Na primeira Lei do Juizado Especial de Pequenas Causas dizia, em 1984, que aquele rito era opcional. A lei de 1999 não usava mais o termo opcional. Mas

uma interpretação enfrenta dificuldade para mudar princípios já consagrados. A meu ver, porém, o rito é obrigatório e não opcional. Só uma explicação: em todos aqueles lugares em que o sindicato instalou uma conciliação prévia não se pode entrar com a ação direta na Justiça sem passar pela Comissão. Não é obrigado fazer acordo, mas é obrigado se passar por ela. Há uma exceção: em caso de motivo relevante que o impossibilite.

As regras para a aplicação do Procedimento

Como fixar o valor da causa? O assunto era praticamente desprezado no campo da Justiça do Trabalho. Agora, passou a ter importância fundamental. O valor da causa ganhou importância para fixar o valor das custas em caso de multa ou má-fé e até para enquadrar o rito. Mas fica o critério a cargo do juiz? Não, existe uma ciência processual própria para fixar o valor da causa.

Segundo o artigo 15º da Lei do Juizado Especial Cível, o valor da causa é a soma dos valores dos pedidos. E quando o advogado discorda do valor da causa fixada pelo juiz na primeira audiência? Cabe algum recurso? Cabe levar ao TRT para apreciar? Cabe, se for Procedimento Sumaríssimo acima de dois salários mínimos e abaixo de 40. Não cabe recurso ao TRT se o valor da causa for de até dois salários mínimos. Cabe emenda na petição inicial? Eu entendo que não.

A lei foi taxativa. O não atendimento pelo reclamante do disposto nos artigos 1º e 2º implicará no arquivamento da ação. Cabe conversão do rito? Há duas correntes, uma dizendo que sim e uma segunda que entende que não, que não se aplica o CPC. Como as duas correntes têm suas razões, isso vai ficar a cargo do juiz. Para outras dúvidas o critério é o seguinte: está no bojo da CLT, é permitido. Cabe reconvenção? No Juizado Especial Cível eles dizem que não, mas cabe apreciação dos pedidos contrapostos, que é uma reconvenção adequada.

Cabe expedição de carta precatória? O espírito da lei diz que não, que a audiência será única, que as testemunhas serão ouvidas no mesmo dia e a parte as leva espontaneamente. No Procedimento Sumaríssimo, reduzem-se as normas e ampliam-se os limites. É verdade que essa lei na mão de bons juizes é extraordinária, um juiz arbitrário poderá causar estragos porque aqui ele ficou fortalecido de poderes, tem um campo mais largo de opções. Cabe ação rescisória? Bons autores entendem que não. Mas a CLT permite ação rescisória. Por isso, entendo que, como o Sumaríssimo está na CLT, cabe ação rescisória.

A audiência no Sumaríssimo: a ação deve ser julgada em 15 dias e, caso o prazo não seja cumprido, o comportamento do juiz será passível de multa. O que é interessante notar é que aqui o juiz tem muito mais liberdade. Só que primeiro ouvem-se as testemunhas do reclamado. Numa ação trabalhista são primeiro as do patrão e depois as do reclamante. Aqui o juiz também não pode ser um mero autômato que aplica normas. Ele deve considerar o que ordinariamente acontece, as regras da experiência. É como se ele adquirisse um olho clínico para aplicar as regras.

Em relação às provas testemunhais, a lei, a meu ver, cometeu uma infelicidade que depois tentou consertar. Mas, se for aplicada ao pé da letra, pode criar complicações. Ela diz que é invalidada a testemunha que, comprovadamente convidada, deixar de comparecer. Só que isso pode levar a uma segunda ou até a uma terceira audiência, o que eu considero inadequado. E nessa exigência de que o convite à testemunha seja comprovado, o que o governo fez foi privatizar a intimação. No que se refere à sentença do Sumaríssimo, há novidades. O juiz, além de dar especial valor à sua experiência, deve julgar analisando a aplicação da lei mais justa e equânime, atendendo aos fins sociais da lei e às exigências do bem-comum. Aqui o juiz ficou mais revestido ainda de poderes para dar a solução mais justa e equânime, atendendo aos fins sociais. A eqüidade é a justiça do caso concreto e, em nome dela, se pode ir até contra a lei.

Palestrante: Robison Baroni, presidente do Tribunal de Ética e Disciplina da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/SP) e criador do Código de Ética da Advocacia
Tema: As Prerrogativas do Advogado

Não existem privilégios ou prerrogativas para a pessoa do advogado, mas para o exercício da profissão. Enquanto eu estiver no exercício da advocacia, a sociedade me dá uma armadura para poder enfrentar o próprio Estado, em todos os seus poderes.

O Estatuto dos Direitos do Advogado e suas prerrogativas profissionais é uma lei muito chata, mas eu gostaria de salientar alguns dos seus pontos: não há hierarquia nem subordinação entre os advogados, magistrados e membros do Ministério Público. Devem todos tratar-se com consideração e respeito recíprocos. O juiz é o presidente do processo. Devemos a ele a gentileza, as noções éticas, a educação. Só.

As autoridades e os servidores devem dispensar ao advogado tratamento compatível e dignidade em condições adequadas ao seu desempenho.

São direitos do advogado:

- exercer com liberdade a profissão em todo o território nacional;
- ter respeitado, em nome da liberdade da defesa e do sigilo profissional, a inviolabilidade do seu escritório e local de trabalho e de seus arquivos, dados, correspondências e suas comunicações, inclusive telefônicas, salvo busca e apreensão determinados por magistrado e acompanhado de representante da OAB;
- comunicar-se com seus clientes, pessoal e reservadamente, mesmo sem procuração, quando estes se acharem presos;
- ter a presença de representante da OAB quando preso em flagrante por motivo ligado ao exercício da advocacia;
- em qualquer assembléia ou comissão que participe, falar sentado ou em pé diante de juízes, administração pública ou poder do Estado;
- reclamar verbalmente ou por escrito contra qualquer juiz ou tribunal sobre a observância dos preceitos da lei;
- examinar em qualquer órgão do Judiciário e do Legislativo autos de processo e retratá-lo sem procuração pelo prazo de dez dias;
- ser publicamente desagravado quando tiver interferências no exercício de sua profissão;
- retirar-se do recinto onde se encontra aguardando pregão da Justiça do Trabalho quando houver atraso na audiência superior a 30 minutos;
- o poder Judiciário e o poder Executivo devem instalar em todos os juizados e delegacias salas permanentes para advogados com uso e controle assegurados à OAB.

A religião, a moral e o Direito são os três grandes fenômenos que caracterizam a sociedade. Sem religião não há moral; sem moral, o Direito é apenas uma palavra. Foi a sociedade que nos deu o Direito e as prerrogativas. A negativa dessas prerrogativas por parte do Poder Judiciário e Legislativo constitui um dever. Inverte-se a situação. Tudo nasce no sentido de liberdade inerente a todos os seres, principalmente os dotados de razão.

Os direitos do *jus postulandi* decorrente de normas, leis e costumes, conhecido como prerrogativas, não se circunscrevem ao homem em si, mas é destinado a um trabalho. Por isso, quando dizem que os advogados são privilegiados, eu diferencio prerrogativa de privilégio.

As prerrogativas conquistadas pelos advogados para o exercício profissional e outorgadas pela lei se justificam pela necessidade da total independência do advogado no exercício do *jus postulandi*. Não é o Estado no seu escopo político que lhe concede essas prerrogativas, mas a sociedade. E foi a OAB que foi buscar isso para os senhores e para as senhoras.

Repórter Fecesp

Palestrante: Marcelo Garcia Nunes, juiz da 1ª Vara do Trabalho de Taubaté/SP e professor da Escola Superior de Advocacia de São José dos Campos
Tema: Cintec - O Modelo e a Prática

Eu sei que existem magistrados que não torcem pelas Comissões, mas eu sou um dos seus incentivadores. Tenho interesse em que elas funcionem porque, certamente, diminuirão meu trabalho. Só que essa lei que nos foi dada é extremamente criticada. Entendo que a concorrência dos sindicatos deve levar à reformulação dessa lei e à sua melhoria, sob pena de mesma ser aplicada futuramente de forma a inviabilizar o bom funcionamento das Comissões. Por isso, vamos debater artigo por artigo.

Parabenizo a vocês, comerciários paulistas, que são muito corajosos porque são os bandeirantes das Comissões e estão assumindo toda sorte de acontecimentos e até o não êxito disso. Sem a categoria do comércio em São Paulo isso seria algo difícil de ser testado.

As empresas e os sindicatos podem escolher Comissões de Conciliação Prévia, de composição paritária, com representantes dos empregados e dos empregadores, cóm a atribuição de tentar conciliar os conflitos individuais de trabalho (Artigo 625).

- Quando a lei diz "podem" criar quer dizer que o legislador, ao contrário de todos os projetos de lei discutidos e debatidos, entende que não é obrigatória a criação das comissões. Ela é facultativa. Acho que deve-se brigar pela obrigatoriedade porque, no Brasil, quando algo não é obrigatório é muito difícil de ser cumprido.
- As comissões devem ser criadas, segundo a lei, para solucionar conflitos "individuais" de trabalho. Isso quer dizer que a matéria coletiva não pode ser objeto de conciliação na comissão. As Comissões também são criadas para conciliar e não para decidir.
- Outra coisa importantíssima em relação às Comissões é quem se coloca lá dentro. Se colocar um radical, não haverá conciliação.
- Uma dica é aproveitar a experiência dos classistas no âmbito da conciliação.

Parágrafo único – As comissões referidas poderão ser constituídas por núcleos de empresas ou de caráter intersindical.

- Eu acredito que dificilmente essa lei funcionará quanto às Comissões no âmbito das empresas. Todos sabem que o que menos o empresariado quer é ter custos. A visão da sociedade hoje é de que essas comissões despertam o problema e, se elas não existem dentro das empresas, isso não vem à tona.
- Sem falar na questão da estabilidade, já que os empregados que entrarem para essas Comissões vão ganhar estabilidade no emprego. Não acredito que isso funcione. No âmbito intersindical isso vai funcionar porque todos esses problemas ficam diluídos, o custo, as garantias de emprego.
- A comissão constituída no âmbito da empresa será composta de, no mínimo, dois e, no máximo, dez membros e observará as seguintes normas: a metade de seus membros será indicada pelo empregador e a outra metade eleita pelos empregados em escrutínio secreto, fiscalizado pelo sindicato da categoria (Artigo 625b).
- Eu entendo que essa eleição tem de ser amplamente discutida com o sindicato da categoria. Isso não pode ser ditado apenas pelo empregador.

Inciso I - Haverá na comissão tantos suplentes quantos forem os representantes titulares.

Parágrafo 1º - É vedada a dispensa dos representantes dos empregados membros da Comissão de Conciliação Prévia, titulares e suplentes, até um ano após o final do mandato, salvo se cometerem falta grave.

- A primeira questão que surge é se essa garantia de estabilidade é apenas para os representantes dos empregados ou se poderia ser também para os representantes dos empregadores. Acredito que essa garantia de emprego vai ser estendida também para os representantes indicados pelo empregador.

Parágrafo 2º - O representante dos empregados executará seu trabalho normalmente na empresa, afastando-se de suas atividades apenas quando convocado a atuar como conciliador.

- Acho que esse tipo de postura deve ser extremamente organizado, com os horários da Comissão, funcionamento das audiências e horário de atendimento de forma a ficar bem claro para o empregador.
- A Comissão instituída no âmbito do sindicato terá sua constituição e horário de funcionamento definidos em convenção (Artigo 625c).
- As Comissões de empresa existem em caráter definitivo, mas as de sindicatos não? Isso tudo é negociado no âmbito do acordo da convenção coletiva. Daí a necessidade de que todos os termos constituídos (funcionamento, taxas, honorários) estejam inseridos na convenção coletiva para ter obrigatoriedade legal.
- Não vejo como, se não houver excessos, é claro, essa questão não ter êxito num ataque judicial. Porque a lei é clara: isso tudo pode ser compactuado no âmbito das categorias.
- Temos que lembrar também que nenhuma Comissão foi feita para dar lucro. O valor cobrado é apenas para sustentar o seu funcionamento.
- Qualquer demanda de natureza trabalhista será submetida à Comissão de Conciliação Prévia na localidade da prestação de serviços onde houver sido instituída a comissão no âmbito da empresa ou do sindicato da categoria (Artigo 625d).
- Quando a lei diz "qualquer demanda" cria dúvidas porque, então, qualquer conciliação que o juiz possa fazer, a Comissão também pode? Algumas matérias deveriam ser levadas ao Poder Judiciário, que teria poderes para transacionar com o conhecimento devido, visto que há na questão uma dúvida razoável quanto à matéria. Não vejo porque, no âmbito das Comissões, também não se possa firmar acordos sem o reconhecimento de ninguém. Mas essa ainda é uma questão dúbia, alguns colegas não concordam comigo. Temos que discutir e pacificar a questão.

Sobre a extensão da atuação das comissões, se no local da prestação do serviço não houver uma comissão instituída, deixa de ser obrigatório passar pela Comissão. Aí vai surgir a seguinte situação: cria-se uma comissão em uma cidade, mas que atinge vários municípios ao seu redor. O trabalhador que exerceu a atividade em um desses municípios é obrigado a passar pela comissão ou pode ir direito ao Judiciário? Eu entendo que não há obstáculo para que ele possa ir direto ao Judiciário porque a lei é clara: só é obrigatória a ida à comissão quando ela existir na própria localidade.

Parágrafo 1º - A demanda será controlada por escrito por qualquer um dos membros da Comissão, sendo entregue cópia datada e assinada pelo membro aos interessados.

- Por isso, deve haver um empregado da Comissão para esse trabalho. No meu entender, ele deve ter algum conhecimento jurídico, deve conhecer o assunto. Talvez possa ser um estudante de Direito porque, caso contrário, corre-se o risco de postular algo indevido.

Parágrafo 2º - Não prosperando a conciliação, será fornecida ao empregado e ao empregador declaração da tentativa conciliatória frustrada, com a descrição de seu objeto, firmada pelos membros da Comissão.

- Juntando esse dispositivo ao que diz a Lei 625b chegamos à seguinte conclusão: criar a Comissão não é obrigatório, mas, uma vez criada, todos os trabalhadores no âmbito daquela categoria, naquela base territorial de execução, têm de passar pela Comissão; são obrigados. Mas pode ser que, passando pela Comissão, não haja êxito.
- Primeira questão que pode surgir e uma crítica: se o empregador faltar acontece alguma coisa? Nada. Sem uma punição para o empregador que não comparece corre-se o risco do insucesso. O próprio trabalhador vai achar que só vai à comissão para pegar um papel para depois poder ir à Justiça. Tenho visto algumas posturas de juízes com as quais eu não concordo, de dar outra oportunidade do trabalhador ir à Comissão, tentar a conciliação e voltar, se não houver êxito.

Parágrafo 3º - Em caso de motivo relevante,

Repórter Fecesp

que impossibilite a observância do procedimento previsto no *caput* deste artigo, será a circunstância declarada na petição inicial da ação e levada à Justiça do Trabalho.

■ Aqui se abre uma exceção à obrigatoriedade de se passar pela Comissão.

■ Outra possibilidade é o trabalhador não confiar no sucesso da Comissão, por algum motivo, mas isso não pode ser feito de forma subjetiva, ele tem de comprovar as suas suspeitas. Parágrafo 4º - Caso exista, na mesma localidade e para a mesma categoria, a Comissão de empresas e a Comissão sindical, o interessado optará por uma delas para submeter a sua demanda, sendo competente aquela que primeiro conhecer o pedido. Aqui também deve prevalecer o bom senso, desde que não haja um trâmite paralelo nas duas instâncias.

■ Aceita a conciliação, será lavrado um termo, assinado pelo empregado e pelo empregador ou seu preposto e pelos conciliadores, fornecendo-se cópia às partes (Artigo 625e). Parágrafo único – O termo de conciliação é título executivo extrajudicial e terá eficácia liberatória geral.

■ A principal questão dessa lei é a seguinte: ela tem efeito apenas quanto ao que é postulado ou pode constar também quanto ao extinto contrato de trabalho? Isso porque o empregado pode entrar com uma ação por causa de um aviso prévio e o empregador pode dizer: "só aviso prévio não, faço acordo apenas se der quitação contra o extinto contrato de trabalho". O empregador pode querer se ver livre de todo o processo. A intenção da lei até foi essa, a de resolver o problema de uma vez, só que o risco é muito grande. Fatalmente, o Tribunal Superior do Trabalho (TST), em última instância, vai resolver essa questão. Só que temos de sobreviver até lá. Eu, particularmente, acho muito arriscado dar uma interpretação ampla.

■ Uma coisa que acho importante ressaltar: é fundamental para o bom andamento da Comissão a presença de um advogado. É importante ter alguém que conheça as normas, os procedimentos, como um ex-classista ou um advogado militante, porque só com leigos a Comissão corre o risco de não ter sucesso.

■ A lei diz que as Comissões de Conciliação Prévia têm prazo de dez dias para realização da sessão de tentativa de conciliação, a partir da procuração do interessado. Esgotado o prazo sem a realização da sessão, será fornecida no último dia do prazo a declaração que permitirá ao trabalhador ingressar na Justiça.

Temos aqui uma lei que não traz punição para o ausente, que não cria condições de funcionamento pleno das comissões, traz dúvidas imensas quanto a questões extremamente relevantes e essenciais para a resolução dos conflitos. Por isso, a questão da sobrevivência das Comissões é buscar politicamente a melhoria dessa lei, sob pena de não se ter condições de manutenção em virtude dos custos altíssimos dessas comissões.

Troca de experiências entre os congressistas acerca do Tema: Ações de Cumprimento

Rubens Miranda, advogado da ***Fecesp*** **(Ações de Cumprimento)** - Uma das propostas que tivemos na organização desse Congresso foi tratar das constantes dúvidas que existem na *Fecesp* acerca das Ações de Cumprimento. Notamos também que algumas dessas ações estão sofrendo problemas processuais. As Ações de Cumprimento estão previstas no artigo 872 da CLT, mas o que precisamos discutir é qual o alcance da lei e sua razão de ser; só pode ser movida se ela estiver prevista na convenção coletiva.

O artigo 611 da CLT diz o seguinte: convenção coletiva do trabalho é o acordo de ordem normativa pelo qual dois ou mais sindicatos representativos de categorias econômicas e profissionais estipulam condições de trabalho aplicáveis no âmbito das respectivas representações.

Uma vez estipulada a contribuição nesses acordos ou convenções, ele se transforma automaticamente em uma sentença. Todos sabem como se desfaz uma sentença transitada em julgado. Ocorre que há uma diferença fundamental entre desfazer uma sentença cível e uma sentença advinda de convenção ou acordo coletivo. Neste caso, se desfaz utilizando-se o que está previsto no artigo 615 da CLT, que diz: o processo de prorrogação, revisão, denúncia ou regulação total ou parcial da convenção ou acordo ficará subordinado, em qualquer caso, à aprovação de assembléia geral dos sindicatos ou partes acordantes, com observância do disposto no artigo 612.

O que temos notado nos processos que consultamos, é que os colegas têm entrado em discussão a respeito se a contribuição é devida ou não, ou ainda sobre a questão se desconta ou não daqueles que não são filiados ao sindicato. Como já existe de antemão um ranço dos juízes contra as contribuições, a discussão com estes argumentos facilita a fundamentação da sentença no sentido da improcedência. Seria mais difícil para o juiz decidir contra a tese da validade do trânsito em julgado do acordo ou convenção coletiva, visto que já estaríamos diante de uma ação de cumprimento com escopo de ação executiva. Ou seja, não se discute mais o mérito.

Nós também temos uma dificuldade em relação à origem da contribuição assistencial. Como eu acho esta contribuição na lei? Tenho orientado as pessoas para que prestem atenção no artigo 462 da CLT porque quando o juiz quer negar a contribuição assistencial, ele diz que o salário do trabalhador é intangível, não se pode mexer nele. Diz isso citando o artigo 462, mas de uma maneira equivocada e proposital. Ele usa apenas a primeira parte do artigo, que diz o seguinte: ao empregador é vedado efetuar qualquer desconto no salário do empregado, salvo quando este resultar de adiantamentos e dispositivos de lei. Eles ignoram que no final está escrito o seguinte: ...ou o contrato coletivo (atualmente convenção coletiva).

A contribuição foi criada no início do regime militar para cobrir os custos da negociação coletiva. Por isso, ela é descontada no mês em que se fecha o acordo. Ela veio, há mais de 30 anos, sendo descontada sem nenhum problema. Ultimamente é que nós estamos encontrando alguns empecilhos. Recentemente, saíram dois precedentes do TST, o 74 e o 119, que procuram inviabilizar a cobrança da contribuição assistencial.

A orientação passada por Galdino Monteiro do Amaral, chefe do departamento jurídico da ***Fecesp***, é um pedido de exigência de fiscalização das contribuições sindicais no Ministério do Trabalho e Emprego, conforme o artigo 606 da CLT . Mas eu tenho dúvida em relação às contribuições assistenciais e confederativas. Inclusive as empresas têm ordens internas para não autorizarem essa fiscalização. Estamos brigando para que o Ministério do Trabalho e Emprego volte a fiscalizar o cumprimento de acordos ou convenções coletivas. Por enquanto ainda não conseguimos sucesso face ao modelo neoliberal implantado no atual governo.

Galdino Monteiro do Amaral, chefe do Departamento Jurídico da ***Fecesp*** **(Ações de Cumprimento)** - Em cima deste trabalho que fizemos há cerca de dois anos, eu gostaria de voltar um pouquinho ao banco escolar. O processo, regra geral, tem duas fases: a fase de conhecimento e a fase de execução. Há pessoas que dizem que o processo é um só, mas eu me filio à tese de que ele tem duas fases.

Na fase de conhecimento, discute-se o direito, se a pessoa tem ou não, se ele é devido a quem o postula. Temos uma sentença e ela vai ser executada. Acontece que existem títulos que passam direto para a fase de execução, eles não exigem discussão sobre sua natureza, como é o caso da promissória, se ela está perfeitamente assinada e de acordo com a lei, não há o que se discutir em relação à sua natureza.

Chegamos à conclusão de que existem títulos sob os quais temos que discutir a sua natureza, assim como há direitos sob os quais temos de discutir sua natureza e também que há títulos que, uma vez acertado entre ambas as partes, não são passíveis de mais discussão. Temos de encarar o tema da Ação de Cumprimento sob esse prisma.

O artigo 872 da CLT diz: do Cumprimento das Decisões. Celebrado o acordo ou transitada e julgada a decisão, seguir-se-á o seu cumprimento sob as penas estabelecidas nesse título.

Parágrafo 1° – Quando os trabalhadores deixarem de receber o pagamento de salários na conformidade da decisão proferida, poderão os empregados ou seus sindicatos, independentemente da outorga de poder de seus associados, juntando certidão de tal decisão, apresentar reclamação à vara ou juiz competente, observado o processo previsto no capítulo 2 deste título, sendo vedado, porém, questionar sobre a matéria de fato e de direito já apreciada na decisão.

Isso significa que na Ação de Cumprimento não pode mais se discutir o que foi debatido na fase do conhecimento. É proibido. Entendo que também a convenção coletiva celebrada entre as partes não deve ser discutida nas Ações de Cumprimento. As partes celebraram a convenção livremente. A Constituição hoje dá uma prevalência muito grande à convenção coletiva e não há que se discutir a natureza do título.

A convenção coletiva tem de ser cumprida na íntegra. O acórdão no Tribunal pode ter 68 cláusulas, 200, não importa, todas elas têm de ser cumpridas.

O que tem acontecido é que determinados colegas começaram a entrar com ação de cobrança de contribuição assistencial citando jurisprudência, ou seja, se equivocando. Em vez de entrar com uma ação de execução, ele entra com uma ação de cobrança. E deu margem para que o outro advogado discutisse a natureza do título. O equívoco parte do próprio advogado. Nós temos de mudar o enfoque da ação.

Quero assegurar que ainda existem determinados caminhos que não exploramos. Quanto às contribuições sindicais, o artigo 606 da CLT prescreve caber às entidades sindicais, em caso de falta de pagamento da contribuição sindical, promover a respectiva cobrança judicial mediante ação executiva, valendo como título de dívida a certidão expedida pelas autoridades regionais do Ministério do Trabalho e Emprego, que baixará as instruções, regulando a expedição de certidões a que se refere o presente artigo, às quais deverão constar a individualização do contribuinte, a indicação do réu, a designação da entidade a favor da qual é recolhida a importância da contribuição de acordo com o respectivo enquadramento sindical.

Parágrafo 2° - "Para os fins da cobrança judicial da contribuição sindical são extensivos às entidades sindicais, com exceção do fórum especial, os privilégios da fazenda pública para a cobrança da dívida antiga."

Isso quer dizer que a cobrança da contribuição sindical goza dos mesmos privilégios da dívida da Previdência Social, por exemplo. Apurado o débito, tem que se cobrar. O que não podemos é deixar que o empregador conteste as ações com a discussão sobre a natureza de um título que é auto-executável. Hoje o próprio governo liberal diz que tem que prevalecer o negociado sobre o legislado.

O que temos feito é incluir as contribuições assistencial e confederativa dentro da convenção como autorização do trabalhador para o desconto. Já tínhamos a obrigação do empregador de descontar e recolher, agora vamos criar nas próprias assembléias as contribuições ano a ano para que não haja dúvida nenhuma. O trabalhador vai autorizar, é um integrante da categoria, não é só um associado que autorizou e o empregador, por seu turno, através do seu sindicato, assinou que vai descontar e recolher.

Os cerca de 150 participantes vindos de todo Estado: aproveitamento total

Oscar Gonçalves, presidente do Sindicato dos Empregados no Comércio (SEC) de Ribeirão Preto **(Ações de Cumprimento)** - Não conseguiremos manter as entidades sem as contribuições. Em todos os outros países é assim. O que acontece é que o empregado também não tem consciência política da valorização da entidade sindical e também porque algumas entidades não conseguem prestar assistência social adequada. O assistencialismo está bem infuso nos sindicatos porque é uma forma de atração do associado e não tem nenhum outro benefício. Essas contribuições é que dão suporte ao sindicato na manutenção do seu quadro de sócios. Por isso, nós temos que buscar esses recursos.

Mas há uma insegurança jurídica muito grande em relação a isso. Há muito medo das entidades sindicais de fazer isso. Às vezes, eles decidem entrar contra as firmas pequenas porque elas não têm um departamento jurídico muito estruturado e acabam fazendo acordo. É isso o que acontece. Se vamos questionar isso nas grandes empresas, isso vai acabar no TST e fatalmente nós vamos perder a ação porque o entendimento deles é de que se deva cobrar, no máximo, dos associados. É uma decisão errada porque vai penalizar os que estão contribuindo. Se fôssemos cobrar de não associado porque ele não contribui, ainda daria para entender. Ao juiz interessa prejudicar os sindicatos e, para isso, ele tira a receita.

O objetivo dessa palestra foi dar aos senhores a oportunidade de saber o que vocês estão fazendo, queremos esses subsídios para que todos nós saibamos o que está acontecendo. Para fundamentar uma ação, vocês sabem que é preciso ter embasamento. É preciso recolher provas com todos os dados e datas.

Palestrante: **Luiz Eduardo Günther**, juiz do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) 9ª Região, Curitiba/PR
Tema: Danos Morais nas Relações Trabalhistas

Toda estrutura lógica e jurídica do dano moral é esquematizada no artigo 159 do Código Civil, que estabelece que aquele que por ação ou omissão voluntária ou involuntária e negligência ou imprudência resultou causa ou prejuízo ao outro tem que reparar o dano.

A partir da Constituição de 1988, artigo 5º, incisos V e X, diz que é assegurado o direito de resposta proporcional ao agravo, além da indenização por dano moral, material, oral ou a imagem. São invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas e assegurado o direito à indenização.

O artigo estabelece a indenização por dano moral, seja na área trabalhista, cível, comercial, em qualquer área. Compete a jurisprudência resolver no caso concreto quais são as possibilidades de se deferir ou não o dano moral e fixar a indenização, que é a parte mais difícil e que tem afugentado os advogados da questão.

O dano moral é uma ofensa ao direito personalista, que pode ser um dano estético, um dano à própria intimidade da pessoa, à relação dela com as outras e também as razões relacionadas ao dano biológico e ao dano físico.

Três situações utilizadas na sociedade civil para caracterizar o dano moral:
1) Ocorrência de ato ilícito praticado por ação ou omissão,
2) Culpa do agente no seu conceito genérico
3) O próprio dano do ofendido.

Quando da ocorrência do dano moral na fase contratual ou até na pós-contratual do trabalho, praticamente não há discrepância nos seus dados.

O dano moral na fase contratual é perfeitamente possível. Um dos casos que ocorre com freqüência é a divulgação de que a contratação não se deu porque o candidato é homossexual, é aidético etc.

Outra hipótese nesse campo é aquela que acontece quando se faz uma verbalização da contratação de alguém. Isso é mais freqüente nas grandes empresas. Não vejo problemas no fato de uma firma tirar um trabalhador de uma empresa para levá-lo para seus quadros. Às vezes o trabalhador chega a mudar os filhos de escola, a esposa sai do emprego e quando ele se apresenta na companhia, a contratação não se consolida.

Parece-me que essa vai ser a dificuldade maior para os senhores advogados, que é justamente a fundamentação e a justificativa para caracterizar o dano moral antes da contratação.

Quanto ao dano moral durante a execução do contrato de trabalho, me parece que os exemplos são inúmeros, como a questão do trabalho escravo, o assédio sexual, a revista pessoal de controle, a falsa notícia oriunda do departamento médico de alguma empresa de que o empregado é portador de alguma moléstia contagiosa e que terá pouco tempo de vida. O fato do empregado adquirir uma moléstia profissional no decurso de sua atividade na empresa que lhe cause um mal é outra hipótese.

O dano moral pós-contratual pode ser exemplificado na demissão por justa causa quando a justa causa é abusiva. Temos casos também das listas negras, em que se divulgam clandestinamente as pautas das justas causas.

Há também a questão do dano moral coletivo. É, na realidade algo relativamente novo, que é a possibilidade de se estabelecer um dano que tem uma projeção coletiva, mais ou menos o que acontecia nos planos econômicos. Ele vem sendo discutido entre os muitos juízes justamente por ser uma questão que envolve todos os trabalhadores de um grupo e que a indenização vai ser benéfica a um número maior de pessoas.

Quanto ao valor da indenização, nós temos duas leis básicas para nortear esse cálculo. O Código Brasileiro de Telecomunicações, a Lei 4117, de 1962, a primeira lei que falou em dano moral e indenização, e a Lei de Imprensa, Lei 5250, de 1967, que estabelece a possibilidade de reparação do dano moral. Mas nunca se estabeleceu claramente quais são os critérios para a indenização.

O que fazer para estabelecer o que são danos morais nas relações trabalhistas?

Alguns advogados fazem o seguinte: ingressam com ação por danos morais e pedem ao juiz que fixe uma indenização por dano moral de acordo com a gravidade do dano, a condição do trabalhador e a condição daquele que ofendeu.

Há advogados que preferem deixar isso ao livre arbítrio do juiz. Mas isso cria um problema porque se o juiz fixa um valor e o advogado não concorda, não tem como recorrer.

O importante é que a gente esclareça através da norma, da gravidade do dano, a forma que isso atrapalha a vida do trabalhador, a sua família e deixe bem claro as condições em que isso ocorre. Os senhores também podem sugerir valores.

O caso mais comum que os senhores podem resolver, me parece, com certa facilidade, é a questão da dispensa por justa causa em que o cidadão fica desempregado por causa da informação incorreta que a empresa dá. Em princípio, é o tempo que a pessoa vai ficar desempregada. Se a pessoa é despedida por justa causa, não importa que ela tenha ficado na empresa um mês, o que importa é o tempo que ela ficou sem emprego.

Se houve demissão por justa causa, isso foi divulgado para outras empresas e impediu que esse trabalhador pudesse ser contratado e, pior de tudo, a informação era falsa o que ficou comprovado na ação trabalhista. É possível que o dano moral se estenda enquanto ele estiver desempregado.

Temos um caso único de indenização por dano moral, em casos concretos, de uma lei que estabelece já uma quantificação por dano moral. É a que refuta a exigência do exame de gravidez na admissão do trabalhador, Lei 9029, de 1995, da deputada federal Benedita da Silva (PT/RJ). É a primeira lei que estabeleceu de forma concreta a indenização.

No artigo 4º, ela diz o seguinte : o rompimento da relação de trabalho por ato discriminatório, nos moldes desta lei, faculta ao empregado optar entre: readmissão com ressarcimento integral de todo o período de afastamento mediante pagamento das remunerações devidas, corrigidas monetariamente, acrescidas dos juros legais ou a percepção em dobro da remuneração no período de afastamento corrigida monetariamente e acrescida dos juros legais.

Aqui há um padrão possível fundamentar. Por aqui, os senhores poderão ter um parâmetro para os casos em que a pessoa já é empregada. No Estado do Paraná e em Santa Catarina, nas empresas multinacionais, tem ocorrido das empresas contratarem os empregados e estes ficarem na companhia até uma certa idade: 35 anos. A partir daí, torna-se descartável. Um trabalhador foi despedido com 40 anos de idade e sem justa causa. Formalmente, a dispensa estava correta, com multa de 40%, liberação do FGTS, aviso prévio etc. Mas o trabalhador entrou com a ação porque disseram a ele que estava sendo despedido por estar completando 40 anos de idade. Que aquilo era um atentado ao princípio da não discriminação previsto na Constituição.

Para minha surpresa, o pedido para que ele fosse reintegrado com o ressarcimento dos salários perdidos foi acolhido por todos os juízes. Depois os advogados passaram a perceber que era possível invocar essa lei.

A avaliação de alguns congressistas

Giselda Cruz, advogada do Sindicato dos Práticos de Farmácia e dos Empregados no Comércio de Drogas e Medicamentos e Produtos Farmacêuticos de São Paulo (Sinprafarma/SP): "Eu tinha a expectativa de aprimorar meus conhecimentos, ainda mais no Procedimento Sumaríssimo que é uma matéria relativamente nova. Por isso, surgem controvérsias, e esse I Congresso é muito importante porque os profissionais podem estar trocando idéias acerca da parte prática da aplicação da lei".

Sérgio Luiz Martinez, advogado Sindicato dos Empregados no Comércio (SEC) de Santo André: "Acho uma iniciativa excelente da *Fecesp* a realização deste Congresso. É com esse tipo de iniciativa que iremos unir mais nossa categoria. Já tinha assistido a muitas palestras sobre o Procedimento Sumaríssimo, mas essa foi a melhor de todas. Nota dez! O comerciário será o maior beneficiado porque tudo o que aprendemos aqui vamos levar para o dia-a-dia do nosso sindicato".

Cecília Lopes Santos, advogada SEC de Taubaté: "O Congresso abordou temas muito atuais, que envolvem a parte jurídica do sindicato e quanto mais conhecimento tivermos a esse respeito, melhor será para o sindicato e para os comerciários".

Luiz Gustavo Galvani, advogado do SEC de Franca: "De um Congresso como este podemos tirar uma série de aprendizados. O Procedimento Sumaríssimo, por exemplo, é uma lei nova e o Dr. Sebastião Geraldo de Oliveira é um grande juiz que nos esclareceu sobre as prerrogativas da mesma. Sua palestra foi muito importante para esclarecer todas as minhas dúvidas".

Rômulo Gusmão de Mesquita Santos, advogado do SEC de Mogi das Cruzes: "Achei o Congresso excelente. Quero parabenizar a *Fecesp* e pedir que continue com esse trabalho para que os advogados dos sindicatos possam estar constantemente se atualizando para as batalhas que estamos enfrentando no dia-a-dia. Tínhamos dúvidas, mas aprendi muito e saio daqui satisfeito".

Outro caso era de um trabalhador bancário, que tinha sido assaltado e a alegação que ele trazia era a de que havia uma lei municipal que estabelecia a obrigação de estabelecer a porta giratória. O banco não colocou a porta giratória, foi assaltado durante o assalto, o trabalhador sofreu ferimentos e um *stress* profundo etc. O banco disse o seguinte: segurança pública não é problema da empresa, é problema do governo.

Tive muita dificuldade em fixar um valor para isso, mas o próprio trabalhador achou que dez salários poderiam reparar o que ele tinha sofrido.

Outro caso em que houve dificuldade para se decidir foi o caso em que um guarda, o vigia de uma loja comercial que foi assaltada na madrugada, foi morto a tiros pelo assaltante. A família entrou com uma ação na Justiça do Trabalho pedindo uma indenização porque havia na convenção coletiva do trabalho uma obrigação da empresa fazer o seguro de vida dos trabalhadores. E a empresa não fez isso. Os dependentes desse trabalhador postularam apenas isso, o valor relativo ao seguro que eles teriam direito se a empresa tivesse feito o seguro.

Chegou-se à conclusão de que a responsabilidade era da empresa por uma série de razões, mas a mais importante é de que o assassinato tinha acontecido dentro da empresa e que a empresa tinha a obrigação de fazer o seguro. Foi publicado esse acórdão e a empresa não recorreu, achou que estava correta a decisão.

Há alguns acórdãos no Supremo Tribunal Federal (STF) no sentido de manter a competência da Justiça do Trabalho nessas questões, e não do Direito Civil. Mais recentemente, outros acórdãos estão reconhecendo a competência da Justiça do Trabalho e entendendo que não é porque a matéria do dano moral está ou não prevista nas leis trabalhistas. A questão é que isso está decorrendo de uma relação de emprego.

Não sei se os senhores estão acompanhando essas alterações constitucionais que estão chegando, especialmente o inciso VI do artigo 114 da competência, que diz que compete à Justiça do Trabalho processar as ações de indenização por dano moral decorrentes das relações do trabalho. A partir do momento em que isto for aprovado, a questão da competência será solucionada.

Palestrante: **Amilton Bueno de Carvalho**, desembargador do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul
Tema: Direito Alternativo

Há uma exigência cada vez maior de se falar em Direito Alternativo. Todos os atestadores do Direito Penal dizem que o objetivo jurídico do artigo 217 é a proteção à mulher. Mas no momento em que se diz que está protegendo a mulher, diz-se também que

ela é tão coitadinha que precisa ser protegida, é tão frágil que, se eu não protegê-la, os homens, que são muito mais inteligentes, vão abusar da castidade da coitada.

Só merece a proteção penal a mulher virgem. O homem nasceu para o prazer, a mulher não. Ela tem que ficar casta até aquele dia hipócrita em que ela troca de dono no altar. Deixa de ser propriedade do pai e passa a ser propriedade do marido.

Na verdade, o artigo 217 do Código Penal, apesar de afirmar que protege a mulher, protege o homem. O que o Direito Alternativo faz? Ele aponta e discute a crise. Tenta buscar soluções. É uma discussão que ultrapassa o limite da legalidade e ataca as bases do Direito e as próprias bases da sociedade. Por isso as pessoas não gostam dele.

A discussão é tanta que hoje, no Rio Grande do Sul, os juros dos bancos são de 12% ao ano. Claro que o Supremo Tribunal Federal (STF) muda tudo, mas a regra é essa. É apenas uma questão do que você espera da sociedade.

São formas diferentes de se olhar o fenômeno jurídico. Se nós quisermos, os juros no País inteiro serão 12% ao ano. Muitos atacam o Direito Alternativo dizendo que ele não quer saber de lei. Não é verdade. Eu não consigo vislumbrar um tipo de sociedade sem normas, sejam elas feitas ou não.

Na verdade, o que se repele com o Direito Alternativo é a lei injusta. No espetáculo jurídico, a lei é o instrumental mais importante, sim. Mas ele não tem cunho de verdade absoluta, ele é o início para a discussão.

Lucania entrega o certificado à congressista Valdirene Prado Moreira, presidente do SEC de Caraguatatuba

O conceito do Direito Alternativo

Há uma dificuldade no plano teórico de conceitualizar. Porque a tendência da conceitualização é fazer com que o espaço da criação desapareça. Eu ousaria dizer que o Direito Alternativo nada mais é que um movimento que usa o instrumental prático e teórico destinados aos operadores jurídicos que queiram colocar o seu saber e a sua atualização na perspectiva da radicalização democrática.

O Direito Alternativo está nesse desespero do instrumental prático e teórico que nos permite atuar. Porque não existe, em toda a história do Direito, um instrumental que nos permita atuar dentro das nossas profissões no sentido da democracia. Normalmente nós terminamos ficando esquizofrênicos. A pessoa é progressista na vida pessoal, mas quando vai atuar dentro do processo ele vira conservador porque o saber dele é conservador. Parece que existe em nós dois cidadãos.

O movimento do Direito Alternativo ataca o saber tradicional. Estou convencido que o saber tradicional é um saber absolutamente mantenedor e acrítico, além de conservador, já que todos somos, em essência, conservadores.

Enquanto formos apenas repetidores de fórmulas antigas, nós servimos aos donos do poder. Vivemos no mundo imaginário, perdemos as bases das normas. Não temos a possibilidade criativa.

A prática do movimento do Direito Alternativo

Como se dá a atuação na prática do movimento do Direito Alternativo:

a) O uso alternativo do Direito – Nasce nos anos 60, uma corrente avançada da magistratura italiana, que diz que o uso alternativo do Direito é uma atuação dentro do Direito positivado. Admite-se que o Direito é lacunar, que tem fissuras, tem aberturas, e aproveita essas contradições em favor da real democratização da sociedade.

b) Positividade incompatível – Nesse momento se faz uma guerrilha para a concretização das normas que beneficiam a maioria da população. As normas não são boas ou más, existem normas boas, sim. Mas acontece que nós, operadores jurídicos, temos uma tendência hipócrita de não aplicar as leis que beneficiam a maioria da população.

O princípio da liberdade é uma conquista que tem de ser preservada. Se isso é importante, para preservar a liberdade se cria um instrumento legal de *habeas corpus* que é a forma de protegê-lo.

Existem uns 200 artigos que protegem o dono da propriedade. É o princípio da propriedade. Mas o princípio social da propriedade não tem nenhum artigo. É por isso que eu digo que há uma tendência hipócrita de não se aplicar as leis que beneficiam a maioria da população.

No momento que estamos autorizados a negar a lei que ela agride os princípios gerais do Direito. É nesse momento precioso em que existe um conflito entre norma e princípio geral do Direito.

c) Direito Alternativo *strictu sensu* – É o reconhecimento de que não existe monopólio da criação do Direito. Isso não pertence apenas ao Estado. Existem dentro do mesmo espaço geográfico, dentro do mesmo momento histórico, direitos paralelos. O povo na sua caminhada histórica também cria Direito. Estou convencido de que o povo cria leis e destrói normas. Existem também limites ao poder criativo da população. ■

REPÓRTER FECESP

Coordenação

COORDENAÇÃO GERAL:
Paulo Fernandes Lucania

COMISSÃO ORGANIZADORA:
Luiz Carlos Motta - Vice-Presidente da Fecesp
Oscar Gonçalves - Diretor de Assuntos Trabalhistas da Fecesp
Paulo Cesar da Silva - Diretor Social da Fecesp

COMISSÃO TÉCNICA:
Rubens Miranda - Advogado da Fecesp
Fábio Renato Amaro da Silva - Advogado da Fecesp
Antonio Aparecido Soares - Advogado do SEC de Catanduva
Miltermai Ascêncio Sanches - Advogado do SEC de São José do Rio Preto
Walter Bergstrom - Advogado do SEC de Limeira

Notas & Números

O fim do leite C

Até 2004, o Ministério da Agricultura pretende extinguir o leite tipo C e estimular a produção do tipo B, pasteurizado. O objetivo é ampliar o mercado de leite com menores índices de carga bacteriana, fornecendo, portanto, somente os tipos A e B. Atualmente, o tipo C representa 95% da produção nacional e as regiões Sudeste e Centro Oeste serão as primeiras a serem atingidas pela medida nos próximos dois anos. No Norte e Nordeste o processo deverá levar quatro anos. Segundo o Ministério, o leite C tem de seis milhões a 100 milhões de microorganismos por mililitro. Na Europa o limite é de 100 mil. O de tipo A pode ter, no Brasil, até dez mil microorganismos e o B, 500 mil.

Aperto desumano

Mil quatrocentos e seis detentos, onde deveriam estar, no máximo, 223! Estes números fazem parte de recente levantamento feito pela Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública na capital paulista, por meio da 6ª Delegacia Seccional de Polícia, para denunciar, conforme tem feito o deputado estadual Jilmar Tatto (PT), e buscar soluções para a superpopulação carcerária. Veja a gravidade da situação nas Delegacias de Polícia (DPs) onde a pesquisa foi realizada:

Unidade Policial	Quantidade de presos	Capacidade
11º DP - Santo Amaro	166	25
25º DP - Parelheiros	68	20
43º DP - Cidade Ademar	157	25
47º DP - Capão Redondo	172	25
80º DP - Vila Joaniza	102	16
85º DP - Jardim Mirna	103	16
92º DP - Parque Sto. Antônio	114	16
98º DP - Jardim Miriam	117	16
99º DP - Campo Grande	111	16
100º DP - Jardim Herculano	110	16
101º DP - Jardim Embúias	122	16
102º DP - Capela do Socorro	64	16
Total	**1406**	**223**

Pequena empresa paga menos

Os estabelecimentos com faturamento máximo de R$ 1,2 milhão e que fazem suas declarações por meio do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples) pagam a seus empregados menos da metade do salário das empresas que recolhem o Imposto de Renda (IR) normalmente. Se nas empresas de grande porte o salário médio gira em torno de R$ 1.040,61, nas micro e pequenas a remuneração média é de R$ 537,98. Esta diferença, segundo dados da Previdência e Assistência Social, é verificada em todo o País. O Estado de São Paulo conta hoje com 644.542 empresas. Deste total, 287.503 são optantes do Simples. São 44,6% das empresas paulistas.

Área social: a pão e água

Somente 10% do previsto no Orçamento para 2000. É este o percentual que o governo investiu até o final de agosto na área social. Quer dizer, dos R$ 12 bilhões disponíveis para investimentos na área, apenas 1,2 bilhão foi aplicado. Os setores mais prejudicados foram a saúde (4,97% do previsto); assistência social (6%); reforma agrária (6%) e habitação (0,35%). Na saúde, a prevenção de doenças foi a área mais atingida: apenas 3% do programado. O governo alega demora na aprovação do Orçamento pelo Congresso Nacional, sancionado em maio, e argumenta que a lei eleitoral proíbe convênios com os Estados depois de junho. Penúria para a área social, luxúria para a publicidade do governo, que de janeiro a agosto deste ano já consumiu R$ 146 milhões dos cofres públicos. Para comparar, esse valor eqüivale ao investimento em saúde (R$ 69 milhões), educação (R$ 55 milhões) e ciência e tecnologia (R$ 22 milhões) somados. ■

REPÓRTER FECESP

Antonio Augusto de Queiroz*

Relatora quase arquiva reforma sindical

A relatora da Proposta de Emenda Constitucional (PEC 623/98) da organização sindical, por descuido, chegou a requerer ao presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara a declaração de prejudicialidade da mesma. É que a referida PEC, juntamente com outras duas, achava-se apensada à PEC 346/96, que trata da representação classista, matéria já aprovada e promulgada pelo Congresso Nacional. Quando percebeu o erro, desistiu do requerimento de arquivamento. É provável que requeira a declaração de prejudicialidade apenas sobre a representação classista, mantendo em tramitação a proposta de reforma sindical. Brevemente esta coluna trará novidades sobre os desdobramentos da matéria. Veja abaixo o texto da correspondência que a relatora deputada federal Zulaiê Cabra (PSDB/SP), havia enviada ao presidente da CCJ da Câmara:

"Senhor Presidente,

Tendo analisado a Proposta de Emenda à Constituição nº 346, de 1996, e as apensadas PEC nº 410, de 1996, **nº 623, de 1998** e nº 28, de 1999, que nos foram distribuídas para exame de sua admissibilidade, verificamos que as proposições em questão versam sobre a Justiça do Trabalho, matéria já regulada na Emenda Constitucional nº 24, promulgada em 9 de dezembro de 1999, bem como na Proposta de Emenda à Constituição nº 96, de 1992, aprovada na Câmara dos Deputados nesta sessão legislativa.

Assim sendo, requeremos a V. Exa., que adote as providências necessárias à declaração de prejudicialidade das referidas propostas, nos termos do art. 163, I, do Regimento Interno. Atenciosamente, deputada Zulaiê Cobra".

Mais de mil dirigentes sindicais reunidos em Plenária

A Coordenação Confederativa de Trabalhadores (CCT) realizou em Brasília, nos dias 5 e 6 de setembro, sua "3ª Plenária Nacional de Dirigentes Sindicais", um mega evento com a participação de mais de mil sindicalistas de todo o País. A Plenária, que de pé homenageou Getúlio Vargas e Barbosa Lima Sobrinho, debateu e deliberou sobre Reforma do Judiciário e Estrutura Sindical, Jornada de Trabalho, Reforma Tributária, Sistema Financeiro e Reforma Política. Entre os palestrantes convidados, estavam o advogado trabalhista e diretor técnico do Diap, Ulisses Riedel, e o professor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Márcio Pochmann. Além da "Carta de Brasília", um manifesto político da Plenária, os sindicalistas aprovaram um "Plano de Lutas" com 31 itens, cuja íntegra publicamos no box abaixo.

O documento político da 3ª Plenária Nacional de Dirigentes Sindicais, a "Carta de Brasília", apresenta o diagnóstico de que "a) Nunca o mundo do trabalho teve de enfrentar desafios e ameaças como os ataques com que a mundialização e o neoliberalismo nos golpeiam todo dia, b) aponta o modelo de exclusão, representado pelo desemprego, a miséria e fome de bilhões de pessoas no mundo, c) denuncia o desmonte da estrutura sindical, dos direitos trabalhistas e da Justiça do Trabalho, em particular a extinção da representação paritária, muitas vezes com respaldo e adesão de alguns parlamentares de esquerda e de sindicalistas comprometidos com as verbas do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), d) defende a unicidade sindical, a contribuição sindical, o acesso à justiça sem interferência do patrão e o respeito ao sistema confederativo e f) de conclamar a todos à luta, à resistência, para provar com nossas palavras e com nossa prática que a política é a arte de tornar possível o que eles dizem que é impossível".

Plano de Lutas:

1 – Desenvolver uma ampla campanha nacional em defesa do FGTS e dos direitos trabalhistas, com o objetivo de buscar a participação de todas as Federações e Sindicatos filiados e outros segmentos do movimento sindical.

2 – Promover um movimento eficaz para que o governo estenda administrativamente, para todos os trabalhadores, a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), repondo os confiscos feitos pelos vários planos econômicos.

3 – Participar ativamente nas eleições em todos os níveis (municipal, estadual, federal e Presidência da República), priorizando as atuais eleições municipais, apoiando candidatos comprometidos com a plataforma de luta [illegible] defesa da soberania nacional, dos d[illegible] sociais e do serviço público, priorit[illegible]mente aos trabalhadores da categori[illegible] contribuindo assim para derrotar aquel[illegible] que fazem parte do esquema de sustentação do governo neoliberal de FHC.

4 – Apoio à CPI que vai averiguar as irregularidades nas contas do FAT.

5 – Mobilizar os trabalhadores e pressionar o Congresso Nacional para derrotar a PEC de autoria do governo FHC que permite o desconto dos aposentados e pensionistas, estendendo estas iniciativas para o âmbito estadual, onde os governadores buscam implementar ou já implementam a mesma política, bem como todos os projetos que visem retirar direitos e conquistas dos trabalhadores e da sociedade.

6 – Propor a instauração da CPI para apurar a corrupção no governo FHC (Caso Eduardo Jorge).

7 – Divulgar amplamente o MANIFESTO EM DEFESA DO BRASIL, DA DEMOCRACIA E DO TRABALHO especialmente à imprensa sindical. Construir comitês populares, realizar debates e seminários com o objetivo de envolver as massas trabalhadoras na luta política contra o governo FHC e sua política neoliberal.

8 – Articular proposta de uma Greve Geral em defesa dos direitos sociais, do emprego e pela redução da jornada de trabalho para 36 horas semanais, sem redução do salário com jornada de dois turnos de seis horas diárias, e da estrutura sindical.

9 – Proibição de horas extras e da jornada de compensação, conhecida no meio sindical como banco de horas.

10 – Defender a verdadeira reforma agrária e repudiar toda forma de violência contra os trabalhadores rurais, apoiando o MLT/MST e todos os movimentos que lutam pela terra para q[illegible]m nela trabalha.

11 – Desenvolver um [illegible]ovimento pela paz, denunciando a degr[illegible]ção social e a violência urbana e rura[illegible] como resultado da crise do sistema cap[illegible]lista, com o objetivo de consolidar a b[illegible]ndeira de luta **Sem Justiça Social não ha Paz.**

12 – Lutar contra as privatizações e em defesa do Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Petrobrás e Empresa Brasileira de Correios Telégrafos.

13 – Priorizar a luta pela Previdência Social, pelo respeito ao aposentado, ao pensionista e ao trabalhador, com mobilizações e ações, não só de resistência, mas pela reconquista dos direitos previdenciários, da aposentadoria especial e contra os novos projetos e investidas do governo.

14 – Construir um amplo movimento contra aprovação da PEC 623/98, inserindo em todo material da entidade, o seguinte slogan: "Na luta contra a PEC 623/98, pela manutenção dos direitos sociais".

15 – Organizar plenárias estaduais para esclarecer aos dirigentes sindicais sobre o perigo que representam para a estrutura sindical e aos direitos dos trabalhadores os projetos neoliberais do governo FHC que tramitam no Congresso Nacional.

16 – Refazer uma campanha nacional pela retirada do Art. 6º da Medida Provisória nº 1982-74 que liberou o funcionamento do comércio aos domingos.

17 – Apoio e participação nas ações referentes a Marcha Mundial de Mulheres contra a pobreza, a discriminação e a violência.

18 – Lutar e desenvolver ações políticas junto à sociedade, instituições e outras entidades, contra a precarização no processo de revisão e discussão da Norma Regulamentadora NR – 4 – SESMT – Serviços Especializados em Segurança e em Medicina do Trabalho, bem como a participação das entidades profissionais do SESMT, através da CCT, na discussão e revisão de todas as normas relacionada à Segurança e Saúde dos Trabalhadores.

19 – Lutar contra a terceirização dos Serviços de Segurança e Saúde no Trabalho, que possibilita a criação de Cooperativas de Trabalho.

20 – Campanha pela revogação do parágrafo único do Art. 442 da CLT, que permite a formação das fraudulentas Cooperativas de Trabalho.

21 – Apoio à luta pela realização de auditoria independente e autônoma das dívidas públicas interna e externa e suspensão do seu pagamento.

22 – Campanha contra a flexibilização do Art. 7º da Constituição Federal.

23 – Apoio ao abaixo assinado, que é contrário a revisão da Convenção 103 da OIT, que prevê a flexibilização do direito que protege a mulher durante o período da licença maternidade e retira a estabilidade da trabalhadora grávida.

24 – Luta pela derrubada do modelo econômico do governo neoliberal de FHC, livrando a Nação Brasileira do FMI.

25 – Enfrentar e combater a lógica da globalização.

26 – Lutar pela imediata revogação do Precedente Normativo nº 119 do TST.

27 – Lutar pela extinção do TST.

28 – Lutar para que o Senado Federal ratifique a Convenção nº 158 da OIT.

29 – Lutar para impedir a extinção do Poder Normativo da Justiça do Trabalho, através da PEC 29/00 – Reforma do Poder Judiciário, que tramita no Senado Federal.

30 – Lutar pela supressão da expressão "de comum acordo" do parágrafo 2º do artigo 115 da PEC 29/00 (Reforma do Poder Judiciário) que tramita no Senado Federal.

31 – Pressionar o Congresso Nacional no sentido de que sejam apreciadas, ainda no corrente ano de 2000, a Reforma Tributária, para redução das desigualdades regionais e corrigir a injusta e escandalosa distribuição de renda; Reforma Política, para que haja correção dos costumes partidários e políticos em nosso País, assegurando-se os direitos dos pequenos partidos; e a Reforma do Sistema Financeiro, para reduzirmos em níveis justos a taxa de juro mais elevado do Planeta.

A **3ª PLENÁRIA NACIONAL DE DIRIGENTES SINDICAIS DA CCT** aprovou a criação da **Comissão Nacional de Mulheres da CCT**■

*Antonio Augusto de Queiroz é jornalista em Brasília/DF

Artigo

VANDERLEI MACRIS*

Um projeto de futuro para São Paulo

Com o propósito de debater e planejar o futuro do Estado de São Paulo, a Assembléia Legislativa lançou, no dia 16 de agosto do ano passado, o Fórum São Paulo - Século XXI. Iniciativa inédita na história deste Parlamento, o Fórum consolidou uma parceria do Legislativo com a sociedade civil e está sendo responsável pelo resgate dos grandes momentos de interação verificados no passado, durante o processo de redemocratização do regime político.

Em 1974, assumi meu primeiro mandato como deputado e me recordo do período de efervescência que precedeu o restabelecimento da ordem democrática. Foi um período de grande aproximação e de debates de idéias com a sociedade civil em processo de reorganização, cujo clímax foi a elaboração da Constituição estadual. Reconquistadas as liberdades democráticas, a Assembléia Legislativa retomou suas prerrogativas plenas de legislar e fiscalizar.

Passamos a implementar uma série de iniciativas, entre as quais, a reativação da TV Assembléia e a modernização da área da informática, com a criação de uma nova página na Internet - www.al.sp.gov.br - que, entre outras inovações, contém um sistema de pesquisa e consulta que permite ao cidadão, em sua residência ou em qualquer outro lugar, acompanhar e interferir nas várias etapas do processo legislativo.

O Fórum São Paulo Século XXI passou a ser o eixo das transformações que passamos a implementar. Em sua composição, temos 62 personalidades da sociedade civil com assento no conselho geral, que é a instância máxima de deliberação do Fórum; 33 parlamentares de todos os partidos políticos com representação no Legislativo estadual e mais 431 conselheiros de 16 grupos temáticos, em sua maioria acadêmicos de universidades públicas e privadas, especialistas de institutos de pesquisa, órgãos públicos e representantes de organizações não-governamentais, sindicatos e outras instituições.

O objetivo é debater, refletir e propor soluções para o Estado que queremos construir, com ênfase no aspecto social e humano e no atendimento das necessidades básicas da população.

Estamos desenvolvendo agora um indicador de desenvolvimento humano para São Paulo voltado para orientar as políticas públicas municipais. Para o leitor entender, a Organização das Nações Unidas (ONU) tem o seu Indicador de Desenvolvimento Humano (IDH) que mede a qualidade de vida dos países. Esse indicador, de segunda geração, foi considerado insuficiente para dimensionar as particularidades das cidades do Estado.

Foi estabelecida, então, uma parceria entre o Fórum e a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade). Utilizando em sua base de dados informações da Seade e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o indicador despertou o interesse da própria ONU, por meio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Humano (PNUD), que solicitou e recebeu da Fundação informações detalhadas sobre o projeto.

A idéia é fazer com que um estímulo aos prefeitos para desenvolver políticas públicas. Com esse objetivo, vamos criar um prêmio bianual para as cidades que apresentarem os melhores resultados nos índices de progressão social.

Dessa forma, a Assembléia assume o papel de reflexão de idéias ao aproveitar ao máximo o principal potencial do Legislativo: ser o mais democrático dos Poderes, detentor da representação dos vários setores da sociedade civil. ■

* VANDERLEI MACRIS É PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Não mande sua máquina para "aquele lugar". Ela poderá "ver"!

Sem dúvida alguma, milhões de pessoas já fizeram gestos mal-educados para as telas de seus computadores. As máquinas nunca respondem, mas isso ainda pode mudar.

No futuro próximo, é possível que os computadores consigam reagir a muitos gestos humanos comuns, desde um simples apontar e segurar até os movimentos complexos usados para reger uma orquestra.

Em laboratórios nos Estados Unidos e em outros países, pesquisadores estão experimentando sistemas que utilizam câmeras minúsculas, processadores velozes e softwares inteligentes para identificar e responder de maneira rápida e precisa à gama de gestos com as mãos que os humanos fazem naturalmente.

Esses sistemas prometem simplificar a interação entre pessoas e computadores. Por exemplo: as pessoas poderiam andar pelos seus escritórios, suas salas de estar e seus quintais e acenar para o computador indicando as tarefas que precisam ser feitas. "Os gestos com as mãos constituem o complemento natural da comunicação vocal com o computador", diz Jakub Segen, pesquisador que trabalha nessa área há dez anos. Segen integra a equipe técnica da Lucent Technologies, em Nova Jersey. Ele está ensinando um computador a reconhecer e responder com precisão a uma série de gestos feitos com as mãos. Seu projeto atual visa melhorar o funcionamento dos sistemas de videoconferência. "Atualmente, a videoconferência não funciona muito bem. É por isso que acabo precisando viajar de avião para participar de reuniões. Essa tecnologia me parece promissora", afirma.

Nas reuniões virtuais organizadas pelo novo sistema, os participantes utilizam computadores equipados com câmeras que os observam e um software especial que analisa seus gestos. Os computadores traduzem os gestos dos participantes em movimentos de figuras animadas às quais Segen dá o nome de "varionetes" - personagens que lembram marionetes e que imitam na tela do computador o que as pessoas estão fazendo. "Se você ergue sua mão e gesticula para enfatizar um argumento, por exemplo, o personagem copia seus movimentos", explica. Segen já demonstrou o uso dessa tecnologia num lugar mais animado do que uma reunião de negócios: o pódio do regente de orquestra. No ano passado, ele comandou uma orquestra digital.

As câmeras acompanharam as posições de sua mão, que segurava uma batuta, e o software traduziu os movimentos em instruções dadas a instrumentos digitais, indicando os ritmos e andamentos em que deveriam tocar.

Essas aplicações práticas da tecnologia de gestos podem chegar ao mercado mais rapidamente do que se pensa. O professor Frederick Bianchi, do Instituto Politécnico Worcester, também já comandou uma orquestra digital usando o sistema criado por Segen. "Esperamos usar essa tecnologia em shows e espetáculos itinerantes", afirma Bianchi.

Sem o sistema de Segen, uma pessoa precisaria indicar o ritmo a ser mantido pela orquestra digital digitando informações num teclado de computador. Com o novo sistema de software, explica Bianchi, o regente pode definir a dinâmica e o ritmo da música usando uma batuta especial.

O sistema foi criado para regentes que usam uma mão só, mas já existe projeto que permitirá aos maestros usar as duas mãos para comandar uma orquestra digital. ■

Estamos disponíveis para responder as principais dúvidas dos leitores por carta ou através do e-mail: *info@fecesp.org.br*

As informações contidas nesta página são de responsabilidade do Depto. de Informática da Fecesp

Daltonismo

Doença é causada por alteração genética nas células da visão responsáveis pelas cores. O problema atinge 8% da população masculina e apenas 0,5% da feminina

O daltonismo, dificuldade para reconhecer cores, é uma doença hereditária que afeta principalmente os homens. Estimativas internacionais indicam que o problema atinge 8% de população masculina e apenas 0,5% da feminina. "O daltonismo é causado por uma alteração em um gene recessivo do cromossomo X. Como as mulheres são formadas por dois cromossomos X, elas são menos atingidas porque para a doença se manifestar seria preciso que os dois contivessem genes defeituosos, o que é menos provável. Já os homens, formados pelos cromossomos X e Y, estão mais sujeitos", afirma o oftalmologista Élcio Sato, diretor do Banco de Olhos do Hospital São Paulo da Universidade Federal de São Paulo.

Quem transmite o daltonismo para os filhos é a mãe. Mesmo sem manifestar a doença, se ela for portadora do gene defeituoso seus filhos do sexo masculino correm o risco de apresentar o problema. E o que a visão tem a ver com isso? A alteração no cromossomo X afeta diretamente os cones, as células da retina responsáveis pelo reconhecimento das cores. Dependendo do grau da alteração, poderá ocorrer uma diminuição no número de cones, uma total ausência de cones, ou um defeito que os impeça de cumprir adequadamente sua função.

Na prática, isso significa que cada pessoa possui um grau diferente de daltonismo, que pode variar de uma discreta dificuldade a uma completa impossibilidade de ver as cores, a acromatopsia. "Os olhos humanos possuem três tipos diferentes de cones que identificam as três cores básicas: o vermelho, o verde e o azul. Todas as outras cores e as tonalidades são formadas a partir da combinação dessas. Dependendo do cone que for afetado, a pessoa terá maior dificuldade para enxergar o verde, o vermelho ou o azul", explica a oftalmologista Amaryllis Avakian, do Hospital das Clínicas.

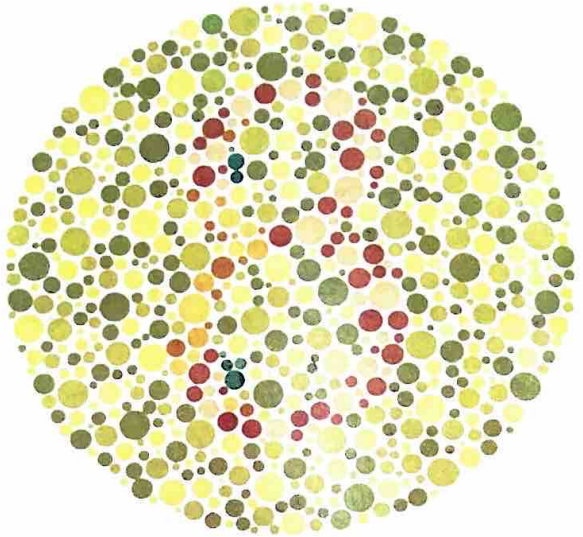
O diagnóstico de daltonismo é feito por meio de testes de cores. O mais comum, o de Ishihara (veja quadro acima), apresenta para o paciente cartelas contendo vários círculos preenchidos com bolinhas de diferentes cores que formam letras ou números. Os números e letras que os daltônicos enxergam são diferentes dos apontados pelos indivíduos normais. Além de diagnosticar o problema, o teste releva também se a deficiência é maior para o verde ou para o vermelho.

Fechar um diagnóstico é importante para a pessoa poder reorganizar, tomar precauções em determinadas circunstâncias e até recompor a auto-estima que pode ficar abalada, especialmente em crianças. Do ponto de vista médico, não há nada a fazer. Não existe tratamento para o daltonismo e também óculos ou equivalentes que ajudem a atenuar o problema. A vantagem, segundo os especialistas, é que, sabendo a dificuldade com as cores, o daltonismo não provoca qualquer outra alteração de visão e, para compensar a deficiência, os portadores acabam desenvolvendo métodos muito próprios para manter vida normal e independente.

Fonte: Diário Popular

Teste sua visão das cores

Teste com cada olho, sua capacidade de distinguir entre o vermelho e o verde, tapando um olho e focalizando o outro neste Quadro de Ishihara. Se não conseguir fazer a distinção, verá o número 3 em vez do 8



Dicas

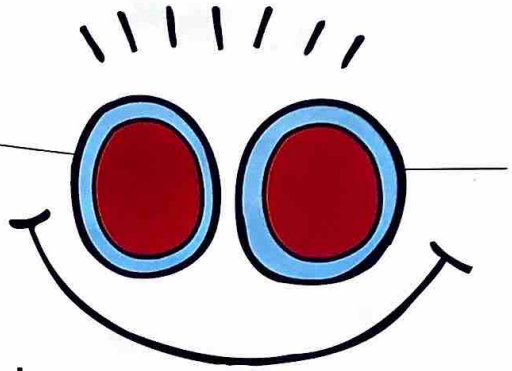
1. Tome cuidado ao dirigir. Não guie sem ter alguém ao lado em cidades desconhecidas, porque a posição dos faróis pode ser diferente.
2. O diagnóstico de daltonismo não é motivo para preocupação. A doença não traz outros problemas de visão além da dificuldade com as cores, e as pessoas conseguem levar vida normal.
3. Atenção professores: dificuldades para decorar as cores não é sinal de má vontade ou desinteresse da criança. Em vez de brigar com o aluno, encaminhe-o para um oftalmologista.
4. Em caso de dúvida, peça ao pediatra que inclua um teste de cores no exame de rotina da criança. ■

Sopa de lagartixa vira moda

O seviche, as tortilhas, o caldo e os guisados à base de lagartixa, por seu valor nutritivo e afrodisíaco, já são insubstituíveis iguarias na dieta da população de San Pedro de Lloc (649Km ao norte de Lima, capital do Peru). A popularidade culinária da lagartixa causou, no entanto, risco de extinção da espécie na região, advertiu Alfredo Martín Alva, professor da Faculdade de Zootécnica da Universidade de Trujillo. Ele solicitou realização de estudos para a preservação da lagartixa assim como para sua possível criação, como acontece em Costa Rica com a iguana ou franguinho, explicou. Segundo o arqueólogo César Gálvez, do instituto Regional de Cultura da Liberdade, há 11 mil anos a lagartixa já era um prato apreciado entre os peruanos. Para Gálvez, a lagartixa sempre se destacou na cultura do vale Moche, próximo a Trujillo, onde civilizações pré-colombianas como Chimú e Mochica a concebiam como um elemento simbólico representativo.

Uma solução: lixo hospitalar pode virar tijolo

Uma tecnologia limpa e barata de destinação do lixo hospitalar usada experimentalmente no Japão e na Alemanha foi testada pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo (IPT), para substituir de forma econômica e ecológica a incineração tradicional a 850 graus. Ela despeja na atmosfera gases nocivos à saúde e deixa cinzas misturadas a metais pesados capazes de poluir mananciais de água. A nova tecnologia consiste no uso de tochas ou cilindros que despejam um plasma térmico sobre o lixo em forno de alta temperatura. Todo o material é gaseificado e vitrificado a 1.600 graus, dando origem a pequenos blocos de sílica e ferro de alta resistência, que podem ser empregados na construção civil ou recuperação de estradas.



Humor: uma receita para a vida

O humor é uma disposição afetiva fundamental, suscetível de oscilar entre os pólos extremos da tristeza e da alegria. Colore as emoções e contribui para o equilíbrio emocional.

Bernard Shaw disse que ninguém suportaria uma vida inteira de felicidade. Pior que a tristeza seria a falta de expectativa na vida. Talvez nosso pior inimigo sejam nossas emoções mal administradas.

O humor muda de homem e o homem muda o humor. Podemos ouvir desde o "de hora em hora piora", do pessimista até a receita de Confúcio: "Ao invés de praguejar contra a escuridão, o melhor a fazer é acender uma vela" ou "de hora em hora Deus melhora", do otimista.

É preciso cultivar o bom humor nesse mundo cheio de agruras, misérias e dramas existenciais, apesar da vida do dia-a-dia não ser marcada apenas por grandes lances. Aliás, nos pequenos lances é que construímos nossa vida emocional.

Passear com o cão, apreciar o pôr-do-sol, dedilhar um violão, jogar conversa fora, são investimentos seguros para se fazer um dia feliz. Devemos construir nosso estado de espírito através do calor humano e dos relacionamentos sociais, apesar dos equívocos dos quais o mundo está cheio.

Não constitui felicidade a busca só do prazer ou das satisfações imediatas levando à busca de um mundo irreal e fantástico que pode desembocar no álcool, na droga e na sexualidade indiscriminada. Serve o prazer para contribuir e estabilizar.

Os "para cima" e "para baixo" do humor dependem de fatores biológicos, psicológicos e ambientais. A patologia do humor é variada e vai desde a depressão reativa (luto, ruptura amorosa, desemprego) até a depressão endógena, condição em que o estado depressivo é muito pouco, ou nada, dependente do ambiente. Falta de certas substâncias químicas no cérebro é uma das teorias.

As expressões bem-humorado e mal-humorado têm sua origem histórica na medicina grega e seus variados humores.

Na matemática emocional, o deprimido contabiliza perdas com redução da energia, da libido, da eficiência, surgindo a desesperança, cujo risco é tornar-se vítima de si mesmo.

Esse fator de risco justifica o auxílio ao deprimido, porque de humor também se vive, de humor também se morre. É a lei da vida. ■

Condensado do artigo de Wilson Luiz Sanvitto, professor de neurologia da Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo.

DIVIRTA-SE

- Manhê! O Pedrinho me falou que tem ta-ta-ta-taravô!
- O Pedrinho é mentiroso, meu filho!
- É não, manhê! Ele é gago...

○○○

Em desespero, a mãe de uma garota de quatro anos disse:

- Se você continuar a chupar o dedo, vai acabar inchando como um balão!

-No dia seguinte mãe e filha foram a uma festinha na vizinhança. Entre os presentes estava uma jovem mulher obviamente grávida. Quando a menina a viu, não se conteve. Dirigiu-se à futura mamãe e disse:

- Eu sei o que você andou fazendo!

○○○

Mulher para o marido: Querido, já observou esse casal que mora aí em frente? Todos os dias quando chega em casa, o marido traz flores para a esposa, abraça-a e ficam beijando-se apaixonadamente. Por que você não faz o mesmo?

- Mas, querida, eu mal conheço essa mulher!

Leia sem errar. Você consegue?

"Se o príncipe de Constantinopla quisesse se desconstantinopolizar, qual seria o desconstantinopolizador que iria a Constantinopla para desconstantinopolizá-lo?"

OS POVOS

1 inglês = um cachimbo
2 ingleses = rosbife
3 ingleses = corrida de cavalo

1 turco = prestação
2 turcos = lojinha
3 turcos = falência

1 francês = uma baguete
2 franceses = garrafa de vinho
3 franceses = adultério

1 português = uma crioula
2 portugueses = bacalhoada
3 portugueses = torcida do Vasco

1 italiano = pizza brotinho
2 italianos = frango com polenta
3 italianos = cantoria nas refeições

1 brasileiro = jogo do bicho
2 brasileiros = futebol
3 brasileiros = bloco de carnaval

1 judeu = agiota
2 judeus = casa de câmbio
3 judeus = invadir a Palestina

DICAS

Dez mandamentos da criança segura

1. Jamais deixe a criança só.
2. Um trocador ideal deve ter a altura necessária para que você possa manejar o bebê de forma confortável e segura, com proteção lateral e cinto de segurança. A base deve amparar a maior parte do corpo do bebê.
3. Evite colchas de tecido escorregadio e não posicione o bebê próximo às beiradas.
4. Reúna tudo o que será utilizado na troca do bebê e deixe ao alcance das mãos.
5. Se tiver que se afastar, leve a criança com você. Se não for possível, peça a um adulto que cuide dela ou a coloque em um berço, cercadinho ou no chão devidamente forrado.
6. Encoste o cadeirão de alimentação do bebê em uma parede. Ele deve ser baixo, estável e ter cinto de proteção.
7. Sempre que andar com o bebê no colo, verifique se o ambiente está bem iluminado, se as portas de vidro estão devidamente sinalizadas, se as escadas têm corrimão e proteção anti-derrapante e os pisos não têm portas erguidas ou não estão molhados ou escorregadios.
8. Berço e cercadinho devem ter limites o suficiente para que o bebê não consiga pular e ter boa base, para que não tombem com o peso da criança.
9. Evite disposição de móveis que permita formar escadinhas, sobretudo quando a criança começar a engatinhar. Mantenha as janelas protegidas com grades ou telas.
10. Durante o banho, segure firmemente o bebê, envolvendo-o pelas axilas, e use material antiderrapante no fundo a banheira (uma fralda de pano, por exemplo). Nunca deixe a criança sozinha na banheira.

Fonte: Psicóloga Sandra Regina Gimeniz-Pascoal

Pensamento

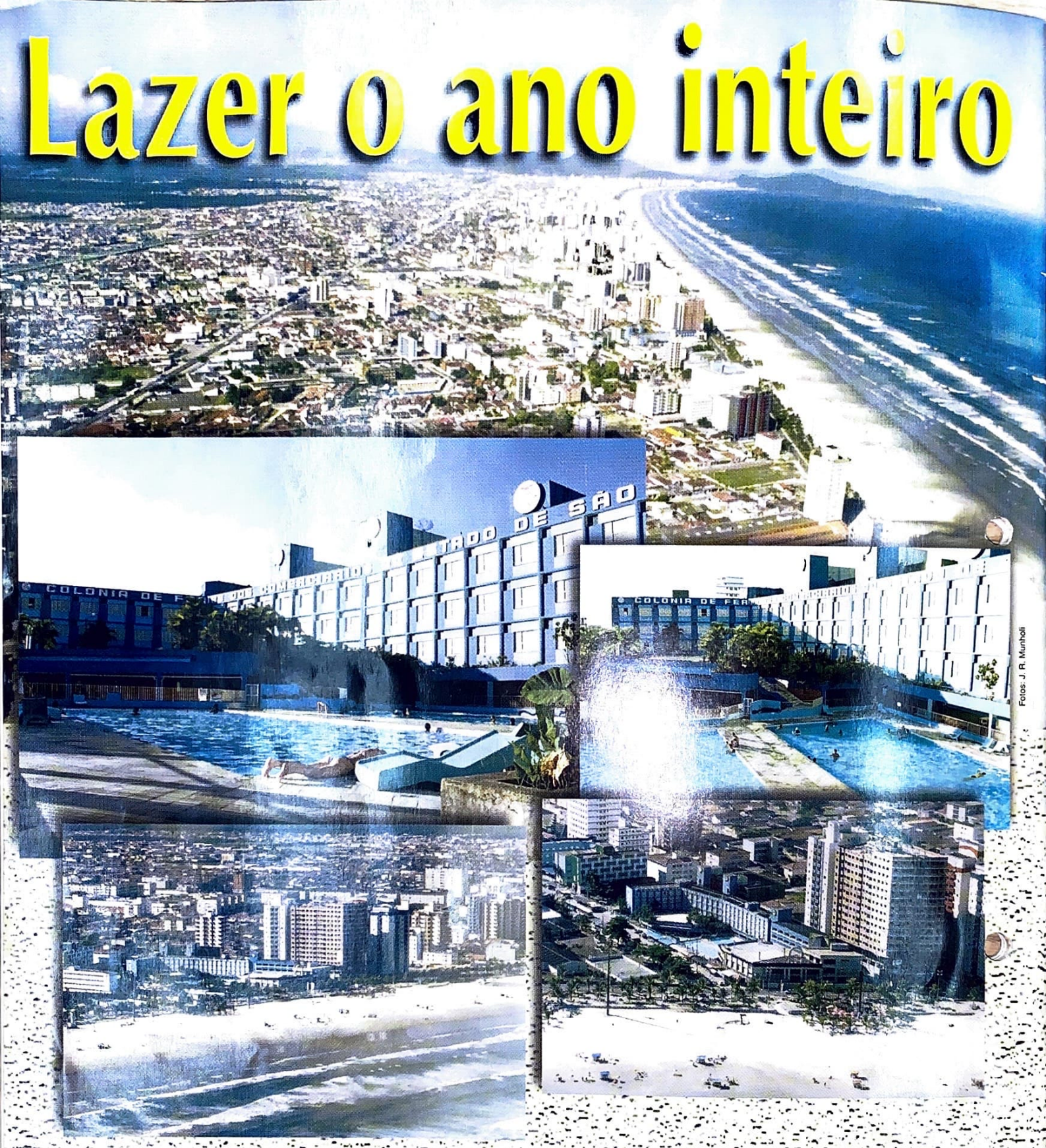
"As dificuldades são como as montanhas: só se aplainam quando avançamos sobre elas."
Émile Zola (1837-1902), escritor francês ■

REALIZANDO O SONHO DA CASA PRÓPRIA

	Conjuntos	Unidades
■ Empreendimentos entregues:	31	5.695
■ Empreendimentos em construção:	05	1.402
■ **Total**		7.097

SEDE: RUA MITUTO MIZUMOTO, 641 - LIBERDADE - **SÃO PAULO/SP** - CEP.: 01513-010 - TEL.: (0xx11) 278-6833 - e-mail: cooperativa@fecesp.org.br
ESCRITÓRIOS: AVENIDA LINO JOSÉ DE SEIXAS Nº 395 - JARDIM SEIXAS - **SÃO JOSÉ DO RIO PRETO/SP** - CEP.: 15061-060 - TEL/FAX.: (0XX17) 223-1610
AV. SAMPAIO VIDAL, 155 - **MARÍLIA/SP** - CEP.: 17501-040 - TEL.: (0XX14) 433-7600
RUA PADRE DIOGO ANTONIO FEIJÓ, 65 - SALAS 1 E 2 - **TAUBATÉ/SP** - CEP.: 12030-160 - TEL.: (0XX12) 222-5551

Lazer o ano inteiro



Fotos: J. R. Munholi

Piscinas, sauna, salão de jogos, ótimas acomodações. E tudo de frente para o mar!

Colônia de Férias dos Comerciários do Estado de São Paulo

Avenida dos Sindicatos, 114 - Praia Grande/SP - Tels.: (0xx13) 494-2796 ou (0xx13) 494-1740

Reservas: no Sindicato dos Empregados no Comércio ou no Sindicato dos Práticos de Farmácia de sua cidade ou região